

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS

NARRATIVIZAÇÕES IDENTITÁRIAS E MODOS DE IDENTIFICAÇÃO NO
GÊNERO REPORTAGEM: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DE
GÊNEROS

Amanda Oliveira Rechetnicou

Anápolis-GO

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS

NARRATIVIZAÇÕES IDENTITÁRIAS E MODOS DE IDENTIFICAÇÃO NO
GÊNERO REPORTAGEM: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DE
GÊNEROS

Amanda Oliveira Rechetnicou

Anápolis-GO

2016

AMANDA OLIVEIRA RECHETNICOU

**NARRATIVIZAÇÕES IDENTITÁRIAS E MODOS DE IDENTIFICAÇÃO NO
GÊNERO REPORTAGEM: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DE
GÊNEROS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias, área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias. Linha de pesquisa: Linguagem e práticas sociais

Orientador: Prof. Dr. Sostenes Lima

Anápolis-GO

2016

Ficha catalográfica

R297n

Rechetnicou, Amanda Oliveira.

Narrativizações identitárias e modos de identificação no gênero reportagem [manuscrito] : um estudo a partir da análise crítica de gêneros. / Amanda Oliveira Rechtnicou. – 2016.

183 f. il. : ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Lima.

Dissertação(Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Linguagem. 2. Análise do discurso. 3. Revistas brasileiras – Análise do discurso – Aspectos políticos.

4. Dissertações – MIELT – UEG/CCSEH. I. Título.

CDU:81'27:050(043.2)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária do Câmpus de CSEH
CRB1/2385

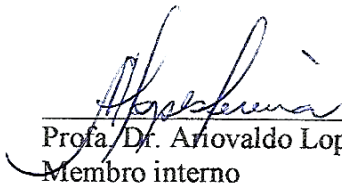
NARRATIVIZAÇÕES IDENTITÁRIAS E MODOS DE IDENTIFICAÇÃO NO GÊNERO REPORTAGEM: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNEROS

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 04 de março de 2016.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Sostenes Lima (Universidade Estadual de Goiás-UEG)
Orientador / Presidente



Prof. Dr. Arnovaldo Lopes Pereira (Universidade Estadual de Goiás-UEG)
Membro interno



Prof. Dra. Viviane Cristina Vieira (Universidade de Brasília-UNB)
Membro externo

Prof. Dra. Lúcia Gonçalves de Freitas (Universidade Estadual de Goiás-UEG)
Membro suplente

Anápolis-GO, 04 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

A meu Pai Celeste, que me fez prosseguir com firmeza, com esperança mesmo nos momentos de fraqueza emocional e espiritual.

Ao meu esposo, Yuri, que prosseguiu ao meu lado, superando minha ausência, dando-me conforto nos momentos mais difíceis.

À minha mãe, Erlaine, por seu infinito e incomparável amor, que me segurou sempre que estava prestes a cair.

Ao meu irmão, Hudson, que permaneceu firme em sua missão, dando-me forças e coragem para cumprir a minha.

Ao meu sogro e minha sogra, Kennedy e Luísa, por sua ajuda de grande valor em todos os momentos que precisei.

A meu pai, Hudson, e familiares, que de um modo ou de outro me deram apoio fundamental para que eu seguisse em frente.

Às minhas companheiras fiéis, Jade, Sofia e Nina, que me trazem tanta alegria e paz com seus carinhosos “lambeijos” e abraços.

Às minhas amigas, Ilka, Nara, Ana Cristina, Maria Claudia e Hellen, pela ajuda no que precisei, pelos conselhos, pelos risos e sorrisos.

Ao meu orientador, professor Dr. Sostenes Lima, por compartilhar tanto de seu conhecimento e pela confiança que deposita em minha capacidade.

Aos membros da banca de defesa, professor Dr. Ariovaldo Lopes Pereira e professora Dra. Viviane Cristina Vieira, por suas contribuições e sugestões tão fundamentais para este trabalho.

Aos membros da banca de qualificação, professora Dra. Lúcia Gonçalves de Freitas, professor Dr. Ariovaldo Lopes Pereira e professora Dra. Viviane Cristina Vieira, por sua colaboração com sugestões importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Às professoras Débora Cristina Santos e Silva e Marlene Barbosa de Freitas Reis, que me apoiaram em toda a trajetória do mestrado.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos durante o último ano do curso.

A todos e todas que de alguma maneira me apoiaram e contribuíram com o trabalho.

RESUMO

RECHETNICOU, Amanda Oliveira. *Narrativizações identitárias e modos de identificação no gênero reportagem: um estudo a partir da Análise Crítica de Gêneros*. Ano: 2016.

Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2016.

Orientador: Dr. Sostenes Lima

Defesa: 04 de março de 2016.

Este estudo tem como objetivo investigar sentidos ideológicos potenciais na construção de narrativizações identitárias no gênero reportagem. Busca-se problematizar o papel desse gênero na legitimação de diferentes modos de identificação de atores sociais do cenário político nacional em revistas semanais de informação. O trabalho está fundamentalmente situado no campo da Análise Crítica de Gêneros (ACG) – uma abordagem interdisciplinar que associa aspectos discursivos a fatores sociorretóricos da constituição de gêneros. O *corpus* é composto por reportagens da edição de 25 de março de 2015 das revistas brasileiras *CartaCapital*, *IstoÉ* e *Veja* e da edição de 23 de março de 2015 da revista *Época*. Para estudo desse *corpus*, a pesquisa analisa quatro procedimentos retórico-discursivos relacionados, principalmente, ao significado identificacional, conforme propostas da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da Linguística Sistêmico-funcional (LSF). A saber: a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), o sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), a representação metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 2002) e as estruturas visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). A análise desses procedimentos contribui para a compreensão dos efeitos dos modos de identificação sobre a narrativização identitária. Os resultados da pesquisa apontam que identificações negativas para determinados líderes políticos e identificações positivas para outros são construídas segundo posicionamentos político-partidários específicos. Por meio das narrativizações no gênero reportagem, as revistas se opõem a certas correntes político-ideológicas e se alinham a outras e, com isso, buscam legitimar seus posicionamentos e interesses partidários.

Palavras-chave: Narrativização identitária; modos de identificação; gênero reportagem; revista semanal de informação.

ABSTRACT

RECHETNICOU, Amanda Oliveira. *Narrativizações identitárias e modos de identificação no gênero reportagem: um estudo a partir da Análise Crítica de Gêneros*. Ano: 2016.

Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2016.

Orientador: Dr. Sostenes Lima

Defesa: 04 de março de 2016.

This study aims to investigate potential ideological meanings in the construction of identity narrativization in report genre. The aim is to discuss the role of this genre in legitimizing different ways of identification of social actors on national political context in weekly news magazines. The work is mainly situated in the field of Critical Genre Analysis (CGA) - an interdisciplinary approach that combines discursive aspects to socio-rhetorical factors of the constitution of genres. The corpus is composed for reports of March 25, 2015 edition of Brazilian magazine *CartaCapital*, *IstoÉ* and *Veja* and of March 23, 2015 edition of *Época* magazine. For the study of this corpus, the research analyzes four rhetorical-discursive procedures related mainly to the identificational meaning as proposals of Critical Discourse Analysis (CDA) and Systemic Functional Linguistic (SFL). Namely: the representation of social action (VAN LEEUWEN, 1997), the Appraisal System (MARTIN; WHITE, 2005), a metaphorical representation (LAKOFF; JOHNSON, 2002), and visual structures (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). The analysis of these procedures contributes to the understanding of the effects of identification ways on the identity narrativization. The research results show that negative identifications for certain political leaders and positive identifications for others are built to specific partisan political positions. Through narrativizations in the report genre, magazines oppose certain political-ideological currents and line up the other and, therefore, seek to legitimize their positions and partisan interests.

Keywords: Identity narrativization; ways of identifying; report genre; weekly news magazine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Modos, elementos e significados do discurso	27
Quadro 2 - Modos de operação da ideologia	31
Quadro 3 - Organização das seções e colônias retóricas da revista semanal de informação ...	57
Quadro 4 - Procedimentos investigativos orientados para o texto e para o contexto	73
Quadro 5 - Alguns procedimentos investigativos em ACG	75
Quadro 6 – Síntese das categorias de representação de atores sociais	81
Quadro 7 – Sistema de Avaliatividade	83
Quadro 8 – Categorias da gramática visual	86
Quadro 9 – Reportagens de <i>CartaCapital</i>	89
Quadro 10 – Reportagens de <i>Época</i>	89
Quadro 11 – Reportagens de <i>IstoÉ</i>	90
Quadro 12 – Reportagens de <i>Veja</i>	90
Quadro 13 – Modos de identificação na construção da narrativização identitária de atores sociais políticos em reportagens de revistas semanais de informação	142

FIGURAS

Figura 1 - Estratificação dos planos comunicativos (linguístico e contextual)	35
Figura 2 – Capa das edições das revistas	80
Figura 3 – Dilma Rousseff na reportagem “Começar de novo?” - <i>CartaCapital</i>	130
Figura 4 – Fernando Henrique e Aécio Neves na reportagem “Começar de novo?” – <i>CartaCapital</i>	132
Figura 5 – Atores sociais relacionados ao PT na reportagem “Lavando o PT a Jato” – <i>Época</i>	134
Figura 6 – Dilma Rousseff e Lula na reportagem “Dilma encastelada” - <i>IstoÉ</i>	135
Figura 7 – José Dirceu na reportagem “Conselhos pagos a ouro” – <i>IstoÉ</i>	136
Figura 8 – Cid Gomes na reportagem “Cid perde a cabeça” – <i>IstoÉ</i>	136
Figura 9 – Fernando Henrique Cardoso na reportagem “Dilma encastelada” - <i>IstoÉ</i>	137
Figura 10 – Eduardo Cunha na reportagem “O poderoso Cunha” – <i>Veja</i>	138

Figura 11 – Joaquim Levy na reportagem “Levy e seus perigos” – Veja	139
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG Análise Crítica de Gêneros

ADC Análise de Discurso Crítica

AP Amapá

ASG Análise Sociorretórica de Gêneros

CE Ceará

LSF Linguística Sistêmico-Funcional

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROS Partido Republicano da Ordem Social

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	17
ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNEROS E ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES	17
1.1 O cenário de estudos da Análise Crítica de Gêneros	18
1.2 A constituição da Análise Crítica de Gêneros	22
1.2.1 Gênero segundo a perspectiva sociorretórica.....	22
1.2.2 Gênero na Análise de Discurso Crítica	26
1.2.3 Gênero e contexto social: a abordagem sistêmico-funcional	34
1.3 As concepções teóricas da Análise Crítica de Gêneros	37
CAPÍTULO 2	46
A REPORTAGEM NO CENÁRIO DAS PRÁTICAS DA REVISTA SEMANAL DE INFORMAÇÃO	46
2.1 Aspectos da conjuntura social e política.....	46
2.1.1 Das práticas jornalísticas.....	46
2.1.2 Do gênero reportagem.....	51
2.2 Aspectos sociorretóricos e discursivos	53
2.2.1 Da revista semanal de informação	53
2.2.2 Do gênero reportagem.....	59
2.3 Aspectos da narrativização identitária	62
2.3.1 Da narrativização.....	63
2.3.2 De identidade e modos de identificação.....	64
2.3.3 Do conceito de narrativização identitária.....	68
CAPÍTULO 3	70
PERCURSO METODOLÓGICO	70
3.1 Metodologia em ACG.....	70
3.1.1 ACG e a pesquisa qualitativa	70

3.1.2 ACG e a teoria social crítica	71
3.1.3 Procedimentos metodológicos da ACG	72
3.2 Considerações sobre o problema e o objeto de pesquisa	76
3.3 A constituição do <i>corpus</i>	78
3.4 Etapas e categorias de análise	80
3.4.1 Representação de atores sociais	81
3.4.2 Sistema de avaliatividade	82
3.4.3 Metáforas.....	84
3.4.4 Estruturas visuais.....	85
CAPÍTULO 4	88
NARRATIVIZAÇÕES IDENTITÁRIAS NO GÊNERO REPORTAGEM.....	88
4.1 As reportagens do <i>corpus</i>	88
4.2 A construção de modos de identificação no gênero reportagem	91
4.1.1 A representação de atores sociais.....	91
4.1.2 O sistema de avaliatividade.....	104
4.1.3 As metáforas.....	122
4.1.4 As estruturas visuais.....	128
4.3 A narrativização identitária no gênero reportagem.....	139
4.3.1 A construção da narrativa.....	139
4.3.2 Efeitos dos modos de identificação sobre a narrativização identitária.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	155
Anexos das reportagens da revista <i>CartaCapital</i>	156
Anexos das reportagens da revista <i>Época</i>	166
Anexos das reportagens da revista <i>IstoÉ</i>	171
Anexos das reportagens da revista <i>Veja</i>	183

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como concepção básica o conceito de gênero como modo de ação social. Diferentes gêneros do discurso são usados para realizar ações e propósitos específicos, em resposta a contextos situacionais e sociais. Pelo uso de gêneros “não só organizamos nossas ações diárias, mas também criamos significações e fatos sociais num processo interativo tipificado num sistema de atividades que encadeia significativamente as ações discursivas” (MARCUSCHI, 2011, p. 10). Numa relação dialética, as práticas da vida cotidiana são moldadas e moldam diversos textos tipificados, os quais refletem “as características constitutivas da sociedade ao qual pertencem” (TODOROV, 1990, p. 19).

É a partir de gêneros específicos que a mídia jornalística desempenha papel fundamental na produção e sustentação de representações e identificações que, quando se tratam do tema político, incidem sobre as ações de líderes políticos específicos. Tais representações e identificações podem influenciar a formação da opinião pública sobre eventos e ações da esfera política (e partidária), inclusive processos eleitorais. Por meio de gêneros jornalísticos, diferentes interações sociais e construções identitárias são constituídas, podendo projetar a manutenção ou a transformação de relações de poder que envolvem o complexo cenário de lutas hegemônicas do campo político-partidário.

Esta pesquisa, por sua vez, busca interpretar aspectos discursivos e sentidos potencialmente ideológicos que envolvem narrativizações identitárias de atores sociais. Trata-se de um estudo qualitativo que tem como objeto o gênero reportagem de revistas semanais de informação. Ao (re)produzir modos particulares de identificar líderes políticos brasileiros, esse gênero pode servir a sentidos e “interesses particulares projetados para estabelecer e sustentar relações de dominação” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 26).

Parte-se do pressuposto de que textos podem estar investidos de compromissos políticos e ideológicos, os quais governam o processo de produção-mediação-consumo discursivo (FAIRCLOUGH, 2001). Por conseguinte, a construção identitária desses atores sociais em reportagens pode ser considerada um problema social e discursivo, o qual se pretende investigar com esta pesquisa.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do modo como o gênero reportagem constrói modos de identificação e narrativizações identitárias para certos atores sociais do âmbito político. E, com isso, interpretar possíveis sentidos ideológicos

ligados a práticas de revistas semanais de informação. O estudo proposto aqui visa problematizar processos e estratégias usados na produção de narrativas que enfatizam identificações específicas, bem como os possíveis efeitos sobre ações e práticas sociopolíticas.

O trabalho situa-se no campo da Análise Crítica de Gêneros (ACG) e, por esta se tratar de uma abordagem interdisciplinar entre estudos de gênero e discurso, apresenta incursões teórico-analíticas da Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

A pesquisa da linguagem numa perspectiva crítica “propõe questionar a vida social em termos políticos e morais, isto é, à luz da justiça e do poder, buscando contribuir para a superação das desigualdades e injustiças presentes na sociedade” (BARROS, 2015, p. 11). Como uma ciência social crítica (BONINI, 2012), a ACG trabalha com aspectos ligados a problemas sociais, especificamente no que se refere ao papel de gêneros em lutas hegemônicas, na manutenção ou mudança social. Essa abordagem cria um espaço que abre possibilidades para a emancipação social e resistência, no sentido de conscientizar a respeito das relações de poder que atravessam a produção de gêneros discursivos. Nessa perspectiva, este trabalho busca contribuir com a conscientização linguística crítica sobre processos e sentidos ideológicos que podem envolver ações por meio de gêneros, em especial o papel do gênero reportagem na legitimação ou transformação de práticas e ações particulares no contexto sociopolítico e midiático.

A dissertação é constituída por quatro capítulos. No Capítulo 1, *Análise Crítica de Gêneros e abordagens interdisciplinares*, apresento as principais concepções teóricas da ACG que fundamentam a pesquisa. O capítulo é composto por três seções. Início apresentando o cenário de estudos de gêneros segundo a ACG e, em seguida, a constituição dessa perspectiva a partir das abordagens da ASG, da ADC e da LSF. A última seção sintetiza as principais concepções teórico-metodológicas da ACG, reiterando sua relação com as perspectivas disciplinares discutidas na seção anterior.

No Capítulo 2, *A reportagem no cenário das práticas da revista semanal de informação*, discuto alguns aspectos importantes que envolvem o objeto de pesquisa. O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção, apresento algumas perspectivas sobre a mídia e as práticas jornalísticas, considerando os aspectos desse contexto que dizem respeito ao discurso jornalístico e a produção de gêneros como a reportagem. Na segunda seção, são apresentados aspectos característicos da constituição da revista semanal de informação e, na terceira, do gênero reportagem de revista. Por último, desenvolvo uma

discussão sobre o conceito de *narrativização identitária*, tomando especialmente concepções de Fairclough (2003) e Thompson (2011).

O Capítulo 3 – *Percurso metodológico* – traça o percurso analítico que se segue no trabalho. O capítulo também é composto por quatro seções. Na primeira, encontram-se os aspectos básicos que constituem o arcabouço metodológico da ACG. Ainda nessa seção, apresento alguns procedimentos metodológicos, os quais subsidiaram o percurso da pesquisa. Na segunda seção, exponho considerações sobre o problema e sobre o objeto de investigação. Em seguida, traço os caminhos que levaram à constituição do *corpus*. E, por fim, são delineadas as etapas da pesquisa e as categorias selecionadas para a análise.

No capítulo 4, analiso as reportagens selecionadas das revistas *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, para investigar primeiramente a construção dos modos de identificação e, em seguida, a narrativização identitária. Duas seções dividem o capítulo. Na primeira seção, utilizo quatro categorias para a análise: a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), o sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), a representação metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 2002) e as estruturas visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). A seção seguinte discorre sobre os efeitos dos modos de identificação sobre a narrativização identitária no gênero reportagem.

A análise aponta para os principais e recorrentes mecanismos de identificação de líderes políticos específicos. Os resultados mostram que para certos atores sociais são construídas identificações negativas e, para outros, identificações positivas. Esses modos particulares de identificar estão associados aos interesses político-partidários defendidos pelas revistas e visam legitimar posicionamentos favoráveis a certas correntes político-ideológicas, o que pode ter influência sobre ações e práticas sociopolíticas de leitores/as e eleitores/as.

Nas considerações finais, apresento algumas (in)conclusões e reflexões sobre a análise e os resultados obtidos. Levanto também alguns apontamentos sobre possíveis contribuições da pesquisa para minimizar o problema estudado.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNEROS E ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES

Os estudos da linguagem como prática social têm cada vez mais centrado atenção nos conceitos de gênero e contexto. A concepção de gênero aparece com frequência em perspectivas que buscam explicar o uso da linguagem (MOTTA-ROTH, 2011), além de ampliar as discussões sobre a relação entre linguagem e sociedade. Nesse cenário, a Análise Crítica de Gêneros (ACG) consiste numa perspectiva que enfatiza o papel de gêneros no contexto social, agindo tanto na manutenção de estruturas de poder quanto em mudanças sociais.

Neste trabalho, adoto os fundamentos teórico-metodológicos da ACG por considerar que essa abordagem pode permitir a compreensão de como gêneros funcionam e se situam no contexto de eventos e práticas sociais; de como relações, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle são manifestadas na linguagem (WODAK, 2004). Considero, ainda, que o estudo de gêneros jornalísticos nessa perspectiva pode apontar maneiras de “oportunizar a ampliação dos conhecimentos sobre as práticas jornalísticas, mas também, e principalmente, favorecer o debate, a formação do cidadão crítico, e a participação política” (BONINI, 2012, p. 8).

Por conseguinte, este capítulo apresenta o enquadre teórico interdisciplinar que constitui essa perspectiva. Inicialmente, apresento o cenário de estudos que contribuíram para o desenvolvimento da ACG. Em seguida, explico de modo conciso as concepções em torno da noção de *gênero* que influenciaram essa abordagem – concepções da Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Por fim, sintetizo as principais concepções teórico-metodológicas que constituem a ACG, reiterando sua relação com as perspectivas disciplinares anteriormente abordadas.

A seção inicial toma essencialmente as concepções e discussões de Bhatia (2004, 2007, 2008, 2010), Bonini (2010, 2011a, 2012) e Motta-Roth (2005, 2008). Nas seções seguintes, parto principalmente das discussões sociorretóricas de Swales (1990), das proposições de Fairclough (2001, 2003) que fundamentam a ADC e dos postulados sistêmico-funcionais que têm base em Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004).

1.1 O cenário de estudos da Análise Crítica de Gêneros

A Análise Crítica de Gêneros (ACG) constitui-se em uma abordagem teórico-metodológica que combina concepções de diferentes perspectivas disciplinares que partem do estudo da linguagem como (forma de) prática social. Surgiu a partir de uma crescente preocupação em considerar na análise de gêneros aspectos contextuais e discursivos. É uma perspectiva que, de modo geral, pretende “analisar gêneros como práticas discursivas socialmente situadas, cujos participantes atualizam identidades e relações sociais nos textos que são produzidos, distribuídos e consumidos em atividades específicas da vida social” (MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010, p. 520).

Trabalhos recentes têm sido significativos para o desenvolvimento da teoria e método de estudo de gêneros numa dimensão crítica. Trabalhos como os de Bhatia (2004, 2007, 2008, 2010), Motta-Roth (2011, 2008), Motta-Roth e Lovato (2009), Motta-Roth e Marcuzzo (2010), Bonini (2010, 2011a, 2011b, 2012), Lovato (2011), Moreira (2012), Catto (2012) e Lima (2013) apresentam concepções teórico-metodológicas básicas que constituem a ACG.

No cenário internacional, os estudos segundo a ACG remetem, sobretudo, aos trabalhos de Vijay K. Bhatia. Em *Worlds of written discourse*, Bhatia (2004) apresenta seus primeiros *insights* de uma proposta de análise de gêneros centrada em aspectos contextuais e não simplesmente em propriedades internas do gênero. Ao explorar as dimensões do discurso escrito, o autor discute a relação interdiscursiva entre gêneros e culturas profissionais. Por um lado, Bhatia (2004) estabelece um quadro multidimensional e de múltiplas perspectivas para a análise de gêneros e, por outro, tece críticas à análise do discurso profissional que focaliza formas genéricas padronizadas, desconsiderando as realidades dos contextos profissionais.

Seu trabalho aponta para três fases cronológicas que indicam a evolução do discurso escrito (BHATIA, 2004). A primeira fase diz respeito ao momento que privilegiava a análise de aspectos estritamente textuais – fase em que se buscava verificar os elementos de textualização e itens léxico-gramaticais, pautando-se na concepção de discurso como texto. Na segunda fase, os estudos focalizavam a organização do discurso. Buscava-se compreender as regularidades na organização textual em termos de estruturas retóricas. Com a concepção de discurso como gênero, a ênfase estava na análise de aspectos macroestruturais. É nessa fase que emergem as teorias que propunham a análise de gêneros de contextos institucionalizados. E, por último, a terceira fase centra-se na contextualização do discurso,

tomando-o como prática social. Surgem, então, as perspectivas de estudo de gêneros e discurso em estreita relação.

Com uma proposta que se insere na última fase, Bhatia (2004) apresenta um modelo que inclui quatro dimensões para uma análise mais complexa de gêneros: o texto, o gênero, a prática profissional e prática cultural. Esse modelo multidimensional engloba a relação entre a análise de propriedades retóricas genéricas e uma análise mais ampla de práticas de (inter)ação social, que incluem representações de mundo, relações sociais e a constituição de identidades (LIMA, 2013). Essa perspectiva caminha rumo ao estudo de gênero a partir de sua relação interdiscursiva com práticas sociais de modo geral.

A partir daí, Bhatia (2007, 2008, 2010, 2013) direciona-se mais propriamente ao que chama de *Análise Crítica de Gêneros*. Em seus trabalhos, propõe estudos importantes que favorecem a ampliação da teoria crítica de gêneros. Essa nova abordagem enfatiza a análise da interdiscursividade como ferramenta potencial para a compreensão dos processos discursivos que constituem gêneros em contextos profissionais, organizacionais e institucionais.

Partindo da análise de documentos de divulgação contábil de grandes corporações de Hong Kong, Bhatia (2007, 2008) identifica e analisa recursos léxico-gramaticais que desvelam estratégias linguísticas usadas nos gêneros para obscurecer os aspectos negativos do desempenho da corporação e realçar os pontos positivos, a fim de melhorar a imagem da empresa perante acionistas e outras partes interessadas. O estudo revela, com isso, a ocorrência de uma mudança gradual nos movimentos retóricos dos documentos, que passam das ações de informar para intuitos destinados a promover a empresa. Essa mudança discursiva ocorre devido à interdiscursividade presente na relação entre os documentos e as práticas profissionais em que estão inseridos.

A análise interdiscursiva proposta leva em conta diferentes modos de representação (elementos léxico-gramaticais) na constituição dos movimentos retóricos que organizam o gênero e que contribuem para a realização de propósitos sociodiscursivos específicos. É nesse sentido que Bhatia (2007) reforça a necessidade de se associar a análise textual à análise discursiva e contextual para compreender os gêneros como ação social. Com isso, também contribui para o desenvolvimento de uma alternativa teórico-metodológica complementar para pesquisas e estudos discursivos no contexto das práticas profissionais e culturais (BHATIA, 2010).

De acordo com Bonini (2012), um dos precursores de uma proposta que une gêneros a questões discursivas no Brasil foi Meurer. Meurer (2002, 2005) não chegou a desenvolver

propriamente trabalhos em ACG, mas expôs importantes considerações a respeito da necessidade de combinar a ADC e a LSF com a Análise de Gêneros (AG). O autor já relacionava o conceito de gênero a contexto, sugerindo uma análise que considerasse a organização retórica do gênero e suas ações de produção e consumo de significados no contexto onde é utilizado (MEURER, 2002).

Heberle (2011, p. 161-162) afirma que “Meurer reforçava a necessidade de um aprofundamento no estudo de gêneros textuais e sua ligação com ações humanas, com as práticas sociais”. Por isso, Meurer (2002, 2005) propôs investigar aspectos linguísticos voltados para questões sociais e contextuais, com o enfoque no papel social que os gêneros desempenham nas relações de poder que envolvem a sua produção. Também buscou compreender os efeitos ideológicos associados ao uso de gêneros particulares nas práticas sociais (HEBERLE, 2011).

Posteriormente, novos trabalhos ampliaram a perspectiva da ACG. Seguindo a trilha de Meurer (2002, 2005), Motta-Roth (2011), ao propor aspectos metodológicos para a análise de gêneros, sugere que a pesquisa parta de uma problematização com vistas à compreensão do papel do gênero em seu contexto, voltando-se para a relação texto-contexto. A autora afirma que, para a análise de gêneros,

a metodologia adotada deve considerar a natureza social e individual, valorizando o papel da cultura que produz o texto, o sistema de valores e crenças que subjazem a ela, o significado que o contexto tem para seus participantes, a imagem que cada participante tem de si, do outro e dos significados produzidos por meio do texto. (MOTTA-ROTH, 2011, p. 170)

Considerando essa concepção, Motta-Roth (2008) entende que a ACG é uma proposta que, por focar o estudo da linguagem em relação ao contexto social, contribui significativamente tanto para a pesquisa em linguagem quanto para o ensino em língua materna. Segundo a autora, analisar gêneros em relação ao contexto permite esclarecer o papel estruturador dos gêneros para a cultura (MOTTA-ROTH, 2008).

Bonini (2010, 2011a, 2011b 2012) também dá importantes contribuições para o desenvolvimento de pesquisas em ACG. Tomando Giddens (2009) e Fairclough (2003) como base teórica, o autor propõe um quadro conceitual que explica três níveis para a análise de gêneros: estrutura social, discurso e gênero (BONINI, 2010, 2011a). Estrutura social é compreendida como uma entidade abstrata constituída por um conjunto de práticas sociais. Discurso se refere a diferentes modos de representar aspectos do mundo, relacionados a identidades e relações sociais que constituem a estrutura social. E gênero é tido como um

conjunto de ações típicas de textualização, de produção e compreensão textual na realização de práticas sociais.

A partir disso, Bonini (2010) explica que o enfoque da ACG está na análise de gênero em relação ao discurso, partindo do gênero para as estruturas sociais. Para o autor,

O estudo dos gêneros, centrado nas práticas sociais e nas ações de textualização, produção e compreensão de enunciados, possibilita uma forma de entendimento dos discursos e das estruturas sociais que são tomados, nesse caso, como horizontes de expectativa. A análise crítica de gêneros é um resultado do quanto a pesquisa de um gênero específico pode se aproximar de uma reflexão sobre as assimetrias nas identidades e as relações sociais (BONINI, 2011a, p. 694).

O autor aponta para a ACG como uma abordagem de pesquisa que investiga problemas sociais associados a relações assimétricas de poder. Por influência da ADC, a ACG objetiva analisar efeitos ideológicos em gêneros discursivos que servem ao estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração (FAIRCLOUGH, 2003). Nesse sentido, a pesquisa em ACG, conforme Bonini (2010), não só reconhece o papel dos gêneros nas práticas e relações sociais, como também traz “para o espectro central da análise o fato de que o exercício da linguagem ocorre no interior do embate de posições de classes e grupos sociais” (BONINI, 2012, p. 5).

Em um de seus estudos, Bonini (2010) analisa gêneros que constituem práticas relacionadas ao concurso público para professores/as universitários/as, apontando para a reflexão sobre assimetrias de poder nas relações sociais e identidades envolvidas nessas práticas. Em outro trabalho, Bonini (2011b) comprova o papel de gêneros como estratégia para a manipulação da opinião pública. Ao analisar uma publicação do portal Yahoo referente à época de eleições presidenciais em 2010, o autor evidencia o modo como gêneros foram usados na estruturação do portal a serviço da realização de propósitos particulares, voltados para manipular a decisão do/a leitor/a (eleitor/a) em favor do candidato apoiado pela mídia.

Esse cenário de estudos demonstra o desenvolvimento da ACG como uma abordagem interdisciplinar, constituída principalmente por concepções convergentes entre estudos da linguagem, de gêneros e de discurso. Como afirma Bonini (2012), no contexto do novo capitalismo, em que o discurso assume lugar central, a ACG apresenta um potencial significativo para a investigação da relação entre corporações, discurso e gêneros na configuração das relações de dominação.

1.2 A constituição da Análise Crítica de Gêneros

Motta-Roth (2008), Motta-Roth e Marcuzzo (2010), Bonini (2012) e Lima (2013) entendem a ACG como uma perspectiva que se constitui a partir de diferentes abordagens disciplinares, mas com foco essencial em gêneros discursivos. Motta-Roth (2008, p. 14) explica que

Nos anos 2000, o impacto do pensamento sociológico de Bakhtin e de visões contemporâneas alinhadas com ele, como a Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough, se faz sentir em vários recantos dos estudos da linguagem. No caso da Análise de Gênero, Bakhtin e Fairclough, antes ausentes, aparecem nos livros mais recentes de Swales (1990; 2004) e Bhatia (1993; 2004). Também se intensifica a referência a Bakhtin e Fairclough nas obras mais recentes de linguistas sistêmico-funcionais, como Martin & Rose (2003).

Segundo a autora, essa convergência de abordagens científicas compõe o enquadre teórico-metodológico da ACG, a saber: a) a análise sociológica do discurso na perspectiva bakhtiniana; b) a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), segundo Swales (1990, 2004); c) a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), segundo Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004); e d) a Análise de Discurso Crítica (ADC), segundo Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Conceitos como o de dialogismo, polifonia e intertextualidade foram influenciados pela perspectiva sociológica de Bakhtin (2009). A concepção de discurso aproximou a ASG da ADC, assim como a LSF contribuiu para aprofundar a importância do contexto para a análise de gêneros.

Basicamente, a ACG se constituiu a partir da junção de concepções da ADC à tradição sociorretórica (BONINI, 2012), o que direcionou a ASG para além da investigação de aspectos retóricos. Isso fez com que a análise de gêneros passasse a investigar problemas sociais e efeitos ideológicos que envolvem a produção, o consumo e a distribuição (FAIRCLOUGH, 2001) de gêneros nas práticas. Já a LSF oferece à ACG ferramentas teórico-analíticas relevantes para a compreensão de gêneros no contexto situacional e de cultura. Para melhor compreensão das concepções teórico-metodológicas da ACG, apresento a perspectiva de estudo de gêneros segundo a ASG, a ADC e a LSF, as quais influenciam na abordagem de análise de gêneros numa dimensão crítica.

1.2.1 Gênero segundo a perspectiva sociorretórica

A Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG) se alinha à concepção impulsionada por Miller (2012[1984]) de *gênero como ação social*. O trabalho de Miller (2012) propõe a noção de gênero como ações retóricas tipificadas em situações recorrentes. Essa definição aponta para a relação dialética entre fatores retóricos e sociais na constituição do gênero. Além disso, por um lado, reconhece a relação entre contexto e práticas de linguagem e, por outro, nega a concepção de gênero como uma entidade puramente formal.

Nessa perspectiva, gêneros realizam ações de linguagem em contextos situados recorrentes e funcionam segundo propósitos sociodiscursivos. A organização retórica de um gênero pode ser compreendida a partir de sua relação com a situação retórica em que esse gênero se situa e com os propósitos que realiza. Uma *situação retórica* é um construto social, ou seja, constitui-se de fenômenos construídos socialmente dentro de uma prática social. Essas situações tendem a ser recorrentes porque quando bem-sucedidas se repetem regularmente. O fator recorrência produz ações com certos padrões, o que as torna tipificadas.

Em síntese, essa concepção apresenta dois aspectos fundamentais: a) gêneros são ações retóricas tipificadas; e b) gêneros funcionam em situações retóricas recorrentes. Para Miller (2012[1984]), são esses fatores que permitem a compreensão de gênero como “ações retóricas típicas disponíveis num dado momento na história e da cultura” (p. 32), o que associa o conceito de gênero a contexto sócio-histórico e cultural.

A perspectiva de Swales (1990), não muito diferente da abordagem de Miller (2012[1984]), também considera que os gêneros são ações orientadas por propósitos comunicativos e que, por isso, não podem ser destituídas de contextos sociais específicos. Para o autor, gêneros são ações de linguagem determinadas por um grupo de fatores, dentre eles, propósitos comunicativos e comunidade discursiva (SWALES, 1990).

Mais especificamente, em *Genre Analysis*, Swales (1990) define *gênero* como um conjunto de eventos comunicativos, que tem ações orientadas por propósitos comunicativos e que é produzido em comunidades discursivas. Essas características estão delineadas na seguinte afirmativa de Swales (1990, p. 58):

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva de origem e, portanto, constituem a razão do gênero. Essa razão molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério privilegiado que faz o escopo do gênero se manter estritamente focado em uma determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares de um gênero exibem padrões de similaridade, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência. Se todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero forem

realizadas, o exemplar será visto como um protótipo pela comunidade discursiva. Os gêneros têm nomes que são herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma valiosa comunicação etnográfica, mas tipicamente necessitam de validação adicional.

Nesse trabalho, Swales (1990) privilegia os fatores *comunidade discursiva* e *propósitos comunicativos* como fundamentais na identificação do gênero. *Comunidades discursivas* são redes sociorretóricas que atuam em torno de objetivos em comum, fazendo uso de gêneros para a realização desses objetivos. Esse conceito está relacionado “à produção de textos como uma atividade social que se realiza de acordo com convenções discursivas específicas e revela o comportamento social e o conhecimento dos membros do grupo” (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 23).

A comunidade discursiva é compreendida, então, a partir de algumas características específicas. Ela é definida por um conjunto de objetivos em comum, por usar mecanismos de intercomunicação e participação de seus membros e por usar um ou mais gêneros para a realização desses objetivos. Além disso, tem a capacidade de desenvolver um léxico específico que serve aos objetivos do grupo.

No entanto, essa concepção foi revisitada posteriormente, em consideração a algumas críticas e problemas apontados por outros pesquisadores e pelo próprio autor. Swales (1990) deixava de considerar, por exemplo, a participação individual e, com isso, conflitos de identidade e práticas discursivas dos/as participantes na constituição das comunidades. As revisões fizeram com que os critérios para determinar o conceito de comunidade discursiva fossem reorientados, passando não somente a considerar a atuação individual na configuração das comunidades, mas também a reconhecer que um sujeito participa das práticas e relações não só de uma comunidade, mas de várias (SWALES, 1992).

Posteriormente, ao desenvolver o que chama de *teoria de comunidade discursiva*, Swales (1998) decide adotar o conceito de *comunidade discursiva de lugar* para se referir a um grupo de pessoas que trabalham juntas e que compartilham objetivos (suscetíveis à mudança) que orientam suas atividades. Com essas reformulações, como afirma Lima (2013, p. 48), “o conceito de *comunidade discursiva* constitui um instrumento teórico importante para identificar e situar o campo de atuação de certos agentes sociais, que empreendem regularmente a produção, mediação e interpretação de um conjunto de gêneros”.

Os propósitos comunicativos, por sua vez, foram tidos por Swales (1990) como critério primordial para a identificação de um conjunto de eventos comunicativos como um

gênero, ou seja, o conjunto de propósitos comunicativos associados a um conjunto de eventos comunicativos é o que constitui um gênero.

Essa centralidade nos propósitos comunicativos também foi revista. Swales (2004) observa que, por ser uma categoria de difícil identificação, considerando que um único gênero pode ser produzido para realizar diferentes propósitos, o propósito comunicativo não deve ser considerado como um instrumento único e imediato na análise de gêneros. Desse modo, considera a importância dessa categoria analítica, mas reconhece que existem outros instrumentos teórico-metodológicos para o estudo de gêneros.

Outra importante contribuição de Swales (1984, 1990) diz respeito ao conceito de *movimentos retóricos*. Tomando a análise de um *corpus* formado por introduções de artigos científicos, Swales (1984) propôs a segmentação retórica do gênero segundo o que denominou de modelo CARS (*Create A Research Space*). Esse modelo considera o modo como se organiza retoricamente um gênero e também sua relação com os propósitos comunicativos que realiza. Logo, movimentos retóricos são compreendidos como estratégias típicas que constituem a organização retórica de gêneros. São elementos que podem ser identificados e delimitados no texto para a compreensão dos propósitos e ações dos gêneros nas práticas sociais.

Em seus trabalhos mais recentes, Swales (1998, 2004) passou a dar mais ênfase ao contexto social, considerando aspectos sociais da textualização e aspectos discursivos associados principalmente à ADC. Em *Research genres: explorations and applications* (2004), por exemplo, estuda aspectos da textualização eletrônica, incluindo elementos do marketing profissional, voltados para as práticas discursivas, acentuando a relação entre gêneros e discurso.

Seguindo a perspectiva sociorretórica de Swales, Bhatia (1993, 1994) também considera relevante o propósito comunicativo na análise de gêneros. No mesmo sentido, sua proposta de investigação evidencia o modo como membros das comunidades discursivas usam gêneros para alcançar propósitos particulares. Bhatia (1993, p. 15) reconhece que “cada gênero é um exemplo de uma realização bem sucedida de propósitos comunicativos específicos” a partir de uso de recursos linguísticos e discursivos convencionais. O autor problematiza o fato de que membros de comunidades discursivas mais experientes “muitas vezes parecem mais criativos no uso de gêneros” (p. 15), em especial, porque estão mais familiarizados com as convenções de sua produção e, por isso, exploram elementos de intenção, posicionamento, forma e função segundo propósitos socialmente reconhecidos.

Bhatia (1993) também toma o conceito de comunidade discursiva e se apropria da noção de movimentos retóricos. Para o autor, o gênero é formado por um conjunto de movimentos retóricos e sua análise se constitui um instrumento relevante para a compreensão de como gêneros realizam determinados propósitos comunicativos. O autor considera que essa análise permite relacionar as ações do gênero a seu contexto situacional, profissional e/ou institucional.

Em síntese, a noção de gênero proposta por Miller (2012) e Swales (1990) contribui para se pensar a análise sem desconsiderar os propósitos sociodiscursivos que orientam as ações de gêneros nas práticas sociais. A análise de movimentos retóricos, por exemplo, permite compreender não só as regularidades de gêneros específicos, mas também como esses movimentos e regularidades constroem no gênero sentidos a favor de propósitos de grupos particulares.

1.2.2 Gênero na Análise de Discurso Crítica

A ADC é uma perspectiva de estudos do discurso constituída por um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares com base principalmente em pressupostos teóricos das ciências sociais e da LSF (RAMALHO; RESENDE, 2011). Concebe a linguagem como “uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 16). Segundo Fairclough (2001), a linguagem se manifesta como discurso – uma forma de prática social, de representação e significação do mundo, que constitui e constrói o mundo em significados. A ADC se preocupa primordialmente em desvelar efeitos ideológicos que constituem discursos, que são legitimados em gêneros e inculcados em modos particulares de identificar atores sociais.

Dentre as principais referências da ADC estão Norman Fairclough, Teun van Dijk, Ruth Wodak, Gunter Kress e Theo van Leeuwen. Os trabalhos desenvolvidos por esses/as autores/as apresentam importantes contribuições para os estudos críticos do discurso. No entanto, compartilho com Resende e Ramalho (2006, p. 21) que

A despeito de existirem diferentes abordagens críticas da linguagem, o expoente da ADC é reconhecido em Norman Fairclough, a ponto de se ter convencionado chamar sua proposta teórico-metodológica, a Teoria Social do Discurso, de ADC – convenção que mantemos aqui, mas com o cuidado de ressaltar que os estudos da ADC não se limitam ao trabalho de Fairclough.

Em *Analysing Discourse*, Fairclough (2003) explica que o discurso figura de três modos nas práticas sociais: modo de ação e relação social, modo de representação e modo de identificação. Esses modos estão ligados a elementos das ordens do discurso e significados do discurso:

Quadro 1 - Modos, elementos e significados do discurso

Modos como discurso figura nas práticas sociais	Elementos de ordens do discurso	Significados do discurso
Modo de ação e interação	Gêneros	Significado acional
Modo de representação	Discursos	Significado representacional
Modo de identificação	Estilos	Significado identificacional

Fonte: Quadro elaborado a partir da proposta teórica de Fairclough (2003)

O conceito de ordem de discurso desenvolvido por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) tem base nas proposições de Foucault (2003, 1997) em seus estudos sobre a face constitutiva do discurso e dos sistemas de regras associados às formações discursivas. Nesse sentido, ordens do discurso são compreendidas como redes de práticas sociais no aspecto linguístico, que se constituem dos elementos: *gêneros*, *discursos*¹ e *estilos*. Esses três elementos estão relacionados aos significados do discurso: *gêneros* ao *significado acional* (a modos e ação e relação); *discursos* ao *significado representacional* (a modos de representação do mundo); e *estilos* ao *significado identificacional* (a modos de identificação).

Esses significados são reformulações das metafunções da linguagem de Halliday e Matthiessen (2004)². A metafunção ideacional é transformada em significado representacional; a metafunção interpessoal é dividida em significado identificacional e acional; enquanto a metafunção textual é incorporada ao significado acional (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Gêneros, discursos e estilos são combinados a partir de uma proposta de análise interdiscursiva e dialética, em que: a) discursos são interpretados em gêneros; b) discursos são apontados em estilos; c) e ações e identidades (gêneros e estilos) são representadas em discursos (FAIRCLOUGH, 2003). Desse modo, os três aspectos do significado são organizados numa complexa relação dialética, em que podem ser misturados, articulados e tecidos de maneiras particulares e, assim, desencadear (ou não) mudanças sociais. Apenas em

¹ Na ADC, *discurso* (no singular) refere-se ao seu significado mais abstrato, de linguagem como forma de prática social. Enquanto *discursos* (geralmente no plural), num sentido mais concreto, conceitua modos particulares de representar aspectos do mundo (FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO, RESENDE, 2011).

² Explico sinteticamente as metafunções da linguagem na seção 1.2.3.

termos metodológicos, Fairclough (2003) distingue esses elementos, propondo categorias analíticas de acordo com cada significado, considerando que eles são realizados em traços específicos em textos.

Semelhante à concepção sociorretórica de gênero como ação social, Fairclough (2003) concebe *gênero* como diferentes maneiras de agir e interagir discursivamente no curso de eventos sociais. Por isso, gêneros são associados ao significado acional. Como modos de ação, gêneros são importantes para a análise dos contextos institucionais da sociedade contemporânea.

A esse respeito, Fairclough (2003) propõe que gêneros sejam analisados segundo os aspectos *atividade, relação social e tecnologias de comunicação*. A análise da *atividade* do gênero está voltada para a estrutura genérica e os propósitos sociodiscursivos que orientam seu funcionamento. Fundamentando-se em Swales (1990), o autor considera que a análise da estrutura genérica permite compreender os diferentes propósitos sociodiscursivos que orientam as ações de sujeitos sociais em suas práticas. Na ADC, analisar a estrutura genérica implica considerar o modo como gêneros discursivos organizam e materializam propósitos voltados à sustentação de relações de poder.

Relação social, por sua vez, diz respeito a como gêneros constituem tipos particulares de interação social, seja entre agentes sociais, organizações ou grupos individuais. Essa concepção relaciona gêneros ao contexto em que são inseridos, como formas relativamente estáveis de se relacionar em práticas sociais, integrando ações, linguagem e pessoas.

Já a relação entre gêneros e *tecnologias da comunicação* ocorre devido às transformações do novo capitalismo³. Fairclough (2003) afirma que a análise de gênero dá uma importante contribuição para a pesquisa sobre relações entre mudança tecnológica, mediação, mudança econômica e amplas mudanças sociais – tanto em termos de como a integração das novas tecnologias dentro de processos econômicos, políticos, sociais e culturais constituem novos gêneros, como em termos de como cadeias de gêneros são tecidas na sociedade de informação.

Essa é uma discussão fundamental na ADC para a análise de gêneros. Fairclough (2003) compreende que as transformações sociais do novo capitalismo podem ser vistas como mudanças nas formas de ação e interação. Isso implica em processos de hibridização de gêneros e mudanças sociais. Essas transformações estão ligadas à articulação e hibridização

³ Discuto o conceito de novo capitalismo, segundo Fairclough (2003), no Capítulo 2, na seção 2.1.1.

de gêneros numa cadeia. Cadeias de gêneros são conjuntos de diferentes gêneros, que ocorrem regularmente numa rede de textos que se ligam e influenciam-se mutuamente.

Sendo assim, as hibridizações de gêneros em determinadas cadeias podem estar ligadas à operação de sentidos a serviço do poder e provocar ou não mudanças nas práticas sociais. Como Ramalho e Resende (2011, p. 66) afirmam, “hibridismos de gêneros podem servir para fins ideológicos. Isso acontece quando a mistura de gêneros se associa a questões relacionadas a poder e ideologia”.

De modo geral, Fairclough (2003) levanta pontos importantes sobre gêneros: a) gêneros são formas de ações e interações em eventos sociais e são definidos por práticas sociais e modos pelos quais se organizam em redes de comunicação; b) as mudanças genéricas influem na transformação social do novo capitalismo e, portanto, mudança de gênero é uma parte importante das transformações sociais; d) a mudança em gêneros ocorre a partir da necessidade de novos gêneros, os quais são combinados a gêneros já existentes; e) uma cadeia de eventos envolve uma corrente de diferentes gêneros que atuam nas relações sociais de poder e dominação.

Silva e Ramalho (2008) apresentam uma relevante discussão sobre gêneros discursivos nos estudos da ADC. As autoras lembram que, numa perspectiva crítica, gêneros estão relacionados a poder, já que os modos de ação e interação nas práticas sociais implicam não só relações com os outros, mas também ações sobre os outros (FAIRCLOUGH, 2003). O uso de gêneros são formas de exercício do poder e, por isso, associa-se a mudanças nas ações e relações da vida social contemporânea. A ADC relaciona “a concepção de gêneros como ‘respostas a exigências socioculturais’ com a ideia de mudança discursiva vista como parte de lutas hegemônicas” (p. 36).

Os outros elementos de ordens de discurso dialeticamente relacionados com gêneros são *discursos* e *estilos*. *Discursos* são compreendidos como modos de representar diferentes perspectivas do mundo – relações e processos materiais de nossa experiência, bem como processos mentais, como pensamentos, sentimentos e crenças – ligados ao significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003). Os modos de representação estão associados aos modos como as pessoas se relacionam com o mundo e isso depende de posições, identidades e relações sociais. Para Fairclough (2003), discursos constituem parte dos recursos que as pessoas usam para se posicionar e se relacionar umas com as outras.

Um mesmo aspecto do mundo pode ser representado de diferentes maneiras, sendo que a articulação de diferentes discursos está ligada a posicionamentos e interesses específicos associados a diferentes práticas. Como afirma Fairclough (2001), quando se

representa algo, se escolhe fazer de um modo em vez de outro. Por meio de discursos particulares, ideologias são legitimadas para a manutenção de relações assimétricas de poder. A busca por hegemonia implica na busca pela universalização de “sentidos particulares no trabalho de atingir e manter dominação, e isto é um trabalho ideológico” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 52).

Estilos, por sua vez, dizem respeito a modos particulares de ser, de identificar (-se). O modo como pessoas articulam discursos, como se expressam e atuam no mundo por meio de gêneros é importante para a compreensão da maneira como elas estruturam identidades. Estilos, portanto, estão ligados ao significado identificacional, ao aspecto discursivo das formas de ser. Fairclough (2003) entende que estilos estão ligados aos *processos* de identificação, de como as pessoas se identificam e identificam outras. Por isso, foca nesse termo – *identificação* – em vez do termo *identidade*.

Estilos não remetem somente à identidade social, mas também à identidade pessoal. O autor reitera que a identificação é um processo complexo justamente porque a identidade não pode ser reduzida à identidade social. Para atingir a identidade social os agentes sociais precisam assumir papéis sociais, personificando-os e investindo-os de sua própria personalidade (identidade pessoal). É com esse aspecto que a ADC se preocupa: analisar as formas como pessoas investem em papéis e identidades sociais; identificar os *personagens* (identidades culturalmente mais notáveis) do novo capitalismo e analisar os processos textuais de identificação envolvidos (FAIRCLOUGH, 2003).

Questões de identidade têm sido amplamente discutidas devido às transformações recentes na vida social. Isso porque identidades de grupos particulares estão ligadas a lutas baseadas em interesses específicos na manutenção ou mudança das relações desiguais de poder. Assim como gêneros e discursos, a construção de modos particulares de identificação de atores sociais é uma estratégia discursiva nas lutas hegemônicas.

A análise de gêneros, discursos e estilos “permite investigar relações entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas sociais” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 49), principalmente aspectos associados à ideologia, lutas hegemônicas e mudança social. Chouliaraki e Fairclough (1999) discutem sobre as mudanças ocorridas nas práticas sociais contemporâneas como mudanças associadas a práticas discursivas particulares. Com base nas Ciências Sociais, sobretudo nas teorizações de Giddens (1991, 2002), os autores apontam para a análise de discurso como uma forma de compreender como relações de dominação, poder e controle estão sendo sustentadas por meio de práticas de discurso.

Tomando a concepção crítica, de Thompson (2011), Fairclough (2001, 2003) compreende ideologia como significações da realidade, construídas em várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. O conceito de ideologia é visto como essencialmente negativo e de natureza hegemônica, pois são, nas palavras de Thompson (2011, p. 16), “sentidos a serviço do poder”. Esses sentidos são (re)produzidos por meio de estratégias linguísticas que servem à universalização de discursos particulares que estabelecem e sustentam as assimetrias de poder.

Em diálogo com Thompson (2011), a ADC compreende que sentidos ideológicos podem instaurar e/ou manter relações de dominação por meio de estratégias típicas ligadas à operação de ideologias particulares. Thompson (2011) sugere alguns modos gerais de operação da ideologia, associando-os a estratégias típicas de construção simbólica, como discuto a seguir:

Quadro 2 - Modos de operação da ideologia

<i>Modos gerais</i>	<i>Algumas estratégias típicas de construção simbólica</i>
<i>Legitimação</i>	Racionalização Universalização Narrativização
<i>Dissimulação</i>	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
<i>Unificação</i>	Padronização Simbolização da unidade
<i>Fragmentação</i>	Diferenciação Expurgo do outro
<i>Reificação</i>	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Thompson (2011, p. 81)

A *legitimação* diz respeito às formas de estabelecer e sustentar relações como justas e dignas de apoio. As ações de legitimação podem ser associadas a, pelo menos, três estratégias típicas: *racionalização*, *universalização* e *narrativização*. A *racionalização* constrói uma cadeia de raciocínio que objetiva defender ou justificar um conjunto de relações como justas e legítimas. A *universalização* apresenta interesses de alguns indivíduos ou de instituições

particulares como interesses gerais, globais. E a *narrativização* trata da construção de narrativas que remontam ao passado para justificar o presente, como parte de uma tradição aceitável.

A *dissimulação* estabelece e sustenta relações de dominação ao ocultá-las, negá-las ou obscurecê-las. Esse modo opera por meio de estratégias que desviam nossa atenção das relações e processos existentes: são elas *deslocamento*, *eufemização* e *tropo*. *Deslocamento* se refere ao fato de termos e expressões serem deslocados de um contexto para outro, transferindo conotações positivas ou negativas de um objeto ou pessoa para outros. *Eufemização* é a estratégia que descreve ações, instituições ou relações sociais com valoração positiva. E *tropo* é constituído pelo uso figurativo da linguagem para dissimular relações de dominação. As formas mais comuns de tropo são a sinédoque, a metonímia e a metáfora.

Por meio da *unificação*, relações de dominação são estabelecidas e mantidas a partir da construção simbólica que interliga indivíduos numa identidade coletiva. Uma estratégia de unificação é a *padronização*, em que ideologias são adaptadas a um referencial padrão que é posto como fundamento partilhado e aceitável. Outra estratégia é a *simbolização* da unidade, em que símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva são construídos para criar essa ideia de unidade e pluralidade de grupos.

Na *fragmentação*, apesar de ser mantida a unificação das pessoas em termos de coletividade, há a segmentação dos indivíduos ou grupos que representam certo desafio ou ameaça aos grupos dominantes. Esse modo geral usa de estratégias para dirigir forças de oposição àqueles/as considerados/as perigosos/as ou ameaçadores. Dentre essas estratégias estão a *diferenciação* e o *expurgo do outro*. A *diferenciação* trabalha dando ênfase às distinções, diferenças e divisões entre grupos e indivíduos, para impedir que esses construam forças que desafiem o efetivo exercício do poder dos grupos dominantes. O *expurgo do outro* é a estratégia que envolve a construção de um/ inimigo/a que, por ser perigoso/a e ameaçado/a, deve ser rejeitado/a.

E a *reificação*, último modo geral sugerido, consiste em estabelecer e sustentar relações de dominação por meio da retratação de uma situação transitória como permanente, natural, atemporal. A esse modo, servem a estratégia de *naturalização*, de *eternalização* e de *nominalização* ou *passivização*. A *naturalização* trata uma condição social e histórica como algo natural, resultado de características naturais. A *eternalização* apresenta fenômenos sócio-históricos como permanentes, imutáveis e recorrentes. Muitos fenômenos costumam ser eternalizados através de costumes, tradições e instituições cristalizados no tempo e dificilmente rompidos. A *nominalização* transforma ações ou os participantes delas em

nomes, enquanto a *passivização* se dá quando verbos são colocados na voz passiva para ocultar ou apagar ações e atores, destituindo processos sociais da ação humana.

Estratégias de operação de ideologias podem ser construídas em gêneros para legitimar discursos e identidades, bem como para favorecer posições e lutas hegemônicas. Isso porque “gêneros, como maneiras particulares de ação e relação, podem servir para legitimar discursos ideológicos, conduzir maneiras particulares de representar práticas, influenciar modos de identificação” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 61). Estratégias como a narrativização, a metáfora, a nominalização ou passivização podem ser potenciais em legitimar, dissimular ou naturalizar ideologias que corroboram com a manutenção de desigualdades sociais.

Fairclough (2003) ainda relaciona ideologia a lutas hegemônicas, no sentido proposto por Gramsci (1995). Nessa perspectiva, o poder é visto em termos de *hegemonia*, e, por isso, é caracterizado por um equilíbrio instável que caracteriza as lutas hegemônicas. Isto é, o poder de um determinado grupo dominante é sempre parcial e temporário, o que permite que outros grupos passem à posição hegemônica, de acordo com as lutas que travam. Nesse sentido, as lutas de poder envolvem a construção, manutenção ou o rompimento de alianças de dominação e/ou subordinação das classes dominantes, por meio de práticas discursivas que reproduzem e sustentam efeitos ideológicos nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Por considerar que as relações de exploração e exercício do poder na sociedade atual baseiam-se em discurso, Fairclough (2003) observa que as lutas por posições hegemônicas sustentam conhecimentos, valores e crenças morais a favor de grupos que detêm poder na vida social. Como apontam Ramalho e Resende (2011, p. 24), há diferentes maneiras de se instaurar e manter a hegemonia, dentre elas, “a luta hegemônica travada no/pelo discurso. Quando essas perspectivas favorecem algumas poucas pessoas em detrimento de outras, temos representações ideológicas voltadas para distribuição desigual de poder”.

Representações ideológicas fazem parte da constituição de gêneros discursivos e, gêneros, por sua vez, são instrumentos nas lutas hegemônicas, o que implica na relação de gêneros com o exercício do poder. Fairclough (2003) exemplifica essa relação ao apontar que as transformações do novo capitalismo, em grande parte, são decorrentes da associação entre cidades e estados nacionais a corporações empresariais com o intuito de promover e vender sua imagem. A partir disso, gêneros são articulados numa cadeia, de onde emergem cada vez mais hibridizações, de acordo com os propósitos e interesses envolvidos.

Trabalhos como os de Magalhães (2005), Resende e Ramalho (2006) e Ramalho e Resende (2011) discutem amplamente sobre a ADC, segundo as concepções da teoria social e discursiva de Fairclough. Resende e Ramalho (2006), por exemplo, fazem um recorte de suas

pesquisas para expor o arcabouço teórico-metodológico da ADC. Apresentam uma análise do discurso da imprensa brasileira sobre a invasão estadunidense ao Iraque e uma análise discursiva do folheto de cordel Meninos de Rua. Nas análises, as autoras se ocuparam de problemas sociais discursivos, analisando tanto questões genéricas como discursivas e identitárias.

O mesmo é feito em Ramalho e Resende (2011), em que uma crônica jornalística é analisada, segundo as categorias analíticas da ADC, para apresentar as estratégias linguísticas que materializam e articulam no texto significados acionais, representacionais e identificacionais. As autoras analisam o modo como a crônica jornalística cria uma narrativização que representa a situação de rua como algo natural e permanente, excluindo os fatores sociais, políticos e históricos por trás disso. Desse modo apontam para o modo como a articulação de gêneros, discursos e estilos podem “funcionar ideologicamente sobretudo por dissimular relações de dominação” (p. 156).

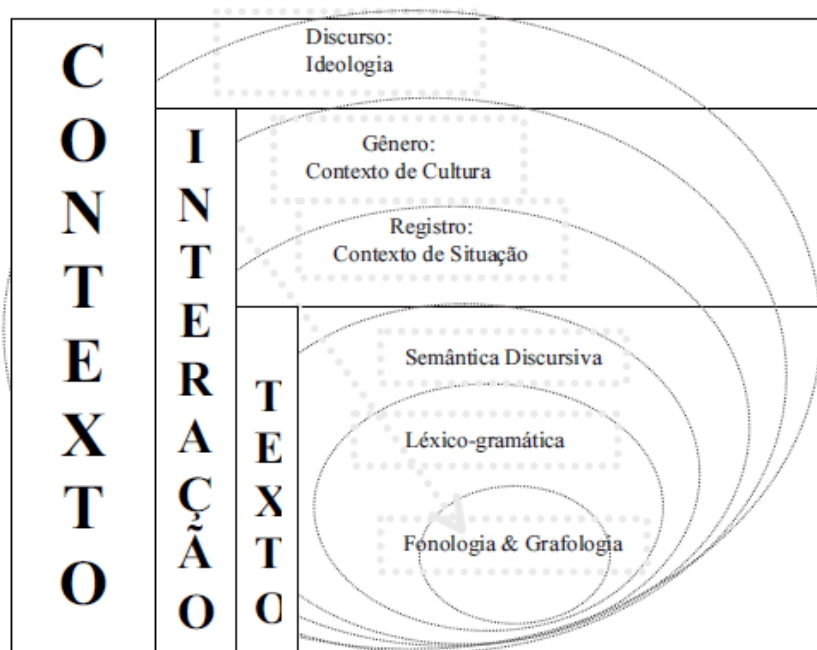
1.2.3 Gênero e contexto social: a abordagem sistêmico-funcional

A teoria sistêmico-funcional resulta principalmente das discussões teóricas de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004), com a obra *An introduction to functional grammar*⁴. O escopo dessa perspectiva gira em torno da relação entre linguagem e contexto. A *linguagem* é concebida como um sistema sociosemiótico usado como recurso para fazer e trocar significados, um modo de agir, dar e solicitar bens e serviços, e informações. É vista como semiótica social, a qual possui metafunções e é usada na sociedade para que as pessoas estabeleçam relações interpessoais e criem ações e sentidos nas práticas das quais participam.

O foco da gramática sistêmico-funcional está no estudo do texto com base nas funções que a linguagem desempenha no contexto social. Desse modo, a linguagem é relacionada a manifestações que são condicionadas a fatores extralinguísticos, como ilustra Motta-Roth (2008, p. 352):

⁴ A edição de *An introduction to functional grammar* (2004) é uma versão da mesma obra publicada em 1994, porém, conta com revisões e ampliações de seu conteúdo, tendo a colaboração de Christian Matthiessen.

Figura 1 - Estratificação dos planos comunicativos (linguístico e contextual)



Fonte: Motta-Roth (2008, p. 355)

Na figura, a autora relaciona as concepções de Fairclough (1989) ao modelo de círculos concêntricos da LSF. O modelo proposto, então, coloca no nível do texto escrito os elementos de grafologia, léxico-gramática e semântica discursiva. O nível da interação corresponde ao registro e ao gênero, relacionados respectivamente a dois níveis do contexto: o contexto de situação e o contexto de cultura. E o nível do contexto corresponde ao plano mais amplo do discurso e da ideologia, sendo que o gênero está em um nível intermediário, entre o contexto de situação e o discurso, o contexto da totalidade da sociedade (MOTTA-ROTH, 2008).

Motta-Roth (2008) direciona a linguagem aos elementos do contexto, das ações, dos papéis e relações sociais, das formações discursivas e ideológicas da sociedade. Desse modo, todo e qualquer uso linguístico está associado ao contexto. Como explicam Fuzer e Cabral (2014, p. 26), “o contexto em que o texto se desenvolve está encapsulado no texto através de uma relação sistemática entre o meio social e a organização funcional da linguagem”.

No viés funcionalista, a noção de *gênero* é compreendida a partir do *contexto de cultura*, tendo por outro lado a relação com o *registro* e o *contexto de situação* (EGGINS; MARTIN, 1997; HASAN, 1989; MARTIN, 1992). O *contexto de situação* se refere ao contexto específico de uso da linguagem, “ao ambiente imediato no qual o texto está de fato

funcionando” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27). Sobre esse contexto, Motta-Roth e Heberle (2005, p. 14-15) asseveram que

Cada *contexto da situação* é um sistema de relevâncias motivadoras para o uso da linguagem (HASAN, 1996, p.37), de forma que uma determinada atividade humana em andamento e a interação entre os participantes são mediadas pela linguagem. Por conseguinte, a percepção do que é relevante em termos de uso da linguagem em dada situação é, ao mesmo tempo, um processo individual (pelo pensamento) e compartilhado (pela interação), que também define o que conta como *contexto* (p. 38). Assim, numa relação dialética, o contexto de situação se constitui uma força *dinâmica* na citação e na interpretação do texto (p. 41). (grifos das autoras).

O *registro*, por sua vez, constitui-se a partir da configuração de significados que ocorrem em relação à situação (FUZER; CABRAL, 2014). O contexto de situação (registro) é composto por três variáveis: campo, relação e modo. O campo diz respeito à natureza da ação social, a relação envolve a natureza da interação entre os participantes da situação e modo se refere ao meio de transmissão da mensagem. Essas três variáveis são realizadas por meio de três metafunções da linguagem: a metafunção ideacional, a metafunção interpessoal e a metafunção textual (MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2005; FUZER; CABRAL, 2014).

A *metafunção ideacional* indica a função representacional da linguagem, ou seja, de representação e compreensão do mundo. Pessoas fazem uso da linguagem para representar suas experiências de mundo. A *metafunção interpessoal* faz referência à interação e relação entre os participantes de um evento comunicativo. Compreende-se que as pessoas usam a linguagem para interagir e para defender suas posições e ações no mundo. E a *metafunção textual* remete à organização do texto, em que as pessoas organizam os outros significados – ideacionais e interpessoais em um todo textual.

O *contexto de cultura* se refere ao contexto mais amplo das instituições sociais e suas práticas. Constitui-se a partir dos aspectos sócio-históricos e culturais, de valores e crenças que envolvem as interações sociais. Nesse contexto, a LSF compreende gênero como uma configuração de significados recorrentes, organizada em estágios e orientada para realizar práticas sociais (MOTTA-ROTH, 2008).

Motta-Roth e Heberle (2005, p. 17) explicam que “na relação funcional entre linguagem e contexto da situação, cada gênero corresponde a padrões textuais recorrentes (o uso da linguagem para atingir certos objetivos comunicativos) e contextuais (a situação de experiência humana com a qual determinado registro de linguagem é comumente associado)”. Com base em Hasan (1989), as autoras compreendem que as variáveis do registro (campo, relação e modo) permitem analisar a recorrência de elementos textuais na configuração de

gêneros. *Campo* permite compreender que atividade social é executada no gênero; *relação* possibilita analisar a interação entre os participantes do gênero; e *modo* contribui para a compreensão do papel da linguagem no contexto e a organização do gênero em relação aos seus propósitos comunicativos.

Na perspectiva de Martin (1992), as três metafunções (experencial, interpessoal e textual) realizam linguisticamente o *registro* e o *gênero* – “variáveis do contexto que influenciam a materialização linguística, o que o caracteriza como dialógico e interativo” (VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005, p. 38). Vian Jr. e Lima-Lopes (2005) explicam que Martin (1992) defende a análise de gêneros a partir do contexto de cultura. Desse modo, a análise de gênero permite compreender como as pessoas usam a linguagem para atingir determinados propósitos comunicativos e sociais. Martin e Rose (2003) observam que o conceito de gênero, por estar em estreita relação com o contexto de cultura, é compreendido como um processo social com propósitos específicos e desenvolvimento vinculado aos sistemas social e semiótico.

Essa concepção influenciou várias perspectivas de estudo de gêneros. Fairclough (2013), ao dar maior ênfase no estudo de gêneros, relaciona o conceito ao significado acional, a modos de ação e interação social, tendo como base a perspectiva hallidayana. Além da ADC, a LSF também contribuiu para a definição de gênero proposta por Swales (1990). Com base em Martin (1992), Swales (1990) reforça a concepção de que gêneros realizam propósitos comunicativos no contexto social e passa a evidenciar “a ideia de que cada gênero adquire determinadas características em função da sociedade e dos usuários e apresenta certas combinações das três variáveis de registro com determinados traços linguísticos” (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 20).

1.3 As concepções teóricas da Análise Crítica de Gêneros

Como já dito anteriormente, a ACG é uma perspectiva constituída de um enquadramento teórico que agrega outras áreas disciplinares em sua constituição e, desse modo, associa questões de linguagem, gêneros e discurso. Sobre isso, Lima (2013, p. 228) explica que

a emergência da Análise Crítica de Gêneros como uma área disciplinar que aglutina os estudos de gênero e de discurso abre caminho para muitas outras análises mais específicas, aprofundadas e completas. Por um lado, o gênero incorpora em sua estruturação e funcionamento certos elementos discursivos, os quais só podem ser

critérios investigados, se os aspectos composicionais, retóricos e situacionais do gênero forem levados em conta. Por outro lado o discurso incorpora nas ordens de discurso, nas formações discursivas etc. certas convenções genéricas e certos aspectos de funcionamento do gênero que só podem ser estudados em conjunto com o discurso. Nesse sentido, uma investigação sobre o modo como o discurso representa e constrói a realidade social, as relações sociais e as identidades sociais requer que tanto o discurso quanto o gênero sejam levados em conta de maneira integrada.

A ACG foi caracterizada por Bhatia (2007) como um movimento em direção ao estudo crítico das atividades discursivas de culturas profissionais, empresariais e institucionais, focado na interação entre as práticas envolvidas. É, portanto, uma abordagem que considera, entre os aspectos inerentes ao gênero, as ações humanas em contextos situados, as ações de produção e consumo de gêneros e sua organização genérica, as redes de práticas que englobam o uso de gêneros e seu papel na mudança social.

Com base nas perspectivas abordadas na seção anterior, é possível endossar algumas concepções teóricas da ACG:

- Gêneros são modos de ação social.
- Gêneros estão dialeticamente relacionados ao contexto social.
- Os gêneros não funcionam isoladamente, mas em conjunto, num complexo sistema de relações (LIMA, 2013).
- Gêneros são usados por atores sociais para alcançar propósitos sociodiscursivos específicos.
- Gêneros possuem relação dialética com discursos e estilos.
- A análise de gêneros numa perspectiva crítica se importa com sentidos ideológicos e seus efeitos nas práticas sociais.

Essas concepções resultam da convergência entre as abordagens da ASG, da ADC e da LSF. A ACG compreende gêneros como modos de ação social, como ações de linguagem orientadas por propósitos específicos e que funcionam em contextos de situação e contextos mais amplos, sociais e culturais. As pessoas usam gêneros para agirem no mundo, para engajarem-se em interações e papéis sociais. Elas atuam em práticas sociais por meio de ações que conduzem a vida social, que determinam “os conhecimentos que os seres humanos possuem, sua identidade, seus relacionamentos sociais e sua própria vida” (MEURER, 2000, p. 152). Os gêneros, portanto, não são “somente formas textuais, mas também formas de vida e de ação” (BAZERMAN, 2006, p. 10).

Ao constituir ações, os gêneros estabelecem relações sociais, realizam atitudes, valores, objetivos particulares e legitimam representações particulares de aspectos do mundo. Fairclough (2003, p. 65) compreende que “gêneros constituem especificamente os aspectos discursivos dos modos de agir e interagir dentro de eventos sociais”. Eventos sociais são ações e acontecimentos da vida social que fazem parte de práticas sociais associadas a instituições particulares (FAIRCLOUGH, 2006). Isso significa que ações e interações são realizadas pelos gêneros e estabelecidas discursivamente no curso de eventos sociais. Essa concepção é reforçada pela ACG ao buscar analisar aspectos discursivos com foco nas ações de produção, distribuição e consumo de gêneros.

Outro aspecto fundamental dessa concepção é a compreensão de que gêneros, como interação, envolve a ação com os outros e sobre os outros. Tal como a ADC, a ACG evidencia a relação entre gêneros e relações de poder. Gêneros são usados para desempenhar ações que controlam práticas sociais, que sustentam a estrutura institucional da sociedade contemporânea ou que provocam mudanças sociais. Analisar gêneros implica não só analisar as ações pelas quais as coisas são feitas, mas também como são feitas. O *como* envolve a análise da relação entre práticas institucionalizadas e especializadas em regular e controlar outras práticas sociais.

De modo geral, as atividades humanas englobam um vasto repertório de gêneros usados em contextos situados para desempenhar os objetivos de grupos sociais particulares. Essa noção ajuda a entender outras duas concepções da ACG: a de que as ações de um gênero são realizadas de acordo com a situação e o contexto social e de que essas ações são orientadas por propósitos sociodiscursivos, os quais determinam a organização retórica de um gênero e seu funcionamento nas práticas sociais.

Segundo essa perspectiva, gêneros estão dialeticamente relacionados ao contexto social. Quando Miller (2012) afirma que o gênero “como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação surgiu” e que “como padrões recorrentes do uso linguístico, os gêneros ajudam a constituir a substância de nossa vida cultural” (p. 39), a autora assevera a perspectiva de que gêneros tanto são constituídos por elementos da situação retórica e do contexto social como constituem esse contexto. As ações realizadas pelos gêneros são manifestadas materialmente numa situação que se insere num contexto de convenções sociais, culturais e discursivas (LIMA, 2013).

Na perspectiva de Fairclough (2003), gêneros, como modos particulares de ação e interação, estão associados a diversas práticas situadas. A composição genérica e o funcionamento dos gêneros estão relacionados a práticas sociais particulares. Na análise do

significado acional, o autor considera necessário investigar as atividades que são realizadas por meio dos gêneros, com que propósitos, que relações sociais estão implicadas nessas atividades e quais os efeitos disso nas práticas sociais.

Em análises de gênero orientadas pela LSF, o gênero é tido “como fenômeno estruturador da cultura” (MOTTA-ROTH, 2011, p. 156). Nessa perspectiva, gêneros estão relacionados ao contexto de situação e ao de cultura. A análise da relação entre gêneros e o contexto de situação e de cultura favorece a análise de como os gêneros são utilizados para alcançar objetivos específicos e, com isso, são utilizados a favor de interesses de instituições particulares.

Com base nessas perspectivas, a ACG reconhece que os gêneros estão inerentemente relacionados a contextos situados e contextos culturais. Essa relação entre situação, contexto de cultura e linguagem, quando levada em consideração na análise de gêneros, pode favorecer a compreensão de como gêneros atuam na representação de uma multiplicidade de visões de mundo e de ideologias (MOTTA-ROTH, 2011). Ao reforçar a importância dada pela ACG à relação entre gênero e contexto, Motta-Roth (2011, p. 170) afirma que

a análise de gêneros discursivos pode situar a linguagem em contextos específicos, conectando linguagem em contextos específicos, conectando linguagem a contexto de situação e esses dois elementos ao contexto de cultura mais amplo, relacionando os processos de interação linguística aos processos sociais, a ordem social com a ordem do discurso, as práticas sociais com as práticas linguageiras.

Corroborando a ideia de Fairclough (2003), os gêneros são modos de ação e interação discursiva em práticas sociais particulares e, por isso, a ACG considera fundamental a análise dessa relação; de como elementos das práticas sociais influenciam a produção e o uso de gêneros e de como essas práticas são constituídas por gêneros.

Um ponto dessa discussão que não deve ser desconsiderado é o fato de que, no contexto social, os gêneros não funcionam isoladamente. Mesmo em contextos específicos, seguem-se gêneros inter-relacionados, num conjunto ou sistema de gêneros que gera as condições necessárias para que as ações discursivas sejam realizadas e concretizem os propósitos que as orientam (MOTTA-ROTH, 2008). Como afirma Lima (2013, p. 228), “todo gênero se configura e se realiza numa intrincada rede de gêneros e discurso. Isso significa que os estudos de gêneros devem evitar a análise de gêneros isolados, abstraídos das relações que estabelecem com outros dentro de uma ecologia ou de um sistema de atividade social”.

Os gêneros são condicionados por outros e desencadeiam a própria vida e atuação social. Segundo Bazerman (2011), “um conjunto de gêneros é a coleção de tipos de textos que

uma pessoa num determinado papel tende a produzir”, enquanto um sistema de gêneros “compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (p. 33-34). Esse sistema de gêneros, por sua vez, faz parte de um complexo sistema de atividades.

O que Bazerman (2011) mostra, a partir desses conceitos, é que os gêneros não funcionam num vácuo, soltos na realidade sócio-histórica. Eles “nunca surgem num grau zero, mas num veio histórico, cultural dentro de instituições e atividades preexistentes” (MARCUSCHI, 2011, p. 10), estabelecendo um sistema de interações que estruturam as práticas de instituições e grupos sociais. Como aponta Lima (2013, p. 51), “os gêneros funcionam em conjunto, formando um complexo sistema de relações”.

Portanto, é importante levar em conta a conjuntura social, política e histórica de produção e circulação implicada nas relações que gêneros estabelecem dentro de um sistema de atividade social. Considerar os sistemas de atividades e as relações entre gêneros é “focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos como fins em si mesmo” (BAZERMAN, 2011, p. 35).

Outra concepção fundamental em ACG é a de que gêneros são usados para alcançar propósitos sociodiscursivos específicos. Os agentes sociais usam o gênero, num “dado contexto como forma de alcançar objetivos específicos” (VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005, p. 37). Lima (2013, p. 43), ao discutir sobre essa concepção da ACG, explica que

só se pode realizar algo no mundo através da linguagem porque há algum tipo de conhecimento culturalmente partilhado, a partir do qual os sujeitos sociais reconhecem determinadas formas de organização e uso da linguagem como efetivos e funcionais em certas situações sociais (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995; EGGINS, 2004; MILLER, 1984). Portanto, pode-se dizer que os propósitos sociodiscursivos incorporados por um gênero são construídos a partir desse reconhecimento sociocultural.

Esses propósitos materializam-se em gêneros e podem ser analisados a partir da organização retórica do gênero e de sua relação com o contexto. A análise dos movimentos retóricos (SWALES, 1990) e da estrutura genérica (FAIRCLOUGH, 2003) permite compreender como propósitos específicos configuram gêneros específicos. Para Fairclough (2003), os propósitos que orientam o que as pessoas estão fazendo discursivamente podem ser mesclados, implícitos e combinados de um modo que pode não ser tão claro, mas que, ainda assim, quando analisados, contribuem para desvelar as estratégias que organizam o gênero.

Quais gêneros serão escolhidos e como serão usados (MEURER, 2005) são questões que dizem respeito aos propósitos sociodiscursivos e esses, por sua vez, podem estar relacionados a relações hegemônicas. Os propósitos orientam as ações dos gêneros e essas ações frequentemente implicam em formas de dominação. Indústrias da mídia, por exemplo, usam gêneros com o objetivo de difundir, legitimar ou naturalizar concepções particulares do mundo que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011).

Nesse sentido, a ACG preocupa-se em verificar como os gêneros estão sendo usados para propósitos associados a grupos e instituições particulares. Na análise de movimentos retóricos, a ACG busca analisar a organização retórico-discursiva do gênero, para desvelar os propósitos que orientam o funcionamento do gênero nas práticas sociais. Pressupõe-se que o desempenho desses propósitos não raramente beneficiam grupos dominantes, legitimando relações assimétricas de poder.

A concepção da ACG de que gêneros possuem relação dialética com discursos e estilos se fundamenta basicamente nas teorizações da ADC. Gêneros, estilos e discursos integram redes de práticas sociais e se relacionam aos significados do discurso: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional, relativos a modos de agir, representar e identificar discursivamente (cf. seção 1.2.2).

Segundo Meurer (2005), a análise de gêneros, sob a perspectiva da ADC, possibilita compreender três aspectos importantes: a) como conhecimentos e crenças estão sendo representados em gêneros; b) que tipo de relações sociais o gênero reflete ou estabelece; e c) quais as identidades ou os papéis sociais envolvidos no gênero. É nesse sentido que a ACG, ao partir de concepções da ADC, reconhece que “as práticas sociais realizadas pelos gêneros reconfiguram ou criam discursos, vistos aqui como as representações que caracterizam os estados do mundo, os seres sociais (as identidades) e os tipos de práticas e ações permitidas (as relações sociais)” (BONINI, 2011a, p. 694).

Bonini (2010, 2011a, 2012) enfatiza a proposta da ACG que parte da análise de gêneros para a análise semiótica em termos das três categorias de significado, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Em seus trabalhos, o autor busca analisar gêneros a partir de aspectos discursivos inerentes, considerando a semiose entre as representações de mundo, as relações e as identidades sociais (BONINI, 2012).

Segundo Fairclough (2003), discursos (modos de representação) são interpretados em gêneros (modos de ação e relação) e apontados em estilos (modos de identificação) e, por isso, “dizemos que a relação entre os significados do discurso é dialética e que sua distinção, embora seja necessária, não é absoluta” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112).

Considerando essa relação dialética, a ACG compreende que gêneros específicos, ao serem utilizados em práticas sociais, articulam discursos particulares e apontam modos específicos de identificar atores sociais num determinado contexto sócio-histórico e cultural.

Os propósitos que orientam o gênero também contribuem para definir como discursos e identificações serão articulados na constituição discursiva do gênero. Retomando o exemplo de Ramalho e Resende (2011) da crônica jornalística que construiu uma narrativização sobre Ivan, um cidadão em situação de rua, as autoras identificaram no gênero a construção de uma narrativização que serviu para naturalizar a ideia de que pessoas como Ivan estão na rua por vontade própria, por uma escolha de vida. Essa construção discursiva não só dissimula a situação miserável de Ivan como também exclui a responsabilidade das autoridades do Estado. Dessa forma, a análise apontou para o papel dos gêneros, em primeira instância, na legitimação de identidades sociais específicas e, num sentido mais amplo, na legitimação de relações de dominação. Mostrou também que gêneros articulam discursos e modos de identificação segundo propósitos sociodiscursivos particulares.

O trabalho de Ramalho e Resende (2011), por se inserir na perspectiva da ADC, contribui para compreender a relação entre os significados do discurso, mas não mantém necessariamente foco no gênero *crônica jornalística* e, sim, na análise do discurso com base nas categorias de análise associadas a gêneros, discursos e estilos. Disso pode ser depreendido a distinção entre a ACG e a ADC. O objetivo central da ACG é analisar gêneros de práticas específicas e, a partir disso, estudar aspectos relacionados à representação de mundo e identificação de atores sociais. Já a ADC tem como foco o estudo do discurso em relação aos significados representacionais, acionais e identificacionais.

Em termos metodológicos, a ACG toma, dentre outras, as categorias analíticas propostas por Fairclough (2003) para dar conta de parte da análise textual, genérica e discursiva (cf. seção 3.1). Mas parte essencialmente da análise social e textual de um ou mais gêneros para compreender como modos de ação e de relação (re)produzem discursos e identificações particulares.

Por último, a análise de gêneros numa perspectiva crítica se importa com sentidos ideológicos e seus efeitos nas práticas sociais. Ao explicar uma proposta de “estudos de gêneros como ciência social crítica, especialmente no que tange ao estudo dos gêneros jornalísticos”, Bonini (2012, p. 2) descreve a ACG como uma perspectiva ocupada em investigar o papel de gêneros na construção e legitimação de sentidos a serviço do poder (THOMPSON, 2011).

A ACG é, na concepção de Bonini (2012), uma perspectiva de estudos de gêneros como ciência social crítica porque é orientada para a pesquisa que trabalha com aspectos da prática social ligados a problemas sociais, especificamente no que se refere ao papel de gêneros em lutas hegemônicas. Essa abordagem vai além do estudo de gêneros como ações retóricas tipificadas para abarcar mais precisamente uma discussão sobre as possíveis implicações ideológicas de gêneros como fator de mudança social.

Considerando os conceitos de ideologia e hegemonia na perspectiva da ADC, a ACG busca compreender os modos e estratégias usados na constituição de gêneros para operar ideologias que legitimam relações de dominação e favorecem lutas hegemônicas. Bonini (2010), por exemplo, analisa os gêneros que compõem a prática do concurso público para professor universitário e observa o papel desses gêneros nas relações hegemônicas que são postas em jogo, considerando identidades e relações sociais. Motta-Roth e Marcuzzo (2010) analisam notícias de popularização científica e observam que as vozes articuladas nos gêneros estabelecem as relações de hegemonia entre cientistas e leigos/as.

A ACG reconhece que representações ideológicas são construídas em gêneros não simplesmente para contrastar posições, atitudes, crenças e valores, mas para legitimá-los em favor de relações de poder e dominação. Essa perspectiva, então, pode contribuir para desvelar essas representações ideológicas em gêneros e apontar seus efeitos sobre as práticas sociais, bem como contribuir com práticas de resistência, na qual atores sociais podem se engajar em práticas discursivas de embate aos posicionamentos e representações sustentados por instituições particulares.

Concordo com Motta-Roth (2008, p. 370-371) que a ACG pode contribuir com a pesquisa da linguagem pelo menos em três sentidos:

Primeiro, ao propor a análise de elementos linguísticos e retóricos do texto (como na Análise de Gênero estrita) em combinação com a análise dos elementos ideológicos do contexto (como a Análise do Discurso Crítica), a Análise Crítica de Gênero se presta a uma análise que é, ao mesmo tempo, detalhada, porque explica e localiza os elementos linguísticos no tempo e no espaço, e problematizadora, porque desnaturaliza os valores que estão postos.

Segundo, ao trazer, para a análise do texto, a preocupação com as práticas sociais, a Análise Crítica de Gênero esclarece o significado dos textos para a vida individual e grupal e o papel estruturador dos gêneros para a cultura (...).

Terceiro, ao possibilitar a análise dos valores sociais dos elementos do texto e inscrevê-lo num sistema de atividades, a Análise Crítica de Gêneros permite uma percepção mais acurada da relação entre teoria da linguagem e prática social.

Ao expandir a análise de gêneros “para além dos limites do léxico e da gramática, para abarcar o contexto social, o discurso e a ideologia” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 351), a ACG

pode contribuir para “corrigir injustiças sociais historicamente instituídas e preparar o caminho da emancipação dos indivíduos que se encontram no lado menos privilegiado da ordem social” (RAJAGOPALAN, no prelo, apud MEURER, 2005, p. 105).

CAPÍTULO 2

A REPORTAGEM NO CENÁRIO DAS PRÁTICAS DA REVISTA SEMANAL DE INFORMAÇÃO

O gênero reportagem pode ser considerado um dos mais significativos gêneros na constituição das práticas jornalísticas. No caso da revista semanal de informação, é o principal gênero em sua constituição discursiva. Este capítulo dedica-se a apresentar considerações essenciais sobre aspectos que envolvem o objeto de pesquisa.

No primeiro momento, direciono a discussão para questões relacionadas à conjuntura social e política que envolve a produção e circulação do gênero reportagem e, mais especificamente, das reportagens que compõem o *corpus* da pesquisa. Em seguida, apresento aspectos da configuração sociorretórica e discursiva da revista semanal de informação e do gênero reportagem. Por fim, traço uma discussão sobre o conceito de narrativização identitária – importante elemento de análise na pesquisa.

Para tanto, na primeira seção, explico de modo conciso, algumas perspectivas sobre a mídia e as práticas jornalísticas, e também sobre o contexto sociopolítico da produção e circulação do gênero reportagem. Tomo como base principalmente os pressupostos teóricos de Thompson (2011, 2014), van Dijk (2003, 2012) e Bonini (2001, 2003, 2012). Na segunda seção, apresento aspectos característicos da constituição da revista semanal de informação e do gênero reportagem de revista, segundo proposições, sobretudo, de Bonini (2011), Lima (2013), Vilas Boas (1996), Sodré e Ferrari (1986) e Kindermann (2003). Na terceira seção, desenvolvo a discussão sobre a narrativização identitária com base fundamental nas propostas e discussões de Fairclough (2003), Thompson (2011), Ramalho e Resende (2011), Silva (2014), Woodward (2014), Giddens (2002) e Hall (2005, 2014).

2.1 Aspectos da conjuntura social e política

2.1.1 Das práticas jornalísticas

As práticas jornalísticas estão inerentemente ligadas às indústrias da mídia, a sistemas de comunicação e redes de informação que configuram boa parte do novo capitalismo. Fairclough (2003) usa o termo *novo capitalismo* para conceituar as recentes reestruturações de

relações entre os domínios econômico, político e social do capitalismo, para a manutenção de sua continuidade como modelo dominante. O autor aponta para a existência de um conjunto de termos usados para se referir a essas mudanças como, por exemplo, “modernidade tardia⁵”, um conceito proveniente dos estudos de Giddens (2002). No entanto, Fairclough (2003) opta pelo conceito de novo capitalismo para se referir às transformações na sociedade contemporânea, que envolvem relações entre diferentes níveis da vida social – o global, o nacional, o regional e o local.

Segundo o autor, o capitalismo tem a capacidade de superar crises por meio de autotransformações periódicas radicais, para que sua expansão econômica possa prevalecer. Nesse contexto, o novo capitalismo vem se instaurando em resposta a uma crise do modelo pós-segunda guerra – o fordismo.

Essas mudanças estabeleceram um modo de produção capitalista sujeito à lógica emergente de uma economia globalizada baseada no conhecimento, na informação. A produção e circulação das formas simbólicas (ideologias) no novo capitalismo são inseparáveis das atividades das instituições da mídia (THOMPSON, 2011) e, por conseguinte, das atividades do jornalismo. Essa relação entre a mídia e o jornalismo tem contribuído para mudanças sociais que ocorrem na sociedade contemporânea. Segundo Thompson (2014), grande parte das mudanças nas formas de ação e interação no mundo social que ocorrem nas sociedades modernas estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da mídia e, consequentemente, da produção, transmissão e recepção das formas simbólicas.

Uma parte significativa da experiência, da ação e interação nas sociedades contemporâneas tornou-se mediada, segundo Thompson (2011), pela difusão das formas simbólicas através dos meios de comunicação de massa. É o que Giddens (2002) chama de *experiência mediada* – um fenômeno que facilitou o exercício do controle social. É inegável o papel da mídia no controle parcial da sociedade. Na perspectiva de Thompson (2011), esse controle é exercido principalmente por meio da produção e difusão de formas simbólicas em grande escala, para além das fronteiras espaço-temporais.

Essa acessibilidade das formas simbólicas em grande escala no tempo e no espaço impulsionou a consolidação do poder das indústrias da mídia e de outras relações assimétricas de poder. Thompson (2011) explica que, com a transmissão de formas simbólicas para audiências potencialmente amplas e dispersas, as mídias de massa conseguiram ampliar o

⁵ Giddens (1991, 2002) usa o termo modernidade tardia para se referir à “presente fase de desenvolvimento das instituições modernas marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade” (GIDDENS, 2002, p. 221).

impacto dos sentidos ideológicos na organização social da vida cotidiana, o que facilitou o serviço em favor da manutenção de relações de dominação.

Thompson (2011) reconhece que as formas simbólicas não são produzidas apenas pelas indústrias da mídia, mas salienta que elas têm grande impacto na experiência e nos padrões de interação social. O autor classifica as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa como *quase-interação mediada* (THOMPSON, 2014). Por meio da quase-interação mediada, jornais, revistas, televisão e outros produzem formas simbólicas que são recebidas por um contingente indefinido e amplo, aumentando o potencial de sentidos ideológicos serem reproduzidos em escala global. Isso pode ser comprovado pelo fato de que “para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (p. 285).

Nesse mesmo sentido, Fairclough (2003) considera que as ações da mídia, que inclusive envolvem uma cadeia de gêneros discursivos, não só facilitaram a capacidade de “ação à distância” (p. 31), mas também o exercício do poder. Para o autor, os meios de comunicação de massa são parte do aparato de regulação da sociedade. Isso porque controlam condutas, estilos de vida, influenciam a produção de novas identidades e, de modo geral, controlam as práticas sociais.

Nesse cenário, o jornalismo é comumente associado às ações que objetivam tornar a informação pública, tomando parte das mídias de massa, o que faz dele “um dos fenômenos estruturantes da sociedade na modernidade e, de forma mais enfática, na modernidade tardia” (BONINI, 2008, p. 21). As atividades jornalísticas, como parte das atividades exercidas pela mídia, usa a informação, a notícia, como estratégia significativa para a produção e reprodução de ideologias que servem à sustentação do poder de grupos e instituições específicos. E, desse modo, podem ser consideradas potenciais instrumentos de poder e controle da sociedade.

Van Dijk (2012) afirma que o discurso jornalístico consolidou o controle parcial da sociedade justamente a partir da reprodução ideológica que serve a interesses globais e particulares das elites simbólicas. O autor nos lembra que “muitos detentores de poder contam com uma cobertura rotineira da mídia jornalística” (p. 73), o que contribui potencialmente para confirmar e legitimar o poder desses grupos. Esse controle pode ser facilmente percebido quando “falantes, rotineiramente, se referem à televisão, ou aos jornais, como suas fontes de conhecimento (e de autoridade) e opiniões” (p. 144).

Como uma atividade essencialmente discursiva, a atividade jornalística se pauta na representação e narração de acontecimentos da realidade social que recebem valor-notícia,

sendo considerados de interesse público. No entanto, a natureza ideológica dessa atividade é reconhecida desde o processo de escolhas daquilo que será ou não representado, noticiado, narrado, “quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (VAN DIJK, 2012, p. 74). Essas escolhas resultam de um processo sujeito a posicionamentos políticos, sociais e, sobretudo, ideológicos que permeiam a construção de “versões da realidade, não raro beneficiando grupos dominantes” (BONINI, 2012, p. 7).

Para Marques de Melo (2003), a seleção dos acontecimentos que devem ou não ser representados é a primeira escolha ideológica de uma empresa de jornalismo. Van Dijk (2012) observa que, na produção jornalística, a seleção de assuntos e de reconstruções específicas da realidade é uma estratégia usada para a legitimação de ideologias em favor da reprodução das estruturas de poder social. Esse controle da informação é, em grande parte, exercido pelas instituições que possuem acesso privilegiado à mídia e, geralmente, essas instituições delegam à mídia a tarefa de legitimar seu poder e manipular o consenso favorável a elas (VAN DIJK, 2003). As estratégias discursivas, relativas ao controle da informação, disseminam valores e metas que determinam as peças formadoras das ideologias dominantes. A partir disso, o discurso jornalístico “efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 144).

Além de ser essencialmente discursiva, a atividade jornalística faz uso de um vasto conjunto de gêneros, os quais são importantes nas ações pretendidas pelas indústrias da mídia. Ao apontar para o estudo crítico de gêneros jornalísticos, Bonini (2012) afirma que o discurso jornalístico é resultado da recontextualização de vários discursos, incluindo na prática noticiosa práticas como a de manipulação. Nessa perspectiva, o discurso jornalístico não está apenas voltado para a informação, como se faz pensar, mas muito mais para a inter-relação entre outros discursos – discurso político, de relações de gênero, sobre minorias étnicas etc. – com o fito de operar estrategicamente ideologias.

Desse modo, os gêneros jornalísticos não atuam apenas a partir de narrativas ligadas à ação de informar. Apesar de essa ação retórica se situar na base do discurso jornalístico (LIMA, 2013), os gêneros também se constituem de ações como opinar, interpretar, entreter e promover. A articulação dessas diferentes ações em um mesmo gênero ou em gêneros distintos serve à construção de narrativizações que podem, por exemplo, legitimar modos particulares de identificar atores sociais no âmbito político, favorecendo posicionamentos político-partidários específicos. Como aponta Fairclough (2003), as construções genéricas cada vez mais híbridas no âmbito da mídia são formas de ofuscar fronteiras sociais da vida

social contemporânea. Os gêneros jornalísticos podem ser considerados “instrumentos de dominação ou de legitimação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra por meio da violência simbólica” (BOURDIEU, 2003, p. 11).

Bonini (2001, 2003) mostra que, ao atuarem no funcionamento da rede de práticas do jornalismo, os gêneros não só organizam essas práticas, mas as constituem discursivamente. Essas práticas são reconhecidas por usar gêneros como a notícia, a nota e a reportagem para atingir seus propósitos sociodiscursivos, principalmente no sentido de produzir e reproduzir concepções particulares do mundo. Em gêneros como a reportagem, por exemplo, é possível analisar a construção de narrativas que favorecem as relações de dominação sobre as minorias étnicas (VAN DIJK, 2012; MAGALHÃES, 2004). Ao analisar notícias da imprensa, van Dijk (2012, p. 75-76) observou que

As minorias, os refugiados, os sem-teto e os países e as populações do Terceiro Mundo parecem ser representados de maneiras geralmente semelhantes, ou seja, em contraste com a apresentação dos grupos e países poderosos. A conclusão geral desses estudos é a de que esses e outros grupos externos: a) tendem a ter menos acesso aos meios de comunicação de massa dominantes; b) são menos usados como fontes de notícia usuais ou confiáveis; c) são descritos de forma estereotipada, se não negativa, principalmente como um “problema”, se não como um fardo ou mesmo uma ameaça a nossos valiosos recursos; d) são tidos como “deficientes” ou “atrasados” de várias maneiras, quando comparados a nossos objetivos, normas, conhecimento ou cultura; e, portanto, e) precisam de nossa ajuda, compreensão ou apoio (altruístas), pressupondo que se adaptem a nossas normas e ideologias sociais e políticas.

O autor observa ainda que, com esse modo específico de representação de atores sociais, a mídia influencia a opinião que as pessoas têm sobre as minorias, o que contribui para um problema social grave: o preconceito. Gêneros jornalísticos também podem atuar, em outro sentido, a favor dos interesses hegemônicos de partidos políticos. Nas democracias contemporâneas, tomando em especial o caso do Brasil, partidos políticos contam com a representação da mídia jornalística para sustentar o monopólio da representação política. Reportagens que envolvem assuntos políticos usualmente interpretam os acontecimentos com tendência a defender interesses de partidos políticos específicos, segundo os posicionamentos assumidos pelas indústrias de jornalismo.

Bonini (2012) observa que os gêneros jornalísticos são ações sociais de noticiabilidade atreladas a grupos específicos e a uma série de práticas sociais (de divulgação, de representação política etc.). Instituições que querem assegurar sua hegemonia, indústria da mídia e especificamente empresas de jornalismo utilizam esses gêneros para construir

narrativas que criam versões da realidade dadas como naturais e verdadeiras, ocultando problemas sociais que são resultados de situações de desigualdade e abuso de poder.

É importante considerar que os gêneros jornalísticos não são usados apenas para ações voltadas à manutenção de discursos hegemônicos. Eles também podem ser usados para desempenhar práticas de resistência, abrindo possibilidades para a transformação social a partir do embate aos interesses das mídias hegemônicas. O espaço jornalístico não necessariamente está voltado apenas para a representação ideológica que assegura o poder de instituições particulares, mas também tem usado os gêneros para representações alternativas, que visem à superação de relações de dominação.

2.1.2 Do gênero reportagem

O gênero reportagem está inserido num “complexo sistema de interações” (LIMA, 2013, p. 34) que estruturam as práticas jornalísticas. Ao lado de outros gêneros, como a notícia, o editorial, o artigo de opinião e a coluna, a reportagem faz parte de sistemas altamente complexos que operam na esfera do jornalismo. Essa relação entre gêneros é fundamental para que as ações e os propósitos dessa comunidade profissional sejam desempenhados.

No entanto, o contato do gênero reportagem tem cada vez mais ultrapassado essas fronteiras, estabelecendo uma “rede de gêneros” com outras esferas discursivas. De acordo com Swales (2004), uma rede de gêneros é instaurada quando outros gêneros são criados a partir de um gênero. Gêneros como o romance-reportagem e a entrevista-reportagem surgiram a partir desse sistema de relações intertextuais e interdiscursivas.

Há uma tendência crescente do deslocamento desse gênero jornalístico para o campo corporativo e publicitário. Lima (2003) exemplifica esse fenômeno apontando para a possibilidade do uso da reportagem dentro de um relatório de desempenho contábil (esfera corporativa); ou o uso do gênero *press release*, que combina recursos estruturais e discursivos da reportagem com certas propriedades do anúncio-publicitário para divulgar uma instituição (esfera publicitária).

Fairclough (2003) também estuda esse fenômeno de hibridização. Ao analisar uma espécie de “reportagem promocional” sobre a cidade de Békéscsaba, na Hungria, publicada no jornal *Budapest Sun*, o autor mostra que o gênero tem sido usado para “vender” a imagem de governos nacionais, um fenômeno decorrente das transformações associadas ao novo capitalismo. Essa hibridização do gênero faz parte de um complexo contexto de mudanças

sociais e discursivas. Como afirmam Chouliaraki e Fairclough (1999, p.116), “gêneros e discursos podem tornar-se desencaixados de ordens do discurso particulares e circular como elementos livres e flutuantes capazes de serem articulados em novas configurações, como a manifestação de processos de mudança social no discurso”.

Por conseguinte, o entrecruzamento de vozes e discursos de diferentes esferas, como a publicitária e a jornalística, tem sido usado na produção de gêneros como estratégia das empresas de comunicação em resposta às transformações sócio-históricas e culturais da atual conjuntura. Por um lado, cada vez mais o jornalismo se apropria de recursos que atendem à lógica do mercado e do consumo e, por outro, a publicidade encontra no jornalismo recursos para atender as exigências de uma economia baseada na informação.

Nesse contexto, é importante considerar aspectos da produção de reportagens de revistas semanais de informação – que fazem parte do *corpus* desta pesquisa. A produção e a circulação desse gênero estão atreladas às relações sociais, políticas e econômicas que configuram o novo capitalismo. No cenário das práticas jornalísticas, esse é um importante gênero para a mediação da informação e de formas simbólicas (ideologias) que ajudam a estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011).

Em suas análises de notícias jornalísticas, van Dijk (2012) atenta para o fato de que processo de produção das notícias e reportagens é dirigido por um sistema de valores e ideologias profissionais que costuma direcionar o foco e o interesse para os vários participantes da elite: atores sociais, grupos, classes, instituições, países e regiões. Isso confere a pessoas, organizações e países da elite acesso preferencial à grande mídia que, por sua vez, reconhece e legitima o poder dessa elite. Isso ocorre também porque as grandes mídias jornalísticas não são apenas simples porta-vozes da elite; elas fazem “parte da estrutura de poder societal, cuja dimensão simbólica administram” (p. 74).

Isso pode ser observado nas reportagens de revistas semanais de informação, como as que compõem o *corpus* deste trabalho. O gênero é usado para a construção de narrativas que favorecem “as pessoas, os grupos ou as instituições mais poderosos da sociedade” (p. 74). Nas revistas, as reportagens promovem personalidades públicas, famosas e políticas. O conteúdo temático e os aspectos ideológicos do que vale ou não ser noticiado e interpretado atendem aos interesses da classe média. As fontes e vozes que circulam no texto são sempre provenientes de instituições, especialistas e autoridades discursivas.

Para manter seu poder e o poder das elites simbólicas, a grande mídia acaba por dar pouca atenção ou excluir fontes alternativas de informação e notícias relevantes para aqueles/as que não ocupam lugar privilegiado na sociedade. Como aponta van Dijk (2012), a

maioria dos/as jornalistas são conhecidos/as por sua preferência por fontes institucionais e geralmente consideram as minorias menos confiáveis.

Isso resulta em um acesso privilegiado das elites à mídia, em detrimento dos grupos minoritários. O acesso limitado desses grupos, por sua vez, faz com que “questões e tópicos que são diretamente relevantes para as minorias [recebam] menos cobertura e menos proeminência. Esse é o caso das questões como discriminação, racismo, violência policial, escassez de empregos, condições de trabalhos miseráveis” (p. 99) e outros.

É nesse contexto sociopolítico que são produzidas as reportagens de revistas semanais de informação. O uso do gênero é, portanto, um dos mecanismos usados para mediar as formas simbólicas que favorecem atores sociais específicos e relações assimétricas de poder. No caso das narrativizações identitárias de líderes políticos, a reportagem pode desempenhar papel importante na sustentação do poder desses grupos e na legitimação de posicionamentos que favorecem o contorno das lutas hegemônicas que se travam no contexto político-partidário.

2.2 Aspectos sociorretóricos e discursivos

2.2.1 Da revista semanal de informação

A revista semanal de informação é reconhecida socialmente como um produto que objetiva primordialmente informar (LIMA, 2013). No entanto, muitos pesquisadores têm apontado para a revista como um produto que visa interpretar fatos da realidade social. Segundo Vilas Boas (1996), a revista é caracterizada por produzir o texto noticioso de modo mais analítico e interpretativo, a partir da conciliação entre noticiar e narrar. Ao distinguir a revista de jornais, o autor explica que

a revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas dos jornais, rádio e televisão. Além de visualmente mais sofisticada, outro fator a diferencia sobremaneira do jornal: o texto. Com mais tempo para extrapolações analíticas do fato, as revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário (VILAS BOAS, 1996, p. 9).

Vilas Boas (1996) defende que a revista, por dispor de maior tempo para analisar e interpretar o fato noticioso, não se preocupa com o critério de imparcialidade (que, na verdade, é um mito até mesmo para a imprensa diária). A revista pode construir, por exemplo,

uma reportagem contendo informação, análise, interpretação e ponto de vista. Diferentemente do jornalismo diário trata o conceito de notícia de um modo mais amplo, num contexto maior.

Pelo caráter interpretativo dos gêneros em sua organização, é possível perceber que a revista semanal de informação constrói narrativas em defesa dos interesses particulares delineados na linha editorial da empresa jornalística que a produz. É nesse sentido que Vilas Boas (1996, p. 34) afirma que a revista de informação assume “declaradamente o papel de formadora de opinião” (p. 34).

Considero a revista como um hipergênero, ou seja, sua constituição é composta a partir de um agrupamento ordenado de gêneros que determinam sua configuração sociorretórica e discursiva. Tomo do trabalho de Bonini (2011) e Lima (2013) o conceito de *hipergênero*. A abordagem de Bonini (2011) relaciona gêneros aos conceitos de *mídia*, *suporte* e *hipergênero* e propõe analisar as relações genéricas em quatro níveis: na mídia, no hipergênero, no sistema de gêneros e na comunidade discursiva. Essa proposta contribui para a compreensão da mídia como elemento fundamental nas relações genéricas e para estender o conceito de hipergênero.

Bonini (2011) adota o conceito de *mídia*⁶ como uma “tecnologia de mediação da interação linguageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação” (p. 688), identificada pela organização, produção e recepção dos suportes que a constituem. Segundo essa concepção, a mídia é definida a partir de sua interação como uma atividade *linguageira*. Desse modo, como aponta Lima (2013, p. 89), ao discutir o conceito de mídia, o trabalho de Bonini contribui para “a inserção da mídia como um componente fundamental da produção, mediação e compreensão dos gêneros” e para “a identificação da mídia como um elemento mais importante que o suporte nos processos interacionais desencadeados pelo gênero e pelo hipergênero”.

Já o termo *suporte* passa a ser conceituado como elemento material de registro, armazenamento e transmissão de informação, que está envolvido na concretização de uma mídia. Em trabalhos anteriores, Bonini (2003, 2008) considerava o suporte como um dispositivo no qual circulam gêneros. Com a ampliação do espaço de discussão sobre o

⁶ O conceito de *mídia* adotado por Bonini (2011) e Lima (2013) se distingue do conceito tomado por Thompson (2011, 2014) e van Dijk (2012), que apresento na seção 2.1. Thompson (2011, 2014) e van Dijk (2012) concebem *mídia* como meios de comunicação de massa, especialmente quando considerados como meios de difusão de informação e notícia. Bonini (2011) e Lima (2013) compreendem mídia como um conjunto de tecnologias materiais e simbólicas por meio do qual os gêneros são mediados (meio de registro, difusão e acesso). Na seção 2.1.1, abordo sobre a mídia conforme as discussões de Thompson (2011, 2014) e van Dijk (2012). Mas nesta seção, parto da perspectiva de Bonini (2011) e Lima (2013).

conceito de *mídia* em detrimento de *suporte*, Bonini (2011) passa a defender que “suporte seja visto como um componente da mídia” (p. 702), que envolve “tecnologias de registro, armazenamento e transmissão” (p. 687).

A proposta de Bonini (2011) analisa o gênero como uma unidade de interação linguageira associado a componentes como a mídia e o hipergênero. O conceito que mais nos interessa aqui é o de *hipergênero*. O termo designa gêneros quando “produzidos em agrupamento, compondo uma unidade de interação maior (um grande enunciado)” (p. 691).

Inicialmente, Bonini (2003, 2008), criticava a proposição de jornal como um veículo – um simples transmissor de texto – considerando-o como um *hipergênero*. O termo referia-se a uma espécie de suporte quando organizado por unidades retóricas convencionadas, “um conjunto de seções organizadas de modo mais ou menos característico” (BONINI, 2008, p. 51). Esse conceito, então, foi mais amplamente discutido quando Bonini (2011) passou a estudar o jornal como um conjunto ordenado de gêneros, que “apresenta um sistema de disposição dos enunciados que envolve gêneros organizadores (sumário, introdução, editorial, chamada, etc.) e gêneros de funcionamento (notícia, romance, tratado, entrevista, etc.)” (p. 692). O autor considera o jornal, a revista, o *site*, por exemplo, como hipergêneros. Nesse sentido, analisa o jornal considerando não apenas sua estrutura, mas também as relações genéricas envolvidas. Com isso, reafirma sua organização e seu funcionamento como uma macrounidade composta por um agrupamento ordenado de gêneros, ou seja, um hipergênero.

Seguindo a trilha de Bonini (2011a), Lima (2013) desenvolve o conceito de hipergênero em torno da revista semanal de informação. Ao discutir especificamente sobre o conceito, caracteriza o hipergênero como “a) um conjunto de unidades textuais descontínuas; b) um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos; c) um conjunto de unidades retóricas; d) uma estruturação retórica prototípica; e) um conjunto de unidades interligadas por uma cadeia referencial” (p. 181).

A primeira característica parte da concepção de hipergênero como um conjunto de unidades descontínuas, sendo que suas menores unidades retóricas (especialmente os gêneros funcionais) podem ser deslocadas para fora do hipergênero sem prejudicar sua integridade formal e semântica ou a do próprio gênero deslocado. A segunda característica considera os gêneros que o compõe típicos, porque aparecem praticamente em todas as suas edições, sendo classificados em gêneros organizadores – que organizam e estruturam o hipergênero – e gêneros funcionais – que colocam o hipergênero em funcionamento. Essa estruturação permite que os hipergêneros da atividade jornalística sejam reconhecidos como mídias jornalísticas e artefatos simbólicos de comunicação social (LIMA, 2013).

A terceira característica desenvolve a noção de hipergênero como um conjunto de unidades retóricas, que funcionam como unidades de sentido no seu interior, variando entre unidades menores (os gêneros) e unidades mais extensas: o *bloco retórico*, a *seção retórica* e a *colônia retórica*. Essas unidades retóricas atuam fundamentalmente na constituição, na organização e no funcionamento retórico-discursivo do hipergênero.

O *bloco retórico* é definido como uma unidade menor, composta por um ou mais gêneros, que se desenvolvem em torno de uma temática comum e que possui uma certa delimitação gráfico-composicional. Na constituição do bloco retórico, Lima (2013) faz distinção entre *gênero dominante* e *gêneros complementares e suplementares*. Os gêneros dominantes constituem o núcleo retórico-discursivo do bloco. São gêneros como a reportagem, o artigo de opinião e a entrevista. Os gêneros complementares e suplementares servem de movimentos retóricos adicionais ao gênero dominante. Distinguem-se entre si pela relevância que possuem na construção semântica do bloco. Os gêneros complementares causam algum prejuízo, enquanto os suplementares podem ser destacados sem prejudicar a construção semântica do bloco.

A *seção retórica* designa um conjunto de blocos retóricos. É uma extensão do hipergênero em que os blocos se agrupam em torno de uma temática comum e que possui estrutura e localização mais ou menos estável. Já a *colônia retórica* constitui uma grande extensão retórico-discursiva. Essa unidade é formada por uma ou mais seções retóricas e se forma a partir de fatores estruturais e retórico-discursivos.

Além das unidades retóricas, os movimentos retóricos também compõem a estrutura retórica prototípica do hipergênero – quarta característica do hipergênero. Essa estrutura é relativamente estável porque esses movimentos são também relativamente típicos e dão ao hipergênero uma configuração em particular que, é claro, pode sofrer mudanças e processos de hibridização. E, na proposição da quinta característica, Lima (2013) considera que o hipergênero é realizado por várias operações retórico-textuais e discursivas, como a referenciação temática e genérica e a progressão retórica, que formam uma cadeia referencial que interconecta os gêneros. Por isso, o hipergênero é visto como um conjunto de unidades ordenadas e encaixadas de modo a formar uma cadeia referencial genérica.

Lima (2013), então, analisa a revista semanal de informação como um hipergênero, considerando-a como um macroenunciado formado por outros gêneros que se agrupam de forma ordenada, compondo um todo discursivo-textual. Os gêneros da revista se agrupam segundo um sistema de atividade social, formando uma macrounidade com características semelhantes às de um gênero.

Por meio da análise das revistas *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, o autor observou que a revista semanal de informação organiza suas seções retóricas a partir de seis grandes colônias retóricas: a) colônia de organização, b) colônia de interação, c) colônia de entretenimento, d) colônia de informação-interpretação, e) colônia de opinião, e f) colônia de utilidade. Lima (2013) sintetizou a organização das seções e colônias retóricas da revista semanal de informação da seguinte forma:

Quadro 3 - Organização das seções e colônias retóricas da revista semanal de informação

SEÇÃO RETÓRICA	GÊNERO DOMINANTE	COLÔNIA RETÓRICA	MOVIMENTO RETÓRICO- DISCURSIVO
Capa	Chamada	Organização- promoção	Promover a edição e referenciar as matérias internas da revista
Sumário	Sumário	Organização- referenciação	Referenciar e localizar as matérias internas
Editorial	Editorial	Organização- Opinião	Manifestar o discurso da instituição / Apresentar e promover matérias internas
Cartas	Carta	Interação	Oferecer ao leitor espaço para manifestar sua opinião sobre as matérias publicadas pela revista
Multimídia	Nota		Oferecer ao leitor possibilidades de ampliar a interação com a revista através de outras mídias, em especial a web
Coluna	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Expediente	Expediente	Organização- identificação	Identificar a instituição jornalística que edita a revista
Semana	Nota	Entretenimento	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia
	Frases	Entretenimento – Coluna Social	Apresentar informações sobre a vida de pessoas famosas
	(Entrevista)		
Entrevista	Entrevista	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Brasil	Reportagem (Entrevista)		
Internacional			
Variedades			
Economia			
Comportamento			
Ciência			
Guia	Reportagem, nota, guia	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados
Cultura	Crítica	Entretenimento- Cultura	Avaliar e sugerir produtos e atividades culturais
Coluna	Artigo de opinião / Crônica	Entretenimento- Opinião	Representar, interpretar e estetizar certos elementos da vida cotidiana

Fonte: LIMA, 2013, p. 209.

Do quadro é possível destacar que as seções retóricas são organizadas segundo as ações retóricas que mais definem a colônia da qual fazem parte. Desse modo, a revista separa as diferentes ações retóricas que a constituem: ações de interação, entretenimento, opinião, informação etc. No entanto, sabe-se que, apesar de a revista separar, por exemplo, a opinião explícita da informação, gêneros como a reportagem são construídos a partir de componentes discursivos típicos da ação de opinar, já que as práticas jornalísticas da revista não são imparciais, mas analíticas e interpretativas.

As seções são definidas também pelos gêneros dominantes dos blocos retóricos que as constituem. Os gêneros são escolhidos e organizados a partir dessas ações e dos movimentos retóricos particulares da colônia retórica. A relação entre seção retórica, colônia retórica e gêneros dominantes é organizada, como apresenta Lima (2013), em torno de movimentos retórico-discursivos específicos. Esses movimentos estão intrinsecamente ligados à constituição retórica e discursiva da revista e seu funcionamento nas práticas sociais.

Um aspecto importante levantado por Lima (2013) diz respeito ao papel da colônia de informação-interpretação na constituição hipergenérica e discursiva da revista semanal de informação. É essa colônia que constrói e organiza o discurso da revista. É o espaço em que a revista constrói as narrativas que representam e interpretam a realidade social. E é nesse espaço que seus posicionamentos socioideológicos são identificados.

Mais especificamente, na análise das quatro revistas nacionais, Lima (2013) observa que a colônia em questão constitui o núcleo discursivo especialmente das revistas *CartaCapital*, *IstoÉ* e *Veja*, que apresentam em seu funcionamento maior preocupação em informar e interpretar fatos. Já a revista *Época* apresenta uma organização mais híbrida, porque sobrepõem diferentes colônias em diversos momentos. Isso denota a inclinação da revista para uma organização retórico-discursiva voltada para satisfazer os interesses não só da indústria de informação, mas também das indústrias de entretenimento.

Essa observação destaca o fato de que a revista semanal de informação está atrelada a interesses particulares, geralmente ligados a propósitos de instituições sociais e/ou políticas. Isso confirma a proposição de Vilas Boas (1996) de que a revista constrói narrativas que visam influenciar a opinião pública e, segundo uma perspectiva mais crítica, manipular formas ideológicas que sustentam relações de dominação.

Diante desse contexto, é possível afirmar que as revistas adotam componentes discursivos que envolvem processos em favor de posicionamentos políticos, de interesses da indústria de informação e entretenimento, de projetos de dominação. A revista *CartaCapital*, por exemplo, apresenta uma organização retórico-discursiva distinta da revista *Veja*, além de

defender posicionamentos políticos e partidários também distintos. Isso pode ser identificável a partir da análise, dentre outros aspectos, dos movimentos retórico-discursivos que orientam, sobretudo, os gêneros que compõem a colônia de informação-interpretação e, em especial, a reportagem.

2.2.2 Do gênero reportagem

Como apresentado anteriormente, o gênero reportagem constitui especialmente as seções da colônia de informação-interpretação da revista semanal de informação, como um gênero dominante. Por conseguinte, esse gênero desempenha papel fundamental na constituição sociorretórica e discursiva da revista.

Não é uma tarefa fácil definir o gênero reportagem. Lage (1979, p. 83) explica que essa dificuldade está relacionada às diversas possibilidades de considerar a produção do gênero, que “compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em sua relação mais óbvia com outros fatos antecedentes, consequentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente”. No entanto, existe um consenso entre as diversas áreas de estudo que tratam do gênero reportagem em considerá-lo um gênero além da notícia, caracterizado pelos detalhes e pela interpretação, numa dimensão narrativa (BAHIA, 1990).

Em seu trabalho sobre a reportagem de jornal, Kindermann (2003) considera esse gênero em duas linhas gerais: a) como uma notícia ampliada; e b) como um gênero autônomo. Seguindo essa concepção, a autora caracteriza a reportagem como um texto que:

- a) provém de pauta planejada (mostra um alvo que foi buscado fora da realidade imediata dos fatos em eclosão);
- b) envolve (em relação aos quatro subgêneros levantados) pesquisa em fontes e temas além dos limites imediatamente relacionados ao fato de notícia;
- c) detém um estilo mais livre, rompendo a rigidez da técnica jornalística e podendo ser mais pessoal. (p. 98).

Em sua pesquisa, Kindermann (2003) estabelece a distinção entre quatro subgêneros relacionados ao gênero reportagem no jornal: reportagem de aprofundamento da notícia, reportagem a partir de entrevista, reportagem de pesquisa e reportagem retrospectiva. Mas observa que o que considera como *reportagem de aprofundamento da notícia* destacou-se entre as outras, o que, para a autora, justifica a tendência de caracterizar a reportagem como uma notícia ampliada.

Sodré e Ferrari (1986) definem a reportagem a partir do aspecto *atualidade*. A reportagem não apresenta o mesmo caráter imediato que a notícia, mas se pauta em questões da atualidade para oferecer detalhamento e uma contextualização daquilo que já foi anunciado. Para os autores, “é a reportagem – onde se contam, se narram as peripécias da atualidade – um gênero jornalístico privilegiado. Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não cotidiana ou na televisão, ela se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística” (p. 9).

Essas características evidenciam as principais atividades retóricas do gênero: *informar* e *interpretar* a partir da ação de *narrar*. No quadro 3 (cf. seção 2.2), pode ser observado que a reportagem é basicamente o gênero associado ao movimento retórico de representar e interpretar acontecimentos atuais que assumem valor-notícia. O fator *interpretação* é bastante considerável na definição do gênero. As reportagens são mais que informativas; elas buscam uma contextualização maior sobre o acontecimento noticiado.

No entanto, é importante ressaltar que, no contexto das transformações associadas ao novo capitalismo, o gênero reportagem, assim como vários outros gêneros, passa cada vez mais por processos de hibridização e mudança genérica. Essa hibridização de gêneros constrói também formas híbridas de discurso, rompendo as fronteiras entre discurso jornalístico, discurso publicitário, discurso empresarial e até mesmo turístico.

A esse respeito, Lima (2013, p. 189) afirma que, apesar da distinção entre as ações de *informar* e *persuadir*, certas fronteiras de discurso estão sendo diluídas “em razão do forte movimento de hibridismo cultural, social e discursivo que vem se aprofundando nas últimas décadas”, como é o caso da reportagem em alguns contextos.

Na análise de uma reportagem jornalística, Fairclough (2003) discute essa ambivalência entre informação e publicidade. De acordo com o autor, esse gênero tem sido combinado a gêneros como anúncios publicitários e/ou empresariais e panfleto turístico, para promover a imagem de governos e estados, o que atesta o modo como o discurso jornalístico está cada vez mais próximo do discurso publicitário. Há nessa relação um *continuum* entre propósitos sociodiscursivos e propósitos estratégicos, os quais estão voltados para lutas hegemônicas. Reportagens, portanto, não apenas informam, interpretam e narram acontecimentos da realidade social, como também “vendem” ideias, valores, personalidades.

Desse modo, pode-se definir algumas características básicas do gênero reportagem: a) é um gênero essencialmente narrativo, no contexto da narração jornalística; b) preocupa-se menos com os fatos rotineiros e cotidianos assegurados pela imprensa diária e mais com uma abordagem interpretativa de fatos da realidade social atual (LUSTOSA, 1996); c) atua

substancialmente a partir das ações de informar e interpretar, além de outras ações como narrar e persuadir/”vender”.

Na revista semanal de informação, a reportagem pode ser considerada um dos principais gêneros em sua constituição discursiva, já que está associada aos movimentos retóricos da revista voltados para a representação e interpretação de acontecimentos particulares da atualidade. Conforme Sodré e Ferrari (1986), a reportagem de revista constitui uma narrativa, não regida pelo imaginário, mas pela construção discursiva bem trabalhada de aspectos factuais da realidade. Pode-se afirmar, portanto, que o gênero reportagem, além de atuar no funcionamento dos propósitos discursivos da revista, é responsável por atribuir a ela o caráter de jornalismo de informação.

Na revista, a reportagem atua, em geral, nas seções retóricas caracterizadas pelos tópicos *Brasil*, *Internacional*, *Economia* e *Comportamento*. Lima (2013) mostra que as seções em torno desses tópicos são recorrentes principalmente nas revistas *CartaCapital*, *IstoÉ* e *Veja*. A organização das reportagens nas seções depende basicamente dos conteúdos temáticos. Acontecimentos da atualidade, específicos da semana, voltados para questões políticas costumam compor as seções *Brasil* e *Internacional*. São nessas seções que a revista apresenta uma forte construção discursiva a partir da informação-intepretação, usando o gênero reportagem para marcar, ainda que por vezes de forma implícita e velada, seus posicionamentos ideológicos, sobretudo, políticos e, muitas vezes, partidários.

Bonini (2012) concorda que o estudo do gênero reportagem permite investigar como esse gênero atua na defesa de determinados interesses programáticos das empresas de mídia. A título de ilustração, o autor explicita que essa análise contribui para a compreensão de “como a reportagem funciona na construção de narrativas que beneficiarão determinados interesses: por exemplo, os escândalos que são instaurados para beneficiar candidatos durante períodos eleitorais” (BONINI, 2012, p. 9).

As seções de comportamento e variedades também se sobressaem no quesito *reprodução ideológica*. Nessas, a revista usa o gênero para (re)produzir sentidos que legitimam discursos particulares sobre as minorias étnicas, relações de gênero e outros problemas sociais, favorecendo interesses das elites simbólicas (VAN DIJK, 2012) geralmente voltados a projetos de manutenção das relações de dominação. A constituição discursiva dessas seções também pode influenciar modos de identificar atores sociais, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros.

Apesar de o gênero reportagem poder aparecer em seções de outras colônias, como de entretenimento ou utilidades, isso não diminui o fato de ser um gênero predominante na

constituição da organização retórico-discursiva da revista para empenhar as ações de informar e interpretar.

Além de atuar na configuração sociorretórica e discursiva da revista, o gênero reportagem também contribui para sua organização hipergenérica. A capa e algumas chamadas, por exemplo, funcionam como uma espécie de anúncio das reportagens de destaque da edição. A reportagem, então, se torna o mecanismo na ação de persuadir o leitor a adquirir a informação e, claro, a revista. A reportagem é o gênero que consolida a informação como uma mercadoria e, por isso, é o que a revista usa como atrativo para o consumo e, por conseguinte, para alcançar maior impacto nas práticas sociais.

Os infográficos e as fotografias são também gêneros em estreita relação com o gênero reportagem na constituição do bloco retórico. A multimodalidade do bloco retórico se dá a partir dessa relação genérica. Esses gêneros complementam as ações retóricas do bloco e chamam a atenção do leitor para a reportagem. Isso significa que o bloco seria, de alguma maneira, prejudicado se os gêneros complementares fossem recortados do contexto estabelecido pelo gênero dominante.

Um outro exemplo da importância do gênero na caracterização do hipergênero em questão, é a escolha entre representar um determinado tema da atualidade no gênero nota ou em reportagem. Quando a revista atribui valor-notícia a determinados acontecimentos, ela os representa a partir da narrativa que constitui a reportagem. No entanto, o mesmo tema pode ser usado representado em nota jornalística em outra revista. Isso depende do posicionamento ideológico a respeito de assuntos particulares que a revista assume. Ou seja, quando o tema é importante para a defesa de posicionamentos particulares, a revista opta pelo gênero reportagem. Mas se o tema for de menor interesse, a revista opta por representá-lo no gênero nota. Isso denota a importância do gênero reportagem para a constituição discursiva da revista semanal de informação.

2.3 Aspectos da narrativização identitária

As práticas jornalísticas e, mais especificamente, da revista semanal de informação e do gênero reportagem estão atreladas à ação retórica de informar e interpretar acontecimentos da realidade social por meio da construção de narrativas jornalísticas. Como afirma Fairclough (2003), na construção do texto jornalístico, o texto narrativo é o relato escrito, e o/a narrador/a é um/a jornalista. A mídia jornalística cria histórias que narram um acontecimento da realidade, fragmentando-o num processo altamente interpretativo. Ou seja,

não se trata de narrativas ficcionais, mas de narrativas com uma intenção referencial voltada para eventos reais e que possuem valor de verdade.

Fairclough (2003) considera que os gêneros jornalísticos devem ser encarados como uma forma de regulação social. As narrativas jornalísticas construídas nos gêneros não são simplesmente um relato de fatos, mas um aparato que certas instituições e organizações sociais – entre elas as grandes corporações capitalistas e os governos – usam para regular e controlar eventos e atores sociais.

Fairclough (2003) explica que, no sentido mais óbvio, as narrativas jornalísticas têm o propósito de mostrar o que de significativo tem acontecido no mundo, mas, no sentido mais amplo, essas narrativas também servem aos propósitos particulares de atuação da mídia jornalística. As narrativas construídas nos gêneros jornalísticos podem, por exemplo, dissimular as relações sociais entre governantes e governados/as ou podem ser conectadas a relações políticas em alto nível para legitimar relações de dominação.

Essa discussão proposta por Fairclough (2003) é bem relevante já que considera que as narrativas jornalísticas construídas nos gêneros desse contexto são orientadas para as relações de poder. Essas narrativas são constituídas por processos e recursos linguístico-discursivos que desempenham os propósitos que orientam a produção de gêneros. No caso do gênero reportagem, considero que a construção de *narrativizações identitárias* é uma das estratégias de operação e legitimação de ideologias que regulam as práticas sociais e, com isso, servem a projetos de dominação e manutenção das desigualdades de poder.

2.3.1 Da narrativização

Ao estabelecer os modos gerais de operação de ideologias, Thompson (2011) indica três estratégias típicas de construção simbólica que operam na legitimação de relações de dominação: *racionalização*, *universalização* e *narrativização* (cf 1.2.2). Interessa a nós o conceito de *narrativização*. Essa estratégia diz respeito a modos pelos quais histórias são representadas e/ou reproduzidas como legítimas, justas e dignas de apoio. Thompson (2011, p. 83) explica que, na estratégia da narrativização, as “exigências [da legitimação] estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável”. Essas histórias, por meio de narrativas no curso da vida cotidiana, servem para justificar, por um lado, o exercício do poder daqueles que o possuem e, por outro, o fato de que muitos outros não o têm.

Nessa perspectiva, relações de dominação podem ser sustentadas pelo fato de serem representadas em processos narrativos que tornam legítimos modos particulares de representação. A narrativização é compreendida, nesse contexto, como uma estratégia linguística em que o passado, nos processos narrativos da vida cotidiana, justifica/legitima o presente, contribuindo para velar relações assimétricas de poder.

Na construção da narrativização, experiências e fenômenos da realidade social transformam-se numa espécie de “história romantizada” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 129), que resulta de um relato que passa a ter uma configuração narrativa particular. Esse fenômeno envolve “processos interdependentes de narração e interpretação que nos permitem construir um conjunto de inter-relações coerentes” (BAUMAN, 2001, p. 5). Nesse sentido, a narrativização envolve basicamente dois processos: o de *narrar* e o de *interpretar*. Esses processos articulam diferentes modos de significar as experiências de mundo, de acordo com as diferentes formas de percepção da realidade social e cotidiana.

White (1987) entende a narrativa como um modo de representação e interpretação, que se expressa sob efeitos ideológicos. Essa concepção enfatiza a narrativização como um processo intimamente ligado a construção e legitimação de sentidos particulares. Para o autor, a narrativização é uma estratégia em que se relata uma história segundo uma perspectiva do mundo. Isso implica a representação do mundo “real” segundo perspectivas inerentemente ideológicas (WHITE, 1987).

A narrativização não constrói por si só uma narração que favorece a manutenção de relações de dominação. É possível identificar que componentes linguísticos e discursivos específicos são fundamentais no processo de narrativizar. Esses componentes podem atuar na constituição de narrativizações voltadas para a legitimação de discursos particulares, de ações sociais ou de modos específicos de identificar atores sociais. Como busco chegar a uma definição dos processos de narrativização identitária, dou enfoque à construção de narrativizações em torno de modos de identificação, de maneiras particulares de identificar atores sociais.

2.3.2 De identidade e modos de identificação

Perspectivas de estudos sociais e culturais têm oferecido bases importantes para a discussão e compreensão de aspectos que envolvem questões de identidade. Mas essa não tem sido uma tarefa fácil, devido à complexidade da vida social contemporânea. Segundo Giddens

(2002), a modernidade tardia⁷, em especial os fenômenos referentes à globalização, tem provocado mudanças nas formas como as pessoas constroem suas identidades e como identificam os outros. As identidades sociais deixaram de ser fixas e permanentes; são caracterizadas pela fluidez, fragmentação e pluralidade. Como afirma Silva (2014, p. 108),

as identidades não são nunca unificadas, elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas ‘multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos’.

Giddens (2002) explica que a globalização tem provocado mudanças na vida pessoal e social, estabelecendo relações sociais em contextos cada vez mais amplos. Essa nova configuração das identidades deve-se ao fato de que a vida cotidiana contemporânea tem se tornado cada vez mais mediada pelas redes de informação e conhecimento, fazendo com as pessoas construam identidades mais sujeitas a essa *experiência mediada*. Nessa mesma abordagem, Woodward (2014) afirma que a globalização tem provocado o distanciamento da identidade relativa à comunidade e à cultura local, enquanto leva ao surgimento de novas posições de identidade. O mercado global envolve a interação entre fatores econômicos e culturais, o que causa mudanças nos padrões de produção e consumo que, por sua vez, produzem novas identidades.

Para Hall (2005), as identidades estão sendo reduzidas ao consumismo global, aos estilos de vida que agora se baseiam nas demandas do mercado global. Parte do processo de construção da identidade na atualidade está voltada para a participação ou não em práticas de consumo; “está na seleção e uso de produtos/serviços, de forma que os indivíduos tendem a se autoidentificar cada vez mais por preferências de consumo” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 70). Hall (2005, p. 75) afirma:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e aparecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha.

Fairclough (2003), ao tratar dos significados do discurso, opta por usar mais frequentemente o termo identificação, para enfatizar o processo contínuo em que as pessoas se

⁷ Conceito discutido brevemente na seção 2.1.1.

identificam e são identificadas pelas outras. A identificação diz respeito ao processo de construção das identidades, um processo nunca completado, nunca determinado completamente (HALL, 2014), já que as identidades “não têm a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17).

A identificação, segundo Fairclough (2003), constitui o aspecto discursivo de identidades, o que pressupõe a representação acerca do que se é (ou não). É nesse sentido, que a identidade/identificação está relacionada a questões de linguagem e diferença. A linguagem é um aspecto constitutivo das identidades sociais e a concepção de diferença é fundamental para a compreensão do processo de identificação. Usamos a linguagem “para nos identificarmos e para identificarmos outras pessoas com quem/de quem falamos. A linguagem, portanto, contribui para a formação de identidades sociais ou pessoas particulares e para a identificação de outras pessoas e grupos sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 68).

Para Silva (2014) e Woodward (2014), compreender o conceito de *identidade* envolve a compreensão da relação de complexa dependência entre identidade e diferença. Para Silva (2014), a identidade depende da diferença, ao passo que a diferença depende da identidade, num complexo em que “as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade” (SILVA, 2014, p. 75). O autor explica que a identidade como “simplesmente aquilo que se é” (p. 74) implica na afirmação pressuposta do que não se é.

Além disso, Silva (2014) argumenta que, nessa relação direta, identidade e diferença são social e culturalmente construídas, resultantes de ações de linguagem. “É apenas por meio de atos de fala⁸ que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades” (p. 77). A partir desse exemplo, o autor explica que a identidade brasileira não pode ser compreendida fora da linguagem, dos processos de produção simbólica e discursiva. Essa identidade só tem sentido no universo de significados formado por outras identidades nacionais, tomadas como diferentes. Isso significa que identidade e diferença só podem ser compreendidas a partir do contexto discursivo que lhes atribuem sentido.

⁸ O conceito de ato de fala é proveniente dos estudos de John Austin (1975) e está associado à concepção de que as palavras realizam ações. Palavras não apenas significam alguma coisa, mas também fazem coisas. Dois exemplos comuns dados por Austin (1975) são os verbos prometer e desculpar no presente. Quando afirmados, implicam necessariamente a realização de um ato, dentro de um contexto de uso da linguagem.

Nessa mesma linha, Woodward (2004) confirma que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*” (p. 40, grifo da autora), ou seja, as identidades adquirem sentido por meio da linguagem, dos sistemas simbólicos que as representam e da marcação da diferença.

As identidades são construídas em meio aos processos que envolvem a produção de significados, representações simbólicas e relações sociais. Os sujeitos sociais, ao disporem de conjuntos de sentidos construídos discursivamente, assumem posições com as quais se identificam e, dessa maneira, investem em identidades. As identidades, conforme Castells (2009, p. 22), são fontes de significado e, assim sendo, a identificação pode ser entendida como “o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado”.

A marcação da diferença em relação à construção de identidades faz parte de um processo contínuo de classificações (FAIRCLOUGH, 2003) que servem ao estabelecimento ou à sustentação de relações assimétricas de poder. Resende e Ramalho (2006, p. 77) explicam que “a identidade e a diferença relacionam-se, pois às maneiras como a sociedade produz e utiliza classificações, por isso, são conceitos importantes em teorias críticas, interessadas na investigação de relações de dominação”. E é por meio da representação discursiva (e ideológica) que identidade e diferença são associadas a lutas hegemônicas.

Silva (2014) afirma que as relações de poder e os processos de diferenciação estão envolvidos ativamente na construção da identidade e da diferença. Determinadas formas de identificar e, por conseguinte, de diferenciar produzem e reforçam “novas dicotomias, como a do dominante tolerante e do dominado tolerado ou a da identidade hegemônica mas benevolente e da identidade subalterna mas ‘respeitada’” (p. 98). Woodward (2014) argumenta que a diferença tanto pode ser construída de maneira a reforçar relações de desigualdades sociais quanto podem se construída como uma maneira de resistência:

A diferença pode ser construída negativamente - por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como "outros" ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (p. 50-51).

A autora concorda que “[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação” (RUTHERFORD, 1990 apud WOODWARD, 2014, p. 19). Também é nessa perspectiva que Chouliaraki e Fairclough (1999) entendem que os avanços nas tecnologias de informação e os meios de comunicação de massa influenciam sobremaneira o modo como identificamos a nós mesmos e os/as outros/as. Isso porque, como as práticas no capitalismo contemporâneo são essencialmente discursivas, a ampla circulação de conhecimentos e informações implica na disseminação de discursos inculcados em modos particulares de identificar atores sociais, contribuindo para estabelecer ou sustentar relações de dominação.

A mídia, ao expressar e reproduzir atitudes e ideologias étnicas dominantes, pode influenciar o modo como identificamos as minorias étnicas, por exemplo, tendendo a reforçar as relações de subordinação e dominação (VAN DIJK, 2012). Van Dijk (2012, p. 144), ainda que não argumente especificamente sobre a identificação de atores sociais, confirma que as “pessoas comuns” costumam reproduzir e espalhar rapidamente estereótipos e preconceitos étnicos influenciados pelo discurso da mídia.

2.3.3 Do conceito de narrativização identitária

A narrativização identitária consiste num processo narrativo em que gêneros contam histórias que, voluntariamente ou não, constroem maneiras particulares de identificar atores sociais. Essa narrativização implica considerar aspectos do passado e do presente para tornar legítimas e dignas de apoio maneiras particulares de nos identificarmos e de identificarmos outras pessoas. É uma estratégia de operação de ideologias dominantes a respeito do que se é.

A narrativização identitária construída em gêneros específicos pode sustentar estereótipos e modos de identificação negativos – por meio da exclusão ou da marginalização – bem como pode construir identificações que superam as ideologias postas, abrindo possibilidades de ação de grupos desprivilegiados. Por meio dessa estratégia, gêneros específicos podem agir nas práticas sociais influenciando construções identitárias que sustentam ou superam relações de dominação.

Nos gêneros jornalísticos (em especial a reportagem), a narrativização identitária pode ser construída a partir de diferentes elementos discursivos. Geralmente, o processo de contar histórias ou narrar com foco em identidades pessoais ou sociais pode envolver: a) a

articulação de diferentes vozes (intertextualidade); b) diferentes modos de representar aspectos do mundo envolvendo ações e identidades (interdiscursividade); c) diferentes perspectivas sobre aspectos do mundo, em termos do que se considera real, verdadeiro ou necessário (modalidade), ou que se considera bom ou ruim, desejável ou não (avaliação) (FAIRCLOUGH, 2003); d) conceitos metafóricos relativos à nossa percepção do mundo e nossas relações sociais; e) representações específicas de atores sociais e de seus papéis nas práticas; f) representações imagéticas.

O processo de narrativizar pode incluir tanto a construção de identificações por meio de componentes discursivos ligados ao significado identificacional, como por meio de “processos de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (significado representacional), e aos processos de construção, manutenção e subversão de papéis sociais e relações sociais (significado acional/relacional)” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 131).

Considero, em suma, que a análise da narrativização identitária pode contribuir para a compreensão de como gêneros jornalísticos atuam na legitimação de discursos e identificações particulares. A análise do gênero reportagem neste trabalho pretende mostrar como a estratégia de narrativização atua na construção de modos particulares de identificar certos atores sociais do cenário político.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa parte da indagação sobre estratégias narrativas construídas em reportagens de revistas semanais de informação com potencial para legitimar e naturalizar modos específicos de identificar atores sociais do campo político em favor de interesses e posicionamentos ideológicos. Portanto, tem como objetivo analisar os possíveis sentidos e efeitos que envolvem a construção da narrativização identitária no gênero reportagem. Por conseguinte, este capítulo apresenta aspectos metodológicos que subsidiam a análise.

Assim sendo, na primeira seção, discuto pontos fundamentais, sobretudo, com base em Bonini (2012) e Motta-Roth (2011), sobre aspectos qualitativos críticos e procedimentos metodológicos da pesquisa em ACG. Na seção seguinte, apresento considerações sobre o problema e o objeto de pesquisa. A terceira seção traça o percurso de constituição do *corpus*, com informações sobre as revistas e as reportagens selecionadas. Na última seção, explico as etapas da pesquisa e as categorias analíticas selecionadas para interpretar a construção de modos de identificação e da narrativização identitária. São as seguintes categorias: a) a representação de atores sociais, fundamentada em van Leeuwen (1997); b) o sistema de avaliatividade, conforme estudos de Martin e White (2005); c) as metáforas, segundo proposições de Lakoff e Johnson (2002); e d) os estudos das estruturas visuais orientados por Kress e van Leeuwen (2006).

3.1 Metodologia em ACG

3.1.1 ACG e a pesquisa qualitativa

A abordagem da ACG oferece bases para a realização de pesquisas qualitativas que têm como principal objeto gêneros discursivos. Basicamente, as pesquisas em ACG são qualitativas porque visam explorar várias dimensões do mundo social por meio do estudo de gêneros específicos em contextos sociais e situados.

A pesquisa qualitativa é, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), “uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”. Conforme os autores, a abordagem qualitativa

enfoca a qualidade de processos e atividades sociais na produção de significados, os quais não são medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Os processos e “o *significado* que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12). E, por isso, a abordagem qualitativa assume uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, segundo posições múltiplas e variadas práticas metodológicas (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Pesquisas em ACG buscam investigar a linguagem em sua relação com a sociedade, considerando experiências da vida cotidiana, processos sociais e processos de significação. Essa abordagem propõe teoria e método com vistas a descrever, interpretar e explicar fenômenos da linguagem que estão inseridos no contexto social e histórico.

São também pesquisas, por princípio, interpretativistas, porque buscam interpretar as ações da vida social contemporânea (BORTONI-RICARDO, 2008). Ao discutir os postulados do paradigma interpretativista, Bortoni-Ricardo (2008) explica que a multiplicidade de práticas e métodos encontrados na pesquisa qualitativa atribuem a ela o caráter interpretativista, “porque todos esses métodos têm em comum um compromisso com a interpretação das ações sociais e com o significado que as pessoas conferem a essas ações na vida social” (p. 34).

3.1.2 ACG e a teoria social crítica

Bonini (2012) define a ACG como uma perspectiva que, influenciada principalmente pela ADC, se insere nos estudos da ciência social crítica. A ACG se inscreve em um cenário de estudos da linguagem que visa contribuir para a emancipação social, ao buscar desvelar e conscientizar sobre os efeitos discursivos construídos e reproduzidos por meio de gêneros.

Seguindo a proposta crítica exploratória do Realismo Crítico (RC) (BHASKAR, 1989), Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam uma proposta de explanação crítica de problemas sociais, com diretrizes metodológicas essenciais para a ADC, a saber: a) identificar um problema social que envolve aspectos semióticos; b) identificar os obstáculos a serem superados, por meio da análise da conjuntura – das redes de práticas envolvidas, da prática particular e da análise do discurso; c) verificar as funções do problema nas práticas; d) investigar possíveis maneiras de superar os obstáculos; e e) refletir sobre a análise.

Fairclough (2003) reafirma esse modelo metodológico incluindo na análise do discurso a análise de gêneros, discursos e estilos. O autor explica que, primeiramente, a análise deve focalizar um problema social em vez da convencional questão de pesquisa, “para

produzir conhecimento que possa conduzir à mudança emancipatória” (p. 209). Em seguida, a pesquisa deve identificar os obstáculos a serem atacados com o objetivo de compreender como o problema se apresenta e está enraizado na vida social. Esse nível da pesquisa engloba a análise da rede de práticas, de práticas particulares e a análise da semiose do discurso, que abarca a análise estrutural (ordem do discurso) e a análise interdiscursiva e linguística (e semiótica).

Depois, deve-se considerar a função do problema na rede de práticas e questionar se os envolvidos nessas práticas têm algum interesse em não resolver o problema. No quarto nível, é preciso identificar possíveis maneiras de superar os obstáculos, procurando possibilidades que precisam ser realizadas para a mudança. E, por último, o/a analista precisa refletir criticamente sobre a análise, desde o primeiro ao quarto nível da análise. Desse modo, a ADC fornece base científica para pesquisas em torno de problemas sociais relacionados a poder e justiça (FAIRCLOUGH, 2003; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; RAMALHO; RESENDE, 2011).

Esse modelo demonstra a importância da investigação de um problema social na pesquisa crítica. Nesse mesmo sentido, pesquisas em ACG têm cada vez mais acentuado a relação entre gêneros e problemas sociais. A análise de gêneros passou a considerar necessário conhecer as estratégias de dominação das elites conservadoras, buscando “colocar uma contrapalavra ao discurso neoliberal hegemônico” e “o devido posicionamento em favor das práticas libertárias e o ingresso nessas práticas” (BONINI, 2012, p. 8).

De acordo com Bonini (2010), a pesquisa em ACG toma como foco dois procedimentos principais: a) identificar e delimitar o objeto a partir do levantamento e da caracterização de problemas sociais; e b) demonstrar a participação do gênero na prática problematizada, focalizando aspectos do gênero e/ou relações entre gêneros. Ambos os procedimentos acentuam a análise de problemas sociais, o que aponta para a ACG como uma perspectiva *crítica*, no sentido de buscar caminhos possíveis para a superação desses problemas e contribuir com práticas de resistência a relações de dominação e exploração.

3.1.3 Procedimentos metodológicos da ACG

A proposta da ACG tem como foco a análise do texto enquanto atividade social situada num determinado contexto, com o qual estabelece uma relação dialética, considerando o papel de gêneros específicos em contextos profissionais, organizacionais ou institucionais (BHATIA, 2008). Nesse sentido, compreendo que “ao investigar linguagem como gênero, a

relação dialética entre texto e contexto se evidencia, de tal sorte que a interpretação do texto (linguagem) depende da compreensão das condições do contexto (sociedade) e vice-versa” (MOTTA-ROTH, 2011, p. 169).

Motta-Roth (2011) apresenta importantes considerações metodológicas para o desenvolvimento de pesquisa em ACG. A autora defende que “além do texto (isto é, funções, formas, conteúdos característicos dos enunciados específicos), o analista de gênero precisa do contexto, da situação recorrente na qual um gênero está constituído numa dada cultura” (p. 164). Do quadro proposto pela autora, podem-se tomar procedimentos investigativos que, orientados para o texto e/ou para o contexto, servem à análise de gêneros:

Quadro 4 - Procedimentos investigativos orientados para o texto e para o contexto

A. Procedimento com foco no texto	B. Procedimento com foco no contexto
(1) Entrevistar membros da comunidade relevante sobre suas práticas discursivas para confirmar procedimentos e interpretações, de modo a abrir novas perspectivas.	
(2a) Identificar o texto, a linguagem que se quer estudar	(2b) Identificar o problema, o contexto social, a atividade ou interação humana que se quer estudar
(3a) Identificar que problema, ou contexto social, está associado àquela linguagem, que atividade ou interação humana a linguagem medeia.	(3b) Identificar que textos estão associados ao problema, que linguagem perpassa esse contexto social e medeia essa atividade ou interação humana que se quer estudar.
(4) Situar o gênero em um contexto e no contexto da instituição/de cultura para perceber sua função.	
(5) Revisar a literatura em busca de pesquisa prévia sobre o assunto.	
(6) Selecionar um corpus representativo dos textos e do contexto de situação.	
(7) Tentar identificar, em exemplares do gênero, padrões ou tendências de estrutura, de elementos linguísticos, de conteúdo ideacional, de discurso etc.	
(8a) Analisar os textos do corpus para determinar sua organização geral e identificar padrões retóricos. A literatura sobre questões relacionadas ajuda a estabelecer um esquema classificatório.	(8b) Refinar a análise contextual para identificar traços dos contextos de situação e de cultura.
(9) Selecionar um ou mais níveis de análise que melhor dão conta da questão de pesquisa.	
(10) Identificar os estágios do texto, os movimentos retóricos, “o que nos diz o texto”.	(10b) Estudar o contexto institucional no qual o gênero existe e como o gênero diz “o que se vive o contexto”.
(11a) Usar programas de processamento de dados de texto para localizar metadiscursos que sinalizem características da disciplina (por exemplo, jargão, siglas, palavras ou expressões muito repetidas e práticas de citação que refletem o ethos disciplinar) e estratégias persuasivas para defender o valor e a novidade das afirmações.	(11b) Comparar nossa interpretação com aquela de outros analistas ou membros da disciplina.

Fonte: Motta-Roth, 2011, p. 166

Segundo a autora, esses procedimentos não têm ordem fixa, o que significa que podem ser articulados de acordo com as necessidades evidenciadas na pesquisa. Os procedimentos com foco no texto estão voltados para a análise de padrões retóricos e da organização textual, enquanto os procedimentos com foco no contexto estão voltados para a análise de problemas sociais e de traços do contexto em gêneros. Na abordagem da ACG, os procedimentos de análise textual são integrados aos de análise contextual para que se possa investigar o papel dos gêneros em relação a problemas sociais em contextos situados.

Conforme a proposta de Bonini (2010), a ACG segue um caminho de investigação que vai do texto para o gênero, do gênero para o discurso, do discurso para as práticas sociais e daí para as estruturas sociais. Ao tomar a análise a partir do texto para o contexto, a ACG busca compreender a relação entre gêneros, discursos e contexto social, partindo do gênero para a análise de aspectos discursivos e suas implicações nas práticas sociais. É nesse sentido que Bonini (2010) esboça uma distinção entre a ADC e a ACG:

Análise crítica de gêneros (gênero → discurso), que estuda gênero e seus componentes, como parte das discussões em torno de problemas sociais (racismo, xenofobia, assimetrias de poder, etc.); e
Análise de discurso crítica (discurso → gênero), na qual problemas sociais são estudados do ponto de vista de representações discursivas e relações sociais, em que gêneros ou componentes genéricos funcionam como ferramentas para demarcar o contexto (p. 491-492).

A ACG parte de gêneros para a compreensão de modos de representação do mundo e de processos de identificação nas práticas sociais. A esse respeito, Lima (2013, p. 34) explica que “a ADC parte, em geral, do macro para o micro: Estruturas Sociais > Práticas Sociais > Discurso > Gênero > Texto; a ACG parte, na maior parte dos casos, do micro para o macro: Texto > Gênero > Discurso > Práticas Sociais > Estruturas Sociais”. Essa perspectiva tem como foco analisar gêneros específicos e sua atuação na legitimação de discurso e modos de identificação relacionados a problemas sociais.

O caráter interdisciplinar da ACG permite que a pesquisa combine diferentes perspectivas e métodos, desde que parta da definição de um problema social e que esses métodos sirvam para produzir análises que contribuam para a conscientização sobre como gêneros atuam nas estruturas sociais, estabelecendo, sustentando ou superando relações assimétricas de poder. Entre os aspectos inerentes ao gênero que podem ser investigados, Bonini (2012, p. 6) sugere “as ações de produção, leitura, organização genérica, os sistemas de gêneros, os conjuntos de gêneros, a organização da mídia, o hipergênero, o jogo de vozes,

a léxico-gramática, a modalização, a multimodalidade, a metáfora, os papéis sociais, os silenciamentos, etc.”.

Se adaptar os procedimentos propostos por Motta-Roth (2011) à ACG, sintetizando os aspectos analíticos apresentados, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 5 - Alguns procedimentos investigativos em ACG

Procedimentos investigativos em ACG	
(1) Identificar o problema social, o contexto social, a atividade ou interação que se quer estudar.	
(2) Identificar que gênero(s) está(ão) associado(s) ao problema social. Selecionar o(s) gênero(s) a serem estudados na pesquisa.	
(3) Situar o(s) gênero(s) em um contexto social para perceber sua função em relação à prática problematizada.	
(4) Revisar a literatura em busca de pesquisa prévia sobre o assunto.	
(5) Selecionar um <i>corpus</i> representativo.	
(6) Selecionar uma ou mais categorias de análise que melhor dão conta do problema social em foco.	Algumas categorias de análise textual e discursiva: avaliação; metáfora; intertextualidade; interdiscursividade; relações semântico-gramaticais entre sentenças e orações; trocas, funções de fala, modulações gramaticais; representação de eventos/atores sociais; identificação; modalidade ou modalização; multimodalidade.
	Algumas categorias de análise genérica: ações de produção; organização retórica do(s) gênero(s); movimentos retóricos (estrutura genérica); modalidades retóricas; padrões de escolhas léxico-gramaticais; organização da mídia, do hipergênero.
	Algumas categorias de análise contextual: identificação de traços do contexto no(s) gênero(s); análise da relação entre o(s) gênero(s) e o contexto institucional/de cultura; reflexão sobre os efeitos que o(s) gênero(s) tem sobre as práticas sociais; relações e papéis sociais; sistemas de gêneros ou conjuntos de gêneros.
(7) Analisar os exemplares do(s) gênero(s), partindo da análise do texto > gênero > discurso > contexto (práticas e estruturas sociais). ⁹	
(8) Apontar possíveis maneiras de superação do problema social.	
(9) Reflexão sobre a análise.	

Fonte: Quadro elaborado a partir da proposta de Motta-Roth (2011)

⁹ É importante ressaltar que não é possível dissociar totalmente a análise textual da análise genérica, discursiva e contextual. A pesquisa deve considerar a relação entre os níveis do texto, do gênero, do discurso e do contexto.

O primeiro passo para a análise é identificar um problema social e escolher um ou mais gêneros que cercam o problema. Também é necessário considerar o contexto de situação e o contexto sociocultural de atuação desses gêneros envolvidos. Os itens 8 e 9 são inspirados na ADC, tendo em vista que a pesquisa sobre gêneros deve buscar também a superação do problema e, desse modo, contribuir para práticas de resistência, mudanças sociais e emancipação.

Esses procedimentos são opcionais, sendo articulados de acordo com a pesquisa. O procedimento de número 6 evidencia o fato de que as categorias de análise, por exemplo, devem ser selecionadas de acordo com o problema que baseia a investigação. Uma ou mais categorias podem ser selecionadas, de acordo com as necessidades que envolvem a questão de pesquisa. Outro ponto a ser levantado é que as categorias indicadas não são as únicas que permitem a análise do texto ao contexto. Como dito anteriormente, a ACG abre possibilidades para uma infinidade de procedimentos metodológicos. Aqui apenas aponto categorias possíveis para uma análise de gêneros numa dimensão crítica.

Neste trabalho, apresento a identificação do problema social, do contexto e do gênero, bem como a discussão sobre esses aspectos (itens 1 a 3) na Introdução, em discussões contempladas no Capítulo 2 e em parte deste capítulo. O item 4, referente aos fundamentos do trabalho, é apresentado nos Capítulos 1 e 2. A seleção do *corpus* e das categorias de análise que mais dão conta da pesquisa (itens 5 e 6) é apresentada nas seções seguintes deste capítulo. A análise, referente ao item 7, compõe o quarto capítulo desta dissertação. Por fim, nas considerações finais, busco apontar possíveis modos de superar o problema e também apresento uma reflexão sobre a análise.

3.2 Considerações sobre o problema e o objeto de pesquisa

A proposta desta pesquisa surgiu a partir de um questionamento a respeito do papel do gênero reportagem na constituição hipergenérica e discursiva da revista semanal de informação, partindo do pressuposto de que o gênero é usado para desempenhar ações em defesa dos interesses sociopolíticos da revista. À medida que o trabalho ia sendo desenvolvido, percebi a recorrência da construção de narrativas que identificam de modos particulares certos atores sociais.

A partir daí passei a focar na problematização do uso do gênero reportagem para a construção de narrativas que podem legitimar modos específicos de identificar atores sociais de cenário político nacional. O problema que a pesquisa abarca, portanto, envolve ações

sociodiscursivas potenciais de empresas de comunicação na sustentação de interesses hegemônicos de certos grupos, instituições ou organizações sociais.

Escolhi o gênero reportagem como objeto da pesquisa porque pode ser considerado um dos mais influentes na vida social contemporânea em contextos urbanos e letrados. Ao lado da notícia, a reportagem desempenha papel fundamental no processo discursivo de produção e mediação da informação. Segundo van Dijk (2012, p. 73), “as notícias na imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão (ROBISON; LEVY, 1986) e são percebidas como qualitativamente superiores (BRUHN JENSEN, 1986), o que pode ampliar sua influência persuasiva e, portanto, seu poder”.

De acordo com Franceschini (2004), a notícia e, em especial, a reportagem são os principais gêneros em jornais e revistas, porque, para boa parte dos/as jornalistas, são eles que chamam a atenção da maioria do público, que pressupõem maior consumo e maior impacto sobre os leitores. São eles que, em grande parte, movimentam a manifestação do leitor em cartas à redação dos jornais e revistas. E por esses fatores costumam estar estampados nas capas e páginas principais. Franceschini (2004) aponta também que a reportagem, por exemplo, exerce mais influência na opinião pública do que gêneros jornalísticos marcados mais explicitamente pelo caráter opinativo, como a crônica, o editorial e o artigo de opinião.

Por essa razão, interessa-nos apenas o gênero reportagem. Por ser mais interpretativo e tecer narrativas mais aprofundadas de acontecimentos da realidade social, a análise desse gênero garante mais possibilidades de reflexão sobre suas ações e práticas. Considero que ideologias podem ser legitimadas por meio do gênero reportagem, porque são mais facilmente “recebidas em contextos da vida cotidiana e incorporadas ao conteúdo simbólico da interação humana” (THOMPSON, 2011, p. 343).

A seleção de reportagens em revistas semanais de informação está primeiramente associada à minha participação no PROGER – Projeto de Pesquisa Gêneros em Revista –, coordenado pelo professor Sostenes Lima, na Universidade Estadual de Goiás. O projeto desenvolve análises de gêneros de revistas semanais de informação, o que contribuiu para a escolha. Além disso, como afirmei no Capítulo 2, essa categoria de revista é um hipergênero que se caracteriza por produzir gêneros de modo mais analítico e interpretativo, conciliando as ações de noticiar e narrar. Esse fator influencia o modo como o gênero reportagem é construído, o que pode contribuir com a análise da narrativização identitária.

Apesar de haver no campo jornalístico uma discussão a respeito do declínio das revistas semanais no mercado, devido a vários fatores principalmente impulsionados pelo acesso à informação na internet, considero que a revista não atua com a função de informar

basicamente, mas de apresentar interpretações particulares sobre aspectos da realidade social, com o propósito de influenciar opiniões e, principalmente, consolidar representações e posicionamentos que interessam a seu público.

Uma observação importante é feita por Thompson (2011, p. 285) quando afirma que o conhecimento sobre “os líderes políticos e suas políticas é derivado quase que totalmente dos jornais, da rádio e da televisão, e as maneiras como participamos do sistema institucionalizado do poder político são profundamente afetadas pelo conhecimento que daí deriva”. Aplicando essa visão ao gênero reportagem da revista semanal de informação, considero que esse gênero influencia fundamentalmente no modo como as pessoas identificam os líderes políticos no Brasil e no modo como agem discursivamente no campo da experiência que é vista como política.

Além disso, reafirmo a concepção de Ottoni (2013) e Mautner (2008) de que “a mídia impressa é uma rica fonte de dados para projetos de ciência social” (OTTONI, 2013, p. 73). Isso porque jornais e revistas, por exemplo, refletem tendências locais e globais de dominação e têm grande impacto nas práticas sociais, considerando-se a dialética entre o discurso midiático e a sociedade (MAUTNER, 2008).

3.3 A constituição do *corpus*

O *corpus* é constituído por uma edição de cada uma das quatro principais revistas semanais de informação brasileiras – *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. A escolha das revistas se deu por serem estas as revistas semanais de informação de maior tiragem e circulação no Brasil.

A revista *CartaCapital* foi criada em 1994 por Mino Carta – jornalista que dirigiu as equipes fundadoras das revistas *IstoÉ* e *Veja* – e é publicada pela Editora Confiança. A revista afirma adotar uma linha editorial progressista, assumindo posicionamentos alternativos em relação a outras revistas e jornais de grande circulação. A tiragem média da revista é a menor dentre elas, contando com 65 mil exemplares semanais¹⁰. Apesar disso, é conhecida comumente por representar aspectos políticos de maneira distinta das outras revistas, o que pode contribuir para a análise de discursos antagônicos e de contradições que evidenciam lutas hegemônicas.

¹⁰ Informação referente ao ano de 2015, disponível em: [http:// www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital](http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital). Acesso em 12 jun. 2015.

A revista *Época* foi lançada em maio de 1998 e é publicada pela Editora Globo. A tiragem da revista é de aproximadamente 393 mil exemplares semanais¹¹. A revista *IstoÉ* é publicada pela Editora Três e conta com uma tiragem média de 354.064 exemplares¹². Foi criada em maio de 1976, tendo Mino Carta como seu primeiro diretor de redação. A revista *Veja* é publicada pela Editora Abril. Foi criada em setembro de 1968 por Roberto Civita e Mino Carta. Tem a maior tiragem semanal dentre elas, que corresponde em média a 1.118.800 exemplares¹³. É considerada a revista semanal de informação de maior circulação no país.

Em relação à escolha da edição para análise, observei as publicações das revistas durante o mês de março de 2015 e selecionei a edição do dia 25 de março (23 de março para a revista *Época*), porque as capas apresentam indicações de que todas as revistas fazem referência a atores sociais específicos do cenário político. Alguns acontecimentos do mês de março de 2015, tomados como valor-notícia, impulsionaram a construção de narrativas sobre a identificação de líderes políticos brasileiros. Dentre esses acontecimentos, as manifestações ocorridas no dia 15 de março.

Já a escolha das reportagens ocorreu a partir da observação prévia do conteúdo temático. Selecionei apenas reportagens com a temática em torno de questões políticas no Brasil. São 23 reportagens ao total, sendo seis da revista *CartaCapital*, quatro da revista *Época*, sete da revista *IstoÉ* e seis da revista *Veja*.

Observei, inclusive, que as reportagens selecionadas compõem basicamente as seguintes seções: a) *Capa e Seu País*, em *CartaCapital*; b) *colônia Tempo*, em *Época*; c) *Brasil*, em *IstoÉ*; e d) *Brasil*, em *Veja*. Todas elas estão voltadas para acontecimentos de natureza política no país. Essas são seções que compõem a colônia de informação-interpretação¹⁴ das revistas, o que sugere que as reportagens fazem parte do núcleo discursivo principal.

Seguem os dados das edições analisadas e as fotos de capa:

CartaCapital, n. 842, 25 de março de 2015. Capa: “O governo no breu”.

Época, n. 876, 23 de março de 2015. Capa: “O partido esmagado”.

IstoÉ, n. 2364, 25 de março de 2015. Capa: “As trapaças do duque do petrolão”.

Veja, n. 2418, 25 de março de 2015. Capa: “A súbita força de Eduardo Cunha”.

¹¹ Informação referente ao ano de 2015, disponível em: <http://www.assineglobo.com.br/produtos/epoca/EP/>. Acesso em 12 jun. 2015.

¹² Informação referente ao ano de 2015, disponível em: <http://editora3.com.br/istoe.php>. Acesso em 12 jun. 2015.

¹³ Informação referente ao ano de 2015, disponível em: <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral>. Acesso em 12 jun. 2015.

¹⁴ O conceito de colônia de informação-interpretação é explicado na seção 2.2.1

Figura 2 – Capa das edições das revistas



Fonte: CartaCapital, n. 842 (capa); Época, n. 876 (capa); IstoÉ, n. 2364; Veja, n. 2418 (capa)

3.4 Etapas e categorias de análise

A análise das reportagens segue duas etapas. Na primeira etapa, são investigadas as estratégias retórico-discursivas, segundo as categorias selecionadas para interpretação da construção de modos de identificação. Na segunda etapa, busco refletir sobre os efeitos dos modos de identificação sobre a narrativização identitária. Para realizar a primeira etapa, são utilizadas as seguintes categorias de análise: representação de atores sociais, sistema de avaliatividade, metáfora e estruturas visuais. Essas categorias unem aspectos dos significados representacionais e acionais ao significado identificacional. A seguir, discuto brevemente cada uma das categorias de análise:

3.4.1 Representação de atores sociais

Tomo como base a teoria da representação de atores sociais, conforme desenvolvida por van Leeuwen (1997). O autor, com base na LSF, apresenta um “inventário semântico social dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados” (p. 169), considerando uma rede de sistemas e categorias para a realização linguística dessas representações em textos. Segue um quadro com a síntese das categorias referentes à representação de atores sociais, adaptado de Resende e Ramalho (2006, p. 74):

Quadro 6 – Síntese das categorias de representação de atores sociais

Exclusão	Supressão					
	Encobrimento (segundo plano)					
Inclusão	Ativação					
	Passivação	Sujeição				
		Beneficiação				
	Participação					
	Circunstancialização					
	Possessivação					
	Personalização	Determinação	Nomeação			
			Categorização	Funcionalização		
				Identificação	Classificação	
					Identificação relacional	
					Identificação física	
			Avaliação			
			Determinação única			
			Sobredeterminação			
		Indeterminação				
		Generalização				
		Especificação	Individualização			
			Assimilação	Coletivização		
				Agregação		
		Impersonalização	Abstração			
	Objetivação					

Fonte: Quadro adaptado de Resende e Ramalho (2006), com base em van Leeuwen (1997)

O primeiro aspecto da representação considerado por van Leeuwen (1997) é a presença ou ausência de atores sociais no texto. Segundo o autor, “as representações incluem

ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (p. 180). Na exclusão, observa-se a supressão total de menções a atores sociais ou o encobrimento, em que determinados atores são colocados em segundo plano. Já na inclusão, são considerados os diferentes modos pelos quais atores sociais podem ser representados, segundo aspectos da agência, personalização, impersonalização, entre outros.

As escolhas semânticas referentes a como atores sociais serão representados podem ter implicações ideológicas importantes para a compreensão de como se constroem identificações específicas nas reportagens.

3.4.2 Sistema de avaliatividade

O sistema de avaliatividade, proposto por Martin e White (2005), tem base no arcabouço teórico da LSF. Esse sistema é composto pelos subsistemas atitude, engajamento e gradação. O subsistema atitude se refere à expressão de sentimentos, emoções, posicionamentos subjetivos em termos de afeto, ética e estética. O subsistema engajamento está relacionado ao envolvimento do/a autor/a naquilo que é dito e sobre como se posiciona em relação a outras vozes no texto. O subsistema gradação diz respeito à intensidade com que ocorrem as avaliações. O quadro abaixo sumariza os elementos que compõem o sistema de avaliatividade:

Quadro 7 – Sistema de Avaliatividade

Subsistemas da Avaliatividade	Atitude		Engajamento	Gradação
Recursos da Avaliatividade	Afeto	Felicidade / infelicidade	Contração (negação / contra- argumentação)	Foco
		Segurança / insegurança		
		Satisfação / insatisfação		
	Julgamento	Estima social (normalidade / capacidade / tenacidade)	Expansão (atribuição / entretenimento)	Força (quantificação / intensificação / temporalidade)
		Sanção social (veracidade / propriedade)		
	Apreciação	Reação (interessante)		
		Composição (harmônico / consistente)		
		Valor		

Fonte: Quadro produzido a partir das proposições de Martin e White (2005)

Avaliações expressam atitude em termos de afeto, julgamento e apreciação. O subsistema afeto consiste em recursos utilizados para expressar emoções, em três categorias: felicidade/infelicidade (tristeza, raiva, alegria, amor), segurança/insegurança (ansiedade, confiança, medo) e satisfação/insatisfação (tédio, prazer, curiosidade, respeito).

O subsistema julgamento corresponde à avaliatividade em relação ao caráter e comportamento de atores sociais, com base em sentimentos institucionalizados (MARTIN, WHITE, 2005). Os recursos de julgamento estão associados à estima social – em termos de normalidade (normal/diferente), capacidade (capaz/não capaz) e tenacidade (resoluto/oscilante) – e sanção social – em termos de veracidade (honesto/desonesto) e propriedade (ético/não ético).

Já o subsistema apreciação volta-se à valoração estética, da forma, aparência e composição de objetos e atividades humanas. Martin e White (2005) definem três tipos de apreciação: reação (quando um objeto ou uma atividade são avaliados como interessantes ou não), composição (quando um objeto ou uma atividade são avaliados em relação ao equilíbrio

e complexidade) e valor (quando um objeto ou uma atividade são avaliados como valiosos ou não valiosos).

O subsistema engajamento se configura a partir das categorias de contração e expansão. A contração se refere aos recursos usados para efeitos de negação e contra-argumentação em relação a opiniões ou enunciados evocados no texto. Já a expansão corresponde à atribuição (quando vozes articuladas no texto são avaliadas como autoridades discursivas) e entretenimento (quando o/a autor/a usa recursos para indicar o grau de probabilidade ou comprometimento com o que é dito).

O subsistema gradação, por sua vez, se refere aos recursos usados para realçar avaliações (foco) ou para modificá-las segundo aspectos de intensidade, quantidade ou temporalidade.

Lima e Coroa (2010), ao estudarem o sistema de avaliatividade, apontam que avaliações são fundamentais para a composição do gênero reportagem. Os autores consideram ainda que, dentre as formas de avaliatividade, o subsistema julgamento é o mais recorrente no gênero. Na análise das reportagens do *corpus* desta pesquisa, busco detectar os elementos de avaliatividade que mais influenciam na construção de identificações particulares.

3.4.3 Metáforas

Adoto o conceito de metáfora segundo Lakoff e Johnson (2002), também adotado por Fairclough (2001, 2003). Segundo Lakoff e Johnson (2002), uma metáfora é uma maneira convencional de conceituar um domínio de experiência em termos de outro, partindo de nossas experiências com o mundo, de nossos comportamentos e nossas relações sociais na vida cotidiana. Nessa visão, as manifestações linguísticas metafóricas que vivenciamos cotidianamente (ZANOTTO, 2002) são tidas como metáforas conceptuais, as quais influenciam a interação social.

A metáfora conceptual se contrapõe à figura de linguagem. A dicotomia está no fato de que a primeira se relaciona à linguagem cotidiana e a segunda, à linguagem literária. Na teoria da metáfora conceptual, o mundo é compreendido por meio de metáforas que dizem respeito a elementos básicos da vida cotidiana.

Lakoff e Johnson (2002) classificam as metáforas conceptuais em *metáforas estruturais*, *orientacionais* e *ontológicas*. As *metáforas estruturais* dizem respeito ao modo como compreendemos um conceito em termos de outro. Já as *metáforas orientacionais* remetem ao modo como organizamos o sistema de conceitos em termos de orientação

espacial; já as *metáforas ontológicas* se referem ao modo como compreendemos nossas experiências em termos de objetos e substâncias. Os autores compreendem que essas metáforas estão relacionadas aos valores e conceitos essenciais de uma cultura. Isso mostra a importância e o papel da metáfora para entender o mundo, a cultura e nossa própria identidade.

De acordo com Lakoff e Johnson (2002), diversos textos podem construir representações metafóricas. Textos dos domínios jornalísticos, científicos e didáticos podem apresentar ocorrências dessas metáforas básicas da vida social e cotidiana. Na concepção de Fairclough (2011, p. 241), “todos os tipos de metáfora necessariamente realçam ou encobrem certos aspectos do que se representa” e, por isso, podem servir à dissimulação de relações de poder e desigualdades sociais. Segundo Thompson (2011), a metáfora constitui uma estratégia típica de dissimulação de relações de dominação, em que sentidos ideológicos são ocultados, negados ou obscurecidos. Para Ramalho e Resende (2011, p. 146), “as metáforas moldam significados identificacionais, pois, ao selecioná-las num universo de outras possibilidades, o/a locutor/a compreende sua realidade e a identifica de maneira particular”.

Portanto, a partir da metáfora como modo de representação, busco interpretar como construções identitárias metafóricas pontuais influenciam modos particulares de identificar líderes políticos específicos.

3.4.4 Estruturas visuais

Como o material desta pesquisa é basicamente formado por reportagens de revistas semanais de informação, é importante considerar os gêneros complementares, isto é, os gêneros (em geral gêneros multimodais) que se agregam à reportagem (fotografias, infográficos etc.). Para a análise desses gêneros, utilizo concepções da gramática de design visual, de Kress e van Leeuwen (2001, 2006).

Segundo Kress e van Leeuwen (2006), a linguagem visual, bem como a linguagem verbal, constrói significados, principalmente, em termos de representações do mundo. Nessa perspectiva, os sentidos construídos por meio de imagens podem ser identificados e analisados a partir das diferentes estruturas de sua composição.

A teoria semiótica funcional utiliza as mesmas concepções relativas aos significados e metafunções da linguagem da LSF (cf. seção 1.2.3) para compreender o uso das imagens. Kress e van Leeuwen (2006) associam a metafunção ideacional à *função representacional* das imagens, a metafunção interpessoal à *função interativa* e a metafunção textual à *função*

composicional das imagens. O quadro a seguir apresenta os elementos que constituem cada função de análise das estruturas visuais:

Quadro 8 – Categorias da gramática visual

Função representacional (Metafunção ideacional)	Função interativa (Metafunção interpessoal)	Função composicional (Metafunção textual)
Estruturas narrativas	Contato	Valores informacionais
Estruturas conceituais	Distância social	Enquadramento
	Perspectiva	Saliência (cor, tamanho, contraste, moldura)
	Modalidade	

Fonte: Quadro produzido com base em Kress e van Leeuwen (2006)

A *função representacional* diz respeito às estruturas que representam visualmente objetos, eventos e participantes do contexto social. Nesse contexto, a linguagem visual, bem como a linguagem verbal, constrói significados, principalmente, em termos de representações experienciais. Kress e van Leeuwen (2006) orientam seus trabalhos segundo a perspectiva de que a produção de imagens está ligada à metafunção responsável pela representação de aspectos do mundo, de nossas experiências. Com isso, evidenciam a composição de elementos na construção de imagens inerentemente associadas à produção de sentidos.

Dois tipos de estruturas visuais podem ser analisados de acordo com a *função representacional*: a *narrativa* e a *conceitual*. As *estruturas visuais narrativas* dizem respeito à representação de participantes envolvidos em processo de ação. Elas se caracterizam por representar participantes a partir de linhas ou vetores indicativos de movimento e ações, como se estivessem “fazendo algo”. Já as *estruturas conceituais* se referem à representação estática dos participantes, em termos de suas características essenciais. Essas são desprovidas de relações vetoriais, pois os participantes são representados como “sendo” ou “significando” algo, e não “fazendo” algo (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

A *função interativa* das imagens remete aos recursos usados para construir relações entre quem vê e o que se vê, entre o produtor e o observador da imagem. Os significados interativos são construídos a partir de realizações visuais, como o contato, a distância social, a perspectiva e a modalidade ou valor de realidade. *Contato* marca a interação a partir da relação de demanda e oferta; *distância social* remete aos planos da imagem (plano fechado, plano médio ou plano aberto), os quais codificam a relação de maior ou menor distância ou afinidade social; a *perspectiva* refere-se aos ângulos da imagem, que podem ser frontal,

oblíqua ou vertical; e a *modalidade* ou o *valor de verdade* são expressos a partir das cores, detalhes, da profundidade da luz, da orientação naturalística, sensorial, tecnológica ou abstrata (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

A *função composicional* se refere aos elementos que organizam a imagem e os significados dela. Os significados composicionais estão relacionados aos aspectos de layout do texto/da imagem, ao valor de informação e à estruturação ou enquadramento (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

Os sentidos representacionais, interacionais e composicionais operam simultaneamente em toda imagem, constituindo padrões de experiência, interação social e posições ideológicas. A partir disso, a gramática visual descreve o caráter multimodal de textos que combinam de maneiras específicas a produção de sentidos por meio de imagens, de eventos semióticos.

Para a ACG, interessa a análise de como gêneros específicos articulam imagens, numa construção multimodal que pode ser associada a efeitos e sentidos ideológicos. Como apontam Ramalho e Resende (2011, p. 141), “a representação imagética reforça, assim, a construção de sentidos ideológicos”. Por isso, é um aspecto semiótico e discursivo ligado ao significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003).

Considero que o modo como se representa visualmente os atores sociais políticos na reportagem pode indicar sentidos ideológicos que favorecem a narrativização identitária e identificações particulares. Por isso, busco analisar as fotografias e outras imagens que compõem os blocos retóricos das reportagens analisadas.

CAPÍTULO 4

NARRATIVIZAÇÕES IDENTITÁRIAS NO GÊNERO REPORTAGEM

Neste capítulo, apresento a análise dos modos de identificação e da construção da narrativização identitária no gênero reportagem, buscando atingir os objetivos da pesquisa. Conforme exposto no capítulo anterior, a análise parte de diferentes categorias baseadas na ACG, na ADC e na LSF, com o intuito de desvelar algumas das estratégias usadas no gênero para legitimar modos particulares de identificar atores sociais do âmbito político nacional.

Para tanto, a primeira seção apresenta informações sobre as reportagens a serem analisadas nas seções seguintes. Na segunda seção, são analisadas a representação de atores sociais, o sistema de avaliatividade, a representação metafórica e as estruturas visuais, com vistas a identificar principalmente os padrões e recorrências no modo como se constroem identificações particulares para líderes políticos. Por fim, a última seção discute a construção da narrativização identitária, considerando os resultados das análises anteriores. Busca-se compreender os possíveis efeitos discursivos e ideológicos de narrativizações identitárias.

4.1 As reportagens do *corpus*

As reportagens selecionadas apresentam informação/interpretação sobre acontecimentos relacionados ao governo e ações da presidenta¹⁵ Dilma Rousseff, posteriores às manifestações que ocorreram no Brasil, em 15 de março de 2015. Têm como foco as reações do governo às manifestações, os acontecimentos na Câmara dos Deputados envolvendo Eduardo Cunha e Cid Gomes e os resultados publicados na semana sobre as investigações de corrupção na Petrobras.

Para análise dos modos de identificação e da narrativização identitária, foram selecionadas seis reportagens da edição n. 842 da revista *CartaCapital*, conforme as informações do quadro a seguir:

¹⁵ Opto pelo termo “presidenta” porque, além de reconhecer e valorizar o fato de que esta é a primeira vez que temos uma mulher na Presidência do Brasil, considero o uso desta forma uma maneira de resistência à assimetria de poder presente no uso do masculino genérico. Pesquisas atuais com foco na luta pela igualdade de gênero têm cada vez mais refletido sobre maneiras de superar relações de poder que envolvem o uso da linguagem nas sociedades ocidentais em favor da “supremacia masculina” (CALDAS-COULTHARD, 2000, p. 273). Uma das maneiras de superar a hegemonia de gênero é a rejeição ao uso do masculino genérico. Concordo com Freire (2000, p. 35-36) que “a recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. (...) Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo”.

Quadro 9 – Reportagens de *CartaCapital*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>CartaCapital</i>	Começar de novo? (Anexo 1)	André Barrocal	14-17
R2- <i>CartaCapital</i>	O Brasil explica a si mesmo (Anexo 2)	Mino Carta	18-21
R3- <i>CartaCapital</i>	O fim do mito da civilidade política (Anexo 3)	Marcos Coimbra	22-23
R4- <i>CartaCapital</i>	Sobre marchas e contramarchas (Anexo 4)	Luiz Gonzaga Beluzzo	24-25
R5- <i>CartaCapital</i>	A era da fúria (Anexo 5)	Antonio Luiz M. C. Costa	26-27
R6- <i>CartaCapital</i>	A Lava Jato abre o leque (Anexo 6)	Fabio Serapião	28-32

As cinco primeiras reportagens encontram-se na seção “Capa” e abordam essencialmente acontecimentos que envolvem o governo de Dilma Rousseff e as manifestações de 15 de março. Já a última reportagem está localizada na seção “Seu País” e trata da investigação de corrupção na Petrobras. Os principais atores sociais representados nas reportagens são: Dilma Rousseff, atual Presidenta do Brasil; Lula, ex-presidente do Brasil; Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil; Aécio Neves, Senador por Minas Gerais; Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; e Cid Gomes, então Ministro da Educação.

Da revista *Época*, foram selecionadas quatro reportagens da edição n. 876, da colônia de informação-interpretação, denominada Tempo. São as seguintes reportagens:

Quadro 10 – Reportagens de *Época*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>Época</i>	Lavando o PT a jato (Anexo 7)	Filipe Coutinho	32-35
R2- <i>Época</i>	O PT enfrenta sua maior crise (Anexo 8)	Alberto Bombig	36-37
R3- <i>Época</i>	Olha a lâmina (Anexo 9)	Leandro Loyola	38-39
R4- <i>Época</i>	E a casa de Cid caiu (Anexo 10)	Leandro Loyola	40-41

As reportagens encontram-se na seção “Notícias do Planalto”. Diferentemente das reportagens de *CartaCapital*, as reportagens da revista *Época* têm como foco a representação do PT em relação aos acontecimentos da semana. As quatro reportagens relacionam o partido de modo mais veemente às investigações da chamada Operação Lava Jato e aos problemas enfrentados pelo governo da presidenta Dilma Rousseff. Os principais atores representados

são: a presidenta Dilma Rousseff; o ex-presidente Lula; Aloizio Mercadante, então Ministro-chefe da Casa Civil; e o ministro Cid Gomes.

Para análise dos modos de identificação na revista *IstoÉ*, foram selecionadas sete reportagens da edição n. 2364, conforme informações apresentadas no quadro 11:

Quadro 11 – Reportagens de *IstoÉ*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>IstoÉ</i>	Os esquemas do Duque (Anexo 11)	Josie Jeronimo	38-43
R2- <i>IstoÉ</i>	Conselhos pagos a ouro (Anexo 12)	Eumano Silva	44
R3- <i>IstoÉ</i>	Dilma encastelada (Anexo 13)	Izabelle Torres	48-53
R4- <i>IstoÉ</i>	Cid perde a cabeça (Anexo 14)	Ludmilla Amaral	54-55
R5- <i>IstoÉ</i>	De novo, a culpa é (só) do tesoureiro (Anexo 15)	Josie Jeronimo	56-57
R6- <i>IstoÉ</i>	Censura com dinheiro público (Anexo 16)	Reportagem não assinada	58-59
R7- <i>IstoÉ</i>	FIES, a barbearagem do governo (Anexo 17)	Camila Brandalise	60-62

As cinco primeiras reportagens de *IstoÉ* são narrativas que enfatizam atores sociais específicos: a primeira reportagem trata da prisão de Renato Duque, ex-diretor da Petrobras; a segunda aborda as investigações contra José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil; a terceira reportagem relaciona especificamente Dilma Rousseff aos acontecimentos da semana; a quarta narra acontecimentos que envolvem o Ministro da Educação, Cid Gomes; e a quinta tem como foco as investigações sobre João Vaccari Neto, então Secretário de Finanças e Planejamento do PT, na chamada Operação Lava Jato. Já as duas últimas reportagens estão voltadas para acontecimentos sobre ações do governo da presidenta Dilma. As reportagens estão situadas nas seções “Brasil” e “Comportamento”.

Da revista *Veja*, foram selecionadas as seguintes reportagens da edição n. 2418:

Quadro 12 – Reportagens de *Veja*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>Veja</i>	O poderoso Cunha (Anexo 18)	Adriano Ceolin	50-56
R2- <i>Veja</i>	O populismo cobra fatura (Anexo 19)	Daniela Macedo	60
R3- <i>Veja</i>	Adivinhe quem vai pagar (Anexo 20)	Robson Bonin	62
R4- <i>Veja</i>	O melhor consultor do mundo (Anexo 21)	Hugo Marques	64-65
R5- <i>Veja</i>	Um diagnóstico perfeito (Anexo 22)	Reportagem não assinada	66-67
R6- <i>Veja</i>	Levy e seus perigos (Anexo 23)	Marcelo Sakate	76-78

A primeira reportagem tem como foco acontecimentos voltados para as ações do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; a quarta reportagem apresenta uma narrativa de acontecimentos envolvendo o ex-ministro José Dirceu; a última reportagem narra ações de Joaquim Levy, então Ministro da Fazenda. As outras reportagens trazem narrativas sobre problemas envolvendo o governo de Dilma Rousseff, como nas outras revistas. As cinco primeiras reportagens compõem a seção “Brasil” e a última faz parte da seção “Economia”.

4.2 A construção de modos de identificação no gênero reportagem

4.1.1 A representação de atores sociais

O modelo teórico-analítico de Van Leeuwen (1997), conforme explicitado na seção 3.4.1, parte basicamente da identificação dos atores sociais incluídos e excluídos no texto. Considerando primeiramente a inclusão, as análises apontam para duas categorias básicas que configuram a representação de líderes políticos no gênero reportagem: a personalização e a especificação. Em todas as reportagens analisadas, a personalização ocorre regularmente a partir da nomeação e da categorização por funcionalização¹⁶.

Segundo Van Leeuwen (1997), “nos jornais dirigidos à classe média os agentes e especialistas governamentais tendem a ser referidos especificamente” (p. 191). Para o autor, as narrativas da imprensa dão preferência pela nomeação e categorização dos atores sociais porque assim eles tornam-se pontos de identificação para o/a leitor/a. Ao representar os atores sociais “quer em termos de sua identidade única, sendo nomeados, quer em termos de identidade e funções que compartilham com os outros” (p. 200), as reportagens podem mais facilmente reproduzir identificações específicas e legitimar posicionamentos favoráveis ou não aos envolvidos num determinado evento social.

Já a especificação ocorre essencialmente a partir da assimilação por coletivização, um recurso pelo qual os atores sociais são referidos como um grupo em particular, pela pluralidade ou por substantivo que designa tal grupo.

Mas não são apenas essas as formas de representação que ocorrem nas reportagens das revistas analisadas. Há também o uso de recursos associados à categorização por identificação

¹⁶ Exemplos e análises são apresentados nas seções seguintes.

(personalização) e à impersonalização por objetivação. A categorização por identificação ocorre a partir de escolhas que representam líderes políticos segundo uma classificação específica ou suas relações sociais (identificação relacional). A impersonalização por objetivação ocorre por meio de referências institucionais.

Além da inclusão, a exclusão também é um importante aspecto a ser considerado. Atores sociais políticos são excluídos tanto por supressão quanto por encobrimento, quando são colocados em segundo plano nas narrativizações.

No entanto, as reportagens de cada revista apresentam particularidades na articulação dessas estratégias na construção de modos de representação e identificação dos atores sociais, segundo posicionamentos e interesses específicos das empresas de comunicação.

4.1.1.1 A representação nas reportagens de *CartaCapital*

Em todas as reportagens do *corpus*, a personalização pode ser considerada uma estratégia discursiva usada para evidenciar as ações e atividades dos líderes políticos representados, como dito no início desta seção. Usualmente, os atores sociais são representados por nomeação e funcionalização, em razão de sua importância política. No caso das reportagens de *CartaCapital*, esses são os recursos de personalização mais recorrentes. De modo geral, esses atores sociais são representados pelo papel e cargo que exercem no governo ou pela participação em seu partido político, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

- (1) (...) *Cid Gomes*¹⁷ evitou os panos quentes. Ao contrário. Diante do *presidente da Casa, Eduardo Cunha*, símbolo das críticas do *ministro*, pediu desculpas a quem se sentiu pessoalmente ofendido, mas assumiu e repetiu afirmações. (*CartaCapital*, R1, p. 14).
- (2) Um *ex-metalúrgico, fundador e líder do Partido dos Trabalhadores*, ganha as eleições de 2002 (...). (*CartaCapital*, R2, p. 20).
- (3) (...) a avaliação da *presidenta Dilma Rousseff* atravessou altos e baixos. Teve níveis positivos tão elevados quanto aqueles de *Lula*. (*CartaCapital*, R3, p. 22).
- (4) Nesse caso, um dos alvos principais seria o *ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral*, e os peemedebistas cariocas, entre eles o *presidente da Câmara, Eduardo Cunha*. (*CartaCapital*, R4, p. 30).

A nomeação ocorre de modo geral por meio de nomes próprios, de modo formal – “Dilma Rousseff” (3) –, de modo semiformal – “Lula” (3) – ou de modo honorífico: “ministro” (1). A funcionalização, por sua vez, realça o cargo, o papel político ou a atividade

¹⁷ Todos os grifos em excertos das reportagens são grifos meus.

institucional dos atores representados – “presidenta” (3), por exemplo. Esses tipos de funcionalização tornam explícitas as ações políticas, as competências e habilidades dos atores sociais, inclusive o modo como são avaliados, o que pode contribuir com construções identitárias específicas.

Dilma Rousseff, Lula e Fernando Henrique Cardoso são os atores sociais mais recorrentes e, conseqüentemente, são as principais referências de identificação. A recorrência de menções a esses atores especificamente por nomeação e funcionalização lhes confere destaque, principalmente pelo fato de ocuparem ou terem ocupado o maior e mais importante cargo político: a presidência da República. A partir desses modos de representação, o texto pode desenvolver processos que favorecem a legitimação de identificações únicas.

Uma construção significativa em *CartaCapital* pode ser observada na articulação entre a representação de modo individual, por nomeação ou funcionalização, e a representação por coletivização:

- (5) A situação econômica mundial favorecer o *ex-sapo barbudo*, capaz de vencer batalhas muito duras para figurar ao cabo de dois mandatos como o presidente brasileiro mais popular de todos os tempos, justo prêmio para quem fez o melhor governo dos tempos todos. (...) Bem disse a *presidenta*, a corrupção é senhora idosa. (*CartaCapital*, R2, p. 20).
- (6) Seus segredos, comenta-se nos bastidores, comprometem os *petistas* que transformaram o antigo partido de massas em uma versão vermelha do PMDB, com *caciques* cujo poder se sustenta na influência sobre contratos milionários de estatais do setor privado. (*CartaCapital*, R6, p. 30).

Enquanto a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula são predominantemente representados de modo individual (exemplo 5), outros atores sociais são mais frequentemente representados a partir da assimilação coletiva, em especial, por meio da referência a grupos partidários (exemplo 6). Ao serem representados de modo coletivo como “petistas” ou “PMDB”, por exemplo, líderes políticos são identificados também de modo coletivo. Esse é, portanto, um recurso potencial para a construção de identificações que servem a qualquer líder político que pertença ao mesmo grupo/partido.

Porém, apesar da filiação de Lula e Dilma ao PT, a revista deixa explícita uma construção específica para esses atores, dissociando-os da identificação que é construída para os “petistas” (6), a partir da coletivização. Ou seja, a identificação atribuída ao partido tende a não afetar a identificação construída para o ex-presidente Lula, por exemplo, como pode ser observado no excerto (5).

Esses excertos também apresentam exemplos de categorização por identificação, uma categoria da personalização que não é muito recorrente nas reportagens de *CartaCapital*, mas que tem um efeito potencial na representação e identificação. Lula em (5) é identificado como o “ex-sapo barbudo”, uma forma de classificação caricatural que se tornou comum no contexto político, após ter sido assim denominado por Leonel Brizola.

Já líderes do PT e do PMDB são identificados em (6) como “caciques” políticos, uma referência comum nas mídias jornalísticas para designar membros do PMDB. O termo “caciques” está associado ao “caciquismo político”, que se refere à concessão de favores e cargos a líderes políticos para o exercício de poder sobre zonas eleitorais – um conceito que acresce sentido negativo à identificação dos atores sociais representados, por relacioná-los à prática de corrupção que envolve a concessão de favores e cargos políticos. Dessa forma, a representação serve à construção identitária coletiva de líderes desses partidos de forma negativa e depreciativa.

Líderes da base política de oposição são também representados através da coletivização, como “os tucanos” (7), “o PSDB” (9), “os opositores” (8), o que contribui para a construção de uma identificação coletiva para esse grupo específico, como mostram os excertos a seguir:

- (7) *Os tucanos* também tiveram sua cota de acrobacia no trato das manifestações. (*CartaCapital*, R1, p. 16).
- (8) Para acalmar *os opositores*, Zavascki solicitou um novo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, inicialmente contrário à ideia. (*CartaCapital*, R1, p. 16).
- (9) Em seu plano de embaralhar o impeachment e as manifestações, *o PSDB* contou com o costumeiro apoio da mídia. (*CartaCapital*, R1, p. 17).

A articulação entre a representação por personalização e a representação por coletivização pode, portanto, ser vista como uma estratégia importante para a construção identitária, já que pode contribuir para a construção de uma identificação específica a determinados líderes políticos e, de modo coletivo, a outros.

Na reportagem “A Lava Jato abre o leque” (R6-*CartaCapital*), essa articulação serve para reforçar a identificação coletiva que é construída para os líderes políticos do PSDB. A reportagem coloca em evidência tanto atores sociais específicos por meio da nomeação/funcionalização, quanto faz menções a esses atores de modo coletivo, a partir de sua filiação partidária:

- (10) Nesse caso, um dos alvos principais seria o *ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral*, e os *peemedebistas* cariocas, entre eles o *presidente da Câmara, Eduardo Cunha*. Assad poderia contribuir ainda no esclarecimento das dúvidas levantadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, que atingiram o *governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB*. O conhecimento do operador abarca, além das licitações federais, as gestões de *José Serra* e *Geraldo Alckmin* em São Paulo e a de *Gilberto Kassab* na prefeitura da capital. Nos dois casos, a Delta ganhou licitações bilionárias. No estado mais rico do País, o avanço da Lava Jato pode significar muita dor de cabeça para o *tucanato*. Não bastassem as obscuras e ainda não explicitadas investidas da Delta e Assad nos contratos paulistas, os desdobramentos das investigações em Curitiba podem reavivar ao menos quatro escândalos dos 20 anos de *PSDB* no Palácio dos Bandeirantes. (*CartaCapital*, R6, p. 30-31).

No exemplo acima, pode ser observado que a reportagem menciona diversos atores sociais por meio da nomeação, mas não para construir especificamente uma identificação negativa única para cada um deles, e sim para corroborar a identificação negativa coletiva do grupo político-partidário ao qual pertencem.

É importante destacar também a operação ideológica que envolve a exclusão dos atores sociais nas reportagens. Chamam atenção principalmente as reportagens “Sobre marchas e contramarchas” (R4-*CartaCapital*) e “A era da fúria” (R5-*CartaCapital*) que incluem apenas a representação dos manifestantes. Em R4-*CartaCapital*, a exclusão dos atores sociais políticos ocorre por encobrimento, colocando “os políticos” em segundo plano. Já R5-*CartaCapital* apresenta a supressão total dos atores sociais políticos envolvidos no evento social. O foco das reportagens está na representação e identificação dos manifestantes. É construída, então, uma imagem negativa daqueles que estão envolvidos nas manifestações a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, o que contribui, mesmo que indiretamente, para um posicionamento favorável ao governo da presidenta.

Nota-se também que em R6-*CartaCapital*, as investigações de corrupção na Petrobras são vinculadas a líderes específicos do PT, como José Dirceu, e a líderes do PSDB. Há, no entanto, a exclusão total de menção a Dilma e Lula. Nesse caso, a exclusão contribui para dissociar esses atores sociais da representação negativa construída para o PT e para líderes da oposição.

Outro fator peculiar das reportagens de *CartaCapital* diz respeito à representação de Dilma Rousseff como “presidenta”, diferentemente do modo como ocorre nas reportagens de *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, que a representam como “presidente”. A escolha pelo termo “presidenta” reflete um posicionamento ideológico favorável à luta pela igualdade de gênero. Essa marca de gênero no discurso está associada a uma questão de luta social contra a hegemonia de

gênero, uma forma de resistência à assimetria de poder presente no uso do masculino genérico. A escolha lexical de *CartaCapital* também traduz a luta pelo reconhecimento da conquista marcante de uma mulher na presidência do país.

No caso das revistas, essa escolha também está fortemente associada a questões ideológicas político-partidárias. Ao optar pelo uso de “presidenta”, a revista *CartaCapital* evidencia seu posicionamento favorável às correntes político-ideológicas e partidárias associadas à Dilma Rousseff e seu governo. Nas reportagens, ainda que haja uma construção negativa em torno das ações da presidenta (cf. subseção 4.2.2.1), há um posicionamento explícito, por exemplo, contra as manifestações pró-*impeachment*. Já o uso de “presidente” nas outras revistas corrobora o posicionamento desfavorável ao governo de Dilma e ao PT. Nesse sentido, o modo de representação de Dilma Rousseff denota explicitamente aspectos relacionados aos posicionamentos político-partidários das revistas.

Em resumo, as reportagens de *CartaCapital* se destacam pela articulação estratégica entre recursos de personalização e de especificação, representando determinados líderes políticos de modo individual e outros de modo coletivo, conforme seus próprios posicionamentos político-partidários.

4.1.1.2 A representação nas reportagens de *Época*

Apesar da representação frequente de atores sociais por meio da nomeação e funcionalização (um aspecto peculiar da representação de líderes políticos), as reportagens da revista *Época* se destacam pela recorrência de representação por coletivização. De modo geral, as quatro reportagens analisadas constroem uma identificação coletiva, com foco em líderes políticos filiados ao PT.

Enquanto o ato de nomear, de designar pode influenciar a construção de uma identificação positiva ou negativa para atores sociais específicos, a coletivização é usada como recurso para universalizar e legitimar representações particulares para líderes políticos associados ao PT:

(11) *As investigações da Lava Jato convergem inexoravelmente ao PT*, conforme mais investigados confessam, mais extratos bancários chegam de paraísos fiscais e mais apreensões de documentos são feitas. (*Época*, R1, p. 33).

(12) Ao longo da semana, as investigações da Operação Lava Jato, que até então atingiam principalmente as siglas da base aliada, *chegaram ao coração do PT*. (*Época*, R2, p. 37).

Nos exemplos (11) e (12), é possível interpretar a identificação negativa atribuída ao PT como um partido associado a atividades de corrupção. Nesse caso, a coletivização cria um efeito de sentido potencial para associar esse mesmo modo de identificação a qualquer líder político que pertença ao partido. Como dito na análise das reportagens de *CartaCapital*, essa forma de representação contribui para a construção de uma identificação coletiva para determinados líderes políticos e, no caso das reportagens de *Época*, se mostra um potencial elemento para a legitimação de representações e identificações aliadas ao posicionamento partidário da revista.

Outro fator importante diz respeito à categorização por identificação. As reportagens frequentemente representam Dilma Rousseff e Lula de modo relacional, segundo sua filiação ao PT:

- (13) As provas mais recentes e robustas, que resultaram em ações como a prisão de Duque, um personagem capital no petróleo, detalham a operação *do partido de Dilma e Lula* no esquema. (*Época*, R1, p. 33-34).
- (14) Duque, contudo, é apenas o intermediário escolhido para garantir que tudo em sua diretoria seguisse o roteiro consagrado da corrupção. (...) Enquanto tungavam a Petrobras, todos enriqueciam juntos: Duque, funcionário da estatal, empresários, intermediários, partidos e políticos. É o círculo do fisiologismo, sustentado pelos *governos petistas de Lula e Dilma*. (*Época*, R1, p. 34).
- (15) O mensalão foi a primeira grande crise do *PT desde que a sigla chegou ao poder*, em 2002. A segunda foi em 2013, quando uma onda de manifestações derrubou a popularidade de vários governantes brasileiros, entre eles *a presidente Dilma Rousseff*. (*Época*, R2, p. 36).
- (16) Se a jogada desse certo, *Dilma ficaria menos dependente do PT e do PMDB* no Congresso. (*Época*, R3, p. 38).

A identificação relacional se refere ao modo como atores sociais são representados a partir de suas relações pessoais e sociais. Em todos os exemplos, em especial o excerto (13), que se refere ao PT como o “partido de Dilma e Lula”, a identificação desses atores sociais é construída recorrentemente a partir de sua relação com o partido. O mesmo ocorre na representação de outros atores sociais, como exemplificam os fragmentos (17) a (19):

- (17) Os investigadores já têm provas suficientes de que *Vaccari e o PT*, num ardil malandro, embora brilhante, subverteram o caixa oficial de campanha. (*Época*, R1, p. 34).
- (18) Completando o triunvirato da encrenca do *PT com a Lava Jato está José Dirceu*, ex-ministro de Lula condenado pelo mensalão. (*Época*, R1, p. 35).
- (19) Pela inabilidade política *de seus líderes, como o ministro Aloizio Mercadante*, as relações com o Congresso se azedaram ainda mais. (*Época*, R2, p. 37).

Dessa maneira, a representação de Dilma, Lula, João Vaccari Neto (então tesoureiro do PT), José Dirceu e Aloizio Mercadante (então Ministro-chefe da Casa Civil) está associada à identificação atribuída a líderes do PT. Sendo essa uma construção negativa, a identificação relacional acaba por desfavorecer a imagem social e política desses atores sociais.

Em R3-*Época* e R4-*Época*, que traçam narrativizações de atores sociais específicos – Aloizio Mercadante e Cid Gomes, respectivamente –, há uma maior recorrência de representação por nomeação ou por funcionalização. Esse tipo de representação, portanto, torna esses atores sociais focos da identificação. Como são políticos aliados ao PT, ao terem uma identificação negativa construída nas reportagens, sua representação também pode reforçar a imagem negativa produzida para o partido.

Outra forma recorrente de representação de atores sociais em *Época* é a impersonalização por objetivação. Determinados atores sociais são representados por meio da referência metonímica à instituição ou local de trabalho, como mostram os segmentos a seguir:

(20) Na noite do domingo, dia 15 de março, sob o impacto dos milhões que foram às ruas protestar contra o *governo* e o PT (...). (*Época*, R1, p. 32).

(21) Sua relação com o *Senado* melhorou; com a *Câmara*, no entanto, não é das melhores. (*Época*, R3, p. 39).

(22) Duas semanas antes atacara o *Congresso* (...). A demissão foi anunciada pelo presidente da *Câmara*, Eduardo Cunha, não pelo *Palácio do Planalto* – num sinal inequívoco de desprestígio do governo. (*Época*, R4, p. 41).

Como exemplifica o segmento (20), a presidenta e outros líderes são representados também como “o governo”. A representação do “governo” tende a ser associada à representação de Dilma Rousseff. Já nos segmentos (21) e (22), encontram-se exemplos da personificação do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Desse modo, não se especificam os atores sociais envolvidos no evento, os quais acabam tendo sua representação ofuscada. Esse recurso, por conseguinte, realça as ações e o comportamento dos atores que são personalizados: no caso do trecho (21), Aloizio Mercadante; e no trecho (22), Cid Gomes.

A exclusão também tem efeito potencial nas reportagens de *Época*, porque suprime a representação de líderes políticos da oposição. Não há nenhuma menção a líderes do PSDB, por exemplo. Em R1-*Época*, por exemplo, as investigações de corrupção na Petrobras são associadas apenas ao PT e a alguns líderes políticos específicos filiados ao partido,

diferentemente do que ocorre em *CartaCapital*. Esse é um dado relevante, porque a ausência desses atores sociais tende a reforçar uma identificação negativa para os líderes do PT como políticos exclusivamente corruptos.

Se comparado com a reportagem “A Lava Jato abre o leque” (R6-*CartaCapital*) da revista *CartaCapital*, de mesmo tema, nesta há a presença marcante de políticos do PSDB como líderes também envolvidos em casos de corrupção, além de líderes políticos do PT. Já em *Época*, a exclusão desses atores ofusca sua agência, bem como os destituem de uma identificação negativa.

De modo geral, as reportagens constroem enfaticamente uma representação que contribui para a construção de uma imagem negativa coletiva para líderes políticos associados ao PT, inclusive da presidenta e do ex-presidente Lula. Já a impersonalização se mostrou um recurso potencial para encobrir as ações de determinados líderes políticos, por um lado, e realçar as ações e o comportamento daqueles representados a partir da personalização, por outro.

4.1.1.3 A representação nas reportagens de *IstoÉ*

As reportagens de *IstoÉ* são marcadas, em primeira instância, pela recorrência de inclusão por personalização, já que dentre as sete reportagens analisadas, cinco constroem modos de identificação para atores sociais específicos. A personalização ocorre não só por meio da nomeação e da categorização por funcionalização, mas também, de modo frequente, a partir da categorização por identificação.

A presidenta Dilma Rousseff é o principal ator social na reportagem “Dilma encastelada” (R3-*IstoÉ*), mas também é representada em outras cinco reportagens. Outros atores sociais que são representados de modo recorrente são Lula, José Dirceu, Cid Gomes e João Vaccari Neto. Esses são, portanto, os principais líderes políticos a terem uma identificação explícita construída na edição da revista.

No caso da categorização por identificação, alguns líderes políticos são classificados usualmente por sua filiação política:

(23) Do total faturado pela JD Assessoria e Consultoria, empresa do *petista*, mais de R\$ 6 milhões foram pagos por companhias acusadas de formação de cartel para vencer licitações fraudadas na estatal. (*IstoÉ*, R2, p. 44).

(24) Enquanto o *político do Pros* seguia em direção ao Planalto, sua demissão já estava certa. (*IstoÉ*, R4, p. 55).

(25) Aponta-se ainda a necessidade de se investir na publicidade feita na cidade de São Paulo, administrada pelo *petista* Fernando Haddad. (*IstoÉ*, R6, p. 59).

Ao serem representados como exemplificam os excertos (23), (24) e (25), esses atores sociais têm sua identidade definida e determinada pela sua filiação partidária. Como a revista deixa explícito um posicionamento contrário ao PT e a partidos aliados, essa classificação é potencial na construção de um posicionamento também contrário a esses líderes políticos. A classificação é, portanto, um processo importante de significação, em que posicionamentos mais explícitos são marcados.

Em outros casos, há a ocorrência de líderes políticos identificados de modo pontual. Como a edição segue uma temática metafórica que constrói o cenário político atual como similar ao período imperial no Brasil, alguns atores sociais são constantemente identificados a partir dessa construção metafórica:

(26) Na ocasião, Lula – uma espécie de *imperador dos petistas* – justificou o veto como uma medida para evitar milhares de desempregos. (*IstoÉ*, R1, p. 40).

(27) Na terça-feira 17, Dilma se encontrou com o *rei sem trono*, o ex-presidente Lula (...). (*IstoÉ*, R3, p. 51).

(28) O País vai mal e a *rainha encastelada* não ceifa ministérios (em tempo de ajuste de contas, seria simbólico e altamente positivo enxugar a máquina), não assume os erros na condução da política econômica (...). (*IstoÉ*, R3, p. 50-51).

(29) A *rainha* precisa sair de seu castelo. (*IstoÉ*, R3, p. 53).

É possível observar que esse tipo de identificação é mais comum à representação de Dilma Rousseff e de Lula, como mostram os fragmentos (26) a (29), em especial em R3-*IstoÉ*, que constrói uma narrativização identitária mais específica em torno da representação da presidenta. A identificação de Dilma como “rainha” e de Lula como “imperador” ou “rei”, apesar de ser uma construção identitária pontual, contribui para reforçar uma identificação negativa mais recorrente. A categorização por identificação, nesse caso, marca a atribuição de valores negativos e depreciativos em relação às ações e habilidades políticas dos atores sociais representados, o que pode ser observado nitidamente na representação da presidenta.

É relevante apontar que as reportagens também se utilizam frequentemente da representação por especificação – a coletivização, como mostram os segmentos a seguir:

(30) Duque, ironicamente chamado de “nobre” pelos empreiteiros do cartel, negociava o montante de propina para os *petistas*. (*IstoÉ*, R1, p. 40).

(31) Uma década passou e o *PT* não atualizou suas ideias. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

(32) O ex-governador seguiu a artilharia, dessa vez contra o *PMDB* (...). (*IstoÉ*, R4, p. 55).

(33) As investigações mostram que ele mascarou as propinas que o *PT* recebeu no esquema da Petrobras em forma de doação oficial de campanha. (*IstoÉ*, R5, p. 53).

Do mesmo modo que as reportagens em *CartaCapital* e *Época*, esse modo de representação constrói uma identificação coletiva para líderes políticos associados, em especial, ao *PT*, como exemplificam os segmentos (30), (31) e (33). Portanto, consiste numa estratégia significativa para legitimar uma identificação negativa coletiva para esses atores sociais.

Na reportagem “Os esquemas do Duque” (R1-*IstoÉ*), a representação de Renato Duque culmina com a identificação negativa atribuída a líderes políticos do *PT*, como pode ser observado no excerto (30). Portanto, ainda que a narrativização identitária nessa reportagem não seja especificamente sobre um líder político – mas sobre o ex-diretor da Petrobras –, os modos de identificação são potenciais para legitimar um posicionamento contrário ao *PT* e seus líderes.

A menção a atores sociais ligados à oposição política ocorre apenas na reportagem “Dilma encastelada”, a partir da representação por nomeação e funcionalização, como mostram os trechos abaixo:

(34) Para ficar no campo da realeza, há alguns dias o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que “o rei está nu”, numa alusão às feridas escancaradas do governo. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

(35) Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia”. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

Como explica Rajagopalan (2003), o processo de nomeação é um ato inerentemente político, usado pela mídia para construir posicionamentos favoráveis ou contrários a personalidades particulares. Esses modos de representação dão visibilidade aos atores sociais e constituem uma estratégia potencial de reforço da identificação que é construída a eles/as. Em (34) e (35), a personalização é usada não só para evidenciar as vozes do ex-presidente Fernando Henrique e do senador João Capiberibe, mas também para favorecer a imagem desses atores sociais como autoridades discursivas. Isso certamente contribui para a legitimação de posicionamentos político-partidários específicos.

Nas demais reportagens, há a exclusão por supressão desses atores. A edição da revista tem como foco a representação da presidenta Dilma Rousseff e de outros líderes aliados ao PT, como Cid Gomes, José Dirceu, Lula e João Vaccari Neto. Esses atores sociais são representados de modo recorrente por recursos de personalização, em especial, a categorização por identificação, como observado nesta subseção.

4.1.1.4 A representação nas reportagens de *Veja*

Assim como na revista *IstoÉ*, as reportagens da revista *Veja*, representam de modo recorrente líderes políticos a partir da classificação – um mecanismo de categorização por identificação. Essa classificação usualmente ocorre a partir da referência à filiação político-partidária:

(36) Eduardo Cunha conquistou a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, contra a vontade da *petista* [Dilma Rousseff]. (*Veja*, R1, p. 53).

(37) Dilma não tem força para confrontar o *peemedebista* [Eduardo Cunha] ou impor-se no Congresso. (*Veja*, R1, p. 53).

(38) Do clube do bilhão, o *petista* [José Dirceu] recebeu pelo menos 8 milhões de reais. (*Veja*, R4, p. 53).

Os fragmentos acima exemplificam algumas das ocorrências desse modo de representação, que não só acentua a filiação partidária dos atores sociais, mas coloca em evidência as relações que envolvem as lutas hegemônicas do contexto político-ideológico e partidário.

A identificação por classificação também pode ser encontrada a partir de termos com significações pejorativas e depreciativas, importantes na identificação particular de certos atores sociais, como na representação de José Dirceu e Lula nos trechos abaixo:

(39) Outras empreiteiras ampliaram exponencialmente seus negócios após recorrer aos préstimos do *mensaleiro* [José Dirceu]. (*Veja*, R4, p. 53).

(40) Lá, sem esconderem a condição de lobistas [José Dirceu e Lula], tiveram encontros com o presidente do país e ministros de Estado. (*Veja*, R4, p. 53).

Em (39), José Dirceu é representado como “mensaleiro”, termo pejorativo usado pela revista (e por boa parte da mídia jornalística) para representar líderes políticos envolvidos na ação penal 470, conhecida como “mensalão”. Essa forma de representação faz parte da

construção de uma identificação relacional entre o ator social e o PT, enfatizando seu envolvimento em atividades de corrupção. A escolha lexical, nesse caso, é potencial para a legitimação de uma construção identitária pejorativa e deslegitimada. Sentido semelhante pode ser observado no exemplo em (40), em que José Dirceu e Lula são representados pelo termo “lobistas”, um conceito usado comumente com sentido negativo também associado a atividades de corrupção.

Outra forma recorrente de representação é a impersonalização por objetivação, por meio da referência institucional, como foi observado também nas reportagens da revista *Época*. A impersonalização aqui, no entanto, é usada como uma estratégia de referência a líderes políticos específicos a partir de sua relação institucional. Os excertos abaixo dão alguns exemplos dessa forma de representação:

- (41) Sendo assim, ao enfraquecimento do *Poder Executivo*, materializado na reprovação recorde da *presidente Dilma Rousseff*, sobreveio o imediato fortalecimento do *Legislativo* – embalado na figura até há pouco desconhecida de *Cunha*. (Veja, R1, p. 53).
- (42) Desde a redemocratização, o presidente da República do Brasil faz as leis e o Orçamento, relegando o *Congresso* ao papel de chancelador das decisões do *Palácio do Planalto*. (Veja, R1, p. 53).
- (43) A central de trapalhadas em que se transformou o *Executivo* ajuda muito a ressurgência do *Congresso*. (Veja, R1, p. 53).
- (44) Incapaz de manter seu programa de financiamento estudantil, o *governo* leva a crise empresas e alunos. (Veja, R2, p. 53).
- (45) Mais do que um sinal de desprezo ao ajuste fiscal proposto pelo *Palácio do Planalto*, a iniciativa embute uma esperteza e um tremendo senso de oportunismo. (Veja, R3, p. 53).
- (46) De outro ângulo, pode até ser positivo para o *Palácio do Planalto*, pois, pelo menos nas discussões internas, a gravidade da crise é reconhecida e debatida. (Veja, R5, p. 53).

Nas reportagens, a referência ao “Poder Executivo”, “Palácio do Planalto” e “governo” corresponde principalmente à presidenta Dilma Rousseff, enquanto outras referências institucionais, como “Legislativo” e “Congresso”, correspondem a outros atores sociais, em especial, Eduardo Cunha. Nesse sentido, a representação por impersonalização ressalta o papel político e institucional dos líderes representados.

Esse modo de representação constitui uma estratégia de identificação. Em (43), por exemplo, as ações do “Executivo”, avaliadas de modo negativo, remetem às ações da presidenta e de líderes políticos aliados, narradas e interpretadas anteriormente. Assim, a

impersonalização constitui mais uma das formas particulares para representar e identificar certos líderes políticos.

Com relação à coletivização, como nas outras revistas, há a recorrência de menções a líderes políticos a partir da referência ao grupo partidário. Em *Veja*, essa estratégia contribui em especial para a representação e identificação de líderes do PT e do PMDB, que são focos de representação e identificação na edição:

- (47) Quando *Dilma e o PT* reagiram ao recado das manifestações de rua do domingo 15 com a proposta de uma altamente suspeita reforma política, Eduardo Cunha atirou na testa. (*Veja*, R1, p. 53).
- (48) Em reuniões privadas, Cunha tem explicado por que não vai encampar propostas de reformas políticas de iniciativa do *PT*. (*Veja*, R1, p. 53).
- (49) Orientado por ele, o *PMDB* ameaçou abandonar a base governista. (*Veja*, R1, p. 53).
- (50) Os radicais do *PT* estão vibrando com o episódio. (*Veja*, R5, p. 53).
- (51) Os desencontros entre *Dilma e o PMDB* é um dos focos do fogo amigo. A presidente vinha tentando reduzir a participação do partido aliado no governo, mas à sua ação veio a reação dos caciques peemedebistas. (*Veja*, R6, p. 53).

A representação de líderes políticos por meio de seu partido favorece a legitimação de posicionamentos partidários específicos. É importante notar a identificação relacional construída para a presidenta em (47) e (51). Dilma Rousseff é, em vários momentos, representada a partir de sua relação com os líderes políticos de partidos específicos. Além disso, como observado nas outras análises de representação, a coletivização constitui identificações coletivas para os atores sociais que pertencem ao mesmo grupo partidário.

Dentre as escolhas de representação, também pode ser verificado que não há menção qualquer a líderes políticos da oposição. Isso contribui para o ofuscamento de suas ações e para desprovê-los de uma construção identitária específica, o que pode favorecer um posicionamento favorável a seus interesses.

4.1.2 O sistema de avaliatividade

A análise do sistema de avaliatividade aponta para o subsistema atitude e, ainda mais especificamente, o subsistema julgamento como a estratégia de avaliação mais recorrente no gênero reportagem. Essa categoria avalia as ações dos atores sociais em relação ao seu caráter e ao modo como se comportam, de acordo com determinadas normas e convenções sociais. O

julgamento abrange valores de estima social – que envolve admiração ou crítica sem implicações legais – e valores de sanção social – que envolvem questões voltadas para a legalidade ou moralidade (MARTIN; WHITE, 2005).

Nas reportagens, os atores sociais comumente são avaliados em termos de capacidade, tenacidade ou normalidade (julgamento de estima social) ou a partir de aspectos éticos e não éticos (julgamento de sanção social).

O subsistema atitude também apresenta outras duas categorias: afeto e apreciação. No entanto, recursos avaliativos afetivos e de valoração não são muito comuns no gênero em análise. Segundo Lima e Coroa (2010, p. 132), isso ocorre porque “a configuração e o funcionamento social do gênero reportagem desfavorecem a presença de marcas afetivas, fortemente associadas à subjetividade e pessoalidade”. Por outro lado, “o fato de o julgamento estar ligado ao fator ético, um domínio que envolve a coletividade social, explica o motivo por que o julgamento é tão frequente” (p. 132-133).

Outro aspecto relevante peculiar às reportagens da revista diz respeito à recorrência do subsistema engajamento, a partir da categoria expansão, relativa ao uso de recursos de atribuição e entretenimento. A atribuição confere a atores sociais autoridade discursiva, enquanto recursos de entretenimento permitem modalizar algumas afirmações, não se comprometendo com declarações categóricas e taxativas.

Esses são, portanto, recursos potenciais para a construção e legitimação de modos específicos de identificar atores sociais específicos. A análise a seguir discute possíveis efeitos desses recursos sobre a identificação conforme os interesses e posicionamentos particulares de cada revista.

4.1.2.1 A avaliatividade nas reportagens de *CartaCapital*

Os recursos de julgamento são potenciais na construção de identificações para líderes políticos específicos. Nas reportagens de *CartaCapital*, a categoria de julgamento relacionada à estima social é a mais recorrente e avaliam de modo predominante as ações de Dilma Rousseff e de Lula, como mostram os excertos a seguir:

(52) *Não enxergam nele [Aloizio Mercadante] habilidade para compensar a falta de jogo de cintura da presidenta. (CartaCapital, R1, p. 16).*

(53) *Graças à fragilidade política da mandatária e a uma marotice da oposição, o governo fez acrobacias com o assunto. (CartaCapital, R1, p. 16).*

- (54) A presidenta lançou um pacote anticorrupção e outro de moralização do futebol. *Continua, porém, sem medidas mais práticas que a tirem da posição defensiva.* (CartaCapital, R1, p. 17).
- (55) (...) chamo a atenção para *as falhas* da presidenta na escolha dos seus principais colaboradores. E na *incapacidade geral de mudar as fórmulas e renovar as estratégias*. De recorrer a *receitas ditadas pela imaginação*, pela pontual interpretação dos eventos. (CartaCapital, R2, p. 21).
- (56) O destino é generoso com Lula, ele não deixa de sê-lo com o próprio destino. Faz algumas concessões, algo assim como *pagar o preço de um começo de política social nunca dantes navegada, capaz de tirar da miséria milhões e milhões de brasileiros*. (CartaCapital, R2, p. 20).
- (57) A situação econômica favorece o ex-sapo barbudo, *capaz de vencer batalhas muito duras* para figurar ao cabo de dois mandatos como o presidente mais popular de todos os tempos, justo prêmio para quem fez o melhor governo dos tempos todos. (CartaCapital, R2, p. 20).

Os atores sociais são avaliados a partir de sua (in)capacidade de governar e agir em seu papel político. Em (52), (53), (54) e (55), Dilma é avaliada como uma presidenta “frágil” no contexto político, sem ações e atitudes práticas e efetivas no enfrentamento dos problemas associados ao seu segundo mandato. Tanto em R1-CartaCapital quanto em R2-CartaCapital, Dilma é avaliada pela sua “incapacidade”, falta de habilidade e fragilidade política. Já o julgamento em torno das ações e da capacidade de Lula constrói para esse ator social uma identificação favorável. Nos trechos (56) e (57), Lula é identificado como um presidente que foi “capaz” de melhorar a situação social do país.

Há ocorrências também de julgamento associado à tenacidade:

- (58) *Acuada* pelas manifestações pró-impeachment e pelas queixas contra o ajuste fiscal, *sempre em choque* com a classe política e *tímida* diante dos microfones, a presidenta vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição. (CartaCapital, R1, p. 15).
- (59) *Herói*, este sim, e sublinho a palavra, é Cid Gomes, já ex-ministro da Educação, mal chegado ao posto. Saído do governo por obra da pressão peemedebista, *réu por ter dito a sacrossanta verdade*. *Brasileiro raro, brasileiro destemido, fiel aos princípios* que declara com a devida *nitidez* e *sem hesitação* e com *insólito espírito público*. (CartaCapital, R2, p. 21).

No fragmento (58), observa-se que Dilma é avaliada como “acuada”, “tímida”, “sempre em choque”, sendo identificada como uma líder política sem muita resistência ou força. Esse sentido reforça a identificação negativa que é construída em torno de sua capacidade de administrar e enfrentar problemas. Já o fragmento (59) demonstra uma

identificação positiva para Cid Gomes como um líder heroico e corajoso, a partir de avaliações associadas à tenacidade: “herói”, “raro”, “destemido”, “fiel”.

Ainda chama a atenção no trecho (59) um aspecto de sanção social em “réu por ter dito a sacrossanta verdade”. Julgamentos de sanção social estão relacionados à veracidade (honesto/não honesto) e à propriedade (ético/não ético). No caso em (59), Cid Gomes é avaliado quanto à veracidade, como um líder que diz a verdade, que é sincero. Além disso, a avaliação expressa até mesmo uma forma de mitificação ou martirização do ator social. A identificação de Cid Gomes como “réu por ter dito a sacrossanta verdade” confere a ele qualidades que o tornam uma espécie de mito ou de mártir, o que pode ser observado principalmente pela conotação religiosa da expressão. Essa forma de julgamento, portanto, se mostra potencial na construção de uma identificação favorável ao ator social.

Ainda sobre o julgamento de sanção social, nas reportagens de *CartaCapital* essa categoria está associada, de modo mais frequente, à avaliação de líderes políticos representados de modo coletivo:

(60) Bem disse a presidenta, a *corrupção* é senhora idosa. Espanta, porém, que o PT *a mantenha em vida com dedicação total*. (*CartaCapital*, R2, p. 20).

(61) Seus segredos, comenta-se nos bastidores, comprometem os petistas que transformaram o antigo partido de massas em uma *versão vermelha do PMDB*, com *caciques cujo poder se assenta na influência sobre contratos milionários de estatais com o setor privado*. (*CartaCapital*, R6, p. 30).

Nos excertos acima, líderes políticos filiados ao PT são avaliados segundo o aspecto ético de suas ações e comportamento, sendo associados a atividades de corrupção, o que é avaliado socialmente de modo negativo. No exemplo em (61), como já discutido (cf. 4.2.1.1), ao serem representados como “caciques”, líderes políticos do PT e do PMDB são avaliados cultural e socialmente de modo negativo como políticos corruptos e não éticos.

Note-se, mais uma vez, que a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula têm sua avaliação construída de modo individual, a partir do julgamento de estima social. Isso contribui para dissociá-los da identificação coletiva que é construída para “os petistas”, por meio de sentidos de sanção social.

Como dito anteriormente, a categoria apreciação não é muito comum nas reportagens, mas sua ocorrência tem efeitos potenciais:

(62) A situação econômica favorece o ex-sapo barbudo, capaz de vencer batalhas muito duras para figurar ao cabo de dois mandatos como o *presidente mais*

popular de todos os tempos, justo prêmio para quem fez o melhor governo dos tempos todos. (CartaCapital, R2, p. 20).

(63) Em termos de popularidade, Dilma teve o *melhor início de primeiro mandato de nossa história recente. (CartaCapital, R3, p. 22).*

A apreciação em (62) e (63) ocorre por meio da valoração, pela atribuição de valor social e destaque. Ressalto o excerto (66) em que Lula é identificado como “o presidente mais popular de todos os tempos” e avaliado como “quem fez o melhor governo dos tempos todos”, recebendo destaque entre os demais presidentes do Brasil. Isso reforça uma identificação positiva particular para Lula, construída a partir do julgamento sobre sua capacidade e competência como presidente.

Do subsistema engajamento, a categoria entretenimento se apresenta de modo mais frequente nas reportagens e constitui uma significativa estratégia de identificação de atores sociais associados a líderes políticos da oposição partidária:

(64) Os tucanos (...) estimularam os protestos, ajudaram a organizá-los (até financeiramente, consta), mas *queriam aparecer apenas como intérpretes, não líderes do movimento. Uma tentativa de fugir do rótulo de golpistas. (CartaCapital, R1, p. 16).*

(65) No estado mais rico do País, o avanço da Lava Jato pode significar muita dor de cabeça para o tucanato. Não bastassem as *obscuras e ainda não explicadas investidas da Delta e Assad nos contratos paulistas*, os desdobramentos das investigações em Curitiba podem reavivar ao menos *quatro escândalos dos 20 anos de PSDB no Palácio dos Bandeirantes. (CartaCapital, R6, p. 30-31).*

Os excertos (64) a (65) apontam que a avaliação por entretenimento ocorre por meio do engajamento na proposição de modo indireto a partir da suposição, o que ofusca o comprometimento com o que está sendo afirmado. Em (64), ao afirmar que os líderes políticos do PSDB “queriam aparecer apenas como intérpretes, não líderes do movimento” e que queriam “fugir do rótulo de golpistas”, pressupõe-se uma avaliação do tipo “os tucanos são líderes do movimento (a favor do impeachment)” e “são golpistas”. Esse tipo de afirmação é potencial para uma leitura e interpretação que reforça uma imagem negativa para esses atores sociais. O excerto (65) exemplifica o modo como a identificação de líderes associados ao PSDB pode ser interpretada a partir da associação entre o partido e atividades de corrupção, deixando implícito um julgamento negativo de sanção social (ação não ética).

De modo geral, a categoria de engajamento constitui uma estratégia usada em especial para a identificação de líderes do PSDB, representados de modo coletivizado. Isso contribui para a construção de uma identificação que é compartilhada por esses atores sociais.

Na análise da atribuição, o primeiro aspecto importante de ser destacado é que apenas R1-*CartaCapital* apresenta uma articulação de vozes que contribui para a identificação de atores sociais políticos. De modo mais recorrente, a revista usa outras vozes como autoridades discursivas para atestar as informações dadas sobre o evento social, sobre os acontecimentos noticiados, e não especificamente para legitimar os posicionamentos favoráveis ou contrários a personalidades políticas.

No entanto, R1-*CartaCapital*, como dito, apresenta significativas estratégias de atribuição que contribuem para a narrativização identitária. Algumas vozes de líderes políticos legitimam os sentidos e posicionamentos defendidos na reportagem:

- (66) Dedo em riste na direção de Cunha, o que o havia chamado de mal-educado dias atrás, [Cid Gomes] disparou: “*Prefiro ser acusado de mal-educado a ser acusado de achacar empresas, como ele*”. Gomes sugeriu ainda aos parlamentares da base aliada não dispostos a defender o governo: “*Larguem o osso*”. (*CartaCapital*, R1, p. 14).
- (67) [O senador Walter Pinheiro] Ligou para o ministro e disparou: “*Em vez de ficar preocupado se tinha 10 ou 10 mil, deveria se preocupar com o recado, não importa de quem veio*”. (*CartaCapital*, R1, p. 17).
- (68) Em seu plano de embaralhar o impeachment e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia, diz o deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Para ele, as passeatas foram noticiadas pelas tevês como “apartidárias, bonitas e pacíficas”, o que empurrou um “governo fraco e sem comando” para uma “reação burocrática”. (*CartaCapital*, R1, p. 17).
- (69) FHC (...) afirmou que a presidenta tem perdido as condições de governar e que, caso apareçam provas de seu envolvimento no escândalo da Petrobras, “a lei deve ser cumprida”. O PSDB se esforça para vincular Dilma à Operação Lava Jato. (*CartaCapital*, R1, p. 16).

Em (66), há um reforço da avaliação favorável construída para Cid Gomes, ao representá-lo como quem “diz verdades” (*CartaCapital*, R1, p. 15). Por outro lado, a autoridade atribuída à voz de Cid Gomes constrói um sentido negativo para a imagem de Eduardo Cunha e outros líderes aliados do governo. Em (67), a voz do senador reafirma a ideia de que Dilma precisa se preocupar e se atentar mais para “o recado” das manifestações. Nesses casos, os atores sociais são tidos como autoridades discursivas para reforçar a argumentação.

O mesmo pode ser percebido em (68) em que a voz do deputado Paulo Pimenta é invocada para legitimar a ideia defendida pela revista de que o PSDB tem apoiado e estimulado as manifestações e da pouca capacidade da presidente Dilma de governar. A

articulação dessa voz realça a avaliação negativa da imagem da presidenta Dilma Rousseff, bem como de líderes políticos do PSDB.

No exemplo em (69), a voz de Fernando Henrique Cardoso é colocada para confirmar a afirmação em seguida de que “o PSDB esforça-se para vincular Dilma à Operação Lava Jato”. A atribuição aqui reforça o sentido negativo das avaliações atribuídas a esse ator social e líderes aliados ao PSDB. A atribuição, portanto, tende a reforçar os sentidos propostos na reportagem e construções identitárias específicas.

4.1.2.2 A avaliatividade nas reportagens de *Época*

Os julgamentos de estima social nas reportagens de *Época* denotam sentidos referentes não só à capacidade e tenacidade, mas também à normalidade. Já julgamentos de sanção social se apresentam predominantemente em torno de questões éticas. Essas são as principais formas de avaliatividade que configuram as reportagens desta revista. Como as reportagens se destacam pela representação por meio da coletivização de líderes políticos filiados ao PT, os recursos de julgamento são potenciais na avaliação e construção de uma identificação coletiva para esses líderes.

Líderes políticos petistas são avaliados em grande parte por sua capacidade (estima social) ou pelo valor ético de suas ações (sanção social):

(70) *Pela inabilidade política de seus líderes*, como o ministro Aloizio Mercadante, as relações como Congresso se azedaram ainda mais. (*Época*, R2, p. 37).

(71) Outros pontos expressivos do diagnóstico são: a) *faltam quadros expressivos para o debate político*; b) a representatividade do PT está subdimensionada no governo Dilma e no Congresso; c) os movimentos sociais se distanciaram da sigla; e d) a classe média dos grandes centros urbanos encabeça todos os movimentos anti-PT. (*Época*, R2, p. 37).

(72) Duque, contudo, é apenas o intermediário escolhido para garantir que tudo em sua diretoria seguisse o roteiro consagrado da corrupção. (...) Enquanto tungavam a Petrobras, todos enriqueciam juntos: Duque, funcionário da estatal, empresários, intermediários, partidos e políticos. *É o círculo do fisiologismo, sustentado pelos governos petistas de Lula e Dilma*. (*Época*, R1, p. 34).

(73) Os investigadores já têm provas suficientes de que Vaccari e o PT, *num ardil malandro, mas brilhante, subverteram o caixa oficial de campanha*. (*Época*, R1, p. 34).

(74) *A ilusão de empreiteiras abastecendo campanhas com doações legais e de um tesoureiro limpinho que apenas arrecada tais doações se esvanece*. (*Época*, R1, p. 35).

Nos exemplos (70) e (71), observa-se a avaliação negativa da capacidade de líderes do PT em suas ações políticas. Eles são avaliados como líderes sem habilidade, com pouca competência no debate político. Já os exemplos seguintes (72), (73) e (74) apontam para uma avaliação depreciativa a partir da associação entre esses políticos a atividades de corrupção. No trecho (72), essa identificação de líderes do PT inclui explicitamente Dilma Rousseff e Lula, já que sua administração política no país está vinculada ao sentido de “fisiologismo” – um conceito estreitamente relacionado à corrupção, em que ações e decisões políticas são tomadas em troca de benefícios e interesses privados.

Para a construção da avaliatividade de atores sociais específicos, as reportagens usam de recursos de julgamento que denotam capacidade, tenacidade e normalidade. A partir dos exemplos a seguir, é possível interpretar julgamentos em torno da (in)capacidade e da tenacidade dos atores representados:

(75) *E Dilma, às voltas com uma crise que vai longe, nunca precisou tanto de um político habilidoso por perto. (Época, R3, p. 38).*

(76) *Se a jogada desse certo, Dilma ficaria menos dependente do PT e do PMDB no Congresso. (Época, R3, p. 38).*

(77) *Mais um vexame para a lista de erros políticos de Aloizio Mercadante e de Dilma. Foi ideia de ambos dar um cargo de tamanho prestígio ao irmão menos talentoso da família Gomes. (Época, R4, p. 41).*

Os excertos dão exemplo de casos em que Dilma Rousseff é avaliada como uma líder política sem habilidade (capacidade), o que justifica ela “precisar tanto de um político habilidoso por perto”. Também é identificada como uma presidenta que comete “erros políticos” frequentemente (capacidade) e que é dependente (tenacidade) de outros líderes políticos. Essas avaliações se assemelham com as avaliações atribuídas a líderes do PT, como pode ser observado nos excertos (70) e (71). Nesse sentido, diferentemente das reportagens de *CartaCapital*, a avaliação das ações de Dilma é construída também por meio de uma identificação relacional com o PT.

A avaliação negativa em (77) também está associada a Aloizio Mercadante e Cid Gomes, dois atores sociais representados e identificados a partir de narrativizações específicas em R3-*Época* e R4-*Época*. Ambos são avaliados como líderes com pouca capacidade ou competência no âmbito político: Aloizio Mercadante como quem comete “erros políticos” com frequência, assim como Dilma; Cid Gomes como o “irmão menos talentoso da família Gomes”. Mais uma vez é importante dizer que a avaliação desses atores sociais tende a

reforçar a identificação coletiva construída para líderes do PT como políticos sem habilidade e competência política.

Em R3-*Época*, afirmações avaliativas são potenciais na construção da identificação de Aloizio Mercadante:

(78) *Equívocos assim são comuns na carreira de Mercadante. Talvez em nenhum outro partido ele tenha tantos desafetos quanto no próprio PT. Não é de hoje que Lula e os principais líderes do PT detestam Mercadante. E detestar é, sem dúvida, o verbo mais adequado. Se em público nunca fazem críticas, em privado maldizem e articulam contra Mercadante amiúde. A maioria das críticas, sejam elas justas ou injustas, centra-se no ego e na arrogância do ministro da Casa Civil. Mercadante, segundo essas avaliações, erra com frequência por acreditar ser mais astuto e poderoso do que realmente é. Não é um político ingênuo ou despreparado, mas acaba engolido pela soberba. (Época, R4, p. 38-39).*

No trecho acima, podem ser apontadas pelo menos três formas de avaliatividade, a começar pelo sistema de engajamento. A atribuição de autoridade à voz de “Lula e os principais líderes do PT”, por pertencerem ao mesmo grupo partidário de Mercadante, dá legitimidade às afirmações avaliativas negativas que identificam o ator social em foco. Por meio de construções avaliativas de modo indireto, supõe-se que Aloizio Mercadante é um líder político “arrogante”, “que acredita ser mais astuto e poderoso do que realmente é”, “engolido pela soberba”. Nesse caso, observa-se a estratégia de entretenimento, potencial para fazer com que o autor não se comprometa com as afirmações avaliativas colocadas, mas ainda assim legitimando-as como certas e aceitáveis.

Além disso, pode ser observada também a presença de verbos que denotam processos mentais afetivos. Apesar de serem pouco comuns avaliações do subsistema afeto em reportagens, aqui os verbos “detestar”, “maldizer”, “articular (contra)” contribuem para a imagem negativa construída para Mercadante, já que ele é identificado como um “desafeto” ou desgosto para líderes do próprio partido ao qual pertence.

Na reportagem sobre Cid Gomes (R4-*Época*), observa-se a recorrência de julgamento de estima social por meio de sentidos de normalidade:

(79) *O show desmiolado do ministro da Educação era previsível: o Planalto botara um amador num cargo para profissionais. (Época, R4, p. 40).*

(80) *Saiu de lá após lances rocambolescos como Cid, o ministro da Pátria Educadora, que se tornou breve no cargo por um episódio de má educação – ou, no mínimo, de pouquíssimo tato político. (Época, R4, p. 41).*

(81) *Prevalecia a tradição dos políticos da família Gomes de cometer grosserias verbais em profusão. (Época, R4, p. 41).*

(82) Dilma, Mercadante, o governo e o PT sofrerão as consequências políticas da *verborragia tresloucada dele*. (*Época*, R4, p. 41).

As ações de Cid Gomes, como pode ser observado nos excertos (79) a (82), são avaliadas de modo negativo, como diferentes ou não convencionais em relação ao que se espera de um ministro. Ele é identificado como um líder político com “má educação” ou “pouquíssimo tato político”, que diz “grosserias verbais em profusão” de modo “tresloucado”. O modo como é avaliado contribui para justificar sua demissão do Ministério da Educação e para legitimar uma identificação negativa, como um líder que age de modo excêntrico, incompatível com seu papel político, fora das normas sociais que devem reger o comportamento de um político. No trecho (79), ao ser identificado como “amador”, o ator social é avaliado como alguém sem competência para o cargo político – um julgamento de estima social voltado para a capacidade.

Outro fator interessante na avaliação de Cid Gomes é a atribuição de legitimidade aos sentidos construídos por meio da articulação de vozes, como exemplifica o trecho (83):

(83) “Eu prefiro ser acusado por ele de mal-educado do que ser, como ele, acusado de achaque...”, disse Cid Gomes na tribuna da Câmara, em referência ao presidente da Casa, Eduardo Cunha, do PMDB, que estava a 5 metros dele. Sua torcida aplaudia efusivamente – tanto que foi retirada pela segurança da Casa. Cid teve de ouvir desaforos. “Vossa excelência é desqualificado, Vossa Excelência envergonha este país; que está atravessando uma crise enorme, inclusive moral, e não pode ter um ministro que não tem moral, que não tem decência, que não tem ética, que é achacador do Estado do Ceará”, disse o deputado André Moura, do PSC. (*Época*, R4, p. 41).

Por um lado, a voz de Cid Gomes é evocada para reafirmar sua avaliação como um líder com “pouquíssimo tato político”. Já a voz do deputado André Moura, líder de partido de base da oposição, é legitimada como uma voz de autoridade, que confirma os sentidos avaliativos construídos na identificação de Cid Gomes. Na fala do deputado, há inclusive julgamentos de sanção social, a partir de sentidos negativos quanto à moralidade e à ética, em que Cid é avaliado como um “ministro que não tem moral, que não tem decência, que não tem ética”. A voz do deputado, portanto, ao ser legitimada como uma autoridade discursiva, contribui para reforçar as avaliações negativas e sustentar posicionamentos desfavoráveis a esse ator social especificamente.

4.1.2.3 A avaliatividade nas reportagens de *IstoÉ*

As reportagens da revista *IstoÉ* constroem identificações negativas para líderes do PT em grande parte a partir de recursos de julgamento que denotam sanção social. Já as identificações para atores sociais específicos são constituídas por meio de julgamentos de estima social.

Os julgamentos de sanção social, como nas outras reportagens analisadas, dizem respeito à avaliação de aspectos éticos e não éticos:

(84)(...) executivos e donos de empreiteiras revelaram como funcionava a complexa engrenagem montada para capitalizar as empresas *e abastecer os cofres de partidos políticos e funcionários corruptos*. Duque, ironicamente chamado de “nobre” pelos empreiteiros do cartel, *negociava o montante de propina para os petistas*. (*IstoÉ*, R1, p. 40).

(85)Em 2000, o PT adotou um discurso mais ameno para ampliar o perfil do eleitorado. A mudança acarretou uma guinada de vida no partido, que começou *a forrar seus cofres para financiar um duradouro projeto de poder*. (*IstoÉ*, R5, p. 56).

No excerto (84) encontra-se um dos exemplos de ocorrência em que os líderes do PT são avaliados como corruptos (ainda que não haja uma afirmação categórica) ou suas ações são avaliadas como não éticas. O mesmo pode ser observado em (85), em que há uma avaliação negativa do partido (ou dos líderes do partido), a partir da construção “forrar seus cofres” e “financiar um duradouro projeto de poder”, que permite a interpretação dessas ações como ilícitas e não éticas. Essa construção é de suma importância para a (re)produção e legitimação de uma identificação coletiva para líderes do PT como “políticos corruptos”.

A identificação negativa de líderes do PT a partir de julgamentos de sanção social também pode ser percebida em ocorrências em que líderes específicos são associados diretamente às ações do partido, como exemplificado a seguir:

(86)*A dinheirama parece ter uma origem pouco nobre*. Dirceu está sendo investigado por *apropriação de recursos ilícitos*, provenientes de empreiteiras contratadas pela Petrobras. (*IstoÉ*, R2, p. 44).

(87)Se as descobertas dos investigadores da Lava Jato forem confirmadas na Justiça, *Delúbio e Vaccari ficarão na história do reinado petista como os responsáveis por ilícitos financeiros que beneficiaram da alta cúpula do partido* aos diretórios no interior do País. (*IstoÉ*, R5, p. 57).

(88)Ainda assim, a degola de Vaccari pedida pelos correligionários sugere uma *estratégia marota: colocar todos os malfeitos do partido nos seus ombros*, evitando que as denúncias extrapolem para outros nomes. (*IstoÉ*, R5, p. 56-57).

Em (86), José Dirceu, ao ser associado ao partido, tem suas ações julgadas como ilícitas e “pouco nobres”. Em (87) e (88), João Vaccari Neto (e Delúbio Soares em (87)) também são avaliados a partir de sua relação com o PT em atividades ilícitas e corruptas. A identificação negativa aqui não é atribuída apenas aos atores sociais específicos, mas também contribui para a identificação negativa que é construída para os líderes políticos do PT de modo coletivo.

As avaliações por julgamentos de estima social estão associadas, em sua maioria, à presidenta Dilma Rousseff e a Cid Gomes, em especial nas reportagens que tecem narrativizações particulares para esses atores sociais. As afirmações que avaliam Dilma Rousseff centram-se em aspectos da capacidade e da tenacidade. Já as avaliações de Cid Gomes, como em *Época*, são construídas principalmente em torno de aspectos da normalidade.

Os trechos a seguir apontam alguns dos modos pelos quais Dilma Rousseff é avaliada em R3-*IstoÉ*:

- (89) A presidente *reage tibiamente. Não faz movimentos consistentes. (...) Não toma uma decisão capaz de reverter* – ou, pelo menos, estancar – o ciclo de escândalos. (*IstoÉ*, R3, p. 50).
- (90) Dilma *tem agido como se fosse a encarnação de uma soberana autossuficiente, indiferente ao caos generalizado, incapaz de expressar um gesto qualquer de humildade, de lançar um movimento, de propor uma ação que traga alguma boa nova ao País.* (*IstoÉ*, R3, p. 50).
- (91) O País vai mal e a rainha *encastelada não ceifa ministérios* (em tempos de ajuste de contas, seria simbólico e altamente positivo enxugar a máquina), *não assume os erros na condução da política econômica, não corta a corrupção pela raiz* (até quando ela vai poupar antigos aliados?). (*IstoÉ*, R3, p. 50-51).
- (92) Desde que se elegeu para o segundo mandato, a presidente *tem evitado o diálogo com a sociedade.* Nesse período *escalou ministros para pronunciamentos vazios, deu respostas confusas* sobre os temas que ocupam o País e, nos jantares forçados com aliados, *fez promessas de aproximação que se desfizeram* nos dias seguintes. Mesmo quando *decidiu sair da clausura, fez isso de forma atabalhoada.* (*IstoÉ*, R3, p. 51).
- (93) Mergulhada na mais grave crise política do Brasil desde a queda de Collor, em 1992, a presidente Dilma está *encastelada* em um palácio que parece prestes a desmoronar. (*IstoÉ*, R3, p. 50).
- (94) Na terça-feira 17, Dilma se encontrou com o rei sem trono, o ex-presidente Lula, e foi informada de que o *isolamento* cada vez maior pode ser perigoso para a sobrevivência dela e do próprio PT. (*IstoÉ*, R3, p. 51).
- (95) *Ilhada*, a presidente tenta reagir, mas deixa evidente sua *fragilidade política e dependência* do Congresso, que parece dedicado a lhe ser cada vez mais hostil. (*IstoÉ*, R3, p. 53).

Nos excertos (89) a (92), podem ser observados mais explicitamente julgamentos negativos em torno da capacidade da presidenta em suas atividades políticas. Suas ações são avaliadas como ineficazes, incompetentes, o que constrói para ela uma identificação negativa no sentido de sua capacidade e competência para governar o país. A presidenta é, sobretudo, identificada como “incapaz” em termos de decisões e ações políticas.

Nos excertos (93) a (95) encontram-se identificações mais propriamente em termos de tenacidade. Dilma é avaliada como uma presidenta “isolada”, “ilhada”, “encastelada”, “frágil” e “dependente” em suas ações políticas. Essas avaliações constroem uma imagem negativa como uma líder sem resistência ou força, dependente, isolada e “indiferente” (90), o que acaba por reforçar a identificação negativa a partir da ideia de sua incapacidade e incompetência na administração do país.

Apesar de os julgamentos de estima social ocorrerem com maior frequência, outras formas de avaliação também contribuem para reforçar identificação particular construída para Dilma Rousseff, como pode ser observado a seguir:

(96) Na quinta-feira 19, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque depõe na CPI que apura malfeitos na estatal e que deve trazer elementos *para incriminar gente gráuda do PT, o partido da presidente*. (...) Na quinta-feira 19, uma proposta aprovada no TCU poderá levar a presidente a se tornar alvo de ações de fiscalização do órgão que apura desvios na Petrobras. (*IstoÉ*, R3, p. 50-53).

(97) Se confirmasse o teor da denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre o aparelhamento da Petrobras por uma *quadrilha*, o *reinado petista* sofreria abalos irremediáveis. (*IstoÉ*, R1, p. 38).

Em (96), o PT é representado como “o partido da presidente”. Nesse sentido, há uma relação entre a avaliação do PT e a identificação de Dilma, já que é filiada ao partido. Ainda que não haja uma afirmação categórica explícita, essa construção supõe que a presidenta possa ter envolvimento nos casos de corrupção associados ao PT. Em (97), essa associação também pode ser percebida, de modo indireto, a partir da construção “reinado petista”, referindo-se de modo relacional ao governo de Dilma e o PT. Há nesses casos a presença da estratégia de entretenimento que, por meio de afirmações indiretas, pressupõe a participação da presidenta em ações de corrupção. Nesse sentido, a identificação construída para líderes do PT – como analisado nos trechos (84) e (85) – contribui para a imagem negativa construída para a presidenta, a partir de julgamentos de sanção social.

Outro dado relevante é a forma de avaliatividade usada para a construção de um modo particular de identificar Cid Gomes. Como em *Época*, há a predominância do julgamento de estima social voltado para aspectos de normalidade:

- (98) O *espetáculo burlesco* que o então ministro da Educação Cid Gomes (Pros-CE) encenou no Congresso na quarta-feira 18 é a prova definitiva de que alguns *súditos da presidente Dilma mais atrapalham do que ajudam o governo a sair do enrosco em que se meteu*.
- (99) Cid sempre foi conhecido no meio político pela *falta de modos e pelo temperamento intempestivo*, características que o impelem a disparar desaforos em situações incômodas.
- (100) Na semana passada, bateu seus próprios recordes de *destempero* ao discutir com parlamentares em plena Câmara dos Deputados.
- (101) O show de descontrole fez Cid passar por momentos de *ridículo que não são dignos de um ministro* e expôs, mais uma vez, toda a *desarticulação e fragilidade do governo federal*.

As ações de Cid Gomes, como exemplificam os excertos (98) a (101), são avaliadas como excêntricas e “não dignas de um ministro”. Ao ser avaliado por ter um comportamento burlesco, ridículo, “intempestivo”, sem “modos”, destemperado, o ator social é identificado de modo negativo, como quem não tem atitudes “normais”, condizentes com seu papel e cargo político. Essa identificação negativa também desfavorece Dilma Rousseff e outros líderes de seu governo, como ocorre em (98) e (101), em que as avaliações sobre Cid Gomes são usadas para legitimar o posicionamento contrário à presidenta e seu governo.

Além disso, há a presença de sentidos de atribuição, do subsistema engajamento, que favorecem a identificação de líderes da oposição, como os exemplos em (102) e (103):

- (102) Há alguns dias o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que “o rei está nu”, numa alusão às feridas escancaradas do governo. FHC tem lançado artilharia pesada. Falou que Dilma precisa vestir as sandálias da humildade e que a presidente “está perdendo as condições de governar”. (*IstoÉ*, R3, p. 51).
- (103) Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia”. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

As vozes de Fernando Henrique Cardoso e João Capiberibe são evocadas num contexto que lhes atribui autoridade discursiva e, com isso, contribuem para legitimar a argumentação contra Dilma Rousseff e seu governo. Em (102), a fala de Fernando Henrique reafirma as avaliações negativas construídas para Dilma Rousseff em R3-*IstoÉ*, como uma presidenta com pouca capacidade de governar.

Já a voz do senador João Capiberibe em (103) – que julga o governo em termos de uma política de “cleptocracia” – é articulada de modo que corrobora as avaliações negativas de sanção social contra o governo. O termo – que se refere a um Estado governado por líderes que fazem uso corrupto do capital financeiro do país – sugere a identificação da presidenta e outros líderes de seu governo como “corruptos”, “desonestos”, “ladrões”, (principalmente pelo sentido de –clepto: que ou quem rouba).

Bem como aponta van Dijk (2012), opiniões e posicionamentos negativos sobre grupos e ações políticos geralmente são lexicalizados por palavras com sentido depreciativo. Essas palavras podem consistir inclusive em metáforas e hipérboles que denotam sentidos negativos na construção de imagens de grupos e atores sociais específicos. O autor também lembra que o uso de lexicalizações específicas pode ter efeitos na ativação de atitudes e ideologias políticas com vistas a influenciar a opinião pública (VAN DIJK, 2012).

4.1.2.4 A avaliatividade nas reportagens de *Veja*

De modo geral, as avaliações nas reportagens de *Veja* são dirigidas particularmente a Eduardo Cunha, Dilma Rousseff, José Dirceu, Thomas Traumann e Joaquim Levy. Mas há também recorrências de avaliações das ações de líderes políticos do PT e do PMDB, segundo representação por coletivização.

As ações de Eduardo Cunha e de Dilma Rousseff são avaliadas principalmente por meio de julgamentos de estima social e podem ser consideradas as mais notórias da edição. Os modos de avaliação de Eduardo Cunha se concentram em R1-*Veja*, que é a reportagem de capa, e constroem para esse ator social uma imagem política favorável, como mostram os fragmentos abaixo:

(104) O recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados emerge como *uma força surpreendente, capaz de demitir ministro e imprimir derrotas* acachapantes ao Planalto. (*Veja*, R1, 51).

(105) Ao anunciar no plenário da Câmara, *impávido* por trás dos óculos, que o ministro da Educação acabava de ser demitido, o presidente da Casa, Eduardo Cunha, dirimiu qualquer dúvida sobre a relação existente entre o poder e o vácuo. (*Veja*, R1, 51).

(106) Do outro lado da Praça dos Três Poderes, *impávido, líder de bancada fiel, agindo em estrita obediência à Constituição e ao regimento da Casa*, o deputado Eduardo Cunha passa a impressão de ser *a única referência do mundo político que não está se derretendo no ar*. (*Veja*, R1, 54).

(107) O presidente da Câmara foi também o *primeiro político poderoso* da base aliada do governo a entender e refutar sem rodeios o projeto hegemônico petista. (Veja, R1, 54).

(108) Cunha pode não ser, como parece mostrar seu passado, um monumento à ética. Mas desde que seus pecados pertençam ao passado *e seu compromisso seja com a saúde institucional, a Constituição e a democracia, há esperança* “porque o nosso povo mereeece respeito”. (Veja, R1, 56).

Os excertos mostram que Eduardo Cunha é avaliado principalmente a partir de aspectos da capacidade e tenacidade, referentes à estima social. Ao ser representado como “uma força surpreendente” (104), “capaz” (104), “o primeiro político poderoso” (107), esse ator social é identificado positivamente por sua capacidade e competência no que diz respeito a seu papel político. Essa avaliação é reforçada a partir de sua identificação como um político “impávido” (105)/(106), de “bancada fiel” (106), “a única referência do mundo político que não está se derretendo no ar” (106), sentidos que apontam o quão resolutivo ele é (tenacidade).

Outro dado importante é a presença de julgamento de sanção social em (106) e (108). Cunha é avaliado em termos éticos, como o político que age segundo as leis (“agindo em estrita obediência à Constituição e ao regimento da Casa”) e que, apesar de já ter apresentado ações não éticas, pode ser considerado uma espécie de “esperança” (108) para o país.

Desse modo, é construída para Eduardo Cunha a imagem de um líder competente, capaz, forte e único – uma identificação particular favorável não só a ele, mas a posicionamentos contrários à presidenta Dilma Rousseff. Isso porque a presidenta tem sua identificação construída de modo relacional, em detrimento das ações de outros atores sociais, principalmente de Eduardo Cunha em R1-Veja:

(109) Sendo assim, *ao enfraquecimento do Poder Executivo, materializado na reprovação recorde da presidente Dilma Rousseff, sobreveio o imediato fortalecimento do Legislativo – embalado na figura até há pouco desconhecida de Cunha*. (Veja, R1, p. 51).

(110) Desde então, *ele vem impondo à presidente uma sequência de derrotas e constrangimentos. Quanto mais ela se fragiliza, mais ele exercita os músculos*. (Veja, R1, p. 52).

(111) *Dilma não tem forças para confrontar o peemedebista ou impor-se no Congresso*. (Veja, R1, p. 53).

(112) *A central de trapalhadas em que se transformou o Executivo ajuda muito a ressurgência do Congresso*. Como Lula no auge do mensalão, *Dilma tentou, na semana passada, se apossar da bandeira do combate à corrupção, anunciando um mal-ajambrado e inconvincente conjunto de medidas*. (Veja, R1, p. 54).

Enquanto Eduardo Cunha é identificado como um líder político capaz, forte, impávido, competente, com ações políticas eficazes, Dilma é avaliada como uma presidenta sem forças (109)/(111), frágil (110), com ações ineficazes e atrapalhadas (112), sujeita às ações de Cunha (110)/(112). Nesse caso, as avaliações também giram em torno de aspectos da capacidade e tenacidade, mas constroem para Dilma Rousseff uma imagem negativa. O mesmo acontece em outras reportagens, como mostra o exemplo em (113):

(113) Joaquim Levy assumiu o Ministério da Fazenda com a missão primordial de remediar o estrago nas contas públicas produzido pela presidente Dilma Rousseff no primeiro mandato. (*Veja*, R6, p. 76).

A identificação de Dilma Rousseff está atrelada de forma relacional à identificação de Joaquim Levy em R6-*Veja*. Enquanto ela é avaliada como quem tem pouca competência, por ter “produzido estragos nas contas públicas”, Joaquim Levy é representado como quem tem uma “missão” específica, sendo dessa maneira avaliado como competente e capaz.

Na identificação desses atores sociais pesam também avaliações por meio de categorias do subsistema engajamento. A voz de Eduardo Cunha aparece de modo recorrente em R1-*Veja* como voz de autoridade, legitimando os sentidos propostos contra a presidenta e o PT e também reforçando a identificação construída a seu favor, como mostram os exemplos em (114) e (115):

(114) “Se a presidente não o demitisse [Cid Gomes], estaria indicando que não há Legislativo no Brasil”, declarou Eduardo Cunha. “Apenas defendi o Poder. O conceito de Parlamento submisso estava muito enraizado”. (*Veja*, R1, p. 53).

(115) Cunha tem explicado por que não vai encampar propostas de reforma política de iniciativa do PT. “O partido do governo quer uma reforma que satisfaça apenas a ele próprio. Isso é inaceitável”. (*Veja*, R1, p. 54).

Em (114), a voz de Eduardo Cunha reforça a avaliação construída para ele como um líder político “poderoso” e resoluto, com ações eficazes e aceitáveis. Já em (115), a articulação de sua voz justifica posicionamentos contra as ações do governo e do PT. Há também um reforço da identificação desse ator social, por meio de outras vozes a seu favor, como ocorre em (116), quando a opinião de José Sarney sobre o presidente da Câmara favorece sua imagem em detrimento da identificação negativa atribuída ao PT e ao governo de Dilma Rousseff:

(116) “Ele se tornou a principal pessoa a enfrentar o PT e o governo. Isso estava faltando ao nosso partido”, diz o ex-presidente José Sarney. (*Veja*, R1, p. 52).

Já a voz da presidenta Dilma Rousseff não aparece nas reportagens a partir da atribuição de autoridade e legitimidade. Na verdade, sua voz é articulada por meio de recursos de contração – negação ou contra-argumentação, ou seja, sua fala é evocada para ser refutada ou rejeitada, sendo avaliada como afirmações irrelevantes, equivocadas ou superficiais, como mostra o exemplo no trecho (117):

(117) O caos levou a presidente Dilma Rousseff a fazer um raro mea-culpa. Na semana passada, ela apontou uma falha – só uma – no programa do Ministério da Educação. “O governo errou ao deixar o controle das matrículas com o setor privado”, disse. Mas a culpa assumida por Dilma não explica as razões da desordem. (Veja, R2, p. 60).

A voz da presidenta em R2-Veja é articulada de modo a ser refutada, sendo avaliada de modo negativo como uma justificativa superficial e equivocada. Desse modo, a discordância contribui para efetivar avaliações negativas das ações da presidenta e de sua capacidade e competência no governo do país.

Os julgamentos de sanção social avaliam principalmente as ações de José Dirceu e do PT, como mostram os exemplos abaixo:

(118) *Uma crise ética* sem precedentes põe sob a lupa da Justiça meia centena de *excelências suspeitas de se beneficiar de dinheiro da Petrobras*. (Veja, R3, p. 62).

(119) Dirceu nega que sua consultoria abra caminho para negócios na Petrobras e no governo. Mas, assim como aconteceu no mensalão, *os fatos sugerem que ele não fala a verdade*. (Veja, R4, p. 65).

Em (118), líderes do PT e outros partidos (PMDB e PP) são avaliados a partir de questões éticas, como políticos (“excelências”) que se beneficiam de dinheiro ilícito, de ações não éticas. Já o excerto (119) exemplifica uma forma de sanção social associada a aspectos de veracidade. José Dirceu é avaliado não só como envolvido em ações não éticas, mas também por não dizer a verdade (um político “mentiroso” ou “desonesto”).

É importante notar que, em alguns casos, os julgamentos de sanção social ocorrem de modo indireto, a partir da categoria de entretenimento, do sistema engajamento. Como ocorre na representação de José Dirceu em R4-Veja:

(120) Com isso, ficou-se sabendo que Dirceu *não é apenas um consultor bem-sucedido – é um sucesso retumbante*. De 2006 a 2013, o ex-ministro *faturou 29,3 milhões de reais* com empresas de todos os tamanhos e atuantes nos mais

variados setores da economia (...). *Tamanha eficiência* fez com que, mesmo durante sua temporada na prisão, Dirceu seguisse recebendo por seus serviços. (Veja, R4, p. 64).

No trecho (120), a construção irônica realça a avaliação negativa atribuída às ações de José Dirceu como ações corruptas e ilícitas, o que influencia na construção e legitimação de uma identificação negativa para esse ator social. O texto não apresenta afirmações categóricas do tipo “Dirceu é corrupto”, mas usa regularmente construções irônicas para evidenciar a avaliação de sanção social em relação às ações desse ator.

Outra forma de entretenimento também relacionada a julgamento de sanção social pode ser observada na representação e identificação de Thomas Traumann, em R5-*Veja*, que informa-interpreta sobre o vazamento de um relatório interno escrito por ele sobre as dificuldades do governo em relação à comunicação:

(121) O vazamento deixou Traumann em situação incômoda. Do Polônio da corte hamletiana de Dilma, seus desafetos agora terão argumentos para pintá-lo como o Iago de Otelo. Como se sabe, Shakespeare fez de Polônio um conselheiro do rei de falas inesquecíveis (...) e ações nem tanto. Já Iago é ambicioso, manipulador e traiçoeiro. Como Polônio morre na peça, Traumann, do ponto de vista mais prática, pode estar mais para Iago, que é preso, torturado, mas aparentemente sobrevive. (Veja, R5, p. 67).

Numa construção metafórica que relaciona o governo de Dilma à corte da obra de Shakespeare, Hamlet, a reportagem representa metaforicamente Traumann como o personagem Polônio e também como Iago, personagem de outra obra shakespeariana, Otelo. Ao ser comparado com Iago, Traumann é de modo indireto avaliado como “ambicioso, manipulador e traiçoeiro”. A estratégia de entretenimento, portanto, pode ser observada nessa relação entre o líder político e personagem shakespeariano. O texto não evidencia avaliações específicas para Traumann, mas o faz ao compará-lo com o personagem. As características “ambicioso, manipulador e traiçoeiro” estão vinculadas ao julgamento de sanção social, sendo essas atitudes negativas segundo convenções culturais e sociais. O ator social, desse modo, é avaliado e identificado de modo negativo.

4.1.3 As metáforas

A representação metafórica é um dos recursos potenciais relacionados ao significado identificacional. Por realçarem ou encobrirem certos aspectos do que se representa (FAIRCLOUGH, 2001), as metáforas, no sentido proposto por Lakoff e Johnson (2002),

orientam construções, veladas ou não, de modos particulares de identificar atores sociais. No aspecto geral, o uso de metáforas pode servir à construção estratégica de operação de ideologias que visam legitimar ou dissimular relações de dominação (THOMPSON, 2011).

Nas reportagens analisadas, esse tipo de representação se mostrou importante para a legitimação de avaliações específicas e posicionamentos contrários ou favoráveis a determinados atores sociais. As metáforas foram encontradas tanto explicitamente a partir de identificações pontuais, quanto na representação do cenário político. Em ambos os casos, trata-se de uma estratégia para reforçar e legitimar modos de representação e identificação mais recorrentes nas reportagens.

4.1.3.1 A representação metafórica nas reportagens de *CartaCapital*

Uma das metáforas conceituais comuns é a representação do campo político em termos de guerra, em que se usam expressões provenientes do vocabulário bélico para tratar de aspectos políticos. Termos como “estrategista” (R1-*CartaCapital*), “bomba atômica” para se referir ao *impeachment* (R1- *CartaCapital*), “batalhas muito duras” (R2- *CartaCapital*), “alvos principais” (R4- *CartaCapital*) e “a tática” (R4- *CartaCapital*) configuram o cenário político como um campo de batalha. Nesse cenário, Dilma Rousseff é representada metaforicamente como uma presidente em “posição defensiva”:

(122) A presidenta (...) continua, porém, sem medidas mais práticas que a tirem da *posição defensiva*. (*CartaCapital*, R2, p. 21).

(123) A situação econômica mundial favorece o *ex-sapo barbudo*, capaz de vencer batalhas muito duras para figurar ao cabo de dois mandatos (...).

A construção em (122) legitima a identificação de Dilma como uma presidenta passiva, sem atitudes efetivas necessárias à sua posição política, o que reforça uma imagem desfavorável a ela, conforme construída pela revista. Já a construção metafórica do cenário político como um lugar onde se travam “batalhas muito duras” favorece o julgamento de estima social em torno da capacidade e eficiência de Lula quando presidente do Brasil, pois foi “capaz de vencer” essas batalhas - excerto (123).

Algumas ocorrências de representação metafórica relacionada a atores sociais específicos também são relevantes. Chama a atenção em (123) a representação de Lula como “ex-sapo barbudo”. O prefixo *ex-* diminui a força negativa que tem essa representação

caricatural, que se tornou comum no âmbito político após Lula ser assim chamado por Leonel Brizola.

Do mesmo modo, a representação metafórica construída para Cid Gomes em (124) tende a reforçar a imagem positiva que é construída para esse ator social:

(124) *Herói*, este sim, e sublinho a palavra, é Cid Gomes, já ex-ministro da Educação, mal chegado ao posto. Saído do governo por obra da pressão peemedebista, *réu* por ter dito a sacrossanta verdade. (*CartaCapital*, R2, p. 21).

A representação heroica de Cid Gomes corrobora outras afirmações avaliativas que favorecem sua identificação. Além disso, ao ser tomado como “réu”, o ator social é metafórica e ironicamente tido como “culpado” por dizer a verdade e de fazer o que é avaliado positivamente. Nesse sentido, essa representação de Cid Gomes reafirma o posicionamento de que as acusações contra ele não são justificáveis. As metáforas, nesse sentido, são usadas para reforçar o sentido das avaliações atribuídas aos atores sociais.

4.1.3.2 A representação metafórica nas reportagens de *Época*

Além de ser representado em termos de guerra, o âmbito político é comumente representado em termos de jogo. Nas reportagens de *Época*, essa forma de representação reforça aspectos negativos da identificação de alguns atores sociais:

(125) Faltam poucas *peças nesse quebra-cabeça*; já se divisa claramente a imagem da operação petista no esquema. (*Época*, R1, p. 34).

(126) Se a *jogada* desse certo, Dilma ficaria menos dependente do PT e do PMDB. (*Época*, R3, p. 38).

(127) Osmar Baquit, secretário estadual da Pesca, *comandava os aplausos e gritos da galera como se ainda fosse presidente do time de futebol Fortaleza*. (...) Cid desceu da tribuna e saiu do plenário. A *claque* cearense fez seu trabalho: *gritou, empurrou e aplaudiu* Cid. Produziu para a política local cearense a versão do político que perdeu o cargo político porque chamou parlamentares de corruptos. Nesse *embate* de baixo nível, o *empate* é a tragédia nacional. (*Época*, R4, p. 41).

Em (125), líderes políticos do PT são identificados como “peças” de um quebra-cabeça. Nessa representação em termos de jogo, há o reforço da identificação desses atores sociais em relação a ações de corrupção, o que reforça o julgamento de sanção social e favorece uma imagem negativa. Em (126) há mais um exemplo de como o cenário político é representado como um campo onde são lançadas “jogadas”. Essa representação contribui para

sustentar a identificação de Dilma como uma presidenta com pouca competência para “o jogo” e, mais especificamente no trecho, como uma líder dependente e sem forças.

Em outro sentido, o cenário político das ações de Cid Gomes é representado em termos de um estádio de futebol, com o uso de vocabulário de jogo esportivo. Além de termos como “embate” e “empate”, e da referência a Osmar Baquit como ex-presidente de time de futebol, há a construção identitária dos líderes políticos aliados a Cid Gomes como uma “claque” – grupo que assiste a competições esportivas do clube de futebol favorito; torcida. A construção desse cenário ironiza as ações de Cid Gomes, avaliadas como excêntricas e não condizentes com seu cargo, contribuindo para diminuir a credibilidade dele como líder político. Além disso, reforça a narrativização identitária desfavorável a esse ator social, identificado como um “amador” (*Época*, R4, p. 40), com “pouquíssimo tato político” (*Época*, R4, p. 41).

Outra forma de representação importante na construção identitária é a metáfora “corrupção é sujeira”. Essa metáfora se mostra potencial para o reforço da identificação negativa de líderes do PT, como mostram os excertos abaixo:

(128) A ilusão de empreiteiras abastecendo campanhas com doações legais e de um *tesoureiro limpinho* que apenas arrecada tais doações se esvanece. (*Época*, R1, p. 35).

(129) (...)PMDB, PP e PT, usaram o caixa um das legendas para receber *dinheiro sujo de óleo*. (*Época*, R1, p. 35).

A representação irônica em “tesoureiro limpinho” está relacionada à construção conceptual de que atividades de corrupção são sujas. O mesmo pode ser observado em (129), com o uso da expressão “dinheiro sujo de óleo” numa alusão à corrupção na Petrobras. Essa construção corrobora os julgamentos de sanção social analisados nas reportagens de *Época*, que identificam os líderes do PT como líderes políticos corruptos. O próprio título da reportagem de capa – “Lavando o PT a jato” (R1-*Época*) –, numa referência à Operação Lava Jato, usa dessa mesma representação metafórica, que contribui para a identificação desses atores sociais como líderes políticos “sujos” (ou corruptos), que estão sendo “lavados” com as investigações na Petrobras.

4.1.3.3 A representação metafórica nas reportagens de *IstoÉ*

A edição da revista *IstoÉ* é constituída a partir da representação do cenário político atual em termos da época do Brasil Império. Cinco reportagens representam os atores sociais por meio de identificações metafóricas pontuais referentes a papéis políticos imperiais, que reforçam alguma identificação mais recorrente e duradoura, como pode ser observado nos fragmentos a seguir:

(130) Na ocasião, *Lula – uma espécie de imperador dos petistas* – justificou o veto como uma medida para evitar milhares de desempregos. (*IstoÉ*, R1, p. 40).

(131) É uma *rainha à procura da coroa perdida*. (...) O País vai mal e a *rainha encastelada* não ceifa ministérios (...)(*IstoÉ*, R3, p. 50).

(132) O espetáculo burlesco que o então ministro da Educação Cid Gomes (Pros-CE) encenou no Congresso na quarta-feira 18 é a prova definitiva de que alguns *súditos da presidente mais atrapalham do que ajudam o governo a sair do enrosco em que se meteu*. (*IstoÉ*, R4, p. 54).

A identificação pontual de Dilma Rousseff como uma “rainha encastelada” ou “à procura da coroa perdida” contribui para legitimar uma identificação mais recorrente nas reportagens, por exemplo, a de líder pouco competente, isolada e com pouca capacidade de governar o país. A representação de Lula como “imperador dos petistas” contribui para que a identificação desse ator social, como um líder importante no PT, seja associada à avaliação negativa atribuída a líderes petistas. Já o exemplo em (132) aponta uma forma de identificação relacional entre Dilma Rousseff e Cid Gomes. A identificação de Cid Gomes como um dos “súditos” da presidenta atribui a esse ator social uma avaliação depreciativa e reforça a representação de Dilma como uma líder com pouca capacidade. Nesse sentido, a construção metafórica do Brasil Império nas reportagens consiste num recurso estratégico para a legitimação de posicionamentos contrários ao governo de Dilma Rousseff e políticos aliados.

As reportagens de *IstoÉ* também apresentam com frequência vocabulário de guerra na representação do cenário político, que de algum modo influencia na identificação de atores sociais específicos:

(133) *FHC tem lançado artilharia pesada*. Falou que Dilma precisa vestir as sandálias da humildade e que a presidente “está perdendo as condições de governar”. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

(134) *O tiroteio vem de todos os lados*. Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia”. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

(135) O ex-governador [Cid Gomes] seguiu a *artilharia*, dessa vez contra o PMDB. (*IstoÉ*, R4, p. 55).

(136) Uma das *estratégias* para minar o fôlego dessas publicações é reduzir a verba publicitária a elas destinada pelo governo federal. Esta ação ganha a alcunha de “*guerrilha política*”, em um documento do Planalto que ficou conhecido esta semana. (*IstoÉ*, R6, p. 58).

Nos exemplos (133) e (134), Dilma é representada como quem está sujeita à “artilharia pesada” da oposição, o que contribui para sustentar sua identificação como uma líder sem ação, sem força, sem competência. Já no excerto (135), o termo “artilharia” reforça o peso atribuído à identificação de Cid Gomes como líder político “sem modos”, de “temperamento intempestivo”. No exemplo (136), o cenário político é representado como uma espécie de “guerrilha política”. Essa representação realça o julgamento de sanção social contra aos projetos de publicidade a favor do governo, avaliados como não éticos. A construção metafórica serve, então, à legitimação de um posicionamento contrário às ações do governo de Dilma Rousseff.

4.1.3.4 A representação metafórica nas reportagens de *Veja*

As reportagens de *Veja* se destacam principalmente pela representação metafórica do contexto político a partir de expressões ligadas a aspectos bélicos. Essa representação contribui em especial para a legitimação da identificação construída para Eduardo Cunha e Dilma Rousseff:

(137) Desde então, ele vem impondo à presidente uma *sequência de derrotas* e constrangimentos. (*Veja*, R1, p. 52).

(138) Cunha exigiu sua saída e conseguiu. Para completar a *vitória*, anunciou ele próprio a saída do ministro. (*Veja*, R1, p. 52).

(139) Ao mandar para casa um quadro pertencente à cota pessoal da presidente e peça-chave na *estratégia* governista de reduzir o poder do PMDB, Cunha, aos olhos dos correligionários, “vingou” a sigla. (*Veja*, R1, p. 52).

(140) “Ele se tornou a principal pessoa a *enfrentar* o PT e o governo.” (*Veja*, R1, p. 52).

(141) Dilma não tem força para *confrontar* o peemedebista ou impor-se no Congresso. (*Veja*, R1, p. 53).

O uso de verbos e termos referentes à guerra, como “derrotas”, “vitória”, “estratégia”, “enfrentar”, “confrontar” está atrelado à construção metafórica do cenário político e das ações

dos atores sociais nesse cenário. Mais especificamente, corrobora, por um lado, a identificação positiva de Eduardo Cunha como um líder forte, competente e vitorioso e, por outro, a imagem negativa de Dilma Rousseff como uma presidenta incapaz e sem forças.

A identificação positiva para Eduardo Cunha também é construída a partir da metáfora que remete ao famoso romance de Mário Puzo, “O poderoso chefão” – como pode ser observado no título “O poderoso Cunha”. Na verdade, a reportagem não constrói metaforicamente a imagem de Eduardo Cunha associada à do personagem principal do romance. A construção apenas serve para enfatizar a ideia de que o deputado é alguém “poderoso”, um líder político que tem uma “força surpreendente” e que comanda mais habilmente questões políticas do que a presidenta Dilma Rousseff.

Há também outras construções metafóricas mais pontuais que contribuem para a identificação de certos atores sociais, como, por exemplo, a representação de Thomas Traumann em R5-*Veja* ao ser comparado a Iago, personagem da obra “Otelo”, de William Shakespeare:

(142) O vazamento deixou Traumann em situação incômoda. Do Polônio da corte hamletiana de Dilma, seus desafetos agora terão argumentos para pintá-lo como o Iago de Otelo. Como se sabe, Shakespeare fez de Polônio um conselheiro do rei de falas inesquecíveis (...) e ações nem tanto. Já Iago é ambicioso, manipulador e traiçoeiro. Como Polônio morre na peça, Traumann, do ponto de vista mais prática, pode estar mais para Iago, que é preso, torturado, mas aparentemente sobrevive. (*Veja*, R5, p. 67).

Como já discutido na análise da avaliatividade (cf. 4.2.2.4), a representação metafórica de Thomas Traumann como Iago constrói uma imagem negativa para esse ator social, já que o personagem é avaliado a partir de escolhas lexicais que denotam sanção social – “ambicioso, manipulador e traiçoeiro”. Além disso, a construção metafórica que relaciona o governo de Dilma à corte da obra de Shakespeare, Hamlet, reforça uma representação e identificação negativa para a presidenta e seu governo. Isso mostra mais uma vez uma das maneiras pelas quais a representação metafórica pode influenciar posicionamentos específicos em relação a atores sociais políticos e partidos.

4.1.4 As estruturas visuais

Na configuração do bloco retórico da revista, o gênero reportagem é o gênero dominante, em torno do qual se agregam outros gêneros, em especial, os gêneros ilustrativos. Na análise das estruturas visuais, chamo a atenção para o modo como determinadas

representações imagéticas são importantes para complementar ou legitimar os modos de identificações construídos para atores sociais nas reportagens.

As estruturas visuais, conforme a perspectiva de Kress e van Leeuwen (2006), são analisadas segundo sua função representacional, interacional e composicional (cf. seção 3.4.4). A análise das reportagens apontou alguns modos mais recorrentes de representação visual de líderes políticos específicos:

- a) Função representacional: essa função diz respeito à representação das imagens como estruturas narrativas e estruturas conceituais. Nas reportagens de revista, é mais comum a representação por estruturas visuais narrativas. Desse modo, os atores sociais políticos são representados por linhas e vetores indicadores da dinamicidade de suas ações.
- b) Função interacional: para análise dessa função, é considerada a relação entre dois participantes da interação: o/a produtor/a e o/ observador/a. Essa relação se dá através dos/as participantes representados/as na imagem (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). As interações podem ser observadas por meio do contato (olhar), da distância e da perspectiva. Nas reportagens, os atores sociais não estabelecem contato visual ou vínculo direto com o/a observador/a, mas são representados geralmente a partir de uma distância próxima de quem observa.
- c) Função composicional: os elementos composicionais mais relevantes na representação visual dos atores sociais são os valores informacionais e os recursos de saliência. Os valores informacionais estão associados à posição dos elementos (esquerda/direita, alto/baixo, centro/margem) e os elementos salientes importantes são as cores, o tamanho, o espaço ocupado pela imagem etc.

Nas análises a seguir, busco apontar os possíveis efeitos da representação visual dos atores sociais sobre os modos de identificação.

4.1.4.1 As representações visuais nas reportagens de *CartaCapital*

Na revista *CartaCapital*, destacam-se as imagens de Dilma Rousseff, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves em R1-*CartaCapital*. A figura 3 apresenta a imagem de Dilma Rousseff caminhando cabisbaixa, num plano de forte contraste de níveis de

iluminação, com a presença de tons claros fortes ao fundo, que obscurecem o plano mais próximo da participante e provocam a percepção em negro intenso:

Figura 3 – Dilma Rousseff na reportagem “Começar de novo?” - *CartaCapital*



Fonte: *CartaCapital*, n. 842, p. 15

A imagem abrange a maior parte da página, dando enfoque à representação de Dilma Rousseff. Isso porque a presidenta é a principal líder política identificada na reportagem. Os efeitos composicionais da fotografia reforçam o sentido do texto em relação à representação e identificação de Dilma como uma presidenta “acuada” e sem forças.

Na mesma página, há o contraste dessa imagem com a fotografia abaixo que evidencia Cid Gomes num plano mais dinâmico. Na fotografia, há um efeito de luz a partir do enquadramento circular que coloca foco em Cid Gomes e Eduardo Cunha. A imagem encontra-se na posição direita do momento do texto que narram as ações de Cid Gomes na Câmara. Além disso, a fotografia também apresenta uma saturação de cores bem maior do que da imagem de Dilma Rousseff. Esse ator social é representado num momento de fala, corroborando o julgamento de sanção social que constrói para ele uma identificação positiva

como líder político sincero, que “diz verdades”. Essas características composicionais, portanto, reforçam os sentidos avaliativos construídos para Cid Gomes.

As legendas também são importantes na relação que estabelecem com o texto da reportagem e as imagens. No caso da figura 3, a legenda reafirma a relação entre as fotografias e os acontecimentos narrados. Cid Gomes na legenda é representado como “culpado por dizer verdades à Câmara e seu presidente, Eduardo Cunha”, sustentando, desse modo, a identificação construída para esse líder político.

Os mesmos efeitos da fotografia de Cid Gomes são usados na representação visual de Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves na mesma reportagem, como mostra a figura 4:

Figura 4 – Fernando Henrique e Aécio Neves na reportagem “Começar de novo?” – CartaCapital



Fonte: CartaCapital, n. 842, p. 16

As fotografias apresentam alto nível de iluminação e o contraste de luz mais intensa colocando foco nos atores sociais. Ocupam ainda uma posição direita e central, próximo ao momento do texto que os identificam como líderes do movimento *pró-impeachment*. A legenda reforça o sentido negativo atribuído à representação desses atores sociais na reportagem. As imagens, portanto, constroem significações importantes para legitimar os modos de avaliação e identificação desses atores sociais no texto.

4.1.4.2 As representações visuais nas reportagens de *Época*

Na revista *Época*, há um efeito de representação visual que é pontual da edição. Esse efeito coopera com as identificações construídas para líderes políticos do PT e pode ser observado em todas as reportagens da revista (R1, R2, R3 e R4-*Época*). Em R1-*Época*, há a representação visual de José Dirceu, João Vaccari Neto (e Renato Duque). Em R2-*Época*, a imagem de Lula. Em R3-*Época*, a representação de Aloizio Mercadante e, em R4-*Época*, a imagem de Cid Gomes. Ou seja, são representados a partir de fotografias os principais líderes identificados nas reportagens.

Tomando como exemplo as figuras na primeira reportagem (Figura 5), observa-se que apresentam um enquadramento/moldura que permite sua percepção como fotografias (no sentido material) que foram amassadas e, portanto, estão deformadas.

Figura 5 – Atores sociais relacionados ao PT na reportagem “Lavando o PT a Jato” – *Época*



Fonte: *Época*, n. 876, p. 32-33

Essas imagens de líderes políticos, de modo geral na revista, ocupam posição central, no topo da página, como na figura 5, ou na parte de inferior como em R2-*Época*. Elas configuram, portanto, uma parte considerável do bloco retórico e acentuam a representação e identificação desses atores sociais.

Além disso, é importante notar que os políticos são representados em estruturas narrativas que denotam seu comportamento e a percepção de sentidos afetivos por parte do/a observador/a. Isso porque eles estão com a cabeça baixa, não ereta ou com feições que indicam preocupação ou desânimo, como se estivessem abatidos, preocupados, deprimidos ou, até mesmo, envergonhados.

Esses efeitos composicionais e representacionais favorecem a identificação particular construída no texto para esses atores sociais. A deformação das fotografias tem uma potencial significação, já que pode reforçar os sentidos de sanção social atribuídos à identificação de líderes do PT, avaliados como políticos envolvidos em ações de corrupção. Nesse caso, essas

ações podem ser associadas à ideia de uma deformação moral e ética, o que favorece a construção de uma imagem negativa para esses atores sociais.

4.1.4.3 As representações visuais nas reportagens de *IstoÉ*

Como a edição da revista representa pontualmente o contexto político fazendo analogia com a época do Brasil Império, destacam-se as estruturas visuais caricaturais, em que os atores sociais são metaforicamente representados como líderes de cargos imperiais. A figura 6, por exemplo, reforça a identificação de Dilma Rousseff como “rainha” e de Lula como “rei”:

Figura 6 – Dilma Rousseff e Lula na reportagem “Dilma encastelada” - *IstoÉ*



Fonte: *IstoÉ*, n. 2364, p. 49

As imagens caricaturais são construídas a partir da mescla entre fotografia e desenho. A fotografia se concentra na parte do rosto, sendo que o corpo é representado a partir do desenho que remete a figuras imperiais. Essa forma de caricatura mescla o real – na imagem do rosto – com o imaginário – na imagem do corpo, intensificando o sentido metafórico e irônico da composição. O mesmo pode ser interpretado em outras imagens, como a de José Dirceu e de Cid Gomes:

Figura 7 – José Dirceu na reportagem “Conselhos pagos a ouro” – *IstoÉ*



Fonte: *IstoÉ*, n. 2364, p. 44

Figura 8 – Cid Gomes na reportagem “Cid perde a cabeça” – *IstoÉ*



Fonte: *IstoÉ*, n. 2364, p. 54

As imagens reforçam os sentidos irônicos e metafóricos que compõem o título da reportagem e as avaliações recorrentes no texto. Isso contribui para descreditar os atores sociais e realçar um posicionamento desfavorável a eles. Portanto, esse modo de representação reforça os sentidos metafóricos, irônicos e depreciativos que são construídos de modo mais recorrente na identificação desses líderes políticos.

Chama a atenção também a representação de Fernando Henrique Cardoso por meio de estrutura conceitual, um modo de representação não usual no gênero reportagem de revista semanal de informação:

Figura 9 – Fernando Henrique Cardoso na reportagem “Dilma encastelada” - *IstoÉ*



Fonte: *IstoÉ*, n. 2364, p. 50

Nas estruturas conceituais, os atores são representados de modo estático, em termos de traços e características que os identificam. Esse recurso reforça a avaliação de Fernando Henrique Cardoso como líder confiável, sério e uma autoridade discursiva. A legenda, ao lado, retoma uma fala articulada no texto, que reafirma os sentidos propostos na reportagem sobre a incapacidade de Dilma Rousseff em governar o país. A representação conceitual, portanto, enfoca essencialmente a autoridade e a credibilidade atribuída ao ator social. Isso serve, por um lado, para legitimar uma identificação favorável a Fernando Henrique e, por outro, para legitimar um posicionamento contrário à presidenta.

4.1.4.4 As representações visuais nas reportagens de *Veja*

Uma construção recorrente nas imagens de líderes políticos na revista *Veja* é a colocação dos atores sociais em grande plano, cobrindo uma boa parte do bloco retórico (ou da página), sem o uso de moldura ou enquadres, aproximando mais o ator social representado do/a observador/a. A figura 10 exemplifica esse estilo composicional do bloco retórico:

Figura 10 – Eduardo Cunha na reportagem “O poderoso Cunha” – *Veja*



Fonte: *Veja*, n. 2418, p. 50-51

Na figura, a imagem de Eduardo Cunha encontra-se num plano próximo do observador e que apresenta forte contraste de luzes, com o fundo opaco e luz acentuando a face. A estrutura narrativa coloca foco na imagem do ator e o empodera, o que reforça a construção avaliativa de Cunha como um líder “poderoso”, forte e resolutivo.

O mesmo pode ser observado na representação visual de Joaquim Levy na figura 11. A imagem, que ocupa todo o lado esquerdo da página sem enquadre, foca no ator social. Além disso, a pouca nitidez no plano de fundo acentua a face, o que contribui para que o ator social seja evidenciado.

Figura 11 – Joaquim Levy na reportagem “Levy e seus perigos” – Veja



Fonte: *Veja*, n. 2418, p. 76

A disposição de imagens representacionais de certos atores sociais em boa parte da página, num plano de proximidade com o/ observador/a, consiste numa estratégia de evidenciá-los como pontos de identificação. Esse efeito é potencial na sustentação dos sentidos que são postos no texto a favor ou contra esses atores sociais. Fotografias como a de Cid Gomes (cf. Anexo 17), de Dilma Rousseff (cf. Anexo 17) e do senador Romero Jucá (cf. Anexo 19), posicionadas em pontos estratégicos do bloco retórico (parte superior) servem para chamar a atenção do/a leitor/a para as narrativas e, por conseguinte, para as construções identitárias.

4.3 A narrativização identitária no gênero reportagem

4.3.1 A construção da narrativa

A narrativização identitária pode ser percebida de pelo menos dois modos nas reportagens analisadas: a) quando o foco está no ator social em relação a um acontecimento/evento; e b) quando o foco está no acontecimento reportado, com interseções de construções identitárias.

No primeiro caso, as narrativas partem das ações de líderes políticos específicos, como por exemplo, a reportagem “Começar de novo?” (R1-*CartaCapital*), que tem foco nos acontecimentos que envolvem ações de Dilma Rousseff e de seu governo; ou a reportagem “E a casa de Cid caiu” (R4-*Época*), que parte das ações de Cid Gomes. Essas reportagens tendem a construir narrativizações para um ator específico.

No segundo caso, as reportagens informam/interpretam sobre acontecimentos no cenário político e, a partir disso, constroem identificações para certos atores sociais. Isso ocorre, por exemplo, na reportagem “O populismo cobra a fatura”, (R2-*Veja*), que parte do tema que envolve os problemas com o programa FIES no início do ano de 2015 para então construir uma identificação negativa da presidenta Dilma Rousseff.

Quando o foco está no ator social, a reportagem apresenta em sua composição genérica um número mais recorrente de elementos voltados para a representação e identificação de atores sociais. Esses elementos estão relacionados a alguns movimentos de sentido típicos que configuram a narrativização identitária no gênero, dentre eles:

- a) A reportagem fornece pistas para que o/a leitor/a identifique o ator social principal da narrativização.
- b) A reportagem se inicia com uma narrativa que descreve acontecimentos específicos que envolvem o ator social principal.
- c) O texto apresenta avaliações veementes e outros mecanismos potenciais na construção de identificações particulares.

Há no bloco retórico pistas explícitas de que a reportagem constrói uma narrativização identitária específica. Por exemplo, na reportagem “Dilma encastelada” (R3-*IstoÉ*), o título deixa claro que a reportagem narra acontecimentos e ações que envolvem especificamente a presidenta. Há também nas primeiras páginas a representação visual caricatural de Dilma como “rainha”, o que dá pistas para o/a leitor/a de que a narrativa avalia suas ações e comportamento. Em seguida, a narrativa introduz acontecimentos que envolvem o ator social, interpreta e avalia suas ações a partir de recursos retórico-discursivos da construção de modos de identificação.

Ainda no exemplo da reportagem de *IstoÉ*, as ações de Dilma são avaliadas à medida que são relacionadas a acontecimentos da semana envolvendo seu governo:

- (1) A sequência de acontecimentos é avassaladora. Na tarde do domingo 15, dois milhões de brasileiros vão às ruas gritar contra a presidente Dilma Rousseff. Na noite do mesmo dia, os ministros José Eduardo Cardozo e Miguel Rossetto, desalinhados nas roupas e desorientados nas ideias, rechaçam os protestos, enquanto as cidades clamam em mais um ruidoso panelaço. (...) Na terça-feira 17, ela é informada que o escudeiro José Dirceu recebeu uma fortuna, em supostos serviços de consultoria (...). Na quarta-feira 18, a rainha Dilma descobre que os súditos estão insatisfeitos. (...) Mergulhada na mais grave crise política do Brasil desde a queda de Collor, em 1992, a presidente está encastelada em um palácio prestes a desmoronar. A presidente reage tibiamente. Não faz movimentos consistentes. Não toma uma decisão capaz de reverter – ou, pelo menos, estancar – o ciclo de escândalos. (*IstoÉ*, R3, p. 48-50).

O excerto acima é um recorte do início da reportagem. Pode ser observado que os acontecimentos da semana não são o foco da narrativa, mas sim as ações da presidenta em relação a esses acontecimentos. Esse é o fator que diferencia a narrativização identitária construída com foco nos atores sociais da narrativização que ocorre com foco nos acontecimentos.

Na reportagem “A Lava Jato abre o leque” (R6-*CartaCapital*), por exemplo, o autor narra e interpreta os acontecimentos referentes à investigação na Petrobras, incluindo a prisão de Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, e Adir Assad, empresário da Delta Engenharia. Aproveitando esse conteúdo temático, narrativizações identitárias para líderes políticos do PT, do PMDB e do PSDB são construídas.

Em outras palavras, no primeiro caso o ator social é o que motiva a narrativização, enquanto no segundo são os acontecimentos/eventos sociais. No entanto, em ambos é possível perceber efeitos potenciais na construção e legitimação de identificações particulares.

4.3.2 Efeitos dos modos de identificação sobre a narrativização identitária

A construção de narrativas jornalísticas que partem de atores sociais específicos pode ter um efeito potencial na legitimação de representações e identificações específicas. As narrativizações identitárias em reportagens, principalmente quando têm como foco o ator social representado, podem contribuir para a manutenção ou mudança de posicionamentos e interesses particulares. No caso das narrativizações em torno da identificação de líderes políticos específicos, essa construção pode ter efeito importante em práticas políticas e posicionamentos partidários.

A análise dos modos de identificação na seção 4.2 apontou efeitos potenciais da representação de atores sociais, do sistema de avaliatividade, da representação metafórica e das estruturas visuais na construção de narrativizações identitárias negativas para certos líderes políticos e positivas para outros. O quadro a seguir sumariza os recursos recorrentes e seus efeitos na constituição de narrativizações específicas de líderes políticos nas reportagens das revistas semanais de informação:

Quadro 13 – Modos de identificação na construção da narrativização identitária de atores sociais políticos em reportagens de revistas semanais de informação

Categorias		Alguns efeitos
Representação de atores sociais	Nomeação/funcionalização	Torna os atores sociais pontos de referência para o/a leitor/a; evidencia suas ações e seus papéis políticos e sociais.
	Coletivização	Constrói identificações coletivas.
	Categorização por identificação	Classifica de modo particular os atores sociais.
	Impersonalização – referência institucional	Encobre a agência. Reforça a identificação de certos líderes políticos segundo suas relações institucionais.
	Exclusão	Encobre as ações de certos líderes políticos e/ou os destitui de uma identificação particular.
Sistema de avaliatividade	Julgamento de estima social	Avalia os atores sociais em termos de sua capacidade, tenacidade ou normalidade.
	Julgamento de sanção social	Avalia os atores sociais segundo aspectos éticos e morais.
	Atribuição	Atribui autoridade discursiva e credibilidade a certos atores sociais.
	Discordância	Rejeita ou refuta afirmações e posicionamentos de certos atores sociais.
	Entretenimento	Constrói julgamentos negativos de modo indireto.
Metáforas		Constroem identificações pontuais que reforçam identificações mais recorrentes e duradouras. Reforçam os sentidos avaliativos.
Estruturas visuais		Reforçam as construções identitárias do texto.

Fonte: Quadro produzido com base nas análises da seção 4.2

A nomeação e funcionalização são formas de legitimar o poder de líderes políticos, seja pela valorização do papel que desempenham na sociedade, seja pela construção de uma identificação única. Essas formas de representação são uma das maneiras usadas pelas empresas de comunicação para dar visibilidade a personalidades públicas e, nesse caso, também políticas, consolidando seu poder na sociedade. A impersonalização também pode

contribuir para realçar as relações políticas institucionais dos atores sociais, o que certamente reforça relações de poder.

A especificação por coletivização é uma estratégia potencial na construção de uma identificação unificada e compartilhada para grupos partidários. Quando a identificação é negativa para o PT, isso influencia numa mesma identificação para líderes específicos aliados ao partido, por exemplo.

Já a classificação por meio da categorização por identificação contribui para criar rótulos depreciativos para certos líderes políticos. Em outros casos, evidencia o cenário de lutas hegemônicas entre posições político-partidárias, já que acentua uma identificação particular por meio da classificação segundo a filiação a partidos específicos.

A ausência de determinados atores sociais em algumas narrativas são significativas por encobrir a agência e responsabilidade ou por destituí-los de uma identificação negativa. De modo geral, tanto a exclusão como a inclusão tem significações potenciais na construção de narrativizações identitárias particulares e na sustentação de relações de poder que envolvem o contexto político-ideológico.

As construções avaliativas são as que mais acentuam as identificações negativas e positivas, como também colocam em evidência os posicionamentos político-partidários defendidos pelas revistas por meio do gênero reportagem. Elas contribuem com narrativizações que, por um lado, legitimam visões estereotipadas, depreciativas e irônicas de líderes associados a determinadas correntes políticas e partidárias e, por outro, sustentam identificações romantizadas, heroicas e positivas, segundo esses posicionamentos.

Tomando como exemplo as narrativizações identitárias construídas para Dilma Rousseff em *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, observa-se que as formas de avaliatividade produzem sentidos que não só influenciam na imagem negativa da presidenta, mas favorecem posicionamentos aliados a políticos da oposição ao governo. Dilma é avaliada principalmente a partir de julgamentos de estima social, como uma líder política sem competência e habilidade administrativa e política. Também é avaliada a partir de uma identificação relacional com o PT. Líderes petistas são julgados em grande parte a partir de valores éticos e morais, como líderes corruptos. Essa identificação certamente influencia na imagem particular da presidenta.

Em *CartaCapital*, Dilma também é avaliada de modo negativo. Mas líderes da oposição também são. E, nesse caso, a presidenta é avaliada por sua fragilidade política, enquanto os líderes do PSDB, por exemplo, são julgados de modo negativo segundo aspectos éticos, o que denota um posicionamento desfavorável a partidos e políticos da base da

oposição. Isso comprova que a construção de narrativizações identitárias está atrelada a posicionamentos e interesses político-partidários particulares.

As representações metafóricas e visuais se mostraram fundamentais na construção da narrativização. As metáforas constroem identificações pontuais, que se relacionam a modos de identificação mais comuns e recorrentes nas práticas sociais. Já a organização das estruturas visuais, além de construir identificações pontuais, corrobora os modos de representação e os julgamentos sociais em torno das ações e do comportamento de certos líderes políticos. Esses recursos, portanto, tendem a reforçar avaliações mais recorrentes e duradouras. São, portanto, mecanismos potenciais para a legitimação das identificações construídas nos textos.

As narrativizações identitárias em reportagens, principalmente quando têm como foco o ator social representado e não um acontecimento em si, podem contribuir para a manutenção ou mudança de posicionamentos favoráveis a certos e/ou posicionamentos ideológicos. No caso das narrativizações em torno da identificação de líderes políticos específicos, essa construção pode ter efeito importante em práticas políticas e posicionamentos partidários.

Nesse sentido, as narrativizações identitárias podem ser consideradas uma estratégia usada no gênero reportagem não só para construir identificações particulares, mas também para “vender” personalidades, ideias e valores que legitimam relações de poder e lutas hegemônicas travadas nas relações partidárias. Desse modo, o gênero pode influenciar ações e práticas políticas, processos eleitorais e posicionamentos político-ideológicos e partidários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, busquei refletir sobre a construção de narrativizações identitárias e modos de identificação no gênero reportagem de revistas semanais de informação. Pautado numa perspectiva crítica de análise de gêneros, o estudo levou a considerações importantes sobre estratégias usadas em reportagens para legitimar modos específicos de identificar líderes políticos e posicionamentos político-partidários.

A análise aponta que comumente o processo de produção de uma reportagem de conteúdo político parte de um ator social específico e não necessariamente de um acontecimento da semana. Esse fator tem efeito potencial na construção da narrativização identitária e de modos particulares de identificação. Além disso, a análise indica também efeitos importantes do uso de diferentes recursos linguístico-discursivos para a construção de identificações específicas para líderes políticos brasileiros. Ao analisar estratégias de representação, de avaliatividade, de construção metafórica e de estruturas visuais, pude observar algumas maneiras pelas quais as revistas *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, por meio do gênero reportagem, buscam defender e legitimar posicionamentos político-partidários e ideológicos específicos.

O modo como atores sociais do campo político são representados constitui identificações tanto individuais quanto coletivas. As representações individuais contribuem para dar visibilidade a acontecimentos e ações de certos políticos, constituindo assim identificações específicas. Também pode criar rótulos depreciativos ou reforçar identificações já consolidadas. Já as representações coletivas legitimam e universalizam identificações unificadas para membros de certos partidos e grupos particulares.

Outro fator potencial da representação é a ausência de determinados atores sociais na narrativa da reportagem. Esse recurso encobre a ação e responsabilidade desses atores, assim como os destitui de uma identificação específica. Dessa forma, esses modos de representação podem influenciar não somente posicionamentos (des)favoráveis a esse ou aquele ator social, mas também posicionamentos em relação a partidos políticos.

Os recursos de avaliatividade apontam diretamente para a construção de modos particulares de avaliar, julgar e identificar. As diferentes escolhas quanto ao julgamento das ações e do comportamento dos atores sociais corroboram uma narrativização que pode legitimar tanto visões negativas quanto visões romantizadas e positivas sobre eles.

As vozes e opiniões que compõem as narrativas construídas nas reportagens também são consistentes com as ideologias sociopolíticas defendidas pelas empresas de comunicação. As vozes articuladas sempre aparecem como autoridades discursivas, legitimando os posicionamentos sustentados, que, por sua vez, podem colaborar com a consolidação do poder de determinados atores sociais e instituições na sociedade.

As representações metafóricas e visuais também são potenciais estratégias usadas para reforçar as avaliações e representações, contribuindo para torná-las mais recorrentes e duradouras nas práticas sociais. E é por meio dessas estratégias que as empresas jornalísticas constroem reportagens como textos aparentemente neutros e imparciais, buscando influenciar a aquisição de conhecimento e a formação de opiniões (VAN DIJK, 2012).

De modo geral, os resultados da pesquisa mostram que diferentes modos de representação e identificação são construídos para determinados líderes políticos, sendo que para uns são construídas identificações negativas e, para outros, identificações positivas, segundo interesses e posicionamentos das revistas.

Por meio da análise da narrativização identitária, foi possível observar que a revista *CartaCapital* assume um posicionamento partidário favorável ao governo da presidenta Dilma Rousseff e explicitamente contrários aos partidos de oposição. As reportagens tecem narrativas que constroem identificações positivas para o ex-presidente Lula, por exemplo, e negativas para líderes do PSDB, como o senador Aécio Neves. Alguns aspectos dos modos de identificação também evidenciam posicionamentos ideológicos que condizem com a linha editorial assumida pela revista, como, por exemplo, a preferência pelo uso do termo “presidenta”, considerando questões de diversidade e igualdade de gênero.

Já as revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* constroem notoriamente identificações negativas para líderes associados ao PT e, por outro lado, identificações positivas para políticos de oposição ou outros líderes que assumem posições contrárias ao governo de Dilma Rousseff. Isso porque essas revistas adotam posicionamentos contrários ao atual governo e a certos partidos, como o PT. As revistas seguem uma linha editorial diferente da revista *CartaCapital* e, conseqüentemente, defendem posicionamentos político-ideológicos distintos.

Nesse sentido, é possível concluir que a construção da narrativização identitária de líderes políticos está intrinsecamente ligada aos posicionamentos político-partidários e ideológicos defendidos pelas revistas. Portanto, a articulação de identificações positivas e negativas para líderes de determinados partidos é uma importante estratégia usada pelas revistas como uma maneira de legitimar posições partidárias e práticas políticas específicas. Pode-se afirmar que narrativizações e identificações construídas no gênero reportagem podem

influenciar opiniões sobre líderes políticos, bem como posicionamentos favoráveis ou não a determinados partidos, podendo ter influência, inclusive, sobre processos eleitorais e outros campos da vida política.

Certamente, outras estratégias podem ser analisadas para compreensão das maneiras pelas quais narrativizações e identificações são construídas no gênero reportagem e em outros gêneros. Inclusive as análises realizadas aqui podem ainda ser aprofundadas em pesquisas subsequentes. Mas esta pesquisa pode ilustrar a importância de se investigar os diferentes modos de representação e identificação de atores sociais em gêneros jornalísticos.

Ao tornar esta e outras pesquisas públicas, pode-se contribuir de alguma forma com a consciência crítica e reconhecimento de formas pelas quais a linguagem é usada para estabelecer, manter e superar relações assimétricas de poder; de como empresas jornalísticas fazem uso de diferentes gêneros discursivos para defender, legitimar e universalizar seus próprios interesses e posicionamentos.

Como aponta Fairclough (1989), quando alguém se torna consciente de determinados aspectos ideológicos que sustentam desigualdades de poder, esses aspectos perdem a potencialidade de funcionar ideologicamente. Ao desvelar representações ideológicas em gêneros e apontar seus efeitos sobre as práticas sociais, pesquisas como esta buscam contribuir com práticas de resistência, na qual sujeitos podem se engajar em práticas discursivas de embate aos posicionamentos e representações sustentados por instituições particulares.

Esta pesquisa amplia o arcabouço de estudos realizados recentemente numa abordagem crítica e libertária, os quais têm o intuito de abrir possibilidades para a transformação e emancipação social. A análise de gêneros numa perspectiva crítica tem apontado modos pelos quais diferentes gêneros são usados para desempenhar ações “sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Isso tem colaborado significativamente para o desvelamento de relações assimétricas de poder e dominação.

Este estudo pode ainda incentivar a participação política crítica e efetiva ao contribuir com o desenvolvimento da consciência linguística crítica em relação ao uso de gêneros discursivos na defesa e legitimação de práticas políticas específicas. Pode ainda contribuir para a transformação social ao incentivar a participação ativa em práticas de resistência e de embate aos interesses hegemônicos das grandes mídias.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.
- BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BARROS, S. M. *Realismo Crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Identidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BAZERMAN, C. *Gênero, agência e escrita*. Organização de A. P. Dionísio e J. C. Hoffnagel, e tradução e adaptação de J. C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BHASKAR, R. *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvest Wheatsheaf, 1989.
- BHATIA, V. K. Accessibility of discursial data in Critical Genre Analysis: international commercial arbitration practice. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 3, p. 465-483, 2010.
- _____. Interdiscursivity in critical genre analysis. In: BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. C.; RAUEN, F. (Org.). *Proceedings from the 4th International Symposium on Genre Studies (SIGET)*. Tubarão: Unisul, 2007. v. 1, p. 391-400. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/English/36i.pdf>>.
- _____. Towards Critical Genre Analysis. In: BHATIA, V. K.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. H. (Ed.). *Advances in discourse studies*. London: Routledge, 2008. p. 166-177.
- _____. *Worlds of written discourse: a genre-based view*. London New York: Continuum, 2004.
- _____. *Analyzing genre: language use in professional settings*. London: Longman, 1993.
- BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. (Org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 17-46.

BONINI, A. Análise crítica de gêneros jornalísticos. 2012. SBJor. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov. 2012. Disponível em:
<<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1776/292>

_____. *Analyzing genre: language use in professional settings*. London: Longman, 1993.

_____. Critical genre analysis and professional practice: the case of public contests to select professors for Brazilian public universities. *Linguagem em (dis)curso*, v. 10, p. 485-510, 2010.

_____. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011a.

_____. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003a.

_____. Práticas jornalísticas no Portal Yahoo: uma análise crítica de gêneros. Trabalho apresentado no VI Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET), UFRN, Natal, 2011b.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Linguagem e estudos de gênero. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. *Aspectos da Linguística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 273-287.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CATTO, N. R. Uma análise crítica do gênero multimodal tira em quadrinho: questões teóricas, metodológicas e pedagógicas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-graduação em Letras, 2012.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EGGINS, S.; MARTIN, J. R. Géneros y registros del discurso. In: VAN DIJK, T. A. *El discurso como estructura y proceso*, v. 1, Barcelona: Gedisa, p. 335-370, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCESCHINI, F. Notícia e reportagem: sutis diferenças. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 144-155, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um encontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. 1 ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GIDDENS, A. *Consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional Grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HASAN, R. Part B. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: OUP, 1989. p. 52-118.

HEBERLE, V. M. Texto, discurso, gêneros textuais e práticas sociais na sociedade contemporânea: tributo a José Luiz Meurer. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 155-168, 2011.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.

KINDERMANN, C. A. *A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

_____. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 2006.

LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

LIMA, S. *Hipergênero: agrupamento ordenado de gêneros na constituição de um macroenunciado*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-graduação em Linguística, 2013.

_____; COROA, M. L. M. S. Configuração e papel do sistema de avaliatividade no gênero reportagem. *Calidoscópio*, v. 8, n. 2, p. 127-137, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/calidoscopio/article/view/471/68>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LOVATO, C. S. Análise Crítica de Gênero: organização retórica de notícias de popularização científica na revista Ciência Hoje On-line. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.14, n.1, p. 173-200, jan./jun. 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, E. *O texto da notícia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)Curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 35-60, 2004.

MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. In: *D.E.L.T.A.* São Paulo: Educ, 2005, v. 21, n. especial, p. 1-11.

MARCUSCHI, L. A. Apresentação. In: BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 09-17.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo Opinativo*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTIN, J. R. *English text: systems and structure*. Philadelphia; Amsterdam: Jonh Benjamins Publishing Company, 1992.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with discourse. Meaning beyond the clause*. London/New York: Continuum, 2003.

MARTIN, J.R.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave, 2005.

MAUTNER, G. Analysing newspapers, magazines and other print media. In: WODAK, R., KRZYŻANOWSKI, M. (Org.). *Qualitative discourse analysis in the social sciences*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 30-53.

MEURER, J. L. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Ed.). *Gêneros textuais e práticas discursivas*: Subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: EDUSC, 2002. p. 1-29.

_____. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-107.

_____. O trabalho de leitura crítica: recompondo representações, relações e identidades sociais. *Ilha do deserto* (UFSC): Florianópolis, v. 1, n. 38, p. 155-171, 2000.

MILLER, C. Gênero como ação social. In: *Gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2012. p. 21-41.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

_____. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B., BRITO, K. S. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____; HEBERLE, V. M. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 12-28.

_____; MARCUZZO, Pa. Ciência na mídia: análise crítica de gênero de notícias de popularização científica. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 10, n. 3, p. 511-538, 2010.

_____; LOVATO, C. S. Organização retórica do gênero notícia de popularização da ciência: um estudo comparativo entre português e inglês. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 233-271, maio/ago. 2009.

MOREIRA, T. M. Análise Crítica de Gêneros de popularização da ciência da área de informática no jornal Zero Hora (2009). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-graduação em Letras, 2012.

OTTONI, M. A. R. Dois casos de violência no Brasil: a representação de fatos e atores sociais em gêneros da mídia impressa. In: SATO, D. T. B.; JÚNIOR, J. R. L. B. (Org.). *Contribuições da análise de discurso crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães*. Campinas: SP: Pontes Editores, 2013.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, D.; RAMALHO, V. Reflexões sobre uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. *Revista Latinoamericana de Estudos do Discurso*, v. 8, n. 1, p. 14-39, 2008.

SILVA, N. R. *O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Linguística, 2007.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Other floors, other voices: a textography of a small university building*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1998.

_____. *Research genres: explorations and applications*. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. In: Re-thinking genre colloquium. 1992, Ottawa. *Anais...* Ottawa: Carleton University, 1992.

_____. Research into the structure of introductions to journal articles and its application to the teaching of academic writing. In: WILLIAMS, R.; SWALES, J.; KIRKMAN, J. *Common ground: shared interests in ESP and communication studies*. Oxford: Pergamon, 1984. p. 77-86.

TODOROV, T. *Genres in discourse*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. *Élite, discurso y racismo*. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Discurso e poder. Trad. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org.). 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN LEEUWEN, T. A representação de atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VIAN, JR. O.; LIMA-LOPES, R. E. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 29-45.

VILAS BOAS, S. *O estilo magazine*. São Paulo: Summus, 1996.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso* - Tubarão, v. 4, p. 223-243, 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm>>.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

WHITE, H. *Content of the Form*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1987.

ZANOTTO, M. S. et al. Apresentação à edição brasileira. In: LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p. 9-37.

ANEXOS

Anexos das reportagens da revista *CartaCapital*

Anexo 1 – Reportagem “Começar de Novo?”

CAPA

COMEÇAR DE NOVO?

Menos de três meses após o início do segundo mandato, o arranjo institucional que sustenta o governo se desintegra

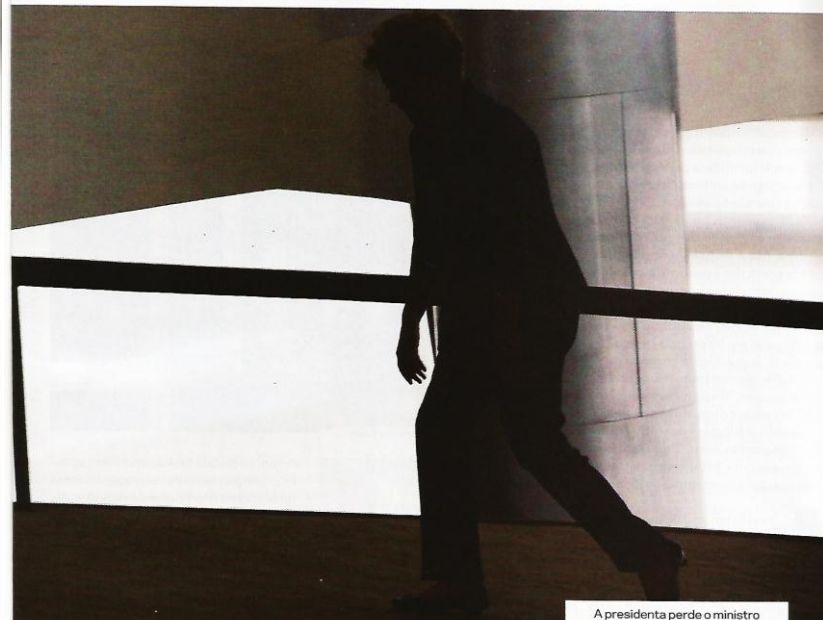
por ANDRÉ BARROCAL

AO ASSUMIR o segundo mandato, Dilma Rousseff anunciou na Câmara dos Deputados o lema do governo dali por diante: “Brasil, pátria educadora”. Onze semanas depois, o escolhido para transformar o slogan em realidade à frente do Ministério da Educação foi ao mesmo plenário e realmente fez história. Chamado a explicar uma declaração do fim de fevereiro, segundo a qual a “direção da Câmara será um problema grave para o Brasil” e havia ali “uns 300, 400 deputados achadores”, Cid Gomes evitou os panos quentes. Ao contrário. Diante do presidente da Casa, Eduardo Cunha, símbolo das críticas do ministro, pediu desculpas a quem se sentiu pessoalmente ofendido, mas assumiu e repetiu afirmações. Foi além. Dedo em riste na direção de Cunha, que o havia chamado de mal-educado dias atrás, disparou: “Prefiro ser acusado de mal-educado a ser acusado de achar empresas, como ele”. Gomes sugeriu ainda aos parlamentares da base aliada não dispostos a defender o governo: “Larguem o osso”. Aplaudido por quem acompanhava o depoimento das tribunas da Câmara, o ministro deixou o Congresso, dirigiu-se ao Palácio do Planalto e entregou o cargo. Dilma Rousseff aceitou. A conversa durou pouco e a saída foi comunicada em uma nota laconica.

O episódio encerra por ora uma rixa entre as famílias Gomes e Cunha, a favor deste último. Por causa do momento, contém, no entanto, um significado político maior, qui-

çá um prenúncio. A administração inaugurada sob o lema “pátria educadora” está obrigada a recomendar o zero, como apelam conselheiros e aliados da presidenta. E como já se admite no Planalto. Acuada pelas manifestações pró-impeachment e pelas queixas contra o ajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones, a presidenta vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição. É a pior fase do lulismo desde 2003.

A distribuição de forças dentro do governo, desenhada na montagem da Esplanada dos Ministérios, passa por uma revisão. Se de início a aposta era reduzir a dependência do PMDB, até por conta da presença de personagens da estirpe de Cid Gomes, do PROS, a ordem agora



A presidenta perde o ministro Cid Gomes, culpado por dizer verdades à Câmara e seu presidente, Eduardo Cunha

é a busca de uma reaproximação com o partido do vice Michel Temer. O núcleo do governo promete, finalmente, incorporar os peemedebistas ao centro das decisões, o que significa em última instância mais cargos em todos os escalões. Antecessor de Cunha no comando da Câmara, Henrique Alves se aquece à beira do campo, à espera da escalada.

O rearranjo tende a atingir os ocupantes dos estratégicos postos palacianos. Os ameaçados são os chefes da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, ambos do PT. Comandados pelo ex-presidente Lula, parlamentares petistas estão em campanha para tirar



CAPA

de Mercadante o posto de principal conselheiro e estrategista de Dilma. Não enxergam nele habilidade para compensar a falta de jogo de cintura da presidenta. A crítica estende-se a Vargas. Para a função de Mercadante, Lula e o PT querem o ministro da Defesa, Jaques Wagner.

Dilma, não é de hoje, tem sido pressionada a esvaziar o poder de Mercadante, mas a delicada conjuntura aos poucos mina seu poder de resistir. A dúvida é em qual função Wagner assumiria o leme político do governo. Na própria Defesa? Na Casa Civil? A presidenta gosta do estilo gerencial de Mercadante e não quer abrir mão do auxiliar. Muito menos o chefe da Casa Civil parece disposto a ver seu espaço reduzido. A hipótese de voltar à Educação não o entusiasma. Enquanto isso, Wagner observa a distância a hipótese de integrar a chamada cozinha do Planalto.

A pressão em prol de um rearranjo do governo aumentou após as manifestações do domingo 15, que levaram milhares de brasileiros às ruas em várias cidades do País. Graças à fragilidade política da mandataria e a uma marotice da oposição, o governo fez acrobacias com o assunto. O objetivo dos fomentadores dos atos era pedir a deposição presidencial, por *impeachment* ou por meio de um golpe militar. Dilma reagiu, porém, como se as passeatas fossem apertadas e espontâneas e reivindicassem apenas o fim da corrupção. Em entrevista na segunda-feira 16, declarou-se "humilde" e pronta a "escutar" e "dialogar" com as ruas. Resta saber como seria possível conversar com quem não aceita outra solução senão a sua saída da Presidência. No dia seguinte, o Vem Pra Rua, um dos promotores das manifestações, divulgou "carta de repúdio às reações do governo federal". E anunciou novos protestos para 12 de abril.

A organização das marchas e o perfil de seus participantes evidenciaram a pouca disposição para conversa. Vá-



Aécio Neves e FHC estimulam o caos



rias páginas no Facebook convocatórias dos protestos defendiam o *impeachment*. Dos 210 mil manifestantes que foram à Avenida Paulista, diz o Datafolha, 47% exigiam o "Fora Dilma" ou "Fora PT". Outros 47% afirmavam protestar contra a corrupção. Como 90% dos entrevistados disseram crer que Dilma sabia da corrupção na Petrobras, até quem dizia protestar genericamente contra a corrupção mirava a presidenta. No Paraná, o cenário era bem parecido. Segundo o instituto Paraná Pesquisas, 85% dos manifestantes defendiam o *impeachment*.

Os tucanos também tiveram sua cota de acrobacia no trato das manifestações. Estimularam os protestos, ajudaram a

organizá-los (até financeiramente, consta), mas queriam aparecer apenas como intérpretes, não líderes do movimento. Uma tentativa de fugir do rótulo de golpistas. A artimanha explica uma certa dubiedade do tucano-mor, o ex-presidente Fernando Henrique. Antes dos protestos, FHC comparava o *impeachment* à bomba atômica: para dissuadir, não para usar. Depois, afirmou que a presidenta tem perdido as condições de governar e que, caso apareçam provas de seu envolvimento no escândalo da Petrobras, "a lei deve ser cumprida".

O PSDB esforça-se para vincular Dilma à Operação Lava Jato. Depois de o ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, ter arquivado um pedido do opositorista PPS de abertura da investigação contra a petista, o senador Aécio Neves, presidente nacional do partido, e uma frente da oposição encaminham ao magistrado um novo pedido na quarta-feira 18. Para acalmar os opositores, Zavascki solicitou um novo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, inicialmente contrário à ideia.



Rossetto e Cardozo: o silêncio teria sido mais produtivo

Não fosse a fragilidade política, o governo não precisaria se preocupar com a tentativa da oposição de usar as ruas para derrubá-lo. E a falta de criatividade e iniciativa leva-o às soluções habituais e que não têm dado resultado animadores. Em resumo, uma tentativa de reconquistar o apoio de um Congresso cada vez mais alinhado à ideia do salvar-se quem puder e outra de convencer velhos aliados de que o ajuste fiscal recolocar o País novamente nos trilhos, apesar dos altos custos da transição.

PAULO JACOBRI AG. O GLOBO, JORGE WILLIAMS AG. O GLOBO E YURI CORTEZ/AFAP

Em seu plano de embaralhar o *impeachment* e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia, diz o deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Para ele, as passeatas foram noticiadas pelas tevês como "apertadas, bonitas e pacíficas", o que empurrou um "governo fraco e sem comando" para uma "reação burocrática". Estimulado pela cobertura jornalística, houve petista desgostoso com Dilma que preferiu ficar com as ruas. No dia dos protestos, o senador Walter Pinheiro, da Bahia, leu na internet que um ministro

REAÇÕES DISTINTAS DO GOVERNO: FALOU GROSSO COM OS PROTESTOS DO DIA 13 E FINO COM AS MANIFESTAÇÕES DO DIA 15

estranhara os cálculos da Polícia Militar sobre o número de presentes. Ligou para o ministro e disparou: "Em vez de ficar preocupado se tinha 10 ou 10 mil, deveria se preocupar com o recado, não importa de quem veio". O anônimo ministro acertou, como mostraria o Datafolha. A PM exagerou, em São Paulo e em Porto Alegre, no mínimo.

Preocupado, Lula reuniu-se com auxiliares na segunda-feira 16 e em seguida viajou a Brasília. Na capital federal, conversou com aliados e juntou com Dilma. Não se conhece o exato teor da conversa, mas houve uma tentativa de reação

do governo nos dias posteriores. A presidenta lançou um pacote anticorrupção e outro de moralização no futebol. Continua, porém, sem medidas mais práticas que a tirem da posição defensiva.

Essa inação está clara em uma avaliação aparentemente produzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência e vazada a jornalistas na terça-feira 17. O texto, que erra em vários diagnósticos, admite a existência de uma "comunicação errada e errática". E vê nos eleitores dilmistas "um sentimento de abandono e traição" crescente, desde a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e das medidas de ajuste fiscal, contra as quais partidários de Dilma foram às ruas na sexta-feira 13. Em relação a essas manifestações, o Palácio do Planalto reagiu de forma diferente. Nada da "humildade" exibida diante da turma pró-*impeachment*. A presidenta preferiu um tom mais duro e firme, sem concessões. "Não vou deixar de dizer para todo mundo que nós queremos fazer o ajuste." E mais: ele seria praticado "com convicção e com paixão".

Análise interna da Secretaria de Comunicação tornou-se pública graças a um equívoco do ministro Thomas Traumann, que enviou o texto por e-mail por engano a um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. O engano custou mais dor de cabeça ao Planalto. O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB paulista, pediu a convocação do ministro ao Senado. Quer explicações sobre o que considerou o uso indevido de verba oficial para a manutenção de uma rede de propaganda partidária. Traumann saiu de férias, até para cuidar de problemas familiares. •

Anexo 2 – Reportagem “O Brasil explica a si mesmo”



Os mesmos que viram Carlota Joaquina partir do Rio de Janeiro em 1821.

O BRASIL EXPLICA A SI MESMO

*Estado patrimonialista, governo no breu,
povo no limbo pela prepotência
de uma elite predadora e irresponsável*

por MINO CARTA

O GENERAL De Gaulle não tinha uma boa opinião a nosso respeito. Disse um dia: “O Brasil não é um país sério”. Meu pai dissera algo mais preciso bem antes do que ele, começo da década de 50: “A situação aqui é sempre grave, nunca séria”. Tudo depende do significado que se atribui ao qualificativo. Vejamos. A crise política, econômica e social que o País enfrenta agora é seriíssima.

Poderia ser de outra maneira? É como se estivéssemos a colher mais uma prova da incompatibilidade entre Brasil, democracia autêntica e senso republicano. Por isso, mesmo a gravidade do momento carece, de certa forma, de seriedade por resultar da pequenez moral e intelectual

WANEZZA SOARES



... assistem à passagem da manifestação contra Dilma no interior do Rio Grande do Sul, domingo 15 de março

EXISTE UMA CLARA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O PAÍS DE HOJE E DE SEMPRE, E A DEMOCRACIA

tual das personagens que a precipitam.

Anação paga por sua imaturidade, por uma espécie de incapacidade orgânica de sair da Idade Média em que cuidou de mantê-la a dita elite. Ou, por outra, de absorver a contento a ideia de democracia, a partir dos pressupostos básicos, essenciais, que a viabilizam. Um celebrado sociólogo, professor universitário, aponta as manifestações de domingo como prova da nossa pujante democracia. Só mesmo Deus haverá de apiedar-se da alma dele.

O mestre, uspiamo aliás, não é exemplo isolado. Longe disso, a ignorância campeia mesmo nos mais elevados patamares da cultura nativa. Falei, porém, em nação, e sequer nação ela é, na acepção correta. Sabemos que o País foi excepcionalmente favorecido pela natureza. Haveríamos de entender por que não esteve à altura da

dádiva. A única certeza em matéria: o povo é a vítima coral do inesgotável instinto de predação dos donos do poder.

Momentos houve, a deixarem transparecer o anseio de democracia, primeiro as manifestações fluviais das Diretas Já, depois as eleições de Lula e Dilma, sem exclusão da segunda em outubro do ano passado. As esperanças de 1984 naufragaram no Congresso e o povo teve de se conformar com as indiretas de 85, a celebrar pretensamente a redemocratização onde a democracia jamais foi praticada. Quando se apresentou a possibilidade

de que o processo de modernização social pudesse finalmente ser encaminhado, desabou o golpe de 64.

Figueiredo saiu pelos fundos do Planalto em março de 85, mas o que se deu em seguida não foi o retorno às esperanças da quadra espraçada entre o mandato de Getúlio eleito em 1950 e o golpe civil-militar, que muitos, até antecorrem, chamavam de revolução. Perdão, com erre grande. As mudanças pelas quais o mundo passou influenciaram a situação do Brasil e da América Latina, desde o declínio avançado do império soviético até o fracasso norte-americano no Vietnã, desde o primeiro choque do petróleo até a candidatura da China a protagonista da cena global. Etc. etc., não custa averiguar.

O Brasil, por seu lado, retomou o andante de uma política de cartas

CAPA

O ESTADO DE S. PAULO



Segunda-feira 18 DE MARÇO DE 2015 R\$ 3,00 ANO 130 Nº 44344

criação de OMRO estado.com.br

Manifestação contra Dilma é a maior desde as 'Diretas-Já'

● Multidão vai às ruas em todos os Estados, no Distrito Federal e até em cidades do exterior ● Manifestantes pedem 'Fora Dilma' e 'impeachment' ● Pequenos grupos defendem intervenção militar ● Políticos de oposição não têm protagonismo

marcadas, de uma desigualdade social sem par e de uma economia baseada em boa parte na exportação tradicional de commodities. Daí, um solavanco. Um ex-metalúrgico, fundador e líder do Partido dos Trabalhadores, ganha as eleições de 2002 e desfaz outra tradição, a dos presidentes bachareis engratados. O destino é generoso com Lula, ele não deixa de se-lo com o próprio destino. Faz algumas concessões, algo assim como pagar o preço de um começo de política social nunca dantes navegada, capaz de tirar da miséria milhões e milhões de brasileiros, conquanto não lhes propicie automaticamente a consciência da cidadania.

A situação econômica mundial favorece o ex-sapo barbudo, capaz de vencer batalhas muito duras para figurar ao cabo de dois mandatos como o presidente brasileiro mais popular de todos os tempos, justo prêmio para quem fez o melhor governo dos tempos todos. Como era de se esperar, ao contrário de Fernando Henrique Cardoso, faz seu sucessor, ou seja, sua sucessora. Os tempos globais mudaram, entretanto, o neoliberalismo atingiu muitos dos seus objetivos devastadores, e promete alcançar outros, quem sabe letais. Neste contexto internacional há de ser analisado o governo

de Dilma Rousseff, enquanto o cenário nacional, a partir de 2003, em nome da chamada governabilidade, impõe a incômoda aliança com o PMDB. O qual, como disse o vice-presidente Michel Temer, antes do último pleito, com outras palavras, mas com sentido solar, apoia quem for poder. Arlequim da política.

E o PT? O partido conduziu Lula ao governo e no governo porta-se como todos os demais, conforme as regras useiras deste nosso tempo medieval, sem detrimento do uso de computadores e celulares cada vez mais sofisticados. Bem disse a presidenta, a corrupção é senhora idosa.

Espanta, porém, que o PT a mantenha em vida com dedicação total. Basta isso para explicar os dias de hoje? O vácuo de poder, a falta de liderança, a nau desgobernada? É o próprio Brasil que explica a si mesmo.

Quando na noite de domingo 15 despontam no vídeo os ministros Cardozo e Rossetto, fiquei entre atônito e perplexo. Dois pobres-diabos, diria meu pai, aquele que falou antes de De Gaulle. Pergunto-me o que faria, nas mesmas circunstâncias,

Brasileiro insólito, cidadão destemido, político honrado, Cid Gomes sai do governo, ao qual mal tinha chegado, por ter dito a sacrossanta verdade



MARCELO DE FRANCESCHI

O GLOBO

Sexta-feira, 18 DE MARÇO DE 2015 ANO 130 Nº 44344

criação de OMRO globo.com.br

A VOLTA DOS PROTESTOS

Democracia tem novo 15 de março

Em todo o país, 2 milhões
vão às ruas contra o governo

Surpreendido, Planalto
reage com promessas

Panelaço nas cidades vira
resposta à fala de ministros

um estadista, e nem ousar falar de um Churchill ou de um Roosevelt. No entanto, imaginar que figuras tamanhas possam medrar entre nós é sonho impossível. Pois é. Ouvimos palavras inúteis, melhor seria não pronunciá-las. Sem dizer de Cardozo, e do seu currículo, a incluir serviços advocatícios a favor de Daniel Dantas, e também políticos, ao conduzir o então predecessor Márcio Thomaz Bastos para um jantar na casa do "democrata" Heráclito Fortes em companhia do banqueiro do Opportunity. Ano de 2005, e não perco tempo para ilustrar as intermináveis façanhas de Dantas. Sublinho, apenas: não é extraordinariamente brasileiro aquele jantar?

Não me detenho em Cardozo, chamo atenção para as falhas da presidenta na escolha dos seus principais colaboradores. E na incapacidade geral de mudar as fórmulas e renovar as estratégias. De recorrer a receitas ditadas pela imaginação, pela pontual interpretação dos eventos. Nada disso, não se escapa aos panos quentes e à tentativa de seduzir à velha maneira o inimigo fidalgo. Deste ponto de vista, o documento da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, secreto e brevemente vazado, é peça exemplar. Sugere-se ali, como tentativa

de antídoto, aumentar o volume de publicidade governista na mídia paulista, por ser São Paulo o epicentro das manifestações anti-Dilma. Onde, trata-se de apaziguar pretensos jornalistas e seus empregadores ao som do vil metal, em vez de brindá-la com aquilo que merece. O fim do monopólio e do oligopólio midiáticos, como é próprio de uma verdadeira democracia.

É do conhecimento até do mundo mineral que a mídia nativa assumiu há muito tempo o papel de oposição, e foi decisiva para as marchas antidemocráticas de domingo 15. A secundar os interesses da minoria privilegiada e a se aproveitar, em larga medida, da credulidade, do espírito de imitação, da vocação festeira de inúmeros brasileiros. Atente para aquilo que haveria de ser óbvio, senhora presidenta: é a mesma mídia que está a transformar em heróis os senhores do PMDB que no momento controlam o Congresso e, se permitir, o seu próprio destino, muito antes do que o PSDB. Herói, este sim, e sublinho a palavra, é Cid Gomes, já ex-ministro da Educação, mal chegado ao posto. Saído do governo por obra da pressão peemedebista, réu por ter dito a sacrossanta verdade. Brasileiro raro, brasileiro destemido, fiel aos princípios que declara com a devida nitidez e sem hesitação, e com insólito espírito público.

Estes jornalões falavam em democracia salva quando do golpe de 64 e foram críticos ferozes das Diretas-Já, que agora evocam como evento exemplar

Gomes é atípico. Típicas da desfaçatez e da hipocrisia dos donos do poder são as manchetes do *Globo* e do *Estado* de segunda 16. Ambos os jornalões evocam as manifestações das Diretas Já em São Paulo, dia 25 de janeiro de 1984, aniversário da cidade. Apinhou a Praça da Sé com 500 mil sonhadores da democracia, contra a vontade dos mesmos *Globo* e *Estado*, críticos ferozes do movimento. Naquela tarde, os repórteres globais tiveram de se manter afastados da praça, a bem de sua incolumidade física. De noite, uma perua da emissora foi incendiada na Avenida Paulista.

Tratava-se da vanguarda de uma imprensa que implorou o golpe de 64 e o apoiou até o fim, com grandes benefícios sobretudo para a Vênus Platinada, que os teve também na redemocratização de fanfarraria. O Brasil de 2015 não é o de 64. Como *ilho tempore*, de todo modo, chances de diálogo não há. E nunca houve. O que talvez hoje se verifique é uma perspectiva de radicalização. Nem por isso o desfecho desta crise torna-se previsível. A radicalização é evidente, aonde leva não se sabe, mesmo porque as tendências habituais de leniência e resignação estão no DNA do País.

Se Dilma busca a costureira conciliação das elites, ao nomear Joaquim Levy para a Fazenda, ou fazer de Rossetto e Cardozo seus porta-vozes, ou a cumular de publicidade a mídia paulista, ou ao anunciar programas anticorrupção, ou ao facilitar a saída de Cid Gomes do seu ministério, está profunda e irremediavelmente errada. ●

Anexo 3 – Reportagem “O fim do mito da civilidade política”

CAPA

O FIM DO MITO DA CIVILIDADE POLÍTICA

Agrosseria, fanfarronice e vulgaridade exibidas pela direita antes da ditadura renascem com força no cenário

por MARCOS COIMBRA

A LONGO dos últimos 50 meses, a avaliação da presidenta Dilma Rousseff atravessou altos e baixos. Teve níveis positivos tão elevados quanto aqueles de Lula. E negativos como os de Fernando Henrique Cardoso. Mais do que qualquer um dos demais presidentes pós-ditadura, conheceu o paraíso e o inferno da popularidade.

José Sarney nunca obteve avaliação favorável equivalente, nem no auge do Plano Cruzado, e pode ser comparado à presidenta apenas na reprovação que ela no momento recebe. De Fernando Collor nem sequer é preciso falar, pois só foi bem-avaliado antes da posse. Após assumir o poder, a queda na sua aprovação foi quase ininterrupta.

O percentual de avaliação positiva de FHC, entre março de 1995 e o fim de 2002, nunca passou de 45%, incluído o ápice alcançado durante a campanha presidencial de 1998. Apesar de toda a prestidigitação do Plano Real e de contar com a simpatia da mídia, sempre foi visto com reticência por uma ampla parcela da população.

Com Lula deu-se o contrário. Nem no auge das denúncias do “mensalão”, em 2005, ele ficou abaixo de 30% na avaliação positiva ou viu a negativa subir além desse percentual. E recuperou o que perdera ainda no correr de 2006, para terminar o primeiro mandato com 57% de aprovação. Nos anos finais do segundo mandato, transpôs o patamar de 60%. Galgou aos 70%, em 2008 e 2009, e aos 80%, em 2010. A avaliação negativa mal chegava a 4%.

Em termos de popularidade, Dilma teve o melhor início de primeiro mandato de

nossa história recente. Durante os 12 meses entre o começo de 2012 e o de 2013, a soma de quem considerava seu governo “ótimo” e “bom” chegou a 60% e continuou a subir até atingir 65%. Números superiores aos de Lula em período parecido.

No caso Dilma, dois fenômenos são extraordinários. Em primeiro lugar, o fato de ter chegado cedo a níveis elevadíssimos de aprovação. Em segundo, a velocidade do aumento de sua reprovação nos dois períodos em que aconteceram quedas de avaliação: em meados de 2013, na esteira das manifestações do passe-livre, e neste início de segundo mandato.

Quando se analisa em retrospectiva, parece provável que sua popularidade até a metade de 2013 estivesse superdimensionada.

A soma dos índices de “ruim” e “péssimo” era de um dígito, entre 5% e 7%, a depender da pesquisa. Como explicar esses índices depois de uma eleição na qual a oposição obtivera 44% dos votos? Onde foram parar 80% dos eleitores que acreditaram no discurso de José Serra durante a campanha? Pouco mais de um ano depois, estavam todos encantados com a presidenta e consideravam seu um governo “ótimo” ou “bom”?

Relembremos ainda: Dilma era aprovada por dois terços da população, apesar do paroxismo do carnaval em torno do “juízo do mensalão”, que estava em curso. Enquanto o PT e suas lideranças eram submetidas a um massacre cotidiano pela mídia, seria realmente menor de 10% a proporção dos insatisfeitos com o governo? O antipetismo tinha desaparecido? Onde estavam aqueles que sempre votaram contra o partido e preferiram candidatos de outras legendas ao escolher deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores? Que nunca votaram em Lula para presidente, em nenhuma das eleições anteriores? Que tinham birra do PT e dos petistas?



Uma clara demonstração não só da cordialidade do brasileiro, mas do caráter democrático e pacífico dos protestos do domingo 15

Estavam onde sempre estiveram, apenas caladas.

De meados de 2013 em diante, tudo indica, o antipetismo mudou. De um sentimento real e significativo, mas expressado apenas nos períodos eleitorais, passou a ser exposto a qualquer momento. Deixou de ser quase privado, comportamento que os bons modos políticos não permitiam ser exibido, salvo para quem não tinha pudor em se mostrar radical de direita, e saiu do armário. Foi gritar na internet ou na rua.

A cultura política brasileira hegemônica é ativamente conservadora e antipetista. Ao longo de nossa trajetória, as classes dominantes, seus intelectuais e os meios pelos quais se expressam foram antilibertários, antiaboliconistas, antissindicalistas, antissocialistas, anticomunistas, antiesquerdistas, antitrahistas. Salvo raras exceções, sempre contadas nos dedos.

A ditadura instalada em 1964 e suas atrocidades envergonharam a direita. Seus expoentes mais qualificados ficaram com receio de falar claramente. Alguns pediram, contritos, perdão por exageros reacionários. Da boca para fora.

MAS O PROBLEMA DO GOVERNO NADA TEM A VER COM ESSA TURMA. ELE RESIDE EM OUTRO PONTO, NA FRUSTRAÇÃO DA BASE DE APOIO DA PRESIDENTA

Desde 2013, passamos a conviver com outra realidade. O que sempre houve, mas só era visível nas apertadas vitórias de candidatos de esquerda, ficou óbvio: a direita existe, é grande e radical no Brasil. O sucesso da presidência de Lula inibiu suas manifestações. Mas as condições mudaram. Hoje esse quinhão diz achar “péssimo” o governo de qualquer petista e justifica tal posição com qualquer pretexto disponível.

É tolo discutir se houve 1, 2 ou 3 milhões de manifestantes no domingo 15. O relevante é o perfil de quem protestou, segundo as pesquisas: eleitores de Aécio Neves, o tucano derrotado nas urnas em outubro passado. Em São Paulo, a proporção passou de 90% (chegou a 97%, segundo alguns levantamentos).

É estranho haver uma direita ativa, que vai à rua e defende suas ideias, mesmo o lixo ideológico do nazifascismo ou do militarismo? Não na grande maioria dos países democráticos. Não no Brasil de antes da ditadura.

Foi boa, enquanto durou, a civilidade da vida política pós-redemocratização. Era, porém, ilusória. A grosseria, a fanfarronice e a vulgaridade da direita voltaram para ficar.

O problema de opinião pública enfrentado pelo governo nada tem a ver com essa direita na rua. Sua solução reside na capacidade de se definir um caminho para preservar e aprofundar os vínculos com suas bases na sociedade. Os números atuais das pesquisas deveriam preocupar a presidenta apenas por sugerirem que este início de segundo mandato tem frustrado essa base. *

Anexo 4 – Reportagem “Sobre marchas e contramarchas”

CAPA

SOBRE MARCHAS E CONTRAMARCHAS

Nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

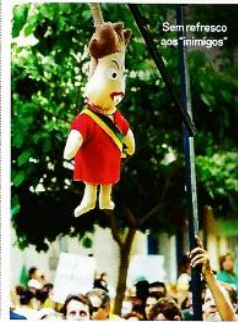
NA PASSEATA da dominância, 15 de março, a rejeição da política encontrou expressão variada, aí incluída a intolerância com os políticos impedidos de falar ao distinto público aglomerado na Avenida Paulista e adjacências. Os manifestantes rodopiavam as palavras de ordem estampadas em faixas e cartazes, em uma algazarra de significados e insignificâncias.

A política democrática está na lona golpeada pela descrença. As instituições incumbidas de realizar as mediações entre a particularidade dos interesses e a totalização das demandas estão em franjinhos e a sociedade parece mergulhar no abismo hobbesiano da ambição e do medo. A algazarra ideológica testemunha o estilhaçamento do Estado, o Deus Mortal cujos despojos são disputados pelos chacais que advogam o golpe militar.

As exaltadas conclamações para o retorno dos militares foram escoltadas por sugestões de desrespeito à lei e aos direitos individuais e coletivos. No chorrilho de insensatez e *nonsense* estava engastada uma joia digna do *Samba do Crioulo Doido*: “Fora STF, Viva o Ministério

Público e a Polícia Federal”. Só faltou a Princesa Isabel se casar com Tiradentes.

Nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna das mídias sociais (ou antissociais?). É um equívoco generoso alçar as gritarias da manifestação de domingo às alturas e dignidades da luta de classes. As tropelias e arreganhos dos manifestantes são explosões explícitas de ódio ao que está no mundo de modo diferente. Ódio ar-



mazenado nos baixios do ressentimento que Nietzsche atribuía aos espíritos inferiores, incapazes de se afirmar diante da distinção do outro. É o igualitarismo stalinista dos promotores da desigualdade.

Essa turma não tem o hábito de dar refresco ao inimigo. Em suas fileiras abrigam-se os liberais que apoiam golpes de Estado, as camadas endinheiradas e remediadas que mal toleram a soberania popular e as gentes midiáticas que abominam a opinião divergente.

Os círculos do ressentimento desataram a costureira rodada de críticas às leis destinadas a proteger os direitos individuais, a começar da Constituição. As baixarias revelam sobretudo indigência cultural e desprezo absoluto pelos valores do liberalismo político, o que nos coloca na rabeira do processo civilizatório, ou, se quiserem, na vanguarda do movimento de retorno à Idade da Pedra Lascada.

O Estado Democrático de Direito não “pegou” na terra de Santa Cruz. Seus princípios jazem inertes nos compêndios. As garantias individuais ainda não saíram dos códigos para ganhar vida nos ambientes sociais frequentados pe-



los abusos dos “senhoritos”, os desordens da “ordem” e seus sequeles. O Datafolha informa que 76% dos manifestantes têm nível superior. A cifra, em si mesma, é uma delação não premiada: o indicador está apontado para a impotência da educação em conter a degradação dos indivíduos na sociedade capitalista de massas.

Hanna Arendt em *As Origens do Totalitarismo* abordou o papel dos indivíduos “sem relações sociais normais” na ascensão do nazismo. Essa categoria social, na visão de Arendt, não tem a ver com a situação econômica e educacional dos indivíduos, “pois até os indivíduos altamente cultos sentiam-se particularmente atraídos pelos movimentos da massa informe”.

As transformações sociais e políticas na era do capitalismo tardio e da sociedade de massas é fruto da economia dos monopólios que promoveu a substituição da empresa individual pela coletivização da propriedade privada e, ao mesmo tempo, produziu a “individualização do trabalho”, engendrada pelas novas modalidades tecnológicas e organizacionais da grande empresa. A isso juntou-se a conversão ao regime salarial das profissões outrora conhecidas como liberais. A operação impo-

ne, o declínio do homem público e a ascensão do “homem-massa”, cuja principal característica, diz Arendt, “não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e sua falta de relações sociais normais”.

Trata-se da abolição do sentimento de pertinência a uma classe social, sem a supressão das relações de dominação. “As massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas quando se pertencia a uma classe. O ‘pecado original’ da acumulação primitiva de capital exigiu novos pecados para manter o sistema em funcionamento e foi eficaz para persuadir a burguesia alemã a abandonar as coibições da tradição ocidental. Foi esse fato que a levou a tirar a máscara da hipocrisia e a confessar abertamente seu parentesco com a escória.”

Ao observar a tragédia do nazismo, Herbert Marcuse teve lucidez para perceber que o projeto da igualdade social e econômica está ancorado no respeito ao princípio abstrato da igualdade de todos perante a lei. Para Marcuse, era permanente o risco de derrocada do Estado de Direito: no nazismo, os grandes grupos

privados produziram a “coletivização privada” das relações econômicas, sobretudo ao impor o trabalho compulsório aos trabalhadores “livres”. Para tanto se apoderaram do Estado e suprimiram a sua independência formal em relação à sociedade civil. Sem as mediações da ordem jurídica “liberal”, os interesses da classe dominante passaram a se exercitar e por meio da ação do Estado Policial. É a pretensão de quem advoga o golpe militar: eliminar os divergentes para faturar e corromper sem risco de ir para a cadeia.

Os meios de comunicação de massa, compelidos pela disputa de audiência, são arrastados para o abismo da vulgaridade no afã de desinformar a “massa informe”. Eles repercutem e realimentam as simplificações e slogans que, para reproduzir suas formas de dominação, necessitam cada vez mais abastardar as faculdades de compreensão dos indivíduos entregues à sua solidão. Essa relação entre a linguagem midiática e as relações no interior da sociedade de massas legítimas e ilegítimas pretendidas pelos homens sem pertinências.

Nos subterrâneos da antipolítica rasteja a serpente com o ventre carregado de ovos podres. ■

WELSON ALMEIDA/PAPE E HENRIQUE CAMPINHA/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

Anexo 5 – Reportagem “A era da fúria”

CAPA

A ERA DA FÚRIA

O tom raivoso e intransigente das manifestações é expressão de uma tendência mundial

por ANTONIO LUIZ M. C. COSTA



Classes médias tradicionais frustradas, exaltadas e preconceituosas tornaram-se parte da paisagem da América Latina

O FENÔMENO tem um lado planetário e outro latino-americano. O aspecto mais mundial do problema caracteriza-se por uma disposição de abandonar o diálogo, a defesa racional de posições e os matizes políticos e ideológicos em troca de discursos de ódio que difamam e ameaçam,

sem pudor de apelar para todo tipo de preconceito de raça, religião, origem, gênero e sexualidade. O brado de “você está conosco ou contra nós”, outrora reservado a guerras totais e revoluções violentas, agora ressoa em qualquer tema imaginável, de política econômica a crítica de videogames.

O fenômeno ficou particularmente visível nos Estados Unidos a partir da

ascensão do Tea Party, na Europa com os partidos xenófobos, em Israel com o nacionalismo de Benjamin Netanyahu e no mundo islâmico com o ultrafundamentalismo do Estado Islâmico. Corre-se o risco de soar passadista, mas não se pode deixar de notar a relação entre essas atitudes e a explosão das redes sociais, das quais muitos, ingenuamente, esperaram o fim da manipulação das massas

e o aperfeiçoamento automático da qualidade da informação e da democracia.

Entretanto, na medida em que o meio é a mensagem, esta passou a ser a do déficit de atenção. Boa parte do conhecimento acumulado da humanidade está disponível pela internet e ela continua, em princípio, aberta ao debate e produção intelectual, mas seus consumidores são cada vez mais passivos e condicionados a vídeos e imagens de impacto e mensagens curtas e superficiais. Ao mesmo tempo, expõem-se cada vez mais aos olhos inquiridores daqueles para quem as redes e buscadores de fato trabalham. Estes – não só agências de espionagem como a NSA, mas empresas, organizações, partidos e quem mais possa pagar – ganharam instrumentos de agilidade e precisão jamais imaginadas para monitorar e influenciar atitudes e testar a receptividade a suas campanhas, tanto mais eficazes quanto menos discursivas.

Outra razão, sem a qual a primeira talvez tivesse menos importância, é a sensação de futilidade associada à razão comunicativa desde os anos 1990, dada a submissão geral da esfera política aos imperativos da globalização neoliberal e a incapacidade da social-democracia de oferecer uma verdadeira alternativa. A propaganda política baseada em frases de efeito e estilos substituiu a substância. O século passado foi chamado por Eric Hobsbawm de “Era dos Extremos”, mas se tratava de ideias radicais complexas e densamente articuladas. Este século é o da fúria sem argumentos, frequentemente por divergências triviais.

O lado mais latino-americano, ou talvez fosse melhor dizer “emergente”, pois também se verifica em países semiperiféricos de outros continentes (como a Tailândia), está ligado às dores do desenvolvimento desigual. Em muitos desses países, viveu-se uma fase de prosperidade na qual uma parte das massas ascendeu política e economicamente e conquistou novos direitos e inclusão social

com auxílio e encorajamento de governos e partidos populares. Por ora, é “nova classe média” apenas no sentido mercadológico de consumo de bens duráveis e viagens de férias, mas ameaça disputar espaços de lazer, trabalho e estudo com a classe média tradicional, disputar posições mais bem pagas ou com poder e prestígio, exigir ser tratada como igual e pôr sua marca no discurso público.



DÉFICIT DE ATENÇÃO, FALTA DE ALTERNATIVAS E PERDA DE PRIVILÉGIOS CRIAM UMA SÍNDROME INTERNACIONAL

Mesmo quando as economias crescem e as novas classes ganham sem as velhas sofrerem perdas materiais, estas se sentem prejudicadas por deixarem de se sentir especiais e exclusivas. A redução da desigualdade, a dissolução da ilusão da superioridade inata, a deterioração subjetiva da situação privilegiada, a divisão de espaço em aeroportos,

vestibulares, praias e consultórios são mais perturbadoras quando os intrusos são de origem étnica visivelmente diferente, caso da maior parte da América Latina.

Em nações em crescimento como a Bolívia, o conflito continua administrável. Mas para a maioria a conjuntura mundial tornou-se desfavorável e a economia, um jogo de soma zero no qual alguém tem de perder. A diferença entre o que se passa no Brasil, na Argentina, no Chile e na Venezuela é no grau em que esse processo chegou a avançar e na disposição ao enfrentamento por parte do governo ameaçado e de suas bases. A velha classe média luta por fazer a história voltar para trás e repor a plebe em seu lugar.

É um sonho impossível, mas a verdadeira elite sabe usar essa fúria a favor de seus propósitos e a globalização e concentração do capital vistas nestas últimas décadas tornou isso particularmente fácil aos países ricos. Não só governos e agências de espionagem, mas também bilionários individuais entram no jogo geopolítico, às vezes em prol de causas mais extremas do que Washington está disposta a defender.

Mais de 90% da recente campanha eleitoral de Netanyahu foi financiada por estadunidenses e metade desse total veio de apenas três famílias. Sob a batuta do bilionário republicano Paul Singer, meia dúzia de fundos especulativos pôe em xeque a economia de um país como a Argentina. Os irmãos Charles e David Koch, notórios nos EUA como organizadores e financiadores do Tea Party e das campanhas contra o controle de armas e de negação do aquecimento global, agora aparecem também como financiadores da formação de jovens e de institutos ligados à liderança dos protestos contra o governo brasileiro. Obviamente é tolo supor que manifestantes ou eleitores são “pagos” em massa, mas permitir a um punhado de jovens politicamente ambiciosos dedicar-se em tempo integral a uma agenda faz diferença, assim como o patrocínio de veículos e jornalistas simpáticos às suas causas. •



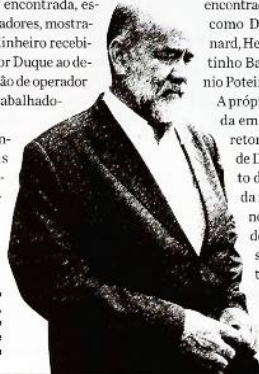
A Lava Jato abre o leque

ANIVERSÁRIO Ao comemorar um ano, a investigação fecha o cerco ao PT e mira novas frentes com a prisão do operador da Delta

POR FÁBIO SERAPIÃO

AO ENCONTRAR UM CÔMODO secreto na casa do ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, e prender o operador da Delta Engenharia, Adir Assad, os investigadores da Lava Jato completaram um ano de operação com a certeza de que muito ainda está por vir. Depósito de parte das 131 obras de arte apreendidas na fase “Que País É Esse?”, o espaço com refrigeração própria e escondido atrás de uma parede falsa era utilizado como arquivo de Duque, indicado para a estatal pelo ex-ministro José Dirceu. Distribuída em prateleiras e muito bem organizada, a volumosa documentação encontrada, esperam os investigadores, mostrará o caminho do dinheiro recebido e distribuído por Duque ao desempenhar a função de operador do Partido dos Trabalhadores na diretoria.

Segundo os agentes responsáveis pela prisão, a descoberta do escondido



O tesoureiro do PT, João Vaccari, foi denunciado por corrupção e quadrilha

derijo de Duque deu-se após a descoberta de que haveria algo mais em um quarto com tamanho reduzido. Ao forçar a parede, os policiais encontraram um arquivo muito bem organizado em prateleiras separadas por tipo de documento. A expectativa dos investigadores é de que a divisão esteja relacionada com as contas movimentadas por Duque no exterior e empresas remetentes dos valores, cada qual com seu espaço e organização própria no cômodo secreto. Sobre as obras de arte, a força-tarefa desconfia que sua origem seja o pagamento de propina do operador Milton Pascowitch, suposto lobista da Engevix. Foram encontrados quadros de pintores como Djanira, Alberto Guinard, Heitor dos Prazeres, Agostinho Batista de Freitas, Antonio Poteiro e Yara Tupynambá.

A própria operação foi batizada em homenagem ao ex-diretor e revela a importância de Duque para o seguimento das investigações. Ainda na fase Juízo Final, em novembro do ano passado, ao ser informado por seu advogado a respeito de sua iminente prisão e posterior encaminhamento à prisão em Curitiba, Du-

que reclamou: “Que país é esse?”. Posto em liberdade um mês depois pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, a nova prisão do ex-diretor transformou-se em questão de honra para os integrantes da força-tarefa. A nova oportunidade surgiu com o envio de provas pelas autoridades do Principado de Mônaco acerca da movimentação do equivalente a 70 milhões de reais em contas de sua titularidade.

Somados ao relatório enviado pelos europeus, os documentos apreendidos esgotam os argumentos da defesa de Duque e o empurram cada vez mais para um acordo de delação premiada. Nesse caso, o estrago feito pelas revelações de Paulo Roberto Costa no Partido Progressista, que contabiliza 31 políticos envolvidos no escândalo, se repetiria. No caso do PT, em proporções ainda desconhecidas. Conculhado e indicado por Dirceu ao cargo, embora ambos neguem, o novo “carequinha” a tirar o sono dos petistas era o preposto na petroquímica da cúpula do partido e interlocutor das empreiteiras e seus operadores.

Obras de arte. Adir Assad e Renato Duque foram presos na nova fase da operação. Com o ex-diretor da Petrobras foram encontrados 131 quadros de pintores como Djanira e Heitor dos Prazeres.

SÉRGIO CASTRO/ESTADÃO CONTEÚDO E GERALDO EUNIK/AGF AG. O GLOBO

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Tributos. O governador do Maranhão, Flávio Dino, sugere imposto sobre grandes fortunas



Seu País

Seus segredos, comenta-se nos bastidores, comprometem os petistas que transformaram o antigo partido de massas em uma versão vermelha do PMDB, com caciques cujo poder se sustenta na influência sobre contratos milionários de estatais com o setor privado. Ao lado do tesoureiro João Vaccari, com quem divide a lista de denunciados na segunda-feira 16 por corrupção e lavagem de dinheiro, Duque é a esperança dos investigadores para esclarecer os crimes cometidos na Diretoria de Serviços e iniciar uma devassa em todos os contratos das empreiteiras do cartel com estatais nos últimos dez anos.

Seu tutor também não teve boas notícias na semana de aniversário da Lava Jato. A abertura do sigilo da investigação contra Dirceu confirmou as suspeitas levantadas ainda em novembro do ano passado por *CartaCapital* em sua edição 827. Ao escancarar as relações de sua consultoria com grandes construtoras, lobistas como Milton Pascovitch e meios de comunicação, a quebra de sigilo sugere que o destino próximo do ex-ministro tende a ser o banco de réus da 13ª Vara Criminal de Curitiba. Em seis anos foram 29,5 milhões angariados pela JD Consultoria em contratos com empreiteiras do porte da OAS, UTC, Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, Egesa e Delta Engenharia.

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro na terça-feira 17, o vice-presidente da Engenvix, Gerson de Mello Almada, afirmou ter contratado os serviços do ex-ministro para fazer "lobby internacional" para a construtora. "O contrato previa duas fases. Ele não queria correr riscos. A primeira foi assinada com um valor para achar clientes. Uma segunda fase previa acordo de comissionamento", afirmou o executivo.

Enquanto a prisão de Duque é um sinal de problemas para Dirceu e passo importante para a sequência da devassa nos contratos federais, a inclusão do paulista Adir Assad na lista de detentos

da prisão da PF de Curitiba aponta que a Lava Jato cada vez mais se aproxima de escândalos do passado recente. Descoberto nas investigações contra o bicheiro Carlinhos Cachoeira, Assad figuraria no papel de "Marcos Valério" da Delta Engenharia, em alusão ao operador do mensalão do PT e do PSDB, da empresa de Fernando Cavendish. Seu aparecimento na CPI do Cachoeira seria o motivo de a comissão ter encerrado seus trabalhos sem ao menos produzir um relatório final. A Operação Saqueadores descobriu que o engenheiro civil e empresário do setor de entretenimento movimentou por meio de suas empresas de fachada cerca de 1 bilhão de reais, entre 2006 e 2013. Proveniente de mais de 130 empresas com contratos públicos, o montante teria o mesmo destino dos bilhões desviados da Petrobras.

Flagrado em negócios suspeitos com as empresas fantasmas ligadas a Alberto Youssef, Assad terá mais uma chance para detalhar sua relação com a Delta, Andrade Gutierrez, UTC, Camargo Corrêa, Grupo JBS, Galvão Engenharia e Egesa, entre outros. O operador poderá esclarecer o motivo de a empresa de Cavendish ter em poucos anos saído do zero e se tornado uma das maiores construtoras até ser abatida pela CPI do Cachoeira. Nesse caso, um dos alvos principais seria o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, e os peemedebistas cariocas, entre eles o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Assad poderia contribuir ainda no esclarecimento das dúvidas levantadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, que atingiram o governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB. O conhecimento do operador abarca, além das licitações federais, as gestões de José Serra e Geraldo Alckmin em São Paulo e a de Gilberto Kassab na prefeitura da capital. Nos dois casos, a Delta ganhou licitações bilionárias.

No estado mais rico do País, o avanço da Lava Jato pode significar muita dor

AS CONEXÕES DA LAVA JATO

As investigações da força-tarefa conectam-se com escândalos do passado

Operação Sanasa. Atual delator, o executivo Dalton Avancini foi preso na investigação de Campinas

Operação Fratelli. O Grupo Scamatti, alvo da investigação, fez negócio suspeito com a BR Distribuidora

Operação Miqueias. O doleiro Carlos Habib Chater era sócio de Fayed Traboulsi, preso na investigação

Mensalão. Em 2004, Youssef assumiu ser dono da Bônus Banval e doleiro do Banco Rural. Nada foi investigado



Alberto Youssef. Figura central da Lava Jato, o doleiro atua no mercado financeiro paralelo desde a década de 90

Operação Vegas. Investigação foi a primeira a descobrir que Adir Assad era o operador da Delta Engenharia



Cartel Metrô. Apontado como doleiro da Siemens, Raul Srouf foi preso na Lava Jato e pode ajudar no caso paulista

Castelo de Areia. Com a delação dos executivos da Camargo Corrêa, os investigadores poderão esclarecer os desvios descobertos em 2009

Operação Satiagraha. O banqueiro entrou na mira da PF após descoberta de que o doleiro Miguel Jurno operava no Banco Carregosa

Caso Banestado. A investigação foi antecessora de todas as operações de combate à lavagem de dinheiro

Operação Durkheim. Doleiro flagrado na investigação, José Carlos Ayres operou em contrato milionário da Transpetro

Ao seguir novos rumos, a investigação deve alcançar políticos de outros partidos

de cabeça para o tucanato. Não bastassem as obscuras e ainda não explicadas investidas da Delta e Assad nos contratos paulistas, os desdobramentos das investigações em Curitiba podem reavivar ao menos quatro escândalos dos 20 anos de PSDB no Palácio dos Bandeirantes. A começar pela temida Castelo de Areia. Com a delação dos dois executivos da Camargo Corrêa, Eduardo Leite e Dalton Avancini, os investigadores pretendem encontrar o caminho do dinheiro desviado nas fraudes flagradas pela operação de 2009 sem precisar das provas colhidas pela PF e anuladas pelo Supremo Tribunal Federal. Como a empresa desistiu de colaborar, a tática dos investigadores é pressionar os executivos delatores. O acordo poderia ser rompido se eles não revelarem o que sabem.

Conta a favor das autoridades a quebra dos sigilos da construtora que pode levá-las às transações com as empresas de fachada e contas movimentadas pelos doleiros Kurt Pickel, José Diney Matos, Jadair Fernandes de Almeida e Maristela Sum Doherty. Assim como as empresas de Youssef na Lava Jato, na Castelo de Areia o núcleo operacional utilizava a Surpark, Admaster e Soft para mascarar os repasses da Camargo Corrêa aos operadores financeiros responsáveis por enviar o dinheiro da propina ao exterior. Ainda em 2009, as provas colhidas apontavam para o cartel de empreiteiras. Empresas como a Toyo, a OAS e a Queiroz Galvão foram citadas à época.

Seu País

Um caso interessante investigado pela operação e que pode novamente ser alcançado é o cartel em obras do metrô de Salvador, São Paulo e Brasília. Por meio do compartilhamento das provas das investigações do cartel na Justiça Federal em São Paulo e no Cade, a força-tarefa teria a chance de esclarecer de que forma as empreiteiras atuaram no conluio para fraudar obras do sistema metroferroviário no Brasil inteiro. Um trunfo é o doleiro Raul Srouf. Preso na primeira fase da Lava Jato, Srouf é apontado por um diretor da empresa alemã Siemens como responsável por utilizar a conta Cristal Financial Services para receber, via Luxemburgo, pequeno país europeu, dinheiro da multinacional. Os destinatários da propina seriam agentes públicos. Como o conhecimento do doleiro, a Lava Jato explicaria o mistério em torno do cartel de trens e avançaria no caminho do dinheiro movimentado na Castelo de Areia.

Outro escândalo paulista a ser revisado é a Operação Fratelli. Popularmente conhecida como Máfia do Asfalto, a investigação desmontou um esquema de venda de emendas parlamentares que abasteciam obras de repavimento asfáltico no estado. No centro do caso está o Grupo Scamatti, de Votuporanga. Ligado a tucanos, o grupo ganhou milhões em licitações financiadas por meio de convênios mantidos por emendas de deputados estaduais e federais. Um dos casos envolve a BR Distribuidora. Sem motivo aparente, o que chamou a atenção dos investigadores de Curitiba, a BR Distribuidora foi contratada pela prefeitura de Mauá para executar uma obra de repavimento de 25 milhões de reais. A execução foi repassada para uma das empresas comandadas por Olívio Scamatti. Em uma lista de propina apreendida com o em-

presário, constam os nomes de Donizete Braga, prefeito de Mauá, e dos deputados petistas José Mentore e Candido Vaccarezza, os dois últimos integrantes da lista do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviada ao STF.

Responsável pela queda do ex-prefeito Hélio de Oliveira, do ex-vice-prefeito Demétrio Vilagra e pela prisão da ex-primeira-dama de Campinas Rosely Nassim Jorge Santos, a Operação Sanasa é outra a se interligar à Lava Jato. Parado na Justiça, o caso tem como personagem o diretor da Camargo Corrêa Dalton Avancini. Ele chegou a ser preso naquela ocasião, acusado de pagar propina para conseguir uma obra na empresa municipal de saneamento que denomina a investi-

A Lava Jato investiga 485 pessoas e empresas. No total são 110 inquéritos



O juiz Sérgio Moro acabou com o sigilo da investigação contra ex-ministro José Dirceu

gação. Relacionada ao caso da Sanasa, a Operação Durkheim igualmente entrou na mira da Lava Jato. As provas colhidas durante a ação policial podem auxiliar a força-tarefa a mapear os passos de Sérgio Machado, indicado por Renan Calheiros para a presidência da Transpetro.

Alvo da Durkheim, o doleiro José Carlos Ayres operou por meio da Dester Teraplanagem em uma licitação da Transpetro para a construção de 80 barcaças no valor de 239 milhões de dólares. No relatório final da operação, a PF chama Ayres de doleiro atuante na prática do dólar-cabo por meio de contas sediadas nos principais paraísos fiscais do mundo. Além de ter repassado dinheiro a Ayres, o ERT, formado pela Estre Ambiental e SS Participação, tinha como gerente um sócio de Paulo Roberto Costa. Diz o MPF sobre o caso: "Coincidência ou não, o gerente do contrato do ERT, Alexandre Bruno, é ou foi consultor/sócio, líder de projetos em gestão empresarial no Grupo Pragmática". Segundo a Polícia Federal, a Pragmática era utilizada por Costa para receber dinheiro oriundo da propina paga pelo pool de empreiteiras envolvidas no esquema comandado por Youssef. Em sua delação, Costa confirmou ter recebido 1,4 milhão de reais da Estre Ambiental pela licitação na Transpetro.

Como revelou *CartaCapital* na sua edição 833, quem deve estar de orelha em pé por conta do andamento da Lava Jato é o banqueiro Daniel Dantas. O banqueiro aguarda o avanço das investigações sobre a relação do grupo de Youssef com o doleiro Miguel Jurno e o banco português Carregosa.

Com suas 19 ações penais instauradas, 485 cidadãos e empresas investigadas, 36 pedidos de cooperação internacional, 12 acordos de delação premiada e mais de 110 inquéritos instaurados, a Lava Jato pode, enfim, responder à pergunta de Duque que nomeou a última fase da operação. Que País é esse? •

Anexos das reportagens da revista *Época*

Anexo 7 – Reportagem “Lavando o PT a jato”

NOTÍCIAS DO PLANALTO



LIGUE OS PONTOS
José Dirceu, ex-ministro, Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, e João Vaccari Neto, tesoureiro do PT. A investigação da Lava Jato mostra o caminho do dinheiro

LAVANDO O PT A JATO

Enquanto as ruas clamam pelo fim da corrupção, a investigação do petróleo converge para figuras centrais do partido

Filipe Coutinho

Na noite do domingo, dia 15 de março, sob o impacto dos milhões que foram às ruas protestar contra o governo e o PT, coube ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, aparecer na TV, em rede nacional, para dizer que o governo iria se mexer. Sem novidade a anunciar, Cardozo reavivou uma promessa recorrente desde as manifestações de junho de 2013. Afirmou que o governo apresentaria “um conjunto de medidas de combate à corrupção e à impunidade”. Enquanto o ministro falava, painéis se chocavam vigorosamente nas janelas pais afora. Apenas 11 horas depois da falação, via-se no Rio de Janeiro outro tipo de ação governamental, mais de acordo com o que o país espera.

A Polícia Federal batia à porta de Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras. Apadrinhado pelo PT, mais precisamente pelo ex-ministro José Dirceu, Duque foi titular de uma das diretorias mais abastadas da estatal entre 2003 e 2012 – a área de Serviços, responsável por obras como a da Refinaria Abreu e Lima. Seu ex-colega na estatal, o agora delator Paulo Roberto Costa, disse em depoimento que a diretoria de Duque repassava ao PT, em propina, de 2% a 3% dos contratos que a turma dele assinava. Duque sempre negou envolvimento nos desvios. Mas o Principado de Mônaco o desmentiu. Informou às autoridades brasileiras que havia bloqueado R\$ 70 milhões do ex-diretor em contas de empresas de fachada. Duque foi preso às 6 horas da manhã da segunda-feira. Para constrangimento do ministro da Justiça, uma das primeiras imagens da ressaca das manifestações anti-PT era a de um ex-diretor da Petrobras, intimamente ligado ao partido, sendo preso.

No episódio, não há coincidência nem azar. As investigações da Lava Jato convergem inexoravelmente ao PT, conforme mais investigados confessam, mais extratos bancários chegam de paraísos fiscais e mais apreensões de documentos são feitas. Seguindo o caminho do dinheiro, os investigadores acabam seguindo a cadeia de comando do PT, além de PP e PMDB. Como o esquema no PP já foi esquadrihado, restam o PT e o PMDB. As provas mais recentes e robustas, que resultaram em ações como a prisão de Duque, um personagem capital no petróleo, ►

Fotos: Joel Rodrigues/Folhapress, Cassiano Rosário/Futura Press, Sérgio Castro/Estado Conteúdo

23 de março de 2016 | **ÉPOCA** | 33

NOTÍCIAS DO PLANALTO

detalham a operação do partido de Dilma e Lula no esquema. Faltam poucas peças nesse quebra-cabeça; já se divisa claramente a imagem da operação petista no esquema.

Os procuradores e delegados trabalharam com duas frentes principais de apuração sobre a corrupção na Petrobras. Uma delas, bastante avançada, é o mapeamento de desvios na Diretoria de Abastecimento, de Costa. Indicado pelo PP, Costa tornou-se delator e expôs minúcias do esquema. Revelou que a principal fátia do PT na estatal estava na Diretoria de Serviços, de Duque. Esta passou a ser a segunda linha central de apuração. Uma delação premiada de Duque pode ser capital para a investigação – e fatal para o partido.

Duque, contudo, é apenas o intermediário escolhido para garantir que tudo em sua diretoria seguisse o roteiro consagrado da corrupção. Assegurava os contratos bilionários às empreiteiras, de modo que os donos delas lucrassem e os políticos recebessem sua parte. Enquanto tungavam a Petrobras, todos enriqueciam juntos: Duque, funcionários da estatal, empresários, intermediários, partidos e políticos. É o círculo do fisiologismo, sustentado pelos governos petistas de Lula e Dilma.

As provas já obtidas – e são muitas – confluem abundantemente para João Vaccari Neto, ainda tesoureiro do PT, denunciado na semana passada pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro e corrupção. Vaccari começou a despontar como homem-chave do PT no esquema em outubro do ano passado, quando Costa disse à Justiça que “dentro do PT (o contanto) do diretor de Serviços era com o tesoureiro do PT, senhor João Vaccari. A ligação era diretamente com ele”. O dolo Alberto Youssef disse a mesma coisa em sua delação premiada.

A semana passada foi especialmente esclarecedora sobre as operações do PT no petróleo. Surgiram novas evidências da atuação do PT e de Vaccari na Petrobras. Em setembro, Costa já havia dito que o dolo Alberto Youssef pedira que R\$ 2 milhões da cota de propinas do PP fossem destinados à campanha de Dilma Rousseff. Segundo ele,

o pedido partiu do ex-ministro Antonio Palocci. Pedro Barusco, subordinado de Duque na Diretoria de Serviços, também já havia dito em depoimento à Justiça – e repetido há duas semanas na CPI da Petrobras na Câmara – que Vaccari arrecadou até US\$ 200 milhões em propinas. Na segunda-feira da semana passada, a denúncia contra o tesoureiro trouxe trechos de um depoimento de Eduardo Leite, vice-presidente da Camargo Corrêa, que também faz delação premiada.

Leite deu detalhes sobre como mascarou R\$ 10 milhões de propina em forma de doação eleitoral para o PT a pedido de Vaccari. A conversa, diz Leite, aconteceu em 2010, no Café Journal, em São Paulo. “Vaccari disse que tinha conhecimento por meio da área de Serviços da Petrobras que a Camargo estava atrasada com os seus compromissos, isto é, pagamento de vantagem indevida frente a contrato da construtora. Vaccari questionou o depoente se não haveria interesse em liquidar esses pagamentos mediante doações eleitorais oficiais”, diz um trecho do depoimento.

Os investigadores já têm provas suficientes de que Vaccari e o PT, num artil malandro, embora brilhante, subverteram o caixa oficial de campanha. Para se precaver e evitar atos amadores como os cometidos no mensalão, isolaram, sempre que possível, o dinheiro



AVANÇO
O procurador Deltan Dallagnol informa os resultados da Lava Jato. No dia 16, a investigação havia resultado em 71 mandados de prisão

sujo do partido. Para receber a propina, exigiam que as empresas e os intermediários se encarregassem de lavar o dinheiro da corrupção. Os pagamentos ao caixa oficial do PT eram a etapa final do processo de lavagem de dinheiro. Tornava-se aparentemente limpo quando entrava nas contas do partido. Cabia a Vaccari as tratativas para converter as propinas em doações oficiais para o PT.

A artimanha ficou mais explícita com um depoimento de Costa que veio à tona na terça-feira. “Há pouco saiu na imprensa, várias vezes, que o dono da UTC fez uma doação oficial de não

sei quantos milhões para o PT. Nenhuma empresa vai doar 2 milhões, 3, 4, 5 milhões porque gosta do fulano de tal”, disse o delator. “Todas as doações, sejam oficiais ou não oficiais, não são doações. São empréstimos. A empresa está emprestando e depois vai cobrar”, disse Costa. Ele confirma algo que o cidadão comum intui facilmente, mas que os legisladores parecem não querer enxergar. “É tudo balela”, disse Costa aos procuradores.

A ilusão de empreiteiras abastecendo campanhas com doações legais e de um tesoureiro limpinho que apenas arrecada-

da tais doações se esvanece. A conclusão do MPF, na denúncia oferecida contra Vaccari, demonstra esse desmanche. “Não há qualquer dúvida de que João Vaccari tinha plena ciência, na qualidade de tesoureiro e representante do Partido dos Trabalhadores, do esquema ilícito e, portanto, da origem espúria dos valores”, afirmam os procuradores. O advogado do tesoureiro, Luiz Flávio D’Urso, apresenta outra versão da história. “Ele (Vaccari) não recebeu ou solicitou qualquer contribuição de origem ilícita destinada ao PT, pois as doações solicitadas pelo senhor Vaccari foram realizadas por meio de depósitos bancários, com toda a transparência e com a devida prestação de contas às autoridades competentes”, afirma a defesa. O PT e Vaccari insistem em desqualificar as delações e na ideia de que doação, se declarada, é limpa.

Completando o triunvirato da encenação do PT com a Lava Jato está José Dirceu, ex-ministro de Lula condenado pelo mensalão. O empreiteiro Gerson Almada, da Engevix, preso desde 14 de novembro, foi à Justiça Federal na semana passada para colaborar com as investigações. “A gente entrava numa rodovia chamada Petrobras, que tinha os pedágios. Você está trafegando, você teria de estar pagando pedágio”, disse Gerson Almada em depoimento na última terça-feira. A medida que explica

a analogia, Almada sorri, não se sabe se por embaraço ou despeito. O executivo disse que a propina sobre os contratos com a Diretoria de Serviços variava entre 0,5% e 1% e que esses repasses eram feitos a Milton Pasowitch, dono da empresa Jamp, apontado como um dos operadores do PT na estatal. Almada relatou ainda que Pasowitch também reportava demandas do PT. “Como ele (Pasowitch) tinha um relacionamento com o PT e na Diretoria de Serviços, também ele trazia pedidos não vinculados a obras, mas vinculados a doações para o partido nas épocas das eleições ou em dificuldades de caixa do partido. Então, nós fizemos, teve um ano em que eu doei que não era um ano eleitoral, foram feitas duas doações para o PT”, disse o empreiteiro. O juiz Sérgio Moro pergunta: “No âmbito do partido, o senhor ajustava essas doações com alguém?”. Almada diz que sim. Perguntado com quem, completa: “João Vaccari”.

E onde entra José Dirceu? Entra com sua JD Consultoria. A Justiça do Paraná quebrou o sigilo da empresa de consultoria do ex-ministro e encontrou R\$ 29,3 milhões em contratos com dezenas de empresas, entre 2006 e 2013. Algo como R\$ 300 mil por mês. Mais de R\$ 7 milhões vieram de empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato. E, especificamente, R\$ 1,49 milhão da Jamp, de Milton Pasowitch. José Dirceu afirma que os contratos de consultoria foram firmados para prospectar negócios no exterior. Ele diz que os valores pagos pela Jamp foram referentes a serviços contratados pela Engevix para viabilizar negócios em Cuba e no Peru. Em seu depoimento, Almada disse que a Engevix não pagou propina a Dirceu e citou os negócios no exterior.

Esse ciclo da investigação vai conectando, um ponto de cada vez, João Vaccari Neto, José Dirceu, Renato Duque, a Petrobras e o PT. Vai-se provando a tese da Procuradoria-Geral da República de que os partidos políticos que tomaram conta da estatal, notadamente PMDB, PP e PT, usaram o caixa um das legendas para receber dinheiro sujo de óleo. E que os gritos da semana passada pelas ruas do Brasil miram num alvo certo: a corrupção. ♦

NA CONTA DO PT

As acusações contra o partido feitas por envolvidos na Lava Jato

OS DELATORES PAULO ROBERTO COSTA E ALBERTO YOUSSEF DIZEM QUE O PT RECEBIA EM MÉDIA 2% DOS CONTRATOS NA ÁREA DE SERVIÇOS

O DELATOR PEDRO BARUSCO ESTIMA QUE JOÃO VACCARI NETO ARRECADOU ENTRE US\$ 150 MILHÕES E US\$ 200 MILHÕES EM PROPINA

DOIS EXECUTIVOS DE EMPREITEIRAS DISSERAM À POLÍCIA FEDERAL QUE O PARTIDO COBRAVA PROPINA POR MEIO DE DOAÇÕES OFICIAIS. O TESOUREIRO DO PT, JOÃO VACCARI, ERA O RESPONSÁVEL POR RECOLHER O DINHEIRO

A CUNHADA DE VACCARI É SUSPEITA DE RECEBER R\$ 200 MIL DE UM FUNCIONÁRIO DA CONSTRUTORA OAS

COSTA AFIRMOU QUE O EX-MINISTRO ANTONIO PALOCCI PEDIU R\$ 2 MILHÕES PARA A CAMPANHA DE DILMA

O EX-MINISTRO JOSÉ DIRCEU RECEBEU MAIS DE R\$ 7 MILHÕES DAS EMPREITEIRAS INVESTIGADAS

Foto: Gisela Pereira/Trauma/Contrasto

Anexo 8 – Reportagem “O PT enfrenta sua maior crise”

NOTÍCIAS DO PLANALTO

O PT ENFRENTA SUA MAIOR CRISE

O partido perdeu as ruas, é investigado na Lava Jato e pena no Congresso. A sigla conseguirá se reerguer?

Alberto Bombig

N o auge da crise do mensalão, em 2005, quando algumas vozes da oposição começaram a cogitar o impeachment do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, líderes do PT reagiram de forma rápida e incisiva. Afirmaram que, caso alguém arquitetasse a derrubada de Lula, o partido colocaria milhares nas ruas para defendê-lo. Aquela altura, com base no histórico de mobilização do PT, os opositoristas se contiveram. O poder de agitar as massas era exclusivo dos petistas desde o “Fora Collor”, em 1992, e do “Fora FHC”, sete anos depois. O mensalão foi a primeira grande crise do PT desde que a sigla chegou ao poder, em 2002. A segunda foi em 2013, quando uma onda de manifestações derrubou a popularidade de vários governantes brasileiros, entre eles a presidente Dilma Rousseff. O ano de 2013 mostrou algo novo: o povo estava nas ruas, mas não por obra do PT.

ESTRATÉGIA
Lula em
campanha pela
reeleição de
Dilma. Ele acha
que o PT só
reagirá se Dilma
conseguir reagir

A terceira crise explodiu na semana passada e traz outra novidade. O país se mobilizou, as ruas explodiram com a maior manifestação desde a campanha pelas eleições diretas, em 1984 – e a mobilização não apenas não era convocada pelo PT, como mostrava uma enorme rejeição ao partido (leia mais na página 48). Ao longo da semana, as investigações da Operação Lava Jato, que até então atingiam principalmente as siglas da base aliada, chegaram ao coração do PT (leia a reportagem a partir da página 32). Pela inabilidade política de seus líderes, como o ministro Aloizio Mercadante, as relações com o Congresso se azedaram ainda mais (leia na página 38). A soma de tudo isso – ruas, Congresso, força-tarefa da Lava Jato – mer-

gulhou o PT naquela que é provavelmente a maior crise de sua história.

Uma pesquisa a que o partido teve acesso mostra que a avaliação do PT é pior até que a avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff. O partido recebe menos de 10% de “ótimo” e “bom” – Dilma pontuou 13% em pesquisa do Instituto Datafolha. Outros pontos comuns do diagnóstico são: a) faltam quadros expressivos para o debate político; b) a representatividade do PT está subdimensionada no governo Dilma e no Congresso; c) os movimentos sociais se distanciaram da sigla; e d) a classe média dos grandes centros urbanos encabeça todos os movimentos anti-PT.

Um efeito da derrota nas ruas é aguar a disputa interna no partido. Dilma está

num momento péssimo, mas o grupo que a apoia, a corrente Mensagem ao Partido, fortaleceu-se momentaneamente. O grupo pede a saída de João Vaccari Neto, o tesoureiro do partido, que entrou na lista dos denunciados da Operação Lava Jato. Lula, que é de outra corrente, defende Vaccari. Na segunda-feira passada, um dia após a onda de protestos, Lula conversou com senadores petistas e depois jantou com a presidente Dilma no Palácio da Alvorada. Aos senadores, o ex-presidente disse que a crise política é maior que a econômica, e que crise política é mais fácil de resolver no curto prazo. “Ele pediu uma presença maior na rua, para melhorar a comunicação do governo”, diz o senador Humberto Costa (PT-PE).

Outra crise da semana passada expôs a divisão interna do partido: o vazamento de um documento reservado elaborado pela Secretaria de Comunicação Social (Secom), atribuído ao ministro da Pasta, Thomas Traumann. O documento admite haver “caos político”, aconselha o governo a prestar contas à sociedade por meio da imprensa e sugere dedicar mais verba a sites e blogs governistas na internet. O texto foi publicado pelo site do jornal *O Estado de S. Paulo*. Na Secom, atribuiu-se o vazamento – no mesmo dia em que Traumann seguia para os Estados Unidos para acompanhar o tratamento médico de um parente – ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini. Berzoini negou, através da assessoria do partido.

A cúpula do PT já admite ser impossível uma recuperação da imagem da sigla no curto prazo. Acha que as eleições municipais do ano que vem deverão ser as mais difíceis da história petista. A avaliação é que o PT precisa sobreviver a 2016 para, em 2018, se rearticular em torno de Lula para a eleição presidencial. O partido precisará de novos líderes e um novo discurso. O líder do PT na Câmara, Sibá Machado (AC), fez papel ridículo ao dizer que a CIA, a agência americana de inteligência, esteve por trás das manifestações do dia 15. Com líderes assim, vai ser difícil o PT sair da crise. ♦

Com Murilo Ramos e Flávia Tavares



Foto: J. F. Doris/Estado Contado

Anexo 9 – Reportagem “Olha a lâmina”

NOTÍCIAS DO PLANALTO

OLHA A LÂMINA...

Na crise política sem fim, os erros do ministro Aloizio Mercadante, estrategista de Dilma, devem apeá-lo da Casa Civil. Até o ex-presidente Lula torce por isso

Leandro Loyola

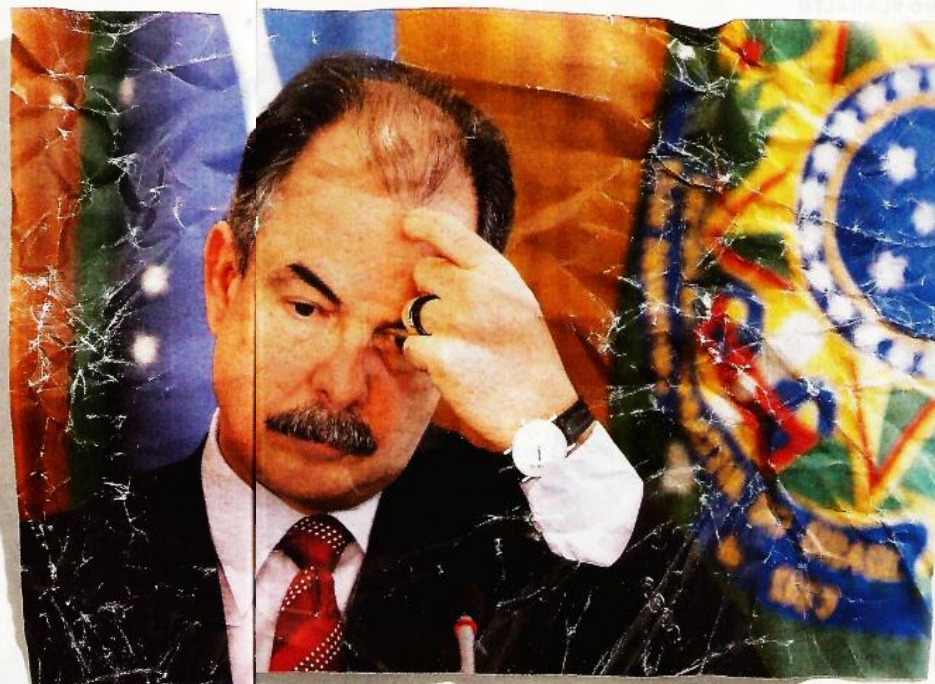
Desde o começo do ano, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve três encontros com a presidente Dilma Rousseff e outros tantos com políticos em São Paulo e em Brasília. Em uma dessas conversas, com senadores do PT e do PMDB na casa do presidente do Senado, Renan Calheiros, Lula falou na necessidade de uma reforma ministerial para ressuscitar o já moribundo segundo governo Dilma. Nessas e em outras conversas, Lula defendeu a troca do ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, por Jaques Wagner, hoje ministro da Defesa. Lula – ele e metade da Esplanada, por sinal – considera Wagner politicamente mais habilidoso. E Dilma, às vezes com uma crise que vai longe, nunca precisou tanto de um político habilidoso por perto. Para defender seu ponto de vista, Lula mencionou um episódio que o PMDB, maior aliado (ou inimigo?) do governo, adora lembrar e odiar. “Esse negócio de pegar

Cid e Kassab para criar partidos ou aumentar a base foi um equívoco. Não tem justificativa o que foi feito”, disse Lula. “Que senadores eles influenciaram?”

No início do ano, Mercadante convenceu Dilma a apoiar uma iniciativa do ministro Gilberto Kassab, do PSD, e do então ministro da Educação, Cid Gomes, do Pros, de criar um partido para atrair parlamentares – inclusive do PMDB – em número suficiente para formar uma terceira força de apoio ao governo. Se a jogada desse certo, Dilma ficaria menos dependente do PT e do PMDB no Congresso. Mas, para quem entende de política, era óbvio que não daria certo. Era um estratagema amador. Mercadante e o Planalto subestimaram um risco óbvio: uma manobra desse tamanho não passaria despercebida. Em duas semanas, o PMDB, que domina o Congresso, se articulou e aprovou alterações na legislação partidária que sepultaram o novo partido.

Desse artil, como de outros pensados ou avalizados por Mercadante, sobrou ao Planalto apenas a mágoa dos peemedebistas. E quem é do PMDB não esquece jamais. “O PMDB não engole o Mercadante por isso”, diz um senador.

Equívocos assim são comuns na carreira de Mercadante. Talvez em nenhum outro partido ele tenha tantos desafios quanto no próprio PT. Não é de hoje que Lula e os principais líderes do PT detestam Mercadante. E detestar é, sem dúvida, o verbo mais adequado. Se em público nunca fazem críticas, em privado maldizem e articulam contra Mercadante amiúde. A maioria das críticas, sejam elas justas ou injustas, centra-se no ego e na arrogância do ministro da Casa Civil. Mercadante, segundo essas



AMEAÇADO O ministro Aloizio Mercadante no Planalto. Muito poder, mas muitos erros na condução política

avaliações, erra com frequência por acreditar ser mais astuto e poderoso do que realmente é. Não é um político ingênuo ou despreparado, mas acaba engolido pela soberba. Não é à toa que ele não tem amigos no Congresso. Tem, no máximo, aliados de ocasião.

Com Dilma pressionada por Lula e demais aliados para, pela enésima vez, tentar resolver o crônico problema de diálogo entre governo e Congresso, ganha força o movimento pela saída de Mercadante. Ele poderia, por exemplo, voltar ao Ministério da Educação, Pasta sem comando desde a bisonha saída de Cid Gomes (leia a reportagem na pág. 40). Ou permanecer na Casa Civil, embora sem a prerrogativa de conversar com os parlamentares. A queda de Cid

deu a oportunidade política para que Dilma troque seus ministros, entre eles Pepe Vargas, que está com graves problemas para exercer a função na Articulação Política.

Nos últimos meses, Mercadante ajudou nas conversas com o PMDB e outros aliados para aprovar medidas do ajuste fiscal. Sua relação com o Senado melhorou; com a Câmara, no entanto, não é das melhores. No início do ano, com Pepe Vargas, Mercadante embarcou o governo na candidatura do petista Arlindo Chinaglia à Presidência da Câmara, quando Eduardo Cunha já tinha mais de dois meses de dianteira e uma vitória certa. De forma canhestra, o governo pressionou aliados e perdeu feio, com sequelas que ainda não foram

sanadas. Desde então, o governo perdeu várias disputas na Câmara. Além do apelido de Freddie Mercury, devido ao bigodão, Mercadante ganhou uma relação ruim com Cunha.

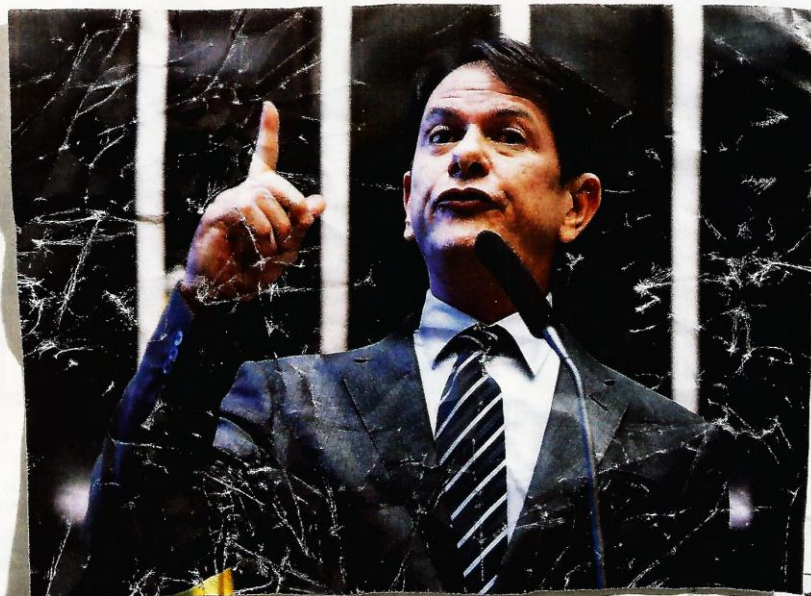
No ano passado, após a reeleição, Mercadante convenceu Dilma de que seria melhor os 39 ministros encaminharem cartas de demissão, para facilitar a reforma ministerial. Com a aquiescência da presidente, Mercadante agiu. Marta Suplicy, que estava descontente e disputava poder com Mercadante em São Paulo, aproveitou a chance para deixar o cargo atirando. Para ele, uma vitória. Para Dilma e o PT, uma derrota. Com o feito, Mercadante ganhou mais um apelido no Palácio: Senhor dos Anéis. Quer o poder apenas para ele. Azar do governo. ♦

Foto: Sérgio Lima/Photopress

23 de março de 2015 ÉPOCA 99

Anexo 10 – Reportagem “E a casa de Cid caiu”

NOTÍCIAS DO PLANALTO



E A CASA DE CID CAIU

O show desmiolado do ministro da Educação era previsível: o Planalto botara um amador num cargo para profissionais

40 | ÉPOCA | 23 de março de 2015

Leandro Loyola

Cid Gomes se virou sozinho. Aquela altura do dia, ainda ministro da Educação, ele apareceu na garagem da casa mantida pelo governo do Ceará, em Brasília, e saiu dirigindo um carro cinza. Seu irmão Ciro Gomes e vários apoiadores vindos do Ceará especialmente para a ocasião entraram em outros quatro carros e o seguiram. Na quarta-feira, Cid nem parecia um ministro de Estado. Ministros se deslocam em Brasília em sedãs pretos com placa oficial, motorista, segurança e vidros escuros; Cid dirigia um carro compacto com os vidros abertos. Em poucos minutos estacionou em frente à entrada do Congresso, desceu e se encaminhou para a missão de se explicar diante daqueles que chamara de “300, 400 achacadores”. Parecia já praticar o desapareço ao cargo de apenas três meses – que perderia três horas depois.

Saiu de lá após lances rocambolescos como Cid, o ministro da Pátria Educadora, que se tornou breve no cargo por um episódio de má educação – ou, no mínimo, de pouquíssimo tato político. Duas semanas antes, atacara o Congresso: “Tem lá uns 400 deputados, 300 deputados que, quanto pior, melhor para eles. Eles querem é que o governo esteja frágil porque é a forma de eles achacarem mais, tomarem mais, tirarem mais”. Prevalcia a tradição dos políticos da família Gomes de cometer grosserias verbais em profusão. Ao sair do Congresso, foi ao Palácio do Planalto. “Você não precisava ter feito isso, não precisava ter sido desse jeito”, disse a presidente Dilma Rousseff. Cid lamentou. Dilma, que gosta dele, também. A demissão foi anunciada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não pelo Palácio do Planalto – num sinal inequívoco de desprestígio do governo. Mais um vexame para a lista de erros políticos de Aloizio Mercadante e de Dilma. Foi ideia de ambos dar um cargo de tamanho prestígio ao irmão menos talentoso da família Gomes. Cid voltará ao Ceará; Dilma, Mercadante, o governo e o PT sofrerão as consequências políticas da verborragia tresloucada dele.

Cid Gomes nunca chegou realmente a Brasília – sua mente e seu modo de agir estiveram o tempo todo voltados para o Ceará, que ele governou por dois mandatos e monitora por meio do governador Camilo Santana. Durante os três meses que passou em Brasília, Cid viveu em uma casa alugada pelo governo do Ceará no Lago Sul, bairro nobre da cidade. O aluguel de R\$ 15 mil da “residência da representação do Ceará”, com 700 metros quadrados, quatro quartos (duas suítes), sala de TV e piscina, começou em 2011, ainda no governo de Cid. Em geral, ministros moram em residências do governo federal no Lago Sul ou recebem verba para pagar aluguel. A residência destinada ao ministro da Educação, que seria ocupada por Cid, está em reforma. O governo do Ceará afirma que Cid não morou na

casa, apenas “utilizou um dos cômodos, enquanto recebia o imóvel do governo federal, que estava sendo reformado”. Cid Gomes não foi localizado.

Na quarta-feira, a casa estava lotada por uma delegação que chegou a Brasília para encenar a retirada de Cid do cenário nacional. O governador Camilo foi para apoiar o amigo. O presidente da Assembleia Legislativa, Zezinho Albuquerque, não só foi, como convocou vereadores e prefeitos para a viagem – estavam lá vários deles, inclusive o de Fortaleza, Roberto Cláudio, e o de Sobral (cidade de Cid), Veneu Arruda. Dez deputados estaduais também foram. Parte dessa turma se deslocou em jatinhos alugados. Na Câmara, a galera se acomodou nas galerias para assistir ao calvário de Cid. Osmar Baquit, secretário estadual da Pesca, comandava os aplausos e gritos da galera como se ainda fosse presidente do time de futebol Fortaleza. “Eu prefiro ser acusado por ele de mal-educado do que ser, como ele, acusado de achaque...”, disse Cid na tribuna da Câmara, em referência ao presidente da Casa, Eduardo Cunha, do PMDB, que estava a 5 metros dele. Sua torcida aplaudia efusivamente – tanto que foi retirada pela segurança da Casa.

Cid teve de ouvir desaforos. “Vossa Excelência é desqualificado, Vossa Excelência envergonha este país; que está atravessando uma crise enorme, inclusive moral, e não pode ter um ministro que não tem moral, que não tem decência, que não tem ética, que é achacador do Estado do Ceará”, disse o deputado André Moura, do PSC. Cid ouviu em pé, a maior parte do tempo com as mãos para trás. Muitas vezes reagia com sorrisos. Cid acabou perdendo a paciência. “O senhor, por favor, me respeite!”, gritou, mas seu microfone foi cortado. Irritado, Cid desceu da tribuna e saiu do plenário. A claque cearense fez seu trabalho: gritou, empurrou e aplaudiu Cid. Produziu para a política local cearense a versão do político que perdeu o cargo porque chamou parlamentares de corruptos. Nesse embate de baixo nível, o empate é a tragédia nacional. ♦

EFÊMERO
Cid Gomes na
Câmara (acima)
e a casa alugada
pelo governo
cearense em
Brasília. Ele foi
um ministro
sem deixar a
política regional



Fotos: Sérgio Lima/Folhapress e Adriano Machado/ÉPOCA22

23 de março de 2015 | ÉPOCA | 41

Anexos das reportagens da revista *IstoÉ*

Anexo 11 – Reportagem “Os esquemas do Duque”

Brasil

OS *esquemas* DO DUQUE

AS OPERAÇÕES NADA NOBRES E A VIDA IMPERIAL DE RENATO DUQUE, O EX-DIRETOR DA PETROBRAS QUE FEZ FORTUNA AO ALIMENTAR O PT COM MILHÕES DE REAIS DESVIADOS DA ESTATAL

Josie Jerônimo



“Se o senhor é o duque, quem é o rei?” O questionamento foi feito pelo deputado Altineu Côrtes (PR-RJ) ao ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque durante sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a rede de corrupção instalada dentro da maior estatal brasileira. Preso pela Polícia Federal (PF) na segunda-feira 16, o ex-funcionário da petrolífera prestou depoimento à CPI três dias depois. A PF prendeu Duque após a inteligência da instituição descobrir que ele tentou movimentar mais de 20 milhões de euros de uma conta da Suíça para vários países, entre eles o Principado de Mônaco – não poderia haver, afinal, lugar mais apropriado para um duque. Na comissão, o ex-diretor não revelou quem é o monarca supremo nem respondeu às outras perguntas dos parlamentares. Pelo menos momentaneamente, o silêncio confortou as hierarquias do Palácio do Planalto e do PT. Se confirmasse o teor da denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre o aparelhamento da Petrobras por uma quadrilha, o reinado petista sofreria abalos irremediáveis.

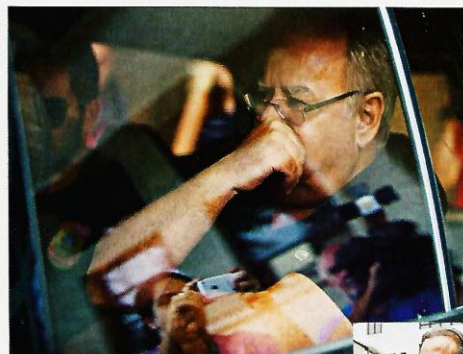
38



Brasil

Segundo os investigadores da Operação Lava Jato, a rede de corrupção era integrada por parlamentares, empreiteiros e diretores da Petrobras. Em depoimentos prestados em regime de delação premiada, executivos e donos de empreiteiras revelaram como funcionava a complexa engrenagem montada para capitalizar as empresas e abastecer os cofres de partidos políticos e funcionários corruptos. **Duque, ironicamente chamado de "nobre" pelos empreiteiros do cartel, negociava o montante de propina para os petistas.** Nesse sentido, as declarações de Augusto Mendonça, do Grupo Setal, forneceram valiosas informações para o Ministério Público.

Documentos obtidos com exclusividade por ISTOÉ revelam o funcionamento detalhado do esquema que chegou ao topo do PT. Um caso narrado por Mendonça e aconteceu na área de influência de Duque balizou a denúncia do MPF. A máquina montada para desviar dinheiro público se sustenta com o aumento ilegal dos custos das obras da Petrobras. O pagamento de serviços fantasmas era legalizado por notas fiscais de empresas de fachada. Mendonça relata que os aditivos fictícios na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (PR), renderam R\$ 111,7 milhões a seu grupo de empresas. Desse montante, R\$ 4,26 milhões foram repassados como doação oficial de campanha para diretórios do PT, por meio de 24 transferências financeiras realizadas entre outubro de 2008 e março de 2012. O dono do grupo Setal – que reúne as empresas PEM Engenharia, Projotec e SOG Óleo e Gás – apresentou comprovantes e datas destas



QUE PAÍS É ESSE? Renato Duque (à esq.) e o empresário Adir Assad (abaixo) foram presos na décima fase da Operação Lava Jato, deflagrada na semana passada. Os detidos foram levados a Curitiba

movimentações financeiras. O contrato da Repar recebeu 32 aditivos, de acordo com o sistema de monitoramento da Petrobras.

Depois de sucessivos avisos sobre essas irregularidades, o Tribunal de Contas da União (TCU) incluiu a Repar na lista dos empreendimentos irregulares e recomendou que o Congresso – na votação da Lei orçamentária de 2010 – bloqueasse a liberação de recursos públicos para o projeto. O Legislativo avaliou que as denúncias contra a Repar eram graves e suspendeu o pagamento.



DESVIO
Segundo o MPF, Duque recebeu R\$ 1,5 bilhão de empreiteiras entre 2003 e 2012, quando deixou a estatal. Do montante, quase US\$ 200 milhões foram diretamente para o Partido dos Trabalhadores



Mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o texto da lei orçamentária que bloqueava repasses para obras da refinaria. O veto foi publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de janeiro de 2010. No mesmo dia, o Diretório Nacional do PT foi contemplado com uma transferência de R\$ 350 mil da SOG Óleo e Gás, uma das beneficiárias da obra. Na ocasião, Lula – uma espécie de imperador dos petistas – justificou o veto como uma medida para evitar milhares de desempregos. Mendonça afirma ter pago a propina em troca de favorecimentos de suas empresas em obras da Repar. O contrato com a companhia foi firmado em julho de 2008. A primeira parcela, de R\$ 100 mil, caiu na conta do diretório do PT na Bahia três meses depois.

De acordo com os depoimentos dos delatores, os números das contas beneficiadas com os depósitos eram

fornecidos pelo tesoureiro do PT, João Vaccari. A utilização da caixa de campanha para mascarar a propina obtida com contratos superfaturados da Petrobras já havia sido mencionada por outros réus colaboradores, conforme revelou ISTOÉ em sua edição de 21 de novembro de 2014. O papel de Renato Duque e Vaccari na rede de corrupção também foi mencionado pelos executivos Shinko Nakandakari (consultor da Galvão Engenharia), Eduardo Leite (vice-presidente da Camargo Corrêa), e Mário Góes (UTC, OAS, Mendes Junior, Andrade Gutierrez e Schain).

O dinheiro que Duque tentou movimentar no fim do ano passado em Mônaco compõe apenas uma parte dos R\$ 311 milhões em propina que ele abocanhava com o esquema, segundo a Operação Lava Jato. Relatórios do MP elaborados a partir dos depoimentos de delatores apontam que, entre 2003 a 2012, quando Duque deixou a Petrobras, ele angariou R\$ 1,5 bilhão de empreiteiras. Desse total, quase US\$ 200 milhões recolhidos por Vaccari foram diretamente para o Partido dos Trabalhadores. Nos depoimentos dos delatores, o tesoureiro e Renato Duque aparecem como a dupla responsável por angariar e recolher a cota de propina que caberia ao PT.

O empreiteiro do Grupo Setal contou ainda que foi procurado por Duque no início de julho de 2010 e o ex-diretor pediu que ele se encontrasse com Vaccari para depositar R\$ 500 mil em benefício do PT. De acordo com Augusto Mendonça, cinco transferências de R\$ 100 mil foram realizadas em 7 de julho de 2010 no CNPJ do Diretório Nacional. Os recursos seriam "deduzidos do percentual das vantagens indevidas da Diretoria de Serviços da Petrobras em decorrência da obra da

SOBREPREÇO Documento do MPF mostra que Duque e Barusco recolheram propina de 2% do valor de uma obra da Petrobras. O dinheiro iria para o caixa do PT

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

empresas, integrantes do CONSÓRCIO INTERPAR, contratado pela PETROBRAS para a execução das unidades Off-Sites pertencentes às Carteiras de Gasolina e de Coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, em Araucária/PR, ofereceram e prometeram o pagamento de vantagens econômicas indevidas a RENATO DUQUE e PEDRO BARUSCO, então Diretores de Serviços e Gerente de Engenharia da PETROBRAS, no valor de, pelo menos, R\$ 56.437.448,75, ou seja, 2% do valor do contrato original

original somado aos valores dos aditivos que foram celebrados durante sua gestão e implicaram em acréscimo de preço, para determiná-los a praticar atos de ofício que favorecessem as empresas MENDES JUNIOR, MPE e SOG, bem como para que se abstevessem de praticar atos de ofício que viessem contra os interesses destas

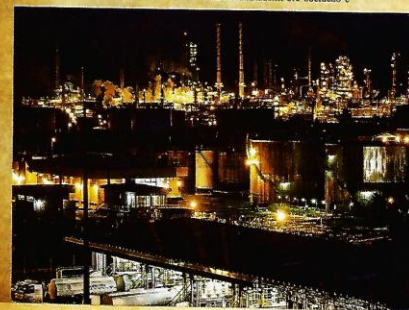
9	SOG	PT-DIR. NACIONAL	17/12/09	60.000,00	17/12/09	60.000,00	TC, TED e RPT
10	SOG	PT-DIR. NACIONAL	18/01/10	60.000,00	18/01/10	60.000,00	TC, TED e RPT
11	SOG	PT-DIR. NACIONAL	27/01/10	350.000,00	27/01/10	350.000,00	TC, TED e RPT
12	SOG	PT-DIR. NACIONAL	10/02/10	200.000,00	10/02/10	500.000,00	TC, TED e RPT
13	SOG	PT-DIR. NACIONAL	23/02/10	60.000,00	23/02/10	60.000,00	TC, TED e RPT

DEMONSTRAÇÃO DE DOAÇÕES RECEBIDAS (modelo B)						
PARTIDO DOS TRABALHADORES						
ORGÃO DO PARTIDO: DIRETÓRIO NACIONAL						
DATA	ESPECIE DO RECURSO	DOADOR	CNPJ/CPF	R\$		
07/07/10	DIREITO	ROMULO LUIZ CANAL	009.206.438-00	364,88		
18/07/10	DIREITO	IMPOSTO PROGRESSIVO SUL	00.143.989000-31	100.000,00		
18/07/10	DIREITO	SOG - OLEO E GAS S/A	07.488.0710001-68	60.000,00		
27/07/10	DIREITO	SOG - OLEO E GAS S/A	07.488.0710001-68	350.000,00		
28/07/10	DIREITO	MARCEL O LEMOS DA SILVA	073.728.327-33	100,00		
28/07/10	DIREITO	MARCEL O LEMOS DA SILVA	073.728.327-33	1,00		

Razões dos votos

Situações Encontradas:

- Ausência de parcelamento do objeto, embora técnica e economicamente reconhecível;
- Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado;
- Restrição à competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento;
- Projeto básico deficiente ou desatualizado;
- Orçamento do Edital (Cronograma) - Aditivo incompleto ou inadequado;
- Contrato - 0800.0030725.0725 - Serviços de projeto de detalhamento, fornecimento parcial de bens, construção da infraestrutura, construção, montagem, operação e

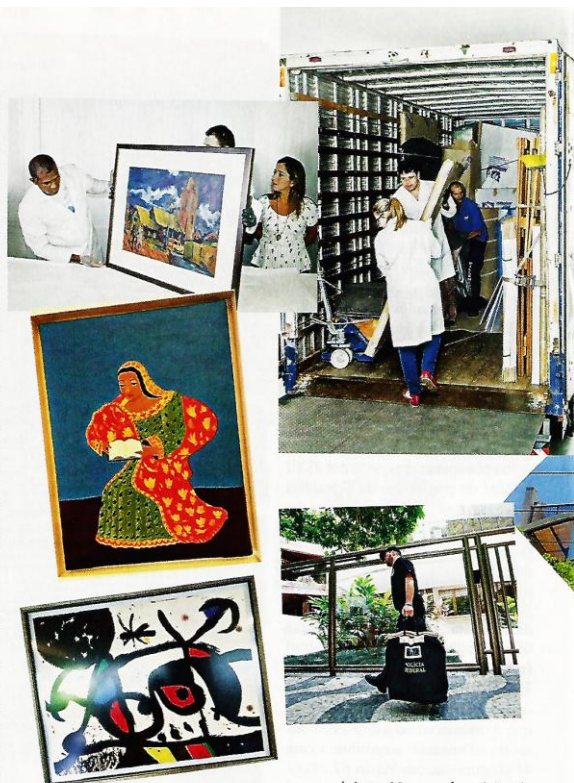


Brasil

Repar", conforme denúncia do MP. O episódio mostra, no entanto, que o PT já contava com a doação antes mesmo de receber o dinheiro. Na prestação de contas do partido, as transferências de R\$ 100 mil foram lançadas no dia 28 de junho de 2010, nove dias antes da data informada pelo empreiteiro à força tarefa da Lava Jato.

O Ministério Público identificou pelo menos 10 das 24 doações partidárias feitas com o objetivo de disfarçar o pagamento de propinas. Esses repasses intermediados por Duque e Vaccari foram realizados para o Diretório Nacional do PT em 2010, ano da disputa eleitoral que consagrou Dilma Rousseff presidente da República. A análise de recibos de transferências para o PT apresentados por Augusto Mendonça abriu uma nova frente de investigação para a Lava Jato. Os procuradores vão cruzar documentos entregues pelos empreiteiros que fizeram delação premiada com a prestação de contas do partido na Justiça Eleitoral. Na terça-feira 17, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi oficiado pelo Ministério Público a entregar "em formato eletrônico pesquisável todas as doações feitas ao Partido dos Trabalhadores desde 2008". Inconsistências na prestação de contas de Dilma foram encontradas por técnicos do TSE, em dezembro de 2014. Durante o julgamento das contas, os profissionais que elaboraram o relatório deram parecer pela rejeição. Os técnicos apontaram irregularidades em 9% dos documentos apresentados para comprovar a arrecadação de R\$ 350 milhões e em 14% das notas fiscais de despesas.

Pelo menos por enquanto, a força tarefa da Lava Jato não tem contato com a colaboração do ex-diretor da Petrobras. Ele resiste às investidas do Ministério Público, não compromete ninguém e alega inocência. Se for julgado culpado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, segundo a denúncia do MP, será condenado



ACERVO
A PF apreendeu mais de 100 telas da coleção de obras de arte de Duque. Entre os artistas preferidos do ex-diretor, estão Miró e Heitor dos Prazeres. Os policiais vão investigar a autenticidade do material

a, no mínimo, 30 anos de prisão. As negativas de colaboração com a Justiça colocam a família de Duque no olho do furacão. Em um dos poucos momentos em que soltou a voz na sessão da CPI, foi para negar que sua esposa, Maria Auxiliadora Tibúrcio, tenha procurado o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de pedir ajuda para um habeas corpus que tirasse o marido da cadeia na primeira vez em que foi preso, em novembro de 2014.

O filho do ex-diretor, Daniel Duque, também entrou no radar das investigações da CPI. A deputada Elisiane Gama (PPS-MA) questionou a participação de Daniel na empreiteira Technip. Entre

2011 e 2012, ele trabalhou na sede da empresa no Texas, nos Estados Unidos, e na subsidiária brasileira de 2012 a 2014. A Technip tem parcerias com a holandesa SBM Offshore, acusada de pagar US\$ 240 milhões em propina a funcionários da Petrobras para obter contratos. Um consórcio integrado pela Technip ganhou, em 2011, a concorrência para um contrato de US\$ 1 bilhão de frete e operação de navios que estão sendo construídos na Coreia do Sul.

Antes de ser preso, Duque recebeu valiosa ajuda da família na montagem de uma grande operação para eliminar provas. Além da tentativa de esvaziar as contas da Suíça, eles limpavam as gavetas. Um vizinho do ex-diretor relata que, um dia antes de ser novamente preso, muita coisa foi retirada do apartamento dele, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e levada para a casa do filho, no prédio ao lado. De acordo com o relato dos moradores, foram feitas cerca de 20 viagens de carro, do prédio de Renato Duque para o do filho. Os dois imóveis são colados, parede com parede. "Chegava a ser engraçado", afirma o vizinho. "O carro, todo fechado e com vidro escuro, saía de frente da garagem do Duque e entrava de ré na garagem ao lado. Depois fazia o caminho inverso."

Capitalizado com dinheiro ilícito, Duque levou um estilo de vida incompatível com a renda de um diretor da

Petrobras. Em sua cobertura duplex na Barra da Tijuca, nobre endereço da zona sul do Rio, a Polícia Federal apreendeu 131 obras de arte. Foram encontrados trabalhos supostamente assinados por artistas como Miró, Djanira, Heitor dos Prazeres, Agostinho Batista de Freitas, Antonio Poteiro, Carybé, Yara Tupynambé e Guignard. O expressivo número de obras pode ser um indicio de lavagem de dinheiro. Segundo especialistas, esse é um artifício utilizado por criminosos do mundo inteiro. A questão é saber da autenticidade dos quadros e dimensionar o número de gravuras (que custam, no mercado, no máximo R\$ 10 mil) e de pinturas a óleo (um Miró genuíno pode chegar a valer R\$ 5 milhões). Por ora, é impossível calcular o valor do acervo. "Pelo que vi nos jornais, o material apreendido só serve para enxaguar e não para lavar dinheiro", diz o marchand e diretor da Pinakothek Cultural, Max Perlingeiro.

Duque era rei no prédio onde morava. Dos quatro andares do edifício, três pertencem à sua família. Em número menor, os outros moradores não tinham voz ativa nas decisões do condomínio. Segundo um vizinho, a reforma da cobertura do imperador da Petrobras começou de forma ilegal e só foi regularizada depois que mais de R\$ 800 mil foram pagos à Prefeitura do Rio.

O que mais surpreendeu os agentes da Polícia Federal foi a descoberta, na segunda-feira 16, de um cômodo secreto, uma espécie de bunker, dentro do closet do quarto de casal.

A primeira porta, por detrás do forro, é aberta apenas quando um ponto específico do armário é pressionado. Depois, surge uma segunda porta, operada por controle remoto, que dá acesso, enfim, ao espaço de aproximadamente seis metros quadrados, com iluminação e ventilação independentes do resto do apartamento. Lá dentro, os policiais encontraram documentos, relógios e joias. ■

(Colaboraram Helena Borges e Eliane Lobato)



FOTOS: ANDRÉ PINHEIRO/REUTERS; ALEXANDRE CASARIN/AGÊNCIA O GLOBO

Anexo 12 – Reportagem “Conselhos pagos a ouro”

Brasil

CONSELHOS PAGOS A OURO

RELATÓRIO DA RECEITA MOSTRA QUE JOSÉ DIRCEU RECEBEU MILHÕES DE REAIS PARA PRESTAR CONSULTORIA A EMPRESAS INVESTIGADAS PELA LAVA JATO

Eumano Silva



No primeiro semestre de 1994, o então deputado José Dirceu (PT-SP) vislumbrava três alternativas para o futuro. “Acho que vou me eleger governador de São Paulo este ano. Se não conseguir, serei ministro do Lula. Mas, se o Lula também não ganhar a eleição, vou trabalhar com advocacia para ganhar um milhão de dólares”, afirmou o deputado em conversa com o autor desta reportagem. Dirceu não foi eleito governador, mas se tornou ministro de Lula em 2003, ao assumir a Casa Civil. Quanto às finanças, ele foi muito além do que poderia imaginar. Segundo um relatório da Receita Federal, entre 2006 e 2013 recebeu R\$ 29,3 milhões por trabalhos de consultoria. A dinheiro parece ter uma origem pouco nobre. Dirceu está sendo investigado por apropriação de recursos ilícitos, provenientes de empreiteiras contratadas pela Petrobras. Do total faturado pela JD Assessoria e Consultoria, empresa do petista, mais de R\$ 6 milhões foram pagos por companhias acusadas de formação de

cartel para vencer licitações fraudadas na estatal.

Os R\$ 29 milhões recebidos por José Dirceu em 8 anos correspondem a um faturamento médio anual de R\$ 3,6 milhões. É bastante dinheiro para uma consultoria desconhecida e sem número definido de funcionários. Para efeito de comparação, o montante corresponde a algo como 10% do faturamento de uma empresa como a LCA Consultores, umas líderes do setor de no Brasil e que conta com mais de uma centena de colaboradores. Dirceu vive desde novembro recolhido em prisão domiciliar, em Brasília, depois de passar quase um ano na cadeia em decorrência de condenação no processo do mensalão. **O ex-ministro nega todas as acusações. Ele diz que sua empresa não tem qualquer vínculo com os contratos das empreiteiras com a Petrobras.** As consultorias foram prestadas, afirma, a cerca de 60 clientes de 20 setores da economia. Na terça-feira 17, a defesa de Dirceu entrou com um mandato de segurança contra a quebra de sigilo de seus dados bancários e fiscais. Ao se



A LISTA

Quem mais abasteceu a JD Consultoria foi a OAS, que pagou R\$ 2,9 milhões. As outras foram a UTC Engenharia, Engevix, Camargo Corrêa, Galvão Engenharia e Egesa Engenharia

enrolar com contratos milionários de consultoria, o ex-homem-forte do governo, uma espécie de eminência parda que transita na órbita do PT, reprisa um episódio vivido por seu correligionário Antonio Palocci. Em 2011, Palocci perdeu o cargo de ministro da Casa Civil depois que se descobriu que ele recebeu cerca de R\$ 20 milhões no ano anterior por esse tipo de trabalho. ■

Anexo 13 – Reportagem “Dilma encastelada”

Brasil

DILMA *encastelada*

ENQUANTO OS
ESCÂNDALOS SE SUCEDEM, A
PRESIDENTE SE ISOLA COM
CONSELHEIROS PALACIANOS.
É TUTELADA POR LULA E SE
MOSTRA INCAPAZ DE FAZER
O GOVERNO ANDAR

Izabelle Torres



A sequência de acontecimentos é avassaladora. Na tarde do domingo 15, dois milhões de brasileiros vão às ruas gritar contra a presidente Dilma Rousseff. Na noite do mesmo dia, os ministros José Eduardo Cardozo e Miguel Rossetto, desalinhados nas roupas e desorientados nas ideias, rechaçam os protestos, enquanto as cidades clamam em mais um ruidoso panelaço. Na segunda-feira 16, Dilma faz um pronunciamento sobre as manifestações e ninguém, nem seu séquito, parece dar bola para o que ela diz. Ao contrário: enquanto a presidente fala, ouvem-se panelaços em várias cidades do País. Na terça-feira 17, ela é informada que o escudeiro José Dirceu recebeu uma fortuna, em supostos serviços de consultoria, de empresas investigadas pela Operação Lava Jato. Também no dia 17, surge um documento atribuído ao ministro da Comunicação Social, Thomas Traumann, que espezinha o governo. Na quarta-feira 18, a rainha Dilma descobre que os súditos estão insatisfeitos. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, seus índices de rejeição estão próximos aos do ex-presidente Fernando Collor às vésperas do impeachment



CASAL REAL
Em encontro
com o ex-presidente
Lula, o rei sem
trono, Dilma ouviu
o seguinte conselho:
“Se não tem verba,
use o verbo”

Brasil



VOZ DO POVO
Manifestantes do MTST mantêm a temperatura do descontentamento geral e queimam boneco do ministro Joaquim Levy, da Fazenda

— palavra que, aqui e ali, começa a circular no País. Na quinta-feira 19, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque depõe na CPI que apura malfeitos na estatal e que deve trazer elementos para incriminar gente graúda do PT, o partido da presidente. Na sexta-feira 20, o dólar dispara, a Bolsa cai e alguém

revela que o desemprego avança. No sábado, o que virá? E no domingo? O que a nação descobrirá nos próximos dias? O que as semanas reservam ao País? Onde isso tudo vai parar?

Mergulhada na mais grave crise política do Brasil desde a queda de Collor, em 1992, a presidente Dilma está encastelada em um palácio que parece prestes a desmoronar. A presidente reage tibiamente. Não faz movimentos consistentes. Não toma uma decisão capaz de reverter — ou, pelo menos, estancar — o ciclo de escândalos. É uma rainha à procura da coroa perdida. Em um artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, o professor da USP Oliveira Ferreira compara a presiden-



“A presidente está perdendo as condições políticas de governar”

Fernando Henrique Cardoso, sobre o governo Dilma

te ao monarca Luís XIV. Foi ele quem disse “L’État c’est moi” (“o Estado sou eu”). Por mais que comparações desse tipo sejam imprecisas, Dilma tem agido como se fosse a encarnação de uma soberana auto-suficiente, indiferente aos caos generalizados, incapaz de expressar um gesto qualquer de humildade, de lançar um movimento, de propor uma ação que traga alguma boa nova ao País. Oliveiros faz referências à política externa do governo brasileiro, política essa expressa nas inclinações pessoais da presidente e não nos interesses do Brasil. “L’État c’est moi” diria uma Dilma confiante de seus propósitos. O País vai mal e a rainha encastelada não ceifa ministérios (em tempos de ajuste



ARTICULAÇÃO
Ao lado do ministro Gilberto Kassab, Dilma vai a Goiás para tentar fazer o governo andar. A falta de ação da presidente é um problema para o País

de contas, seria simbólico e altamente positivo enxugar a máquina), não assume os erros na condução da política econômica, não corta a corrupção pela raiz (até quando ela vai poupar antigos aliados?). Faz, enfim, apenas o que lhe convém — e não o que é necessário para tirar o Brasil do marasmo.

Na terça-feira 17, Dilma se encontrou com o rei sem trono, o ex-presidente Lula, e foi informada que o isolamento cada vez maior pode ser perigoso para a sobrevivência dela e do próprio PT. “Se não tem verba, use o verbo”, disse

Lula, sem paciência, ao ouvir a ladainha da falta de recursos e convicto de que é preciso melhorar a comunicação do governo. Lula fez lembrar a frase de Maria Antonieta. Ao ouvir de um cocheiro que o povo não tinha o que comer, a consorte da França saiu-se com um “se não têm pão, que comam bróchos”. Para ficar no campo da realeza, há alguns dias o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que “o rei está nu”, numa alusão às feridas escancaradas do governo. FHC tem lançado artilharia pesada. Falou que Dilma precisa vestir as sandálias da humildade e que a presidente “está perdendo as condições políticas de governar”. O tiroteio vem de todos os lados. Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia”.

Desde que se elegeu para o segundo mandato, a presidente tem evitado o diálogo com a sociedade. Nesse período,

escalou ministros para pronunciamentos vazios, deu respostas confusas sobre os temas que preocupam o País e, nos jantares forçados com aliados, fez promessas de aproximação que se desfizeram nos dias seguintes. Mesmo quando decidiu sair da clausura, fez isso de forma atabalhoada. Na quarta-feira, 18, escalou sua equipe para o lançamento do pacote anticorrupção prometido como resposta às manifestações. Com uma plateia repleta de assessores dispostos a aplaudir os discursos, o clima estava artificialmente favorável, embora o pacote não tenha trazido nenhuma novidade. É formado basicamente por projetos que já tramitavam no Congresso e outros discutidos há anos, como a Lei Anticorrupção, que prevê a punição de empresas envolvidas em práticas relacionadas ao desvio de recursos. A norma esperou na mesa de Dilma quase dois anos por regulamentação. Na semana passada, circularam na internet reportagens sobre o pacote anticorrupção lançado, repare bem, pelo governo Lula, em 2005. É praticamente a mesma coisa que foi proposta por Dilma. Uma década passou e o PT não atualizou suas ideias.

Antes de ser apresentado ao País, o pacote foi entregue aos presidentes da

A AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA

Quase 90% dos brasileiros consideram a atual gestão regular, ruim ou péssima

● Ruim/Péssimo
● Regular
● Ótimo/Bom

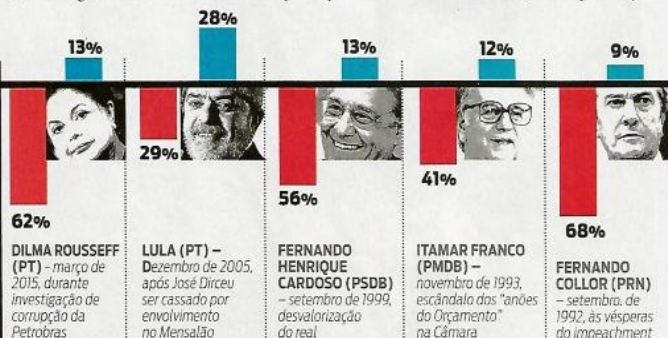


FOTOS: TABA BENEVOLO/POUHPRESS; FREDERIC JEAN/AGÊNCIA ISTO; ERNESTO RODRIGUES/POUHPRESS

EM BAIXA

O índice de rejeição da presidente é parecido com o de Fernando Collor às vésperas do impeachment

■ Ótimo/Bom
■ Ruim/Péssimo



Fonte: Datafolha

Brasil

Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ambos investigados, repare bem novamente, por envolvimento na Operação Lava Jato. Para confirmar que o governo se tornou refém desses políticos, uma reunião na véspera do lançamento do pacote levou o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, a detalhar as propostas para um público especial. Cardozo defendeu os pontos do pacote para parlamentares como Fernando Collor de Mello (PTB-AL), Benedito de Lyra (PP-AL) e Humberto Costa (PT-PE). Detalhe interessante: todos eles foram citados nas delações premiadas dos acusados de operar os desvios de recursos da Petrobras.

Alheios ao constrangimento de precisar submeter-se aos investigados, Dilma e seus ministros comemoraram o lançamento do pacote. "Acho que esse quadro de rejeição e queda de popularidade é reversível", disse, como se estivesse alheio à realidade, o secretário-geral da Presidência, Miguel Rossetto. O clima de otimismo durou pouco. Uma crise política repentina ofuscou a agenda positiva que ela tentou criar.

Proposta requeitada

As medidas anticorrupção de Dilma em 2015 se assemelham às de Lula em 2005



52 ISTOÉ 2364 25/3/2015



Enquanto os ministros se reuniam em seus gabinetes para avaliar a repercussão das propostas, o então ministro da Educação, Cid Gomes, fazia uma lambança na Câmara dos Deputados (leia reportagem à pág. 54).

Para colocar ainda mais obstáculos ao reinado dilmista, partidos de oposição apresentaram na semana passada um pedido de reconsideração ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, para que analise a possibilidade de a presidente ser incluída no rol de investigados da Operação Lava Jato. Embora tenha

DISTANCIAMENTO
Depois do protesto de 2 milhões de brasileiros, os ministros Miguel Rossetto e Eduardo Cardozo são escalados por Dilma para falar. Mas eles não dizem nada

sido mencionada em depoimentos dos delatores Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, Dilma foi retirada da investigação pelo procurador-geral Rodrigo Janot. Zavascki afirmou que encaminhará o pedido ao Ministério



LÁ E CÁ
Em 2005, ainda ministra, Dilma lançou um pacote anticorrupção. Dez anos depois, pouco mudou



Público Federal. Ilhada, a presidente tenta reagir, mas deixa evidente sua fragilidade e dependência do Congresso, que parece dedicado a lhe ser cada vez mais hostil. Dilma não tem sossego. Na quinta-feira 19, uma proposta aprovada no TCU (Tribunal de Contas da União) poderá levar a presidente a se tornar alvo de ações de fiscalização do órgão que apura desvios na Petrobras. Se isso acontecer, será a abertura das portas do inferno. A decisão permite que Dilma seja investigada, multada e tenha bens bloqueados. Mas isso é coisa da semana passada. Na próxima segunda-feira, na terça, na quarta e nos muitos dias à frente, Dilma provavelmente estará enredada em novos e escabrosos episódios. A rainha precisa sair de seu castelo. ■

FOTOS: JÓLIO CASTELLANO/AGÊNCIA FOTOS; JORGE WILLIAMS/AGÊNCIA O GLOBO; JAVIERO RETNA/UT/AGÊNCIA; PHOTO PRESS; DOKI SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO

Leonardo Attuch

attuch@istoe.com.br



AS LIÇÕES DA QUEDA DE CID GOMES

Quem governa o Brasil é ou não refém de "300 picaretas" ou de "400 achacadores"? Como sair desse impasse?

Muito antes de ser presidente, o então operário Luiz Inácio Lula da Silva denunciou a existência de "300 picaretas" no Congresso Nacional. Quando chegou ao poder, organizou a maior coalizão governista que já se viu no País. Uma coalizão, diga-se de passagem, que lhe permitiu governar, mas também trouxe problemas a ele, como no caso do chamado "mensalão", e a sua sucessora Dilma Rousseff, nos episódios da "faxina ministerial" e, mais recentemente, da Lava Jato.

Agora, foi a vez de Cid Gomes, ex-ministro da Educação, diagnosticar a presença de "400 achacadores" no parlamento – ou seja, a cota de "picaretas" teria aumentado 33,33%. Na quarta-feira, quando muitos esperavam que Cid pudesse se desculpar no Congresso, baixou nele o espírito de Cid, seu mais do que arretado irmão. Cid apontou o dedo para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e disse que é melhor ser chamado de mal-educado do que de achacador, reiterando sua acusação anterior. Naturalmente, caiu.

Para o governo Dilma, que atravessa um momento de convulsão política, teria sido melhor manter as aparências. Cid pediria desculpas, diria que tropeçou nas palavras inadvertidamente e a vida

seguiria em frente. Aliás, nada disso seria necessário se ele próprio tivesse sido demitido de forma sumária quando sua declaração vazou, há pouco mais de uma semana. Assim, seguiríamos a máxima de La Rochefoucauld: a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude.

Ocorre que, em momentos turbulentos, como o atual, a verdade tem mais valor do que a hipocrisia. Afinal, o que revela o "sinceridade" de Cid Gomes? Nada menos que o altíssimo custo da chamada governabilidade no Brasil. No momento em que o Brasil se vê, novamente, estarrecido com pagamentos a parlamentares, será que ninguém se pergunta qual é a origem disso tudo? E mais: será que ninguém vê realmente a necessidade de uma reforma política, apenas porque esta não era a bandeira dos protestos do dia 15 de março?

Pois o caso Cid tem tudo a ver com a Lava Jato e todos os outros escândalos recentes do País. A política, hoje, no Brasil é caríssima e leva ao financiamento privado, que leva à corrupção. A governabilidade, com a miríade de partidos, também é cara e produz corrupção. Só há uma saída: reforma política e com urgência.

53

Anexo 14 – Reportagem “Cid perde a cabeça”

Brasil

CID PERDE A CABEÇA

AINDA MINISTRO DA EDUCAÇÃO, ELE FOI CHAMADO DE PALHAÇO E RIDICULARIZADO EM PLENA CÂMARA. DEIXOU O CARGO MINUTOS DEPOIS DO SHOW DE DESCONTROLE, MAS MUITO DO QUE DISSE PARA OS DEPUTADOS ESTÁ EM SINTONIA COM O QUE PENSA A POPULAÇÃO

Ludmilla Amaral



O espetáculo burlesco que o então ministro da Educação Cid Gomes (Pros-CE) encenou no Congresso na quarta-feira 18 é a prova definitiva de que alguns súditos da presidente Dilma mais atrapalham do que ajudam o governo a sair do enroscos em que se meteu. **Cid sempre foi conhecido no meio político pela falta de modos e pelo temperamento intempestivo, características que o impeliam a disparar desaforos em situações incômodas.** Na semana passada, bateu seus próprios recordes de destempero ao discutir com parlamentares em plena Câmara dos Deputados. O detalhe é que ele havia ido ao plenário pedir desculpas por ter dito em uma palestra, duas semanas antes, que havia no Congresso “uns 300 ou 400 achacadores”. O show de descontrole fez Cid passar por momentos de ridículo que não são dignos de um ministro e expôs, mais

uma vez, toda a desarticulação e fragilidade do governo federal. Ao mesmo tempo, suas frases ditas na tribuna sobre os parlamentares ecoaram positivamente em grande parte da sociedade. Afinal, quantos brasileiros não gostariam de ter dito o que Cid Gomes disse, em plena Câmara dos Deputados?

“Sempre tive profundo respeito pelo Parlamento. Isso não quer dizer que eu concorde com a postura de alguns, de vários, de muitos, que mesmo estando no governo, os seus partidos participando do governo, tenham postura de oportunismo”, afirmou, antes de emendar. “Partidos de oposição têm o dever de fazer oposição. Partidos de situação têm o dever de ser situação. Ou então larguem o osso e saiam do governo!” Os parlamentares já estavam revoltados

com a declaração de Cid, até que ele complementou o discurso apontando o dedo em riste diretamente para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). “Eu fui acusado de ser mal educado. Eu prefiro ser acusado por ele (Cunha) a ser como ele, acusado de



“Prefiro ser acusado por ele (Cunha) de mal-educado a ser, como ele, acusado de achaque”

Cid Gomes, então ministro da Educação

achaque.” Parlamentares, como o líder do PMDB, Leonardo Piciani (RJ) e do PSC, André Moura (SE), saíram em defesa da Casa e afirmaram que Cid não tinha mais moral para continuar como ministro. O ex-governador seguiu a artilharia, dessa vez contra o PMDB: “Alguns querem criar dificuldades pra conseguir mais um ministério (...) tinha um que só tinha cinco. Criou dificuldades, conquistou o sexto. Agora quer o sétimo. Vai querer o oitavo. Vai querer a Presidência da República.” O acalorado

O irmão falastrão

Assim como o irmão Cid, Ciro Gomes, ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e ministro da Integração no governo Lula, tem a língua afiada. Confira algumas frases polêmicas do atual secretário de saúde do Ceará



“Quem compra carro com ágio é otário. Quem vende é ladrão” (1994)

“A minha companhia tem um papel fundamental. Ela dorme comigo (2002, sobre a mulher Patrícia Pillar)

“O PMDB é um ajuntamento de assaltantes” (2010)

“O grande problema de Dilma é que ela está pilotando uma aliança que é assentada na base da putaria” (2013)



ATAQUE Cid Gomes discute com os parlamentares na quarta-feira 18: o objetivo inicial do discurso do então ministro era pedir desculpas por ter dito que havia no Congresso “uns 300 ou 400 achacadores”

bate-boca foi subindo de tom até que o então ministro foi chamado de palhaço pelo deputado Sérgio Zveiter (PSD-RJ), teve seu microfone cortado e saiu sem se despedir. O PMDB, aliado histórico do PT e maior bancada no Congresso Nacional, mal esperou ele deixar o plenário e anunciou que a sigla não votaria mais projetos de interesse do Executivo enquanto Cid Gomes continuasse à frente da Educação. A ameaça surtiu efeito. Enquanto o político do Pros seguia em direção ao Planalto, sua demissão já estava certa. O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, foi quem deu a notícia a Eduardo Cunha, que anunciou-a em primeira mão. O presidente da Câmara comemorou como se exibisse a cabeça de Cid a seus pares. Foi ovacionado pela plateia.

Apesar de dizer que seria ministro “enquanto a presidente Dilma desejasse”, a demissão de Cid era vista como planejada. Ele já sabia que sua permanência no governo estava em pauta, por conta dos constantes embates com o Congresso, e que Dilma pretendia fazer uma reforma ministerial para contentar o PMDB. Seu discurso no

plenário teria sido a forma encontrada para deixar o cargo de cabeça erguida, dizendo aos deputados o que os brasileiros têm dito nas ruas. “A minha declaração na Câmara cria dificuldades para a base do governo. Portanto, eu não quis criar nenhum constrangimento. Pedi demissão em caráter irrevogável”, declarou. A família também o influenciou na decisão. Seu irmão, Ciro, secretário de Saúde no Ceará e famoso por suas frases controversas (leia quadro), lhe aconselhou a manter a declaração polêmica feita dias antes de seu encontro com parlamentares.

Na quinta-feira 19, a presidente negou que esteja realizando uma reforma ministerial. “Estou fazendo uma alteração pontual. As circunstâncias às vezes obrigam você a fazer uma que outra mudança”, disse. Com a saída de Cid, o secretário executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa, comandará o Ministério da Educação interinamente. ■

Brasil

DE NOVO, A CULPA É (SÓ) DO TESOUREIRO?



COMO NO CASO DELÚBIO, O PT QUER COLOCAR TODA A RESPONSABILIDADE PELA CORRUPÇÃO DO PARTIDO APENAS NOS OMBROS DOS ARRECADADORES DE DINHEIRO

Josie Jerônimo

João Vaccari Neto e Delúbio Soares nunca tiveram títulos na nobreza do PT. Na hierarquia da sigla eles pertencem, no máximo, à ordem dos escudeiros. A fidelidade inabalável de Vaccari e Delúbio ao projeto de poder da legenda os lançou em uma função inglória: a tesouraria do partido. Em 2000, o PT adotou um discurso mais ameno para ampliar o perfil do eleitorado. A mudança acarretou uma guinada de vida no partido, que começou a forrar seus cofres para financiar um duradouro projeto de poder. Delúbio assumiu a Secretaria Nacional de Finanças. Só saiu de lá em 2005, denunciado como um dos operadores do mensalão. Vaccari é o Delúbio da vez. Na segunda-feira 16, ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por corrupção e lavagem de dinheiro. Contra o tesoureiro pesam depoimentos de dois ex-funcionários da Petrobras e quatro empreiteiros que fizeram acordos de delação premiada. Todos unânimes em apontá-lo como recolhedor de propinas para o PT. Com as acusações decorrentes da Operação Lava Jato, caiu por terra a

VACCARI Ele mascarou as propinas que o PT recebeu no esquema da Petrobras em forma de doação oficial de campanha

defesa ferrenha que alguns petistas faziam da honra de Vaccari. Internamente, antigos companheiros pedem seu afastamento da secretaria de finanças para preservar o partido. As apurações da Polícia Federal e do MPF indicam que US\$186 milhões em propina teriam passado pelas mãos do homem responsável por arrecadar dinheiro para o PT. Segundo os delatores, o dinheiro abasteceria o caixa de campanha da presidente Dilma Rousseff. Ainda assim, a degola de Vaccari pedida pelos correligionários sugere uma estratégia marota: colocar todos os malfeitos do partido nos seus

OS HOMENS DAS FINANÇAS

Responsáveis pelo cofre do PT em momentos críticos para o partido, Delúbio Soares e João Vaccari Neto colecionam escândalos. As investigações do Mensalão e da Lava Jato mostram que ambos burlaram leis para arrecadar fundos para a legenda, mas com métodos diferentes

Delúbio Soares 2000 a 2005

1 O ex-tesoureiro foi condenado por corrupção ativa em 2012 por organizar repasses de recursos obtidos ilícitamente

2 O esquema de cooptação da base parlamentar por pagamento de mesadas e da operação do caixa 2 da campanha era centralizado na figura do operador Marcos Valério

ombros, evitando que as denúncias extrapolassem para outros nomes.

O mesmo ocorreu com Delúbio no escândalo do Mensalão. O tesoureiro foi para o altar dos sacrifícios, admitiu que arrecadava recursos além do contabilizado pelas campanhas eleitorais e figurou como coordenador do “núcleo central da quadrilha” no processo do mensalão. **Ele foi o único, entre os oito petistas investigados por participar do esquema, a ser expulso do partido. Saiu em 2006, mas retornou aos quadros de filiados em 2011, após a eleição de Dilma.** O ex-tesoureiro foi condenado a seis anos e oito meses de prisão, passou cinco meses no presídio da Papuda e outros cinco em regime semiaberto. Em setembro, ganhou o direito de cumprir o restante da pena em casa.

Se as descobertas dos investigadores da Lava Jato forem confirmadas na Justiça, Delúbio e Vaccari ficarão na história do reinado petista como os responsáveis por ilícitos financeiros que beneficiaram da alta cúpula

3

O publicitário negociava com as empresas em nome do PT e do governo e Delúbio distribuía o dinheiro. Parte dos recursos não contabilizados vinha em forma de “empréstimos”. O partido recebia os valores levantados por Valério sem dar garantia de pagamento. A quitação das dívidas ocorria por meio de tráfico de influência no governo para socorrer os empresários doadores

do partido aos diretórios no interior do País. Embora tenham trajetórias parecidas, os dois adotaram práticas diferentes. O modus operandi usado por Vaccari pouco lembra o antigo estilo de arrecadação posto em prática por Delúbio. A falta de uma legislação eleitoral que obrigasse o detalhamento da prestação de contas explica, em parte, a opção de Delúbio pelo esquema de caixa 2. Uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2002 obrigou candidatos e comitês financeiros a expor em minúcias as receitas e despesas. Essa regra dificultou a vida de Delúbio. Em uma reunião do Diretório Nacional, no mesmo ano, o então tesoureiro discursou contra a divulgação do nome dos doadores e disse uma frase que entrou para a história. “Transparência demais é burrice.” Transparência não foi um problema para Vaccari. As investigações mostram que ele mascarou as propinas que o PT recebeu no esquema da Petrobras em forma de doação oficial de campanha.

DELÚBIO Quando era tesoureiro do PT, ele disse que transparência demais é burrice

João Vaccari Neto 2010 até agora

1 Investigações do Ministério Público apontam que Vaccari sofisticou o esquema irregular de arrecadação ao trocar a prática de caixa 2 de campanha por doações oficiais de parte do montante da propina obtida com o esquema da Petrobras

2 Em vez de centralizar as operações em um único homem, ele transitava entre empreiteiros do cartel e negociava comissões com os indicados do PT para diretorias da Petrobras

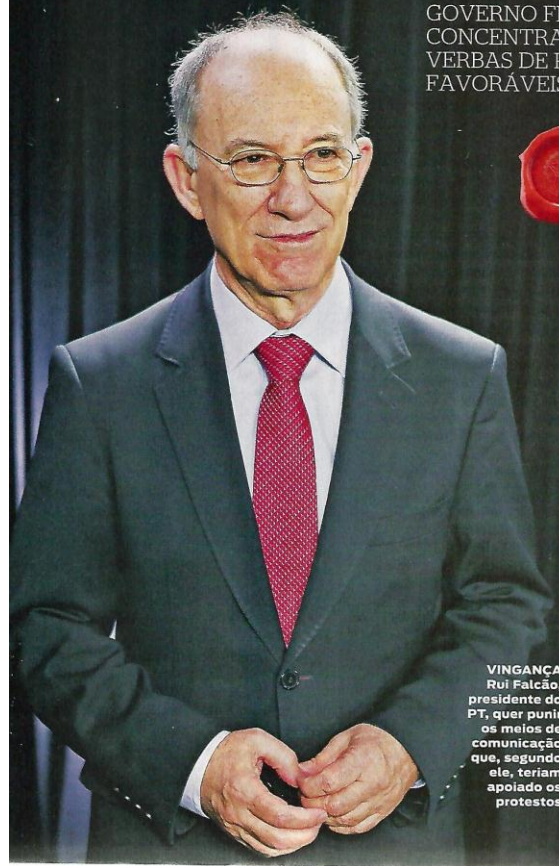


Anexo 16 – Reportagem “Censura com dinheiro público”

Brasil

CENSURA COM DINHEIRO PÚBLICO

GOVERNO FEDERAL E PT PLANEJAM CONCENTRAR AINDA MAIS AS VERBAS DE PUBLICIDADE A VEÍCULOS FAVORÁVEIS À PRESIDENTE DILMA



VINGANÇA
Rui Falcão, presidente do PT, quer punir os meios de comunicação que, segundo ele, teriam apoiado os protestos

Em movimentos distintos, mas extremamente preocupantes, o governo federal e o PT deram mostras na semana passada de que estão determinados a instalar no Brasil um modelo de censura aos meios de comunicação feito com dinheiro público. Algo parecido com o que ocorre na Argentina, onde a presidente Cristina Kirchner usou seus recursos para enfraquecer o principal grupo de mídia do país, o Clarín, e na Venezuela, nação na qual o presidente Nicolás Maduro silencia qualquer veículo com ímpeto oposicionista. As ações observadas ao longo dos últimos dias por aqui apontam para a tentativa de asfixiar financeiramente os veículos que mantêm uma posição independente e crítica – como determinam as regras de uma imprensa de qualidade – e não se colocam a serviço da administração sob o comando da presidente.

Uma das estratégias para minar o fôlego dessas publicações é reduzir a verba publicitária a elas destinada pelo governo federal. Esta ação ganha a alcunha de “guerrilha política”, em um documento do Planalto que ficou conhecido esta semana. O texto, vazado da Secretaria de Comunicação da Presidência, recorre a outras tantas expressões belicosas para explicar o que o governo pretende fazer. Boa parte disto, por sinal, já está adotado no tratamento com publicações não alinhadas com Dilma ou o PT. O oposto

também está se tornando uma prática: a oferta sistemática de anúncios de estatais a sites, blogs e outros veículos simpáticos à administração da presidente. O documento do Planalto explicita, sem o menor pejo, a opção pelos amigos da corte: “A guerrilha política precisa ter munição vinda de dentro do governo, mas ser disparada por soldados de fora”.

Um dos indícios de que o método pode se aprofundar como forma de ação em relação à mídia veio pelas palavras do presidente nacional do PT, Rui Falcão. Reunido com a bancada do partido para avaliar as consequências das manifestações do domingo, 15 de março, Falcão defendeu que o governo restrinja ainda mais as verbas publicitárias aos meios de comunicação que, na sua opinião, teriam apoiado o ato ou convocado a população a sair às ruas. “Não se enganem. O monopólio da mídia não será quebrado apenas nas redes sociais. Isso é uma ilusão”, disse o dirigente petista.

Falcão levantou a bandeira de que é preciso haver uma quebra do que ele considera um monopólio das comunicações. “Isso deve ser feito por meio de uma nova política de anúncios para os veículos da grande mídia”, afirmou. Para defender sua tese, o político reclamou da Rede Record. “A Record, que sempre teve simpatia maior por nós, no domingo começou em rede aberta a convocar a manifestação”.

O documento da Secretaria de Comunicação, comandada pelo ministro Thomas Traumann, descreve as dificuldades do governo em relação à comunicação e a classifica como “errada e errática”. O texto é dividido em três partes: “onde estamos”, “como chegamos até aqui” e “como virar o jogo”. É neste último trecho que residem sugestões de concentrar ainda mais os gastos com os veículos parceiros.

CERCO Berzoini, à esq., quer a regulação da mídia. Traumann defende anúncios em veículos que defendem Dilma

Aponta-se ainda a necessidade de se investir na publicidade feita na cidade de São Paulo, administrada pelo petista Fernando Haddad. “A publicidade oficial em 2015 deve ser focada em São Paulo, reforçando as parcerias com a prefeitura. Não há como recuperar a imagem do governo Dilma em São Paulo sem ajudar a levantar a popularidade do Haddad.” A leitura que se pode fazer disso é que a solução desenhada para a crise de comunicação enfrentada pelo governo Dilma é financiar, com dinheiro público, aqueles que o defendem.

A divulgação do documento aprofundou a confusão política das últimas semanas. Traumann saiu de licença horas após o vazamento. Era previsto que voltasse ao trabalho na segunda-feira 23, mas se especulava que poderia ser o próximo a deixar o governo. A oposição reagiu. O senador Aloysio Ferreira (PSDB-SP) pediu a demissão do ministro, anunciou que pedirá a sua convocação para depor na Comissão



de Comunicação do Senado e irá requerer uma investigação ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot. “Ele está propondo uma ação conjunta e coordenada entre a divulgação institucional de atos do governo, cargo do órgão federal, e os blogs ditos progressistas, com a finalidade de destruir a reputação de adversários, num verdadeiro terrorismo ideológico”, disse.

Quem pode se fortalecer com a polêmica é o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, parte da cota do PT do ministério. O partido tem interesse em concentrar as ações de comunicação do governo e a pasta hoje comandada por Traumann é fundamental nesta política. Ela responde pelas relações do governo com todos os veículos e também pela publicidade institucional. O investimento total de propaganda do governo federal foi de R\$ 2,3 bilhões.

Berzoini defende a regulação da mídia, um projeto antigo do PT que enfrenta resistência dos que defendem a liberdade plena de expressão e também do PMDB, da base aliada de Dilma. A questão é que o governo ainda não convenceu ninguém de que seu propósito não é o de domesticar a imprensa livre do País. A movimentação do PT e do Planalto esta semana serve para ampliar esta desconfiança, pois o uso de dinheiro público (que deveria servir para campanhas de interesse público) para favorecer políticos e partidos ofende a Constituição. É esta é uma das fronteiras que distingue os regimes democráticos dos autoritários. ■

FOTOS: SÉRGIO LIMA/UTAHAMRETS; ANDRÉ MACIEL/AG. LUSTRE; UELIEL MANFREGUEIRA/REUTERS

Anexo 17 – Reportagem “FIES: a barbearagem do governo”

Comportamento

FIES, A BARBEIRAGEM DO GOVERNO

ESPERA Fila de alunos na FMU, em São Paulo, para regularizar contratos com o Fies. Problemas com o sistema do programa impedem que universitários renovem acordos e façam novas matrículas

CHOQUE DE REALIDADE

O governo tem anunciado alterações no FIES desde dezembro de 2014, mas voltou atrás em alguns pontos diante da pressão de instituições de ensino e estudantes

COMO ERA	COMO FICOU
Não havia percentual máximo de reajuste de mensalidade	Foi estabelecido um teto de 4,5% e, logo depois, de 6,4%. Na terça-feira 17, o governo afirmou que todos os alunos de universidades com aumento acima desse valor podem renovar o contrato normalmente, mas que a instituição deverá dar explicações
A nota no Enem não era classificatória para os contratos	O estudante precisa ter uma pontuação mínima de 450 pontos e não zerar na redação
Governo repassava mensalmente o subsídio às universidades	O repasse será de oito parcelas por ano. As outras serão repassadas posteriormente
Qualquer curso poderia fazer parte do programa	Cursos com nota 5, conceito máximo estabelecido pelo governo, terão prioridade

Problemas sistemáticos no programa de financiamento estudantil, depois de uma série de medidas desastradas do MEC, comprometem o futuro de estudantes em todo o País. Está cada vez mais difícil renovar contratos e fazer novas inscrições

Camila Brandalise

Estava ruim e ficou pior. Nos últimos três meses, desde que foram anunciadas mudanças no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), alunos do ensino superior e aspirantes a universitários têm enfrentado dificuldades para renovar contratos e requerer o subsídio pela primeira vez. Basicamente, a alegação é que há instabilidade no sistema, o SisFies. Mas, antes disso, a definição de um teto de reajuste de mensalidades (6,4%), a exigência de nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e várias outras circunstâncias estabelecidas já limitavam

o acesso ao programa. As trapalhadas culminaram com um discurso da presidente Dilma Rousseff, que deu como desculpa para tanta confusão o fato de ter deixado o Fies na mão de universidades particulares, o que explicaria o aumento drástico e descontrolado de vagas. Mas agora o estrago já está feito e a situação fica cada dia mais dramática, já que o Ministério da Educação (MEC) não presta esclarecimentos sobre as novas regras nem às instituições nem aos alunos. **Para exigir uma solução do governo, entidades estudantis e universidades apelam para a Justiça, movendo ações contra a União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** O maior prejudicado pela barbearagem,

claro, tem sido o estudante, que vê se esvaír o sonho do diploma. Percebendo que, em vez de respostas, surgem apenas mais dúvidas, alunos de diversas instituições têm organizado manifestações em diferentes cidades do País para chamar a atenção para os problemas enfrentados. Em São Paulo, um grupo das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) bloqueou parte de uma avenida no Centro para protestar por não conseguir ser atendido pela instituição, que alegou problemas no sistema. No segundo ano do curso de Direito da Universidade São Judas Tadeu, também na capital paulista, Carla Natacha Gomes da Silva, 23 anos, alega que protestar é a única opção possível.

“Se os problemas não forem solucionados, pretendo juntar outros alunos e fazer manifestações. Meu risco é grande, caso não tenha o financiamento terei que trancar o curso.” Carla diz que não consegue renovar seu contrato, firmado em 2012, por problemas insignificantes. “Há vezes que meu CPF é considerado inválido. Outras, o erro aparece ao preencher o CEP de casa”, diz. Segundo o advogado especializado em financiamento estudantil Saulo Rodrigues, a confusão coloca em jogo o princípio universal do livre acesso à educação. “Por isso, quem se

PROTESTO Manifestação de alunos da Furb, de Blumenau (SC). Diretório de estudantes venceu ação civil pública contra União para que todos os contratos com o Fies sejam renovados

sentir lesado pode acionar o judiciário”, afirma. É o que universitários e instituições já estão fazendo. Na Faculdade Regional de Blumenau (Furb), em Santa Catarina, o diretório central dos estudantes entrou com uma ação civil pública contra a União e o FNDE. Na terça-feira 17, uma juíza da vara federal da cidade deferiu o pedido e deu à União o prazo de dez dias para regularizar todos os contratos, caso contrário a multa será de R\$ 10 mil por dia, segundo o presidente da entidade estudantil, John Maicon Albanis, 23 anos. “Entramos em contato com o MEC por vários motivos e o ministério nunca se manifestou. A saída legal foi a única alternativa para resolver o entrave”, diz. Ainda cabe recurso da decisão. Medidas similares foram tomadas em outras partes do País, como Distrito Federal, Alagoas, Pará e Paraíba. “Nesses últimos dias, o cenário só melhorou porque os prejudicados estão tendo ganho de causa”, afirma Elizabeth Guedes, vice-presidente Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e diretora executiva da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (Abraes). Além de travas no sistema, outra reclamação dos alunos, segundo Elizabeth, é a exigência da nota de corte de 450 pontos no Enem para novos contratos. “É prejudicado, principalmente, quem vem de camadas sociais menos favorecidas”, diz. “No fundo, é

60 ISTOÉ 2364 25/3/2015

FOTOS: MARCELO D'SANTOS/FRAME/AS, O GLOBO, JANE BATISTA DA SILVA/ILDO DO JANE

61

Comportamento



REVOLTA Em diferentes cidades do País jovens tentam chamar a atenção do governo, já que o MEC não explica como proceder. Em São Paulo, Carla Silva (abaixo) segura abaixo-assinado: a estudante de direito ainda não conseguiu renovar seu contrato



tudo problema de orçamento, não acredito que tenha a ver com preocupação com a qualidade do ensino.”

Por todo Brasil, instituições reclamam também da falta de atenção do MEC. Em comunicado, a Universidade Veiga de Almeida, do Rio de Janeiro, sinaliza que o maior problema é a falta de informações oficiais com relação a todas as mudanças, gerando uma grande preocupação nos estudantes. “Passamos todas as informações obtidas, que são aquelas veiculadas pela imprensa”, afirmou a entidade. A Veiga de Almeida não foi informada oficialmente sobre a quantidade de vagas do programa. Mesmo assim, muitos alunos não conseguem concluir o pedido de novo contrato porque o sistema acusa não haver mais vagas. Além disso, os estudantes de Enfermagem, que possui o conceito 5, o máximo atribuído pelo MEC, deveriam ser automaticamente contemplados pelo Fies, mas também não puderam se inscrever ainda. “Até o dia 19 de março, o FNDE não se pronunciou a respeito, embora já tenhamos enviado uma solicitação específica pedindo orientação”, informa a Veiga de Almei-

da. Em Brasília, o Centro Universitário Estácio adiantou o lançamento de um programa próprio de financiamento estudantil para suprir a lacuna. “Sempre acompanhei os processos de renovação de contratos e de novos inscritos no Fies bem de perto. Nunca tivemos tantos problemas quanto neste ano”, diz Adriano Luís Fonseca, reitor da entidade.

PROGRAMA EM CRISE

Número recorde de inscritos e investimentos ambiciosos levaram o governo a rever a concessão de financiamentos aos estudantes

1 milhão

De universitários, aproximadamente, ainda não conseguiu renovar seu contrato com o Fies a pouco mais de um mês do prazo final. Até quinta-feira 12, mais de 830 mil de um total de 1,9 milhão foram aditados

20%

Dos jovens devem ficar de fora do programa por causa da nota de corte de 450 pontos no Enem

R\$ 13,7 bilhões

Foi o valor gasto com o programa em 2014, quase o dobro do ano anterior

250 mil

Novos contratos é a estimativa para 2015. Menos da metade do registrado no ano passado, quando 732 mil novos alunos entraram no programa



Elizabeth Guedes, representante de entidades ligadas ao ensino superior, classifica os recentes acontecimentos como desumanos. “Estão jogando os alunos contra as escolas”, diz. Segundo ela, se Dilma conhecesse a burocracia do sistema, ela não teria feito a crítica sobre o programa estar nas mãos das universidades particulares. “Ela não sabe nem como foi feito. As decisões partiram do MEC. É fumaça para esconder erro de planejamento orçamentário.” Especialistas concordam que, por se tratar de dinheiro público, é justo que o governo delimite as regras e decida como vai distribuir a verba. O problema é ter feito de uma hora para outra, sem planejamento, sem conversa com entidades da área e, pior, com pouquíssimos esclarecimentos aos afetados. Para Renato Hyuda de Luna Pedrosa, coordenador do laboratório de estudos em educação superior da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os investimentos destina-

dos ao Fies de fato aumentaram muito, pulando de R\$ 7,57 bilhões em 2013 para R\$ 13,75 bilhões em 2014. “Há um custo para o tesouro. Como no primeiro mandato da presidente não houve tanto controle fiscal, agora o governo está repensando esse crédito subsidiado.” Porém, como se vê pelo desespero dos estudantes, essa revisão está sendo feita da pior maneira possível. ■

Anexos das reportagens da revista *Veja*

Anexo 18 – Reportagem “O poderoso Cunha”



Brasil

O PODEROSO CUNHA

O recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados emerge como uma força surpreendente, capaz de demitir ministro e imprimir derrotas acachapantes ao Planalto. Até onde ele quer chegar?

ADRIANO CEOLIN

Ao anunciar no plenário da Câmara, impávido por trás dos óculos, que o ministro da Educação acabava de ser demitido, o presidente da Casa, Eduardo Cunha, dirimiu qualquer dúvida sobre a relação existente entre o poder e o vácuo. Como na natureza, o primeiro abomina o segundo. Sendo assim, ao enfraquecimento do Poder Executivo, materializado na reprovação recorde da presidente Dilma Rousseff, sobreveio o imediato fortalecimento do Legislativo — embalado na figura até há pouco desconhecida de Cunha.

Eleito para o quarto mandato de deputado federal com 233 000 votos, Eduardo Cunha conquistou a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, contra a vontade da

DISCIPLINA E OBSESSÃO
Tido como ambicioso e hábil, Eduardo Cunha aproveita o vácuo aberto pela crise política: para amigos, ele não chegou nem ao meio da escada

50 | 25 DE MARÇO, 2015 | veja

veja | 25 DE MARÇO, 2015 | 51

FOTOGRAFIA: EVANILDES

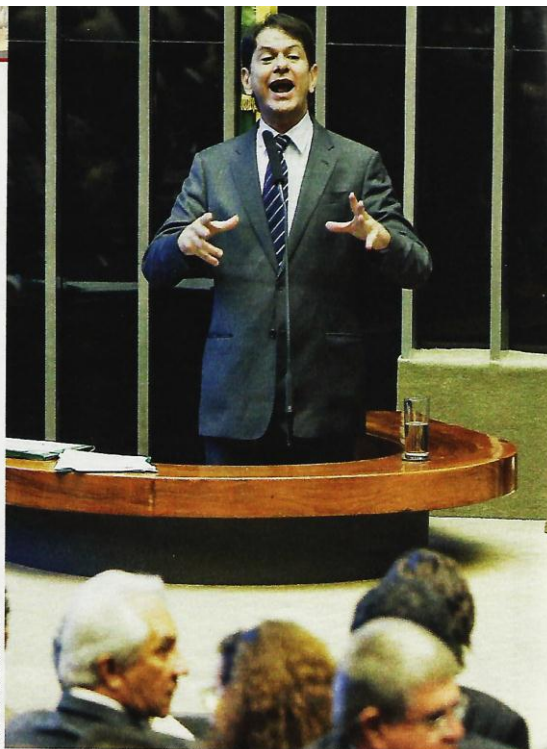
Brasil

DEMITIDO Após apontar a existência de “achacadores” no Congresso, Cid Gomes acabou demitido. Cunha foi quem anunciou sua saída

petista. Desde então, ele vem impondo à presidente uma sequência de derrotas e constrangimentos. Quanto mais ela se fragiliza, mais ele exercita os músculos. Esse intercâmbio de poder ficou claro na semana passada. Cunha convocou Cid Gomes a prestar esclarecimentos na Casa por ter declarado que lá se encontravam “400, 300 achacadores”. Cid entrou ministro da Educação e quando saiu era ex-ministro. Cunha exigiu a sua demissão e conseguiu. Para sublinhar a vitória, anunciou ele próprio a saída do ministro — e fez isso sentado em sua cadeira de presidente da Câmara, antes mesmo da divulgação oficial da notícia.

Ao mandar para casa um quadro pertencente à cota pessoal da presidente e peça-chave na estratégia governista de reduzir o poder do PMDB, Cunha, aos olhos de correligionários, “vingou” a sigla. Colegas passaram a chamá-lo de “primeiro-ministro”. “Ele se tornou a principal pessoa a enfrentar o PT e o governo. Isso estava faltando ao nosso partido”, diz o ex-presidente José Sarney. Não que a proverbial incontinência verbal da família Gomes não tenha facilitado a façanha.

Cid Gomes — como já havia feito antes seu irmão, Ciro Gomes, ex-ministro e ex-candidato a presidente da República — saiu praticamente sozinho, derrubado



DETA SAMPAR/ESP/ALTO LENTÍFONO

Cunha, o pragmático

1991

O nascimento político

Economista, Eduardo Cunha entrou no setor público ao assumir a presidência da Telcel por indicação de PC Farias, tesoureiro de Fernando Collor. Saiu em 1993, depois do impeachment. Voltou a ser indicado em 1996, pelo PP. “Para nós, deputados, foi a melhor gestão. A gente pedia uma linha, um orelhão, ele atendia em uma semana”, justificou o pai da indicação, o então deputado Francisco Silva. FHC rechaçou seu nome.



CHERNA GRANT/ALTO LENTÍFONO

Economista oriundo do setor privado, o presidente da Câmara fez carreira na política com alianças controversas mas bem-sucedidas

1996

A conversão

Por influência do novo padrinho político, Cunha converteu-se à religião evangélica e entrou para a Sara Nossa Terra, do bispo Robson Rodolfo. Em 1996, conheceu a segunda mulher, a apresentadora da Rede Globo Cláudia Cruz. Disposto a engrenar na política, candidatou-se em 1998 a deputado estadual, mas teve apenas 15.000 votos e virou suplente. Foi a primeira e última derrota. Desde então, ele ganhou um programa diário, que mantém até hoje na rádio de Silva, a Melodia, uma das mais ouvidas no Rio. Aliou-se a Anthony Garotinho e passou a trabalhar dia e noite para vencer a eleição seguinte.



SÓ NO RECADINHO

O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, ligou para Cunha para avisar que Cid sairia: para peemedebistas, foi a vingança

lácio do Planalto. Na prática, isso tem um preço. Os chanceladores exigem cargos, verbas e recursos para suas campanhas políticas. A consequência disso é o loteamento de cargos e os propinquitos instalados nos ministérios e nas estatais — como é o caso do mensalão, feito em torno do Banco do Brasil, e do petróleo, montado na estatal brasileira do petróleo. Para ficarmos com uma única comparação, mas que confirma a excepcionalidade do arranjo de poder no Brasil, nos Estados Unidos as leis são feitas pelos deputados e senadores. O Orçamento também é de responsabilidade do Parlamento. Portanto, é salutar a crescente independência demonstrada pelo Congresso Nacional em Brasília. O símbolo mais acabado destes novos tempos é o deputado Eduardo Cunha.

ED FERRERA/ESTÁDIO CENTÚRIO

pela própria língua. Sua fala no plenário da Câmara começou com uma tentativa débil de se desculpar e terminou aos berros, com mais acusações de achaque, dessa vez dirigidas especialmente ao presidente da Casa. Orientado por ele, o PMDB ameaçou abandonar a base governista. “Se a presidente não o demitisse, estaria indicando que não há Legislativo no Brasil”, declarou Eduardo Cunha. “Apenas defendi o Poder. O conceito de Parlamento submisso estava muito enraizado.” A presidente não gosta do deputado. Em privado, já repetiu o que Cid Gomes disse em público.

Dilma não tem força para confrontar o peemedebista ou impor-se ao Congresso.

Isso é novidade no presidencialismo brasileiro, um sistema cuja estabilidade repousa no excessivo poder do chefe do Executivo e na fragmentação dos partidos no Congresso. Desde a redemocratização, o presidente da República do Brasil faz as leis e o Orçamento, relegando o Congresso ao papel de chancelador das decisões do Pa-

ranjo de poder no Brasil, nos Estados Unidos as leis são feitas pelos deputados e senadores. O Orçamento também é de responsabilidade do Parlamento. Portanto, é salutar a crescente independência demonstrada pelo Congresso Nacional em Brasília. O símbolo mais acabado destes novos tempos é o deputado Eduardo Cunha.



FEDERICO LANCER/ALTO LENTÍFONO

1999

Aliança profícua

No governo Garotinho, foi presidente da companhia de habitação e deputado estadual influente nos bastidores. Conseguiu para a Delta, então uma empreiteira pernambucana em busca de negócios no Rio, os primeiros contratos de obras públicas no estado. Hoje, Cunha e Garotinho estão rompidos.



BERG BILAN/ALTO LENTÍFONO

2015

A vitória na Câmara Cunha consagrou sua estratégia vitoriosa para a presidência da Câmara ainda nas eleições de 2014. Além de conquistar a terceira maior votação do Rio para o Parlamento, ele arrecadou recursos entre empresários amigos para a campanha de dezenas de aliados no baixo clero, negociou o voto de cada deputado em troca de cargos e chegou a Brasília com a fatura praticamente liquidada. Venceu no primeiro turno e derrotou o PT e o PSDB, que apoiou outro candidato.

Brasil

A central de trapalhadas em que se transformou o Executivo ajuda muito a resurgência do Congresso. Como Lula no auge do mensalão, Dilma tentou, na semana passada, se apossar da bandeira do combate à corrupção, anunciando um mal-ajambrado e inconvincente conjunto de medidas. Foi atropelada pelos fatos. Acusado por delatores do petróleo de arrecadar propina para financiar campanhas petistas, inclusive a de Dilma em 2010, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, foi denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Em depoimento às autoridades, Eduardo Leite, até recentemente vice-presidente da Camargo Corrêa, declarou que Vaccari exigiu 10 milhões de reais em doações eleitorais ao PT como forma de compensar o atraso no pagamento de propinas devidas ao partido. Além disso, Renato Duque, ex-diretor de Serviços da estatal, apadrinhado por Lula e José Dirceu, foi preso novamente. Dirceu, por sua vez, entrou definitivamente na mira dos investigadores por ter recebido quase 30 milhões de reais como consultor de grandes empresas, muitas delas investigadas na Operação Lava-Jato (leia reportagem na pág. 64). É difícil haver um cenário pior para o governo. Não há agenda positiva planejada pelos marqueteiros oficiais que resista à realidade do maior esquema de corrupção da história do Brasil. Dilma está acossada pelo avanço das investigações do petróleo e pelos números pífios da economia.



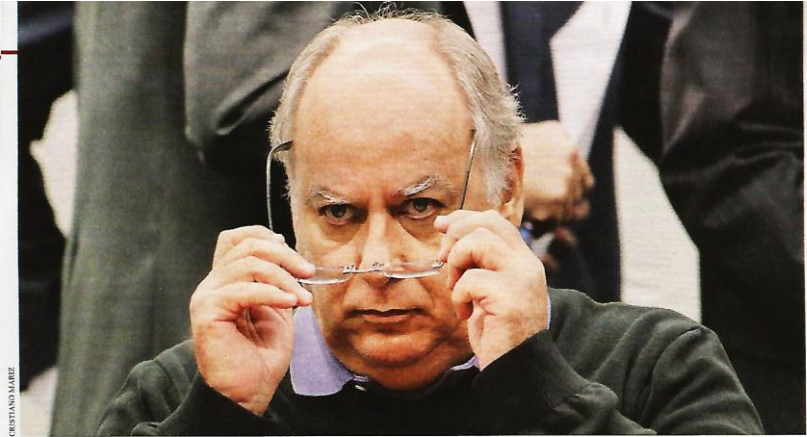
Do outro lado da Praça dos Três Poderes, impávido, líder de bancada fiel, agindo em estrita obediência à Constituição e ao regimento da Casa, o deputado Eduardo Cunha passa a impressão de ser a única referência do mundo político que não está se derretendo no ar. Quando Dilma e o PT reagiram ao recado das manifestações de rua do domingo 15 com a proposta de uma altamente suspeita reforma política, Eduardo Cunha atirou na testa. "Não vi ninguém nas ruas pedindo reforma política. As pessoas pediram a reforma do governo." Em reuniões privadas, Cunha tem explicado por que não vai encampar propostas de reformas políticas de iniciativa do PT. "O partido do governo quer uma reforma que satisfaça apenas a ele próprio. Isso é inaceitável." O presidente da Câmara foi também o primeiro político poderoso da base aliada do gover-

no a entender e refutar sem rodeios o projeto hegemônico petista. "O PT não quer diálogo. Nunca quis. O que o PT quer é o monólogo." Isso não é novidade para ninguém familiarizado com o projeto petista de poder. A novidade está no surgimento de um político capaz de se levantar com sucesso contra esse estado de coisas.

Cunha fez carreira na Câmara com base em sua decantada capacidade de trabalho, disciplina e conhecimento das regras do jogo. Enquanto a maioria dos parlamentares delega as questões mais complexas para os assessores legislativos, Cunha, que é economista, estuda e domina os assuntos. Não é por acaso que, dada alguma demanda complexa de setores empresariais, o nome dele é o primeiro a ser lembrado como interlocutor na Câmara. Como só relógio trabalha de graça, Eduardo Cunha, conta-se, cobra caro dos empresários por sua dedicação ao tema de interesse deles. Pede doações para as campanhas políticas dos deputados que gravitam ao seu redor. Isso é pouco ético? É discutível, mas quem já teve a oportunidade de convencer Cunha a encampar determinada demanda no Congresso conta que ele pede ajuda dentro da lei eleitoral. "As vitórias atribuídas ao trabalho dele na Câmara com a tramitação de interesses legítimos de grupos econômicos são obtidas

CONTROLE TOTAL

O deputado Hugo Motta, presidente da CPI da Petrobras: escolhido a dedo por Eduardo Cunha, de quem é aliado fiel e com quem costuma se aconselhar



A TEMPESTADE A semana não poderia ter sido pior para o PT e o governo: Renato Duque foi preso e João Vaccari, o tesoureiro do partido, denunciado à Justiça por corrupção

com toda a transparência. Foi assim conosco. Se alguém teve uma experiência diferente, deveria vir a público e falar", diz um empresário do ramo de mineração. A fama de eficiência de Cunha está se espalhando. O banqueiro André Esteves, do BTG, considerado um ás de sua atividade, comentou recentemente, nos bastidores de um evento, ter ficado impressionado com o presidente da Câmara: "Ainda bem que ele não é banqueiro. Se fosse, eu estaria frito", disse, bem-humorado.

O nascimento político de Cunha não poderia ter se dado em condições mais suspeitas. Isso ocorreu em 1991, no governo de Fernando Collor de Mello, pelas mãos do tesoureiro PC Farias. Foi PC quem indicou o então assessor parlamentar do PRN para a presidência da Telcel, a antiga companhia telefônica estatal do Rio de Janeiro. Cunha ficou dois anos na empresa. Saiu de lá com a fama de pertencer ao malfadado "esquema PC", que levou Collor ao impeachment, mas entrou definitivamente no jogo. Ao recomendá-lo para presidir novamente a estatal em 1996, o deputado Chico Silva justificou assim a indicação. "Para nós, deputados, foi a melhor gestão. A gente chegava lá, pedia a ligação de uma linha, de um aparelho. Ele atendia em uma semana." Chico Silva tornou-se o primeiro e o maior padrinho





político de Cunha, e também o responsável por sua conversão religiosa. Foi pelas mãos do deputado do PP que ele se tornou evangélico, deixando para trás o passado de baterista de uma banda de rock. Trocou o Pink Floyd pelas músicas gospel, entrou para a igreja Sara Nossa Terra, do bispo Robson Rodovalho, e mergulhou de cabeça (a essa altura já desprovida da cabeleira) na política. Foi mais ou menos nessa época que conheceu a atual mulher, Cláudia Cruz, que era apresentadora da Rede Globo. Eles têm quatro filhos.

Grças ao impulso dado pelo político do PP de Paulo Maluf, Cunha se tornou presidente da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab) durante o governo de Anthony Garotinho. A gestão foi relâmpago. Em seis meses, ele teve de renunciar, acusado de beneficiar a empresa de um ex-aliado collorido. Continuou, porém, exercendo grande influência no governo do então aliado Garotinho, dando as cartas e trazendo para obras do

estado a Delta Engenharia, então uma empreiteira de Pernambuco que tentava ganhar contratos no Rio.

Dono de uma das emissoras de rádio mais populares do Rio, a Melodia, Chico Silva deu a Garotinho e a Cunha programas diários em sua emissora — espaço valioso, que faria toda a diferença para a carreira política do atual presidente da Câmara. No primeiro pleito em que foi candidato a deputado estadual, em 1998, Cunha teve 15 000 votos e ficou apenas com uma suplência. Só assumiu a vaga na Assembleia Legislativa do Rio porque Garotinho fez uma troca no secretariado e abriu espaço para ele. Foi a primeira e a última vez que Cunha teve de ficar na fila. Com o apoio de Garotinho e o espaço diário na rádio — em que fazia comentários sobre questões locais e nacionais, sempre encerrados com o bordão “porque o nosso povo mereeeeee respeito” —, Cunha conquistou 101 495 votos para eleger-se deputado federal em 2002.

NA BERLINDA Dilma tentou mudar de assunto, mas seu pacote anticorrupção veio repleto de medidas velhas. Acabou engolfada pelos fatos. E Cunha comemorou

Como essa origem nebulosa produziu uma carreira meteórica? Nenhuma acusação contra ele na Justiça teve consequências. Escapou do tsunami de apurações nos tempos de Collor e foi poupado quando, com a ajuda de um procurador, apresentou a um tribunal documentos falsos que comprovavam a lisura da passagem pela Cehab. Quem foi condenado foi o procurador. Cunha pode não ser, como parece mostrar seu passado, um monumento à ética. Mas, desde que seus pecados pertençam ao passado e seu compromisso seja com a saúde institucional, a Constituição e a democracia, há esperança “porque o nosso povo mereeeeee respeito”.

COM REPORTAGEM DE MALU GASPAR, DANIEL PEREIRA, THIAGO PRADO E CECÍLIA RITTO

Anexo 19 – Reportagem “O populismo cobra fatura”



O POPULISMO COBRA A FATURA

Incapaz de manter seu programa de financiamento estudantil, o governo leva a crise a empresas e alunos

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que oferece crédito a universitários de instituições privadas, foi uma das principais bandeiras petistas na campanha presidencial de 2014. Pouco depois das eleições, ele começou a ser submetido a um ajuste drástico. Teve início uma crise no setor. Universidades correm o risco de quebrar e alunos de todo o país protestam porque o sistema de cadastro e renovação dos contratos de financiamento deixou de funcionar. O caos levou a presidente Dilma Rousseff a fazer um raro mea-culpa. Na semana passada, ela apontou uma falha — uma só — no programa do Ministério da Educação. “O governo errou ao deixar o controle das matrículas com o setor privado”, disse. Mas a culpa assumida por Dilma não explica as razões da desordem.

O programa federal de financiamento estudantil foi criado em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2010, o governo cortou pela metade a taxa de juros cobrada dos estudantes e ampliou o prazo para pagamento da dívida. Não se exigia nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para acesso ao benefício. O resultado foi um salto de 76 000 para 1,9 milhão de estudantes inscritos no Fies em quatro anos — um crescimento de 2 395% — e um aumento nos gastos com o programa de 810 milhões de reais para 13,7 bilhões de reais. Segundo a consultoria Hoper Educação, no fim de 2014 uma em cada quatro faculdades privadas possuía mais de 30% de seus alunos beneficiários do Fies. O governo repassava mensalmente às instituições o dinheiro do financiamento. Essa derama de recursos criou uma bolha, e o

SEM ACESSO Estudantes fazem fila diante de universidade paulista tentando obter o Fies: mudança de regra no meio do jogo

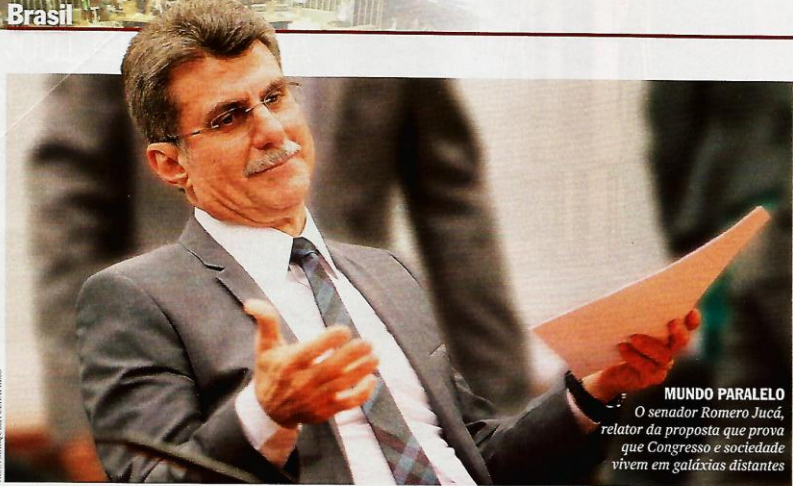
valor de mercado de muitas universidades subiu às alturas.

Em dezembro de 2014, a torneira começou a ser fechada. Entre as medidas incluem-se a exigência de nota mínima no Enem, a redução do número de repasses às instituições, número limitado de vagas para cada região do país e prioridade para os cursos com nota máxima no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para manter os alunos, grandes grupos educacionais firmaram parcerias com financiadoras privadas. Mas a maior parte das faculdades não tem como seguir esse caminho. Quanto aos alunos, eles simplesmente não conseguem acesso ao sistema de cadastro. Sem renovar o contrato, muitos podem ter de abandonar cursos já começados. A ampliação irresponsável e populista do Fies há cinco anos é a verdadeira causa dos problemas atuais. “O dinheiro acabou e o governo mudou as regras no meio do jogo”, diz Carlos Monteiro, presidente da CM Consultoria, especializada em educação. “Com parâmetros adequados desde o início, não haveria essa confusão.” ■

DANIELA MACEDO

Anexo 20 – Reportagem “Adivinhe quem vai pagar”

Brasil



MUNDO PARALELO
O senador Romero Jucá, relator da proposta que prova que Congresso e sociedade vivem em galáxias distantes

ADIVINHE QUEM VAI PAGAR

Com os cofres vazios por causa das investigações do petrolião e das doações em queda livre, partidos se unem para triplicar a verba que recebem do fundo partidário

Nunca na história deste país os poderosos estiveram tão pressionados pelas ruas. A economia vai mal e a ordem é cortar gastos. Uma crise ética sem precedentes põe sob a lupa da Justiça meia centena de excelências suspeitas de se beneficiar de dinheiro da Petrobras. Mas Brasília, ao menos a parte que concentra o poder, parece continuar a viver numa bolha. Na semana passada, os congressistas lideraram uma ofensiva que resultou na inclusão no Orçamento de 867,5 milhões de reais para o fundo partidário, dinheiro que financia os partidos brasileiros. O valor é três vezes maior do que o reservado na lei orçamentária do ano passado. Sim, é isso mesmo: o Congresso, em plena crise, quer triplicar o valor do dinheiro que sai dos cofres públicos diretamente para as contas das agremiações partidárias. Mais do que um sinal de desprezo ao ajuste fiscal proposto pelo Palácio do Planalto, a iniciativa embute uma esperteza e um tremendo senso de oportunismo.

Deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, a Operação Lava-Jato revelou que empreiteiras pagavam propinas a diretores da Petrobras e operadores políticos em troca de contratos superfaturados na estatal. Esse dinheiro, conforme as investigações, irrigou os cofres de PT, PMDB e PP durante uma década. Após a descoberta do esquema, as doações das empresas aos partidos entraram em queda livre. Assim, para compensar a perda, os partidos se mexem para tirar mais dinheiro dos cofres públicos — e mandar a conta para as vítimas habituais: os contribuintes. O acordo para turbinar o fundo partidário foi costurado pelo presidente do PT, Rui Falcão, e incluído no Orçamento pelas mãos do relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), integrante da extensa lista de parlamentares investigados no petrolião. Falcão e Jucá alegam que o aumento do fundo partidário era necessário diante da proliferação de partidos no país. Ou seja, o problema é que existem muitas siglas para pouco dinheiro. Do lado de fora da bolha, ninguém tem dúvida de que os deputados escolheram mexer na variável errada.

ROBSON BONIN

O ARTICULADOR Rui Falcão, do PT, costurou o acordo destinado a dar mais dinheiro público aos partidos



62 | 25 DE MARÇO, 2015 | veja

Anexo 21 – Reportagem “O melhor consultor do mundo”

Brasil

O MELHOR CONSULTOR DO MUNDO

Investigado no petróleo, José Dirceu tinha a receita do sucesso para qualquer empresa: era só contratá-lo que o lucro era certo

HUGO MARQUES

Depois de deixar o governo Lula em 2005 pela porta dos fundos, o petista José Dirceu passou a atuar como consultor valendo-se da vasta influência que exerce sobre companheiros instalados nas mais diversas engrenagens do governo. O fato de sua carteira de clientes incluir algumas das principais empreiteiras acusadas de participar dos desvios bilionários da Petrobras fez com que ele logo passasse a ser investigado no escândalo do petróleo. O Ministério Público pediu a abertura de um processo para aprofundar essa relação. Na semana passada, o juiz Sergio Moro liberou para consulta pública parte das informações constantes dos autos. Com isso, ficou-se sabendo que Dirceu não é apenas um consultor bem-sucedido — é um sucesso retumbante. De 2006 a 2013, o ex-ministro faturou 29,3 milhões de reais em contratos de consultoria com empresas de todos os tamanhos e atuantes nos mais variados setores da economia — de cervejaria a laboratório farmacêutico, de escritório de advocacia a concessionária de automóveis, Dirceu estava em todas. Pudera: sua contratação, como se verá a seguir, era garantia de ótimos resultados.

Tamania eficiência fez com que, mesmo durante sua temporada na prisão, Dirceu seguisse recebendo pagamentos por seus serviços. A VEJA, dois de seus clientes, a construtora Consilux e o laboratório EMS, admitiram que destinaram 1,2 milhão de reais ao ex-ministro quando ele já estava atrás das grades. São os contratos com as empresas que faturavam alto na Petrobras, porém, que podem levar Dirceu a ter de travar novo embate nos tribunais antes mesmo de cumprir o restante da pena do mensalão. Do clube do bilhão,



FERNÃO LOPES/VEJA

PARCERIA As consultorias de Dirceu contavam com a ajuda de parceiros valiosos. Em 2011, ele (no detalhe) e Lula viajaram juntos ao Panamá para encontros com autoridades do país

o petista recebeu pelo menos 8 milhões de reais. O ápice dos pagamentos se deu em 2012, período em que o petróleo estava funcionando a pleno vapor e que coincidiu com a condenação de Dirceu por participação no mensalão. Entre as empreiteiras que aparecem na lista de clientes do ex-ministro estão OAS, Engevix, UTC, Galvão Engenharia e Camargo Corrêa — todas acusadas de integrar o cartel que atuava na Petrobras.

Dirceu nega que sua consultoria abrisse caminho para negócios na Petrobras ou no governo. Mas, assim como aconteceu no mensalão, os fatos sugerem que ele não fala a verdade. Há quatro anos, uma reportagem de VEJA revelou que as consultorias do ex-ministro não passavam de eufemismo para acobertar a prática de tráfico de influência. Da notória empreiteira Delta surgiu o primeiro exemplo de como os serviços do ex-ministro encurtavam o caminho rumo aos cofres públicos. Em 2009, a Delta, por meio de outra empresa do grupo, a Sigma Engenharia, fechou um contrato com a empresa de Dirceu, a JD Assessoria e Consultoria. Oficialmente, o objetivo era ampliar a participação da companhia no Mercosul. Mas foi no Brasil que os negócios da empresa se multiplicaram. De partida, a Delta dobrou o valor de seus contratos com o governo federal e, logo depois de passar a contar com os serviços do “consultor” Dirceu, entrou para o seleto grupo de prestadoras de serviço da Petrobras. Não era coincidência. Na ocasião, um sócio da empresa, Romênio Machado, admitiu: “O trabalho dele (Dirceu) era fazer tráfico de influência”.



Agora, com a lista de clientes de Dirceu exposta à luz, é possível dizer que a Delta não era exceção. Outras empreiteiras ampliaram exponencialmente seus negócios após recorrer aos préstimos do mensaleiro. E o milagre da multiplicação não se dava apenas na Petrobras. Era extensivo a órgãos do governo federal. A Galvão Engenharia é um exemplo. No mesmo ano em que contratou Dirceu, a empreiteira recebeu do governo 203 milhões de reais, onze vezes mais do que havia recebido no ano anterior. No primeiro ano de contrato com o “consultor”, outra companhia, a SPA Engenharia, experimentou um salto de 40% em seu faturamento junto aos cofres do governo. Recebeu 237 milhões. O ano seguinte foi ainda melhor: o valor passou para 541 milhões. Até a tradicional Camargo Corrêa, que em 2009 estava assistindo a uma queda nos seus negócios com a administração federal, de repente viu a curva mudar de rumo. Bastou contratar Dirceu e as coisas melhoraram. Para fazer valer os gordos “honorários”, Dirceu

contava com parceiros ocasionais importantes. Um deles era o ex-presidente Lula, que, depois de deixar o governo, se lançou no mundo das consultorias e palestras. Em 2011, por exemplo, os dois fizeram juntos uma viagem de negócios ao Panamá. Lá, sem esconderem a condição de lobistas, tiveram encontros com o presidente do país e ministros de Estado. Em mais uma evidência do cruzamento de interesses públicos e privados, em parte de seus compromissos no país a dupla contou com o auxílio logístico de funcionários da embaixada brasileira.

Na lista de clientes de Dirceu há um detalhe repleto de significado: entre os pagadores há um lobista que, de acordo com as investigações, recorria às suas amizades no PT para fechar negócios na Petrobras e, como contrapartida, se encarregava de retribuir a gentileza distribuindo propina a quem o ajudava. A Dirceu, esse lobista pagou quase 1,5 milhão de reais. Por serviços de consultoria, claro.

COM REPORTAGEM DE DANIEL HAIDAR

Anexo 22 – Reportagem “Um diagnóstico perfeito”



UM DIAGNÓSTICO PERFEITO

Em relatório interno que vazou, o chefe da Secom, sem querer, reafirma o antigo e sábio ditado da publicidade: “A pior coisa para o mau produto é a boa propaganda”

Relatórios feitos para circular no restrito ambiente da cúpula de um governo quase sempre vêm carregados de franqueza — e esse é um dos motivos pelos quais eles são confidenciais. Na semana passada, por acidente ou fogo amigo, um relatório interno escrito por Thomas Traumann, chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), vazou e apareceu no jornal *O Estado de S. Paulo*. De

certo ponto de vista, o dano ao governo é óbvio, pois Traumann fala sem rodeios no “caos político”. De outro ângulo, pode até ser positivo para o Palácio do Planalto, pois, pelo menos nas discussões internas, a gravidade da crise é reconhecida e debatida. Pior seria se o falso otimismo que transmitem fosse também o sentimento predominante quando a presidente e seus assessores estão reunidos longe do público.

Ao criticar o pronunciamento feito pela presidente Dilma Rousseff em 8 de março, “longo e sem substância”, o ministro Traumann lista algumas das perguntas que os brasileiros gostariam de ver respondidas — e que, convenhamos, os repórteres que dão plantão diário no Palácio do Planalto deveriam já ter feito à presidente: “A gasolina subiu porque Dilma, Lula e o PT roubaram na Petrobras?”; “Dilma falou uma coisa na campanha e está fazendo outra?”; “Por que ela sempre culpa a crise internacional e não assume que errou?”. Traumann lembra com estilo que “a comunicação é o mordomo das crises” e defende seu

trabalho com argumentos lógicos e irrefutáveis: “Não adianta falar que a inflação está sob controle quando o eleitor vê o preço da gasolina subir 20%” ou a presença de “um senador tucano na lista da Lava-Jato não altera o fato de que o grosso do escândalo ocorreu na gestão do PT”.

O vazamento deixou Traumann em situação incômoda. Do Polônio da corte hamletiana de Dilma, seus desafetos agora terão argumentos para pintá-lo como o Iago de Otelo. Como se sabe, Shakespeare fez de Polônio um conselheiro do rei de falas inesquecíveis (“Nunca seja nem o credor nem o emprestador”) e ações nem tanto. Já Iago

PRONTO, FALEI

Traumann: “Senador tucano na lista da Lava-Jato não muda o fato de que o grosso do escândalo ocorreu na gestão do PT”

é ambicioso, manipulador e traícoeiro. Como Polônio morre na peça, Traumann, do ponto de vista mais prático, pode estar mais para Iago, que é preso, torturado, mas aparentemente sobrevive. Na sexta-feira passada, dava-se como quase certa sua ida para a chefia de comunicação da Petrobras.

Nas passagens mais condenatórias do documento, Traumann propõe combater a queda de popularidade do governo com mais “publicidade oficial focada em São Paulo” (...) já que “não há como recuperar a imagem do governo Dilma em São Paulo sem ajudar a levantar a popularidade do Haddad”. Em outras palavras, ele diz que é preciso direcionar dinheiro público com objetivo político-partidário específico. Isso é gestão temerária. O dinheiro que o cidadão dá ao governo na forma de impostos não pode ser usado para fazer propaganda do partido no poder. Traumann diagnostica que “o fim do diálogo com os blogues” antes do período eleitoral resultou no isolamento do governo nas redes sociais. Como é sabido que os blogueiros comprados para falar bem do governo não pagam com “diálogo” os charutos que fumam, é

de supor que Traumann tenha optado por um salvador eufemismo.

Os radicais do PT estão vibrando com o episódio. Com Traumann fora do caminho, o já milionário “diálogo” com os blogueiros mercenários na internet vai atingir valores inéditos. O mais provável agora é que a Secom perca o comando das verbas de propaganda para o Ministério das Comunicações, chefiado pelo comissário petista Ricardo Berzoini. Como se sabe, Berzoini é defensor dos modelos soviético e cubano para as comunicações — censura à imprensa e controle estatal de todas as formas de expressão cultural. Traumann escreveu o documento para “responder” a uma entrevista que Berzoini deu ao jornal *Folha de S. Paulo* em 14 de março. Nela, o comissário Berzoini atribui o enfraquecimento do governo a “ter se comunicado mal”. Traumann deixa claro em seu diagnóstico interno que são limitados os poderes da comunicação para mudar a percepção do público sobre uma realidade deteriorada. Um antigo e sábio ditado da publicidade diz: “Não existe nada pior para o mau produto do que a boa propaganda”. Assim só resta torcer para que o comissário da propaganda faça um bom trabalho. ■

INÍCIO DE UMA ERA?

O ministro Berzoini: defensor do projeto que restringe a liberdade de imprensa, ele quer fazer o sucessor de Traumann



Economia

LEVY E SEUS PERIGOS

Se o governo recapitalizar a Petrobras, as contas públicas explodirão e o rebaixamento será inevitável. Isso é impensável, e o ministro já tem muito que pensar sobre o Orçamento

MARCELO SAKATE

Joaquim Levy assumiu o Ministério da Fazenda com a missão primordial de remediar o estrago nas contas públicas produzido pela presidente Dilma Rousseff no primeiro mandato. “Sem equilíbrio não há crescimento”, vem repetindo o ministro. É uma mudança de rota considerável — e louvável. Até o ano passado, a norma era desequilibrar o Orçamento na ilusão de que haveria mais crescimento. Deu no que deu. O objetivo imediato emergencial, agora, é evitar o rebaixamento do país pelas agências de classificação de risco. Uma das

OS FINS E OS MEIOS
Para o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o “ajuste fiscal é quase unanimidade”. O complicado é como fazer o governo caber dentro de seu Orçamento

Orçamento engessado

Do total das despesas do governo federal, a maior parte possui destino certo e obrigatório. Apenas uma fração pode ser usada livremente, o que dificulta o ajuste das contas públicas (valores em reais)

estratégias de Levy e sua equipe tem sido desmontar a profusão de benefícios e subsídios distribuídos sem critério. Os cortes recaíram também sobre áreas até então consideradas prioritárias e sobre bandeiras publicitárias do governo, como os programas no setor de educação. As universidades federais sofreram um corte de 30% na verba repassada pelo Ministério da Educação. Os investimentos em infraestrutura recuaram em um terço no primeiro bimestre em relação ao mesmo período de 2014. O arrocho é inevitável, depois de anos tão pródigos em gastos. A derrapada fiscal fez a dívida pública subir de 53% para 64% do PIB desde o fim de 2010. “Desoneramos demais os impostos, além do que podíamos”, admitiu, na semana passada, um dos mais ferrenhos defensores da estratégia econômica do primeiro mandato, Aloizio Mercadante, o ministro

da Casa Civil. “Vamos ter de fazer uma reorganização das contas públicas”, disse ainda, não se sabe se com convicção ou simplesmente na tentativa de apaziguar as incertezas entre os investidores.

Um dos maiores obstáculos para restabelecer a ordem nas finanças é a resistência das próprias lideranças dos partidos aliados no Congresso. Os desencontros entre Dilma e o PMDB é um dos focos do fogo amigo. A presidente vinha tentando reduzir a participação do partido aliado no governo, mas à sua ação veio a reação dos caciques peemedebistas. Outro foco se encontra no próprio PT. Uma corrente mais fiel ao ex-presidente Lula (e também mais enrolada no petróleo) também vinha perdendo espaço, e por isso sabota Dilma pelas costas. Assim, as medidas encaminhadas ao Congresso inevitavelmente sofrem alterações e encontram





resistência para ser aprovadas, como foi o caso da correção na tabela do imposto de renda e também a redução das despesas tributárias.

Há ainda um obstáculo estrutural para reequilibrar as finanças. De cada 10 reais do Orçamento, 9 têm destino certo e obrigatório. Apenas uma fração pode ser manejada livremente (veja o quadro na pág. 77). Do Orçamento de 2,86 trilhões de reais aprovado na semana passada, o governo tem liberdade para mudar apenas 295 bilhões de reais, pouco mais que 10% do total. É uma herança da Constituição de 1988, agravada nos últimos anos. De toda a receita proveniente da arrecadação de impostos, por exemplo, no mínimo 18% têm de ser aplicados em educação. O fim parece nobre, mas na prática isso incentiva o aumento das despesas sem critério e sem a cobrança de resultados, ao mesmo tempo em que deixa o Orçamento engessado e dificulta a administração em períodos de queda na arrecadação. Por isso, a primeira medida posta em prática pelos governos, quando preci-

O CAMINHO MAIS FÁCIL

Obras da Ferrovia Transnordestina: quando falta dinheiro, os investimentos são os primeiros a perder verba.

Isso atrasa os projetos, torna-os mais caros e reduz o crescimento

sam cortar gastos, é reduzir os investimentos em infraestrutura, que não são considerados obrigatórios. "A estrutura fiscal conspira contra o crescimento do país, porque ela induz a uma carga tributária que só aumenta ao longo do tempo e a um nível de investimento público baixo", afirma Bernard Appy, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e hoje consultor.

Para Paulo Rabello de Castro, um dos fundadores do Movimento Brasil Eficiente e autor do livro *O Mito do Governo Grátis*, o governo agrava o quadro recessivo da economia ao aumentar os impostos: "Há um problema insuperável no país que é a rigidez das despesas. Esse é o esforço de votação que o ministro Joaquim Levy não fez e que merece um pacto com a oposição", diz o economista. Segundo ele, reajus-

tes que hoje são concedidos porque devem obrigatoriamente acompanhar o aumento do salário mínimo (caso de dois terços das aposentadorias pagas pelo INSS) deixariam de ser imutáveis e passariam a levar em conta a situação financeira do governo.

O temor entre analistas é com o risco de o governo ter de socorrer, ao menos parcialmente, a Petrobras, por meio da venda de títulos públicos ou de empréstimos. Uma medida dessa natureza pode comprometer o ajuste fiscal capitaneado por Levy e, consequentemente, aproximar o país do rebaixamento da nota de crédito. De acordo com a agência Moody's, o pagamento antecipado pode totalizar 110 bilhões de dólares, ou 360 bilhões de reais. Isso pode acontecer porque a estatal ainda não conseguiu divulgar o balanço auditado do terceiro e do quarto trimestres do ano passado e precisa encontrar uma saída até maio. Cobrir a dívida da Petrobras seria catastrófico para as finanças públicas. Significaria um verdadeiro armagedon. É melhor nem pensar nessa possibilidade. ■